

VICENTE BATISTA DE MOURA SOBRINHO

**MASSIFICAÇÃO DO ENSINO EM UBERLÂNDIA-
MG: A FALA DA IMPRENSA (1940-1960)**

UBERLÂNDIA, MG

2002

SISBI/UFU



1000204178

Vicente Batista de Moura Sobrinho

MON
37(091)
M923m
TE0(1)E17

***Massificação do Ensino em Uberlândia-MG:
a fala da imprensa (1940-1960)***

Dissertação apresentada à Comissão julgadora da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para obtenção do título de mestre, no Programa de Pós-graduação em Educação, sob a orientação do professor Dr. Geraldo Inácio filho.

Uberlândia, MG

2002

Comissão Julgadora

Prof.ª Dr.ª Carlota Boto – USP

Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo – UFU

Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho – UFU (Orientador)

ação-
)-
l.

Dedicatórias

Dedico este trabalho:

Aos meus pais Ilídio Batista de Moura e Maria Joana Rocha de Moura, os grandes responsáveis pela minha existência. A todos os meus irmãos, irmãs e sobrinhos (as), que são um pedaço de mim.

Luciana Naves, Sandra Vicente dos Santos, Daniela Rocha Santos, Karla Patrícia Resende, bondade, companheirismo e alegria de viver. Foi ótimo conhecê-las.

Ao meu caríssimo amigo Robson Laverdi pelas muitas conversas proveitosas no meio acadêmico, quando ainda fazíamos o curso de graduação em História na Universidade Federal de Uberlândia. Olha meu amigo, a minha dívida para com você é enorme. Jamais conseguirei Quitá-la.

Ao meu orientador:

Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho, que durante as orientações me recebeu com sorriso aberto e muita simpatia.

In memórian

Aos meus queridos irmãos:

José Francisco Batista,

Partiu de uma forma tão breve, deixando-nos a todos consternados. O que me resta a dizer apenas: Saudade! Saudade! Saudade!...

Damião do Nascimento Moura,

O outro irmão que partiu de forma tão trágica, aquele que foi tão mal compreendido.

Agradecimentos

São tantos amigos (as) que tiveram participação neste trabalho e a impossibilidade de colocá-los aqui é um problema real. Durante a nossa trajetória na pesquisa algo não deve deixar de ser mencionado: uma palavra de incentivo, um gesto carinhoso, um sorriso amigo. Todos esses elementos são fundamentais na construção de um projeto de vida. A nossa pesquisa é um projeto de vida. Na impossibilidade de relatar todos os nomes do meu convívio no meio acadêmico e fora dele, agradeço de coração a todas essas pessoas que direta ou indiretamente participaram dessa nossa caminhada. Agradeço em especial a todos os professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, principalmente aqueles que estiveram presentes de corpo e alma no presente trabalho.

Um agradecimento especial ao Professor Carlos Henrique de Carvalho e sua esposa Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, meus fiéis escudeiros. Agradeço coletivamente aos seguintes professores (as): Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto; Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo; Prof. Dr. Décio Gatti Júnior; Prof. Dr. Apolônio Abadio do Carmo; Prof.^a Dr.^a Rossana Valéria Souza e Silva; Prof.^a Dr.^a Selva Edilamar Guimarães Fonseca; Prof.^a Dr.^a Ilma Passos de Alencastro Veiga; Prof.^a Dr.^a Graça Aparecida Cicillini; Prof.^a Dr.^a Damaris Naim Marques; Prof.^a Dr.^a Sandra Vidal Nogueira e Prof. Osvaldino Marra Rodrigues.

Um agradecimento especial aos Secretários da Pós-graduação na Educação: Jesus Ferreira de Sousa e Jaimes Madson Mendonça, nosso suporte nas coisas burocráticas. Aos professores (as) do Instituto de História: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, um dos grandes responsáveis pela nossa guinada intelectual, Prof. Dr. Antônio de Almeida, Prof.^a Dr.^a Crhistina Roquette da Silva Lopreato, Prof.^a Dr.^a Coraly Gará Caetano e as (os) companheiras (os) do NEGUEM/CDIHS – UFU. Aos meus companheiros (as) na Pós-graduação: Jason Isnard Maurício Pinto, Silvano Severino Dias, Flávio César Freitas Vieira e sua esposa Noemi, Giovana Ferreira Melo Moura, Roseane Patrícia Souza e Silva, Fátima, Lúcia de Fátima Valente, Círian Golveia Máximo, Lillian Calaça, Vilmar José Borges, Ana Maria Silva Nunes Ferola. Aos meus companheiros do Instituto de História: Luiz Antônio Pereira de Oliveira Júnior e todo o pessoal do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, MG; Marcus Alexandre Garcia, Dino Pedro da Silveira, Edilson Antônio Alves. Um agradecimento especial para Cristiane Cristina de Andrade e Larisse Dias Pedrosa, companheiras de muitas horas. Aos meus amigos (as) do Instituto de Geografia: aqueles (as) que acreditam que a História não é a geografia do passado, muito menos está situada superficialidade do pensamento abstrato: Frederico Ozanan Ribeiro Pinto, Lilian Leandra Silva, Graciely de Lima Oliveira e todos aqueles colegas que de uma forma ou de outra se mostraram grandes companheiros durante essa jornada. Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro à nossa pesquisa.

Todavia ainda hoje há quem afirme que a inteligência e as luzes são qualidades que não é muito para desejar sejam possuídas pela grande massa do povo! Não sei como há quem tenha tanto medo às luzes; só se isso vem de que, sendo certo que o saber é poder... Há muitos que temem este poder; porque pode dar mecanismo político da associação humana nova forma, que transforme uma certa ordem de interesses. Por certo que em massa geral de uma sociedade sendo ilustrada, deixará de se dividir (como até aqui) em duas classes somente, uma das quais oprima e a outra sofra.

(Caçapava, **O Povo**, edição de 31 de agosto, n.º 97, de 1839, p. 3-4).

Resumo

O *Correio de Uberlândia* juntamente com *O Estado de Goyaz*, iniciaram as suas atividades como divulgadores dos interesses do corpo político da cidade por volta do ano de 1938. Esta pesquisa tem propósito de trazer à tona algumas discussões acerca da massificação do ensino veiculada nestes jornais, com destaque especial para o *Correio*, que constituiu no período de recorte (1940-1960) em um dos principais jornais da cidade de Uberlândia, MG. A massificação do ensino discutido no referido jornal, além de estar em sintonia com o processo histórico daquele momento, em que a maior parte do período passava por regime de exceção, tal processo está intimamente vinculado à idéia de conferir a este espaço geopolítico, que é a região do Triângulo Mineiro o status de moderno. A cidade de Uberlândia aparece nesse projeto, ao nível do discurso, como uma espécie de vanguarda, reivindicando para si o espírito de liderança no campo industrial, comercial, cultural e educacional.

Do ponto de vista teórico-metodológico, tomamos como suporte, além das abordagens específicas sobre a História da Educação, os gêneros literários do jornalismo informativo e opinativo: notas, editoriais, artigos, notícias, reportagens, os quais compõem o nosso corpus documental. A investigação baseou-se no discurso ideológico em relação ao ensino de massa, retratado em cerca 30 artigos jornalísticos. Dentro do referido processo, mereceu da nossa parte um olhar cuidadoso sobre a ação política nestes setores, como a construção de escolas rurais e urbanas com a meta de atender a uma parcela cada vez maior da população, segundo o discurso oficial.

O que estava presente na fala dos articulistas coincide com o período em que a região do Triângulo Mineiro, em especial a cidade de Uberlândia, passava por uma transformação sócio-econômica e cultural relevantes. Na análise dessas falas, foi possível perceber a articulação entre o desejo de estender o ensino à maioria da população uberlandense e a ação política local, atraindo para ela grandes levas de imigrantes entre os anos de 1950 a 1960, principalmente. A meta da reforma do ensino proposta para a região, além de estar em sintonia com o processo histórico da educação desenvolvido no Brasil a partir de 1940, apresentava um caráter ideológico em torno de interesses, cujas bases infra-estruturais culminariam no processo de qualificação da mão-de-obra, necessária à fase industrial do capitalismo. E, logicamente, o processo de modernização em Uberlândia.

Abstract

The *Correio de Uberlândia* in the *O Estado de Goyaz* began your activities as divulgators of the interests of the political body of the city in the year of 1938. This research has purpose of bringing to the tone some discussions concerning the massificação of the teaching transmitted in this that is in one of the principal newspapers of the city of Uberlândia, MG. The massificação of the teaching discussed in referred him newspaper, besides being in synchrony with the historical process of that moment, in that most of the period went by exception regime, such a process is intimately linked the idea of checking to this space geopolitics, that is the area of the Triângulo Mineiro the status of modern. The city of Uberlândia appears in that project, at the level of the speech, as a type of vanguard, demanding for itself the leadership spirit in the field industrial, commercial, cultural and educational.

Of the theoretical-methodological point of view, we took as support, besides the specific approaches on the History of the Education, the literary goods of the informative journalism and dominative: notes, editorials, goods, news, reports, which compose our documental corpus. The investigation based on the ideological speech in relation to the mass teaching, portrayed in fence 30 journalistic goods. Inside of the referred process, it deserved of our part a careful glance about the political action in these sections, as the construction of rural and urban schools with the goal of assisting to a portion every time larger of the population, according to the official speech.

What was put in the speech of the articulates it coincides with the period in the area of the Triângulo Mineiro, especially the city of Uberlândia; they went by a socioeconomic and cultural transformation important. In the analysis of those speeches, it was possible to notice the articulation among the desire of extending the teaching to most of the population uberlandense and the local political action, attracting for her great groups of immigrants among the years from 1950 to 1960, mainly. The goal of the reform of the teaching proposed for the area, besides being in synchrony with the historical process of the education developed in Brazil starting from 1940, it presented an ideological character around interests, whose infra-structural bases would culminate in the process of qualification of the labor, necessary to the industrial phase of the capitalism, and, logically, the process of modernization of Uberlândia.

SUMÁRIO

Introdução

1.1 A Origem do problema.....	01
1.2 Enunciado do problema.....	07
1.3 Delimitação do problema.....	14
1.4 Hipóteses.....	16
1.5 Fundamentação teórica: a proposta liberal de educação.....	19
1.6 Metodologia	29

CAPITULO 1

A democratização do ensino: a proposta liberal e iluminista de educação

1.1 Da idéia de ilustração ao conceito de sociedade de massas.....	35
1.2 A idéia de massificação do ensino na revolução francesa: uma tentativa de universalização	43
1.3 A preparação do terreno: o contexto sócio-político da Escola Nova.....	48
1.4 A articulação teórica em torno da sociedade de massas: a questão da social democracia.....	51
1.5 As Faces da Massificação do Ensino: múltiplos aspectos da modernização.....	62

CAPITULO 2

Panorama da Educação Brasileira

2.1. A Pauta do liberalismo no Império (1822-1889).....	70
2.2. Da idéia de massificação do ensino na primeira república às articulações políticas dos anos 40 aos 60.....	79
2.3. Da massificação do ensino à idéia de modernização no Brasil (1940-1950).....	101
2.4. A massificação do ensino e a ação política mineira: Interfaces do discurso (1950-1960).....	104
2.5. A História da massificação do ensino: a busca da singularidade.....	110

CAPITULO 3

A Massificação do Ensino em Uberlândia

3.1 O desencadear do processo histórico da massificação do ensino em Uberlândia: entre o local e o geral (1940-1960).....	115
3.2. Aspectos estruturais da massificação do ensino em Uberlândia.....	127
3.3 Uma articulação política.....	136
3.4 Política educacional e massificação do ensino em Uberlândia: esboço de uma crítica (1958-1959).....	142
3.5 Poder político local e legitimação: uma continuidade (1959-1960).....	150
3.6 O Discurso da modernização e a saída do anonimato geopolítico: a confirmação de uma práxis (1957-1960).....	156
3.7 A coordenada local: entre o sonho e a práxis.....	164
Considerações finais.....	168
Fontes.....	175
Jornais.....	175
Atas da Câmara Municipal de Uberlândia.....	177
Referências Bibliográficas.....	178

LISTA DOS QUADROS E SIGLAS:

Quadro – 1 – Relação do serviço escolar do município de Uberlândia mantido pela Prefeitura Municipal, no exercício de 1952.....	16
Quadro – 2 – Pelo recenseamento de 1950, ainda foi apurada no Brasil a alta percentagem de 51,75 de analfabetos, apesar das campanhas promovidas contra esse cancro social. Discriminadas pelas unidades federativas, são estes os algarismos encontrados.....	94
Quadro – 3 – Demonstrativo da situação das escolas de algumas das principais regiões de Minas Gerais, no ano de 1950.....	106
Quadro – 4 – Crescimento Populacional em Uberlândia-MG (1900-1970).....	120
Quadro – 5 – IBGE: índice de Analfabetismo em Uberlândia-MG em pessoas com mais de 5 anos de idade (1950-1970).....	122
Quadro – 6 – Serviço de Estatística de Educação e Cultura Curso Superior no Brasil/1957.....	158

DEFINIÇÕES DAS SIGLAS

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

AIA – Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social

ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

CAPIES: Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – DF

CDHIS: Centro de Documentação e Pesquisa em História – UFU

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAACED/UFU: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia

HIISTEDBR: Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

MEC: Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização

NEGUEM: Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – UFU

ONU: Organização das Nações Unidas

PDC: Partido Democrático Católico

PR: Partido Republicano

PRB: Partido Republicano do Brasil

PRP: Partido Republicano Paulista

PSD: Partido Social Democrata

PUC-SP: Pontífice Universidade Católica de São Paulo

SEAV: Serviço de Ensino Agrícola Valorizado

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UDN: União Democrática Nacional

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UFU: Universidade Federal de Uberlândia

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNESP: Universidade Estadual Paulista

UNICAMP: Universidade de Campinas

USP: Universidade de São Paulo

livro

o Secretário de Saúde, Prof. José Pinto Machado, Superintendente Geral da Saúde, ficaram sabendo de uma informação que

o Centro de Saúde de Uberlândia, que presta serviços de saúde ao povo, não pode cobrar taxa e nem vender serviço.

de acordo com o artigo 173 da Constituição Federal, que estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

Correio de Uberlândia

TIRAGEM: 3.000 EXEMPLARES | DIÁRIO MATUTINO | EDIÇÃO DE HOJE: 6 PAGINAS | ANO XXXIX | Uberlândia, quarta-feira, 22 de outubro de 1973 | N. 12.563

Centro de Saúde tem três aparelhos para atender o povo

No ofício nº 55/1734/73, que brevemente assinado pelo Prof. José Pinto Machado, Superintendente Geral da Saúde, ficaram sabendo de uma informação que

o Centro de Saúde de Uberlândia, que presta serviços de saúde ao povo, não pode cobrar taxa e nem vender serviço.

de acordo com o artigo 173 da Constituição Federal, que estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

Nenhuma Unidade de Saúde pode cobrar taxas ou vender serviço

No segundo tópico do ofício nº 55/1734/73, o Prof. José Pinto Machado, Superintendente Geral da Saúde, afirma que "nenhuma Unidade de Saúde, incluído-se a da Uberlândia, pode cobrar taxas ou vender serviços".

Então, como o Centro de Saúde vinha cobrando a Carteira de Saúde?

Uma arbitrariedade que precisa ser anulada para evitar a abusividade de cobranças.

de acordo com o artigo 173 da Constituição Federal, que estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

o artigo 173 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante a participação do setor público e do setor privado.

interesses malvados, do que aqueles que deveriam atender o povo. Como existem três aparelhos para exames radiográficos na Unidade de Saúde de Uberlândia, aparece que os outros aparelhos foram para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

Interesses venham a ser apurados através da inquérito administrativo, cuja conclusão deve ser encaminhada a nossa gente, incluindo-se os nomes daqueles ou de quem desajou que os aparelhos fossem definitivos para a cidade de São João del-Rei.

INTRODUÇÃO

Comissão para implantação definitiva da Veterinária

Acaba de ser nomeada pelo Reitor Juarez Alfain, uma comissão para estudar a implantação da Faculdade de Medicina Veterinária em Uberlândia.

O Diretor Roberto Lemos foi escolhido para presidente, sendo que o Dr. Wilson Ribeiro da Silva, Prático do Campus Universitário, é o Professor Titular.

Adjunto da Comissão são os membros dessa comissão, que dentro de aproximadamente trinta dias, terá condições de fazer um relatório sobre tão importante assunto, cujo trabalho dará ainda aos acadêmicos da escola a tranquilidade que procuram ter, desde que se definiu a transferência da Veterinária para nossa cidade.

Ministro autoriza pagamento de bolsas de estudo

Ministro Afonso de Costa Freitas, do Ministério do Trabalho, autorizou o pagamento de 600 bolsas de estudo aos filhos de trabalhadores em Minas Gerais.

EMECIU prepara sua integração na UnU

O Conselho Universitário da UnU vem de resolver que a Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia deverá integrar o Colégio Estudantil, que vai encerrar este ano, o novo Reitor e vice. No entanto, essa unidade escolar deverá integrar-se à UnU, nas partes do ensino e financeiro, para condições de todo o Conselho.

Universitário decidiu ainda que a Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia deverá preparar o processo de integração no prazo de 15 dias. Assim que a integração estiver formalizada, a Universidade de Uberlândia marcará a data para a eleição das listas de nomes para Reitor e Vice-Reitor.

Professores da UFMG lecionam na Veterinária

Por delegação do Reitor Juarez Alfain, esteve recentemente em Uberlândia o Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária, o Prof. Roberto Carlos Lemos, do Distrito Federal, para estudar a implantação definitiva da Veterinária em Uberlândia.

Por delegação do Reitor Juarez Alfain, esteve recentemente em Uberlândia o Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária, o Prof. Roberto Carlos Lemos, do Distrito Federal, para estudar a implantação definitiva da Veterinária em Uberlândia.

Ministro da Agricultura vai ao exterior

Ministro da Agricultura Brasileiro, Altamir Pinheiro de Carvalho, viajará no próximo mês, quinze países europeus.

Encontra-se em viagem por diversos países da Europa, o Dr. Marco de Abreu e Silva da CEMEX, ocupando o cargo de Operador Dr. Altamir Pinheiro de Carvalho, no momento de sua viagem.

Seguro Rural é assunto de reunião

O Dr. José Hamilton Rabinho, presidente superior do Conselho Regional da Associação de Crédito e Assistência Rural, informa que hoje haverá importante reunião entre técnicos da ACAR e de empresas seguradoras ligadas ao BEMGE - Banco do Estado de Minas Gerais.

Os Diretores das Faculdades Integradas à Universidade de Uberlândia, estiveram reunidos com o Reitor Juarez Alfain, com o objetivo de solicitar sua colaboração no sentido de coordenar o processo para a eleição do seu substituto. Como o Prof. Juarez Alfain, não deseja mais

Esta prova é irrefutável

Para agradecer aos Senhores a quem desejamos que tenham sucesso nesta prova, o ofício que nos foi enviado, Prof. José Pinto Machado, Secretário de Saúde, asseguramos a verdade sobre tudo o que a vanda da Uberlândia. Eis a prova que

SERVICÓ PUBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Nº 55/1734/73
Assunto: Administrativo
Secretaria de Saúde
Serviço: Superintendência da Saúde
Belo Horizonte, 14 de outubro de 1973.
Senhor Diretor,
De posse da sua carta de 9 de corrente e dos jornais que a acompanham, que me foram encaminhados pelo Senhor Secretário, apresento a seguinte esclarecimento que se segue, além das providências que determino para o completo esclarecimento do assunto e solução dos problemas:
1. Não há risco para serem solicitados exames radiográficos fora da Unidade de Saúde, porque além do aparelho montado, há naquela Unidade, dois outros aparelhos portáteis que devem ser usados para o serviço de emergência, quando houver problema de manutenção com o aparelho montado.
2. NENHUMA UNIDADE DE SAÚDE, INCLUINDO-SE A DE UBERLÂNDIA, RECEBEU QUALQUER AUTORIZAÇÃO DA MINHA ADMINISTRAÇÃO PARA COBRANÇA DE TAXAS OU VENDA DE SERVIÇO, mesmo porque o Trabalho de Saúde Pública, sendo de interesse comunitário e coletivo, deve ser ABSOLUTAMENTE GRATUITO.
Recebemos sua carta como uma contribuição à nossa administração e informo que determino urgência nas providências que visam assegurar um adequado atendimento à população dessas prestigiosas cidades, como de resto, a população de nosso Estado, na que compete a esta Superintendência.
Atenciosamente,
Prof. José Pinto Machado
Superintendente Geral da Saúde
Hmo. Sr.
Sérgio Borelli Martinelli
Redator-Chefe do
Correio de Uberlândia
Praça Clarimundo Carneiro, 149
UBERLÂNDIA - MG

Diretores querem sucessão pacífica e sem prejuízos para a UnU

Os Diretores das Faculdades Integradas à Universidade de Uberlândia, estiveram reunidos com o Reitor Juarez Alfain, com o objetivo de solicitar sua colaboração no sentido de coordenar o processo para a eleição do seu substituto. Como o Prof. Juarez Alfain, não deseja mais

Duas informações sobre a Universidade de Uberlândia: uma trata da integração da Escola de Medicina à UnU, e a outra sobre a sucessão do Reitor Juarez Alfain.

1 – INTRODUÇÃO

Está o governo federal empenhado na tarefa magnífica da alfabetização do nosso povo. Lemos diariamente nos jornais notícias a respeito desse surto renovador, dessa cruzada bendita da redenção de nossa gente. Pois nosso país está classificado entre os de maior percentagem de analfabetos. Um analfabeto é segregado da comunhão política de nossa terra. O Brasil, país democrata, não pode permitir este nível elevado de incapazes.

Correio de Uberlândia, editorial de 11 de março, de 1947.

1.1 Origem do Problema

A proposta de investigar a história da educação tendo por objeto a massificação do ensino, explorando na modalidade fonte local; os jornais *Correio de Uberlândia* e *O Estado Goyaz* (1940-1960) não foi algo casual. Resultou de alguma experiência já acumulada na qual a educação sempre fez parte integrante. Aliás, cabe ressaltar que, ao inserir a imprensa neste processo de investigação, tivemos como meta ampliar nossas reflexões a respeito da história da educação brasileira. Não foi um começo fácil. Os requisitos necessários à execução dessa tarefa foram sendo adquiridos mediante conversas e leitura orientada por professores dedicados à história da educação:

[...] o começo é sempre o mais difícil, e nossa experiência de pesquisa não poderia ser diferente. Passados cerca de três anos de intenso trabalho de levantamento de fontes, e alguns meses de nossa opção pela construção da História dos principais e mais antigos colégios da região do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, é chegado o momento de promover uma reflexão teórica no campo específico da História da Educação, particularmente numa modalidade historiográfica que vem sendo chamada de História das Instituições Educacionais, ancoradas de um lado, no exame atento dos movimentos de renovação no âmbito da própria área do conhecimento em questão e, por outro lado, nos primeiros resultados alcançados pela investigação em curso (GATTI JUNIOR et alii, 1997, p.6).

O início de nossa experiência de coleta de dados deu-se junto às instituições escolares em projeto financiado pelo CNPq, quando fizemos um levantamento de documentação em dez escolas de Araguari e dezessete em Uberlândia no Triângulo Mineiro, em busca de fontes de interesse para o estudo da História da Educação. Posteriormente, demos continuidade ao projeto, agora junto à imprensa, sendo as duas fases ligadas ao *Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação*, da Universidade Federal de Uberlândia, MG.

Sob a coordenação dos professores: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo, Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho, Prof. Dr. Décio Gatti Júnior, Prof. Ms. Carlos Henrique de Carvalho, Prof^a. Ms. Sandra Cristina Fagundes de Lima e Prof^a. Dr.^a Vera Lúcia Abrão Borges, o projeto vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação. *História e Memória Educacional: construindo uma primeira interpretação acerca do processo de instalação e consolidação da educação escolar na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (1880-1960)*, por parte de seus integrantes, tem como proposta preencher algumas lacunas no processo histórico, buscando subsídios teórico-metodológicos, bem como a compilação de fontes de interesse para o estudo da história da educação. Tal projeto certamente trouxe à tona um período privilegiado para investigação no campo educacional.

A inclusão da imprensa no processo de investigação é uma continuidade, uma seqüência de busca de elementos inerentes ao processo histórico educacional. Nossas fontes de investigação foram encontradas no contato com os gêneros literários de jornalismo informativo e do jornalismo opinativo; artigos, editoriais, reportagens, notas, pronunciamentos de autoridades locais (MELO, 1994), veiculados nos periódicos: *Correio de Uberlândia* e *O Estado de Goyaz*. O suporte dessa pesquisa deu-se através

da leitura de artigos sobre a *Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos* de iniciativa do titular da pasta do *Ministério da Educação e Saúde*, Clemente Mariani, o ensino técnico – comercial, industrial, o magistério, notadamente nos anos 1940, discussão essa que permaneceu presente na imprensa (acerca do ensino de massa) também durante os anos 1950.

A escolha do nosso objeto de pesquisa resultou de investigações tanto na imprensa jornalística quanto de leituras variadas sobre o processo social, o histórico o filosófico e o educacional. Na busca de um melhor encaminhamento do processo de investigação levantamos e catalogamos junto ao *Arquivo Público Municipal de Uberlândia, MG*, uma extensa quantidade de matéria jornalística acerca do processo de massificação do ensino. Nesta pesquisa, privilegiamos o *Correio de Uberlândia* que gozava de prestígio no interior do Estado de Minas Gerais, de acordo com a seguinte nota de 1959:

Dentro de breves dias o leitor uberlandense terá a oportunidade de receber, pela manhã, o jornal de maior tiragem da cidade. Estamos ultimando os estudos neste sentido, afim de que Uberlândia possa ser a primeira cidade, do interior do Estado, a ter jornal com entrega em domicílio. CORREIO DE UBERLANDIA, tendo, pois a primazia de ser o primeiro a funcionar com entrega domiciliar própria (Correio de Uberlândia primeiro Jornal do interior com entrega em domicílio. Correio de Uberlândia, ano XXII, nº 6984, de 17 de fevereiro de 1959, p.01).

Tais matérias, em confronto com outras reflexões a respeito da educação no seu sentido amplo, suscitaram alguns elementos de meditação acerca do processo de massificação do ensino caros ao campo educacional. Na argumentação deles estava explícita a busca de harmonização social. Esses relatos sobre o processo histórico da educação das massas nos propiciaram pensar com um pouco mais de acuidade a história da massificação do ensino em Uberlândia revisitando também outros documentos de natureza local.

Vejamos a abordagem sobre a localização da cidade de Uberlândia, no trabalho de Tito Teixeira (1970):

O Triângulo Mineiro é a 17.^a zona divisória do Estado de Minas Gerais, localizada a oeste do seu território, dividindo-se ao norte com o Estado de Goiás, com o Estado de Mato Grosso [do Sul] e ao sul, com o estado de São Paulo. A cidade de Uberlândia está situada na parte Norte do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, dentro das coordenadas: LATITUDE SUL 18.º - 54m; LONGITUDE 48.º 14m; ALTITUDE MÍNIMA - 722m; ALTITUDE MÉDIA 854m; ALTITUDE MÁXIMA 922m; TEMPERATURA MÍNIMA - 17.º; COMPENSADA - 21,4. º; MÁXIMA, 26,7. º; DESIGNAÇÃO PRIMITIVA: São Pedro De Uberabinha. Biografias e curiosidades sobre Uberlândia consultar a seguinte obra: TEIXEIRA, Tito. (1970). Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central - História da Criação do Município de Uberlândia. Uberlândia gráfica. (vol. I - 544p e vol. II - 508p.) A obra em questão, segundo o seu autor, "se funda em pesquisas documentárias e em conhecimentos pessoais, armazenados durante oitenta e quatro anos de existência, duramente vivida. (...) BANDEIRANTES E PIONEIROS DO BRASIL CENTRAL", é a recordação sempre presente de Uberlândia em seus primórdios e da região do Brasil Central, desde os tempos remotos. "HOC ERAT NOTIS".Era o que desejávamos (TEIXEIRA, 1970, p.7).

Este é um destaque do Prólogo da obra de Tito Teixeira, volume I. O segundo volume da obra traz biografias dos principais personagens que ajudaram a construir Uberlândia, abrangendo um período de 1818 a 1968. Desde então, relatos de caráter específicos têm nos ajudado na compreensão de especificidade e singularidade locais. Dentro da proposta de investigação o que ficou patente é que, essas singularidade e especificidade locais apresentam relevâncias passíveis de reflexões críticas. Tais relevâncias estão incorporadas num processo bem mais complexo do que as meras aparências transpostas na linguagem jornalística, portanto, não se deve olhá-las superficialmente. Elas estão intimamente vinculadas às questões de ordem política, econômica e sócio-cultural, desta feita não estando livres de incorporar o discurso ideológico predisponente no artifício liberal na sua trajetória histórica desde o século XVII até o século XX.

A práxis resultante da ação política nesse meio revela conexões com projetos de envergadura mundial e nacional. Isto significa que, nem sempre o que aconteceu ou acontece aqui em Uberlândia no campo educacional pode ser tomado como específico desse espaço geográfico. A fala dos articulistas traz à tona formas e determinações de projetos educacionais com raízes profundas num processo a que se convencionou chamá-lo democrático. Nas abordagens acerca do processo de massificação do ensino, como iremos demonstrar no decorrer desta pesquisa, percebe-se a eterna busca do consenso entre o ensino voltado para a ilustração e o ensino voltado para a prática, visando clientelas diversas: ensino normal para o preparo de professores de formação básica, o ensino profissionalizante visando o comércio urbano/industrial, o ensino rural devotado às práticas agropecuárias, com a meta de fixar o homem no campo, e, assim, evitar o “inchaço” das zonas urbanas. São algumas das preocupações presentes nas falas dos articulistas.

Buscamos analisar o processo de instalação e consolidação do ensino na cidade de Uberlândia, tendo como escopo documental os referidos textos jornalísticos e bibliografia específica sobre o tratamento histórico, o filosófico, o sociológico e o educacional da questão, sobretudo os seguintes autores: CHIAUI (1993); WIRTH (1982); PETITAT, (1994); LOBROT (1992); BASTOS & FARIA FILHO (1999); CATANI & BASTOS, (1997). Entendemos a importância de se realizar estudos desta natureza, pois embora existam estudiosos dedicados a essas questões, elas ainda carecem de maiores aprofundamentos.

Neste aspecto, entendemos como o ensino de massa, aquele modelo proposto no sentido de sua distribuição por todo país, desde o ler e escrever, passando pelo ensino técnico, magistério e outros modelos que levem em conta o aumento do efetivo escolar da população. O caráter específico dessas falas espelha as múltiplas faces do processo

contidas no discurso sobre a instrução e a educação, revelando os tentáculos de uma articulação política na especificidade do local e do regional (CASSIMIRO, 1974).

Segundo *Janaina Amado*,

[...] o estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo do regional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da história (como os movimentos sociais, ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade. A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social. (...) Por todas as razões expostas, a historiografia regional é também a única capaz de testar a validade de teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra o país como um todo, ou uma outra região, em geral, a hegemônica. Estas teorias quando confrontadas com realidades particulares concretas, muitas vezes se mostram inadequadas ou incompletas. Apesar de toda a riqueza de possibilidades, a historiografia regional conhece algumas dificuldades específicas – que costumo chamar de “armadilhas” –, em grande parte decorrente de possibilidades do tipo de relação mantido entre os centros hegemônicos do país, os pólos sócio-econômicos e culturais, e as regiões periféricas, mais pobres, e de como as pessoas vivenciam e introjetam estas relações. Com este aspecto, apesar de importante, normalmente é pouco discutido (AMADO, 1990, p.7-15).

Tomamos como base o pensamento de *Janaina Amado* e a relação existente com a imprensa local, quando a temática é a educação e a sua historicidade, tendo como parâmetro o sistema educacional brasileiro, no sentido de estabelecer comparações entre o que se produziu em termos do pensamento político em que a educação se fez parte integrante, verificando as aproximações aí existentes, isto é, o entrecruzamento do particular com o geral. Percebe-se, através de um olhar arguto, que o processo de massificação do ensino, como componente específico do singular, se prende a um contexto não menos complexo que é história política da cidade de Uberlândia no Triângulo Mineiro.

1.2 – Enunciado do Problema

O período histórico anterior aos anos 1940 traz alguns antecedentes que merecem ser mencionados com relação à educação de massas. Esta ganha contornos mais acalorados a partir da reforma de Francisco Luiz da Silva Campos em 1931. Francisco Campos não estava sozinho nessa luta política. Outros colaboradores também aparecem de forma destacada nesse processo. São eles: Gustavo Capanema, como um articulador político do período Vargas e Manuel Bergström Lourenço Filho, principalmente. Entretanto, ressalta-se o entrelaçamento do processo histórico-educacional com a política implementada durante a ditadura Vargas (1937-1945), um regime de exceção do qual fizeram parte tanto Campos quanto Capanema, convivendo com a idéia de acirramento do populismo e, já nos anos 1950, a ascensão do nacionalismo desenvolvimentista, com a entrada em cena de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1961) (SCHWARTZMAN et alii, 1984). O Nacionalismo desenvolvimentista do período de Juscelino deve ser entendido como a preparação do terreno para proporcionar uma aparência de “legalidade” (como um dos ícones o entusiasmo econômico – 50 anos em cinco, que alimentava as paixões das massas) ao regime militar que veio vingar em 1964 (BENEVIDES, 1979).

Quanto ao processo de massificação do ensino, esse passa a ser uma necessidade incontestável, sobretudo a partir de 1940, em várias partes do mundo, principalmente no Brasil, no qual o desenvolvimento do interior daria respostas às necessidades prevista no projeto de uma nação forte e unida em se tratando de fazer valer a política aplicada na educação. Lembremos que a Europa estava em guerra nesse período. “Segunda Grande Guerra”, trouxe algumas complicações para o cenário mundial, no que diz respeito ao ensino. A necessidade dos países do “Terceiro Mundo” em aprimorar um modelo de ensino capaz de respostas imediatas às necessidades sócio-econômicas, como

exemplo nesse processo de massificação e democratização, estava o ensino profissionalizante. A complexidade de tal processo está não só na adequação do ensino, da instrução e da educação do povo em geral, mas o como fazer para que o povo se alimente desse ideal apregoado durante esse período: democracia, liberdade, patriotismo. O cenário mundial montado a partir desse período convive com necessidades criadas; entre elas a reestruturação de nações potencialmente competitivas.

Os poderes públicos da cidade de Uberlândia compartilharam desse processo, como verificaremos no decorrer do nosso trabalho, não só aderindo o ideal de nacionalismo, pois havia algo também relevante nesse jogo, havia a construção de uma mística já implementada aqui desde a sua fundação. Era preciso zelar para que essa “vocação natural para o progresso”, não viesse a sucumbir diante de interesses que não fosse os de uma “Uberlândia grande”. Esse discurso que perpassa pelo processo de massificação do ensino relatado nos periódicos reflete bem o modelo de desenvolvimento do interior do país que viria a somar-se à idéia de nação hegemônica. A educação seria uma “ilustração” necessária para manter a cidade na vanguarda desse progresso pleiteado para a região. Buscava-se, para Uberlândia, sobretudo no final dos anos 1950, como que uma espécie de saída do anonimato geopolítico em se encontrava. A educação das massas, bem como a “convivência” do povo seria fundamental nessa tarefa.

Alguns antecedentes servirão para melhor balizar o nosso entendimento do contexto histórico em que se deu o processo de massificação do ensino na sua gênese, um desafio que se agiganta diante dos nossos olhos. A compreensão do processo histórico da massificação do ensino não é uma tarefa simples. Para nos entranharmos nesse processo alguns cuidados fizeram-se necessários, no sentido de perceber, que na sua historicidade, a preocupação fundamental era justamente que, a partir final do

século XVIII, preconizava-se a idéia de educar a massa, para que esta viesse contribuir, não só para continuidade de privilégios das classes abastadas, mas, sobretudo, para tornar possível a ação de evitar a sublevação daquelas.

A idéia presente no século XVIII era que existia um substrato importante para o processo, ou seja, o povo participaria dessa construção histórica nas condições de igualdade jurídica. As desigualdades de condições sócio-econômicas seriam mantidas. A questão é que os teóricos do liberalismo a partir do século XIX, ao apropriar-se do conceito de sociedade de massas expressam em seus discursos quase que uma apatia das massas em relação à ordem imposta. O povo, entendido enquanto massa, para efetuar essa contribuição para o progresso e para a modernização da sociedade, precisava de instituições que o guiasse, o organizasse, pois segundo esses teóricos, caso ele persistisse da forma como estava, caótico e desorganizado, representaria um perigo para o referido processo histórico. Uma educação para essas "massas" deveria ser pensada no curto, médio e longo prazo para equilibrar a situação.

No chamado "século das luzes" a maioria dos pensadores ligados aos pressupostos do liberalismo já apontava para essa questão em que as camadas populares se encontravam amorfas e "desprovidas de ideais". Estes caminhos procurados dentro da ótica liberal foram apropriados de maneira a dar asas à idéia de sintonia com a modernização conservadora da sociedade. Já no final do século XIX o conceito de sociedade de massas aparece de forma cristalizada, contrapondo ao conceito de sociedade de classes, um artifício caro ao pensamento liberal sofrendo permanente transformações em suas crises cíclicas.

O conceito de modernização implica em algum esclarecimento. Segundo Raymundo Faoro a expressão modernização já traz uma definição precisa, ou seja, algo resultante de uma imposição do moderno por parte de quem detém o poder econômico e

político principalmente (FAORO, 1977, POULANTZAS, 1977). Ao longo desse trabalho compartilharemos desse conceito levando em conta as diferenças apontadas pelos autores entre modernização e modernidade. Aliás, cabe ainda esclarecer que estamos lidando com o processo de massificação do ensino e a sintonia com o moderno como integrantes de uma história política.

O século XVIII, em termos de idéias voltadas para a educação de massas, embora conservasse o verniz característico daquele momento histórico, foi o grande responsável pelo parto do século XIX, no qual a educação em seu sentido amplo deixa em parte esse verniz que ainda caracterizava o século XVIII, para entrar de vez no campo da práxis, pois, havia “crises” à vista. A sociedade orgânica sai da esfera do romantismo já decadente e ganha contornos de uma necessidade premente, a partir do início do século XIX. A educação seria organizada segundo os ditames da razão em equilíbrio com os “ânimos” das massas, conferindo maior funcionalidade social.

Nas abordagens dos processos históricos, o que está em jogo são os conflitos existentes entre as classes. Acredita-se que com a questão da educação entendida em seu sentido amplo, essa teria que ser articulada em termos curriculares, para tomarmos como exemplo: o ensino organizado em escolas, o sistema orgânico, passaria por reformulações condizentes com a ordem dada. Porém, alguns aspectos deveriam ser pensados com relação ao currículo. Estes deveriam possuir dispositivos que trabalhassem as “paixões das massas”. As idéias desses dispositivos estavam presentes nas reflexões dos intelectuais ligados ao pensamento político liberal já no século XVII. Viveríamos numa sociedade equilibrados, organizados e ilustrados, com cada “peça” moldada a esse projeto social. Segundo Ernest Cassirer,

[...] só descobriríamos o homem “médico” – o homem das massas, relações cotidianas práticas e sociais. Nas grandes obras da história e da arte começamos a distinguir por trás dessa máscara do homem convencional, os traços do homem real, individual. Para podermos encontrá-lo, devemos

procurar os grandes historiadores ou os grandes poetas (...) A poesia não é uma simples imitação da natureza; a história não é uma narrativa de fatos e acontecimentos mortos. A história, assim como a poesia, é um sistema do nosso autoconhecimento, um instrumento indispensável para construir nosso universo humano (CASSIRER, 1997, pp.334-335).

A passagem ilustra com propriedade a questão de como lidar com o homem enquanto participe de um processo histórico, uma participação que nem sempre é uma escolha pessoal, o que está em jogo é o homem no coletivo, o homem novo proposto, sobretudo no ideário educacional da Revolução Francesa (LOPES, 1981; BOTO, 1996). Com o processo de massificação do ensino, o que está por traz são formações de bases estruturais que darão suporte àquilo que o liberalismo reformador do século XIX projetava e do qual a sociedade ocidental se fez herdeira. Os mínimos detalhes deveriam ser pensados e colocados em prática. Era preciso rever detalhadamente um currículo educacional condizente com as necessidades do processo histórico-educacional, verificar minuciosamente cada item do projeto integrante de uma sociedade a que se pretendia moderna e funcional. Assim,

A atitude liberal para com a sociedade é semelhante à do jardineiro que cuida de uma planta e que, a fim de criar as condições mais favoráveis ao seu crescimento, deve conhecer tudo o que for possível a respeito das estruturas e das funções dessa planta. [...] O liberalismo veio a ser considerado uma filosofia "negativa" porque não podia oferecer a cada indivíduo mais do que uma participação no progresso comum - progresso cada vez mais considerado natural e inevitável e não mais encarado como decorrente da política de liberdade. Pode-se mesmo dizer que o próprio sucesso do liberalismo tornou-se causa de seu declínio. Devido o êxito já alcançado, o homem se foi mostrando cada vez menos disposto a tolerar os males ainda existentes, que a essa altura lhe pareciam insuportáveis e desnecessários (HAYEK, 1990, pp.43-44).

O fato é que, sobretudo a partir dos anos 1940, na tentativa de solução dos problemas decorrentes da ordem sócio-econômica mundial, algumas dessas soluções foram apresentadas no plano teórico do liberalismo. A obra *O caminho da Servidão* (HAYEK, 1990) é um exemplo disso. Nota-se que nestas obras a educação aparece

como fator coadjuvante no processo sócio-econômico. A atenção desses autores estava mais voltada para os mega-projetos econômicos. É como se a economia mundial tivesse vida própria e independesse do amparo à educação das massas. Porém, há que ressaltar o saudosismo expresso na sua obra acerca da necessidade da recuperação dos clássicos do liberalismo do século XIX, mediante a crença na possibilidade de uma sociedade harmônica.

Não temos o direito de nos considerarmos superiores a nossos avós (...) nunca deveríamos esquecer que fomos nós, os homens do século XX, e não eles, que provocamos esta desordem. (...) O princípio orientador - o de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única que de fato conduz ao progresso - permanece tão verdadeiro hoje como foi no século XIX (HAYEK, 1990, p.214).

O fato é que autor manifestava sua preocupação em relação aos rumos tomados por um projeto de sociedade moderna ancorada nos princípios da social democracia, que passava vingar com força a partir dos anos 1940. Nesse tipo de ação política, leva-se em conta o problema da planificação econômica, muito criticada pelo autor. A partir dos anos 1940 o chamado Estado de Bem-Estar-Social mesmo sofrendo críticas dos autores do liberalismo reformador, projetava-se como a solução adequada àquele momento. A educação estava imersa nesse turbilhão de soluções de caráter em muitas oportunidades, visando curto, médio e longo prazos. Essas idéias fazem parte do corpus documental analisado nessa pesquisa – os jornais dos acervos: *Jerônimo Arantes* e do *Correio do triângulo*.

O estudo do processo de massificação do ensino em Uberlândia requer certos cuidados metodológicos. Devemos ter em mente que, dos anos 1940 aos anos 1960, teremos uma fase de recrudescimento do processo, assumindo múltiplas faces, com trânsito pela política econômica, a política partidária, os aspectos socioculturais, enfim, a luta contra o analfabetismo dentro do processo de democratização na sociedade brasileira. Um olhar atento através da leitura dos artigos jornalísticos é possível

perceber a lógica desse processo e, neste sentido, captar o seu enraizamento com o ensino monitorial/mútuo do século XIX (BASTOS & FARIA FILHO, 1999). Outra reflexão nos ajudou nesse entendimento da massificação do ensino no processo de democratização social, trata-se de Leôncio José Gomes Soares, na qual ele revela um pouco dessa questão dizendo:

A primeira Campanha de Educação de adultos foi um marco importante no processo de constituição do campo teórico-prático da área. A extensão territorial que ela abrangeu, o período que se desenvolveu e o material de fundamentação que produziu já justificaria a realização de pesquisas a esse respeito. (...) De 1947, data de seu lançamento, até o início da década de 50, um clima de euforia caracterizou o movimento: data desse período as suas principais conquistas. Entre aproximadamente 1951 e 1954, as atividades se expandem, embora não provoquem mais tanto entusiasmo (...) nesse momento há uma progressiva absorção da Campanha pela rotina administrativa. A partir de 1954, inicia-se sua fase de declínio:... "o voluntário praticamente deixa de existir, a execução dos planos pelos diversos Estados era freqüentemente precária". (...) Com a meta de abrir dez mil classes de ensino supletivo em cidades, vilas e povoados para adolescentes e adultos foi lançada em janeiro de 1947 pelo Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, a primeira campanha em âmbito nacional de educação de adultos. Antes de a Campanha ser lançada havia, um pouco mais de 2000 classes de ensino supletivo, concentrados na Capital Federal e nas capitais dos Estados. No ano anterior ao da Campanha, 1946, a matrícula geral atingiu 164.487 alunos, caindo para 120.165 à matrícula efetiva, sendo aprovados 56.570 alunos. Com o início do movimento, esses números se elevaram e o atendimento se estendeu pelos municípios do interior do país (SOARES, ANPED, 1997)¹.

Com relação à preocupação do pensamento político/educacional, no período compreendido entre 1940 e 1960, artigos jornalísticos ligados ao *ensino técnico* – comercial e industrial, ao *magistério* e à *Educação de Adultos e Adolescentes*, nos chamaram a atenção, pois eles inserem-se no plano nacional de erradicação do analfabetismo e no processo de democratização do ensino, merecendo estudo

¹ Trata-se de um trabalho apresentado por Leôncio José Gomes Soares na ANPED/1997 sobre “A Educação de Adultos na história: A Campanha de 1947”. Nesta comunicação, o autor referencia-se basicamente a dois estudiosos do tema, Celso de Rui BEISIEGEL & Vannilda PAIVA. Entre as obras relacionadas podemos destacar as seguintes: Sérgio Haddad, *Estado e Educação de Adultos 1964- 1985* (1991), tese de doutorado; Celso de Rui Beisiegel, *Política e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos*, (1974); Vanilda P. Paiva, *Educação Popular e Educação de Adultos*, (1987).

aprofundado por sua afinidade com a massificação do ensino, presente tanto nos meios jornalísticos como nas reflexões de intelectuais dos vários matizes.

1.3 – Delimitação do Problema

O problema educacional a partir dos anos 1940 necessitava maiores cuidados no sentido de dar respostas ao desenvolvimento sócio-econômico e cultural do povo. Principalmente porque as massas estariam em cena para “contribuir” para o desenvolvimento do país. O processo urbano industrial acelerava-se, exigindo-se uma outra configuração de sociedade, que não era uma realidade apenas brasileira, mas situado em um contexto mundial (MANNHEIM & STEWART 1962; MANNHEIM, 1962; 1971; 1973; 1974; 1982). Com o corte cronológico, de 1940 a 1960, temos a intenção de identificar, nas várias modalidades de alternativas educacionais divulgadas pelos jornais de Uberlândia, entre eles a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes, de iniciativa do Ministério da Educação, na gestão Clemente Mariani e com o aval de Lourenço Filho, que teve a sua discussão, principalmente, no referido período, atingindo relevo considerável em 1948, de acordo com o levantamento efetuado na imprensa local. Vejamos a nota a seguir:

*O Ministério da Educação e saúde acaba de tomar a iniciativa de executar o Plano de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos, autorizando para o corrente ano pelo Excelentíssimo Senhor presidente da Republica. Esse plano deverá ser executado com a cooperação de Estados, Territórios e Distrito Federal, mediante entendimento e acordo entre Ministério da Educação e Saúde e as diferentes unidades Federais conforme circular já expedida pelo referido Ministério. Visa o seguinte o plano a que nos referimos: instalar e por em funcionamento dez mil classes de ensinos supletivos, distribuídos por cidades, vilas e povoados de todo o país e realizar ao mesmo tempo, uma campanha de esclarecimento junto a associações e ao publico em geral, afim de que se consiga um amplo e profundo movimento de opinião em prol do desenvolvimento da Educação Popular (Nota: **Correio de Uberlândia**, ano IX, nº 2098, 24/02/1947. “Ensino Supletivo”, p.01).*

Os referenciais observados servirão de ponto de partida para a construção de novas abordagens que revisem conceitos supostamente cristalizados, tais como: o ensino de massa no processo de democratização, quando o assunto é centralizado na instrução e na educação. A cidade de Uberlândia, do período analisado, de acordo com a divulgação pela imprensa local, na visão dos articulistas, apresentava forte tendência para tornar-se um centro aglutinador de forças econômicas, sociais e políticas, intensificando o processo de desenvolvimento sociocultural, motivo que virá estimular a instalação de escolas na cidade – ensino supletivo, ensino primário, ensino técnico industrial, magistério de primeiro grau, visando atender a demanda emergente, em decorrência principalmente da própria dinâmica econômica.

O que está explícito no discurso jornalístico é que não se constrói um processo democrático com um “povo inculto”. Por intermédio do levantamento no *Correio de Uberlândia* (1940-1960), foi possível perceber os debates acirrados nos anos 1940, principalmente, acerca do processo de implantação de indústrias na cidade, atentando para a problemática do ensino técnico profissional e de alfabetização de maneira geral. Pensava-se, naquele momento, instruir a população para atender a demanda emergente, fruto da pretensa aceleração do Parque Industrial na cidade. Este fato merece ser mencionado, pois a partir dele nasce um certo entusiasmo por parte dos políticos locais, veiculando através da imprensa idéias ufanistas, tais como cidade vocacionada ao progresso, atraindo para esse local, grandes contingentes populacionais e, por extensão, fomentando a instalação de cinemas, teatros, enfim, locais de práticas culturais.

A participação do meio jornalístico no processo de divulgação de informações acerca das ações político-educacionais do município constitui-se uma iniciativa relevante no que concerne à estatística com o escopo de demonstrar a execução desse serviço, como podemos observar através do quadro abaixo com relação ao ano de 1952:

Quadro – 1 “Relação do serviço escolar do município de Uberlândia mantido pela Prefeitura Municipal, no exercício de 1952”:

UNIDADES ESCOLARES	Grupos Urbanos	Escolas Isoladas urbanas	Escolas Rurais	Total
NÚMEROS DE ESCOLAS	05	10	42	57
MATRÍCULAS	1339	786	1590	3.715
FREQÜÊNCIA	1.016	585	1.137	2.738
PROFESSORADO	49	19	42	110

Fonte: *Correio de Uberlândia*, ano IV, nº 3.571 de 31 de dezembro de 1952, p. 03.

As unidades escolares: os grupos urbanos, as escolas isoladas urbanas, as escolas rurais são parte da estatística revelada pela amostragem das iniciativas no campo da política educacional para o município. A preocupação com esses dados vai além da mera transparência da informação, pois são evidenciados o número de escolas, a matrícula da clientela, a freqüência dos alunos e o número de professores, que expressam a efetividade do apoio político à questão do ensino em Uberlândia, MG, no plano do discurso.

1.4 Hipóteses

Devemos começar a perguntar como os protagonistas da imprensa uberlandense discutiram os mecanismos de preparação da população, no que diz respeito ao atendimento da demanda pela formação escolar do seu “povo”, tendo em vista a estruturação da base para a formação intelectual, política e sociocultural. A hipótese é que o processo de massificação do ensino na cidade de Uberlândia vinha ocorrendo em sintonia com o processo mundiais e nacionais, baseados na literatura encontrada a seu respeito bem como na fala dos agentes observados na imprensa local. A massificação do ensino, só veio adquirir relevo considerável, do ponto de vista nacional, a partir do regime militar de 1964 (GERMANO 1995). Entretanto, devemos salientar que esta categoria, se analisada com mais acuidade, a mesma revela-se resultante de um processo

complexo e relativamente longo, não sendo fruto de uma casualidade, estando intimamente vinculado aos ideais do liberalismo e o processo histórico do capitalismo e sua lógica hegemônica sob o abrigo de uma roupagem democrática.

A sua discussão aparece nos jornais de Uberlândia assumindo faces diferenciadas em período anterior, porém, os dados coletados abrangem o período de 1940 a 1960 e deixá-lo-emos de lado. A reivindicação de escolas profissionais para Uberlândia, deve ser considerada uma das faces da massificação do ensino. Principalmente se atentarmos para o projeto político educacional do governo Vargas, que, no afã de proporcionar um direcionamento ao propósito inerente à exigência da sociedade política da época, na maioria das vezes mantinha cidades como Uberlândia numa espécie de anonimato geopolítico. A leitura que se pode fazer da época é que a sociedade política aqui presente teria voz suficiente para exigir maior participação no processo histórico, naquele contexto. Vejamos a seguinte passagem de *O Estado de Goyaz*:

*A construção pelo governo federal de um estabelecimento de ensino profissional em Uberlândia, a exemplo do que fez em Goiânia, medida elementar de administração racionalizada. Dizemos Uberlândia, não por hairrismo, mas por razões de ordem geografico-econômicas. Pois a nossa cidade constitui o ponto de convergência de todo o oeste brasileiro. Por outro lado, Uberlândia ainda não mereceu do governo da união, nenhuma iniciativa capaz de ajudar-lhe o ritmo fulminante de seu progresso contínuo. Considerando o interesse patriótico da união no desenvolvimento do oeste, é de se estranhar a exclusão das iniciativas oficiais federais com relação a Uberlândia. Este assunto já foi por diversas vezes debatido em nossas colunas. O interesse despertado foi enorme, daí a razão de estarmos repisando nessa tecla. Razões de ordem cultural e econômica clamam por iniciativa com urgência. Daí então o nosso apelo ao patriótico governo de Getúlio Vargas por mais um passo na nossa marcha gloriosa de emancipação econômica do Brasil. A instrução profissional além de promover o desenvolvimento técnico de nossos operários capacita-os a melhor poder aquisitivo, por lhes possibilitar meios de produção mais racionalizada. Como a nossa preocupação hoje é o desenvolvimento do mercado interno, não podemos esquecer o ensino profissional em nossos meios (Editorial: *O Estado de Goyaz*, ano nove, nº 717, de 01 de dezembro de 1941, p.01).*

Como foi possível observar, na voz dos protagonistas, as múltiplas faces da massificação do ensino, trazem à tona o debate em torno da sua viabilidade: como fazê-

lo, de que forma estruturá-lo, qual a melhor maneira de adequá-lo à realidade do sistema capitalista, e o problema da democratização do ensino, ou seja, educar a população para usufruir a cidadania, ou preparar mão de obra qualificada para atender à demanda emergente das necessidades inerentes ao próprio sistema capitalista. Não esquecemos que, neste período (1940-1960), o Brasil vivia o processo de industrialização, inserindo-se na ordem econômica capitalista. Octávio Ianni (1971), permite-nos entender esta dinâmica estruturação de forma sutil e sem fronteiras. O Brasil não foge à regra. Segundo Ianni.

[...] a economia atingiu uma fase determinada do seu desenvolvimento, a industrialização deixou de ser induzida, principalmente pelo seu estrangulamento do setor externo. E, por outro lado, manifestam-se as exigências estabelecidas pela própria reprodução capitalista, em âmbito mundial (IANNI, 1971, p.45).

O desencadear do processo histórico da massificação do ensino, veio se desenvolvendo de maneira geral, principalmente nas ações políticas em favor da disseminação do ensino ao povo, presente no ideal dos iluministas no final do século XVIII, ainda conservando o chamado polimento característico daquele período. No século XIX e durante o século XX, o que estava em jogo eram as diretrizes voltadas para democratização do ensino. A partir daí, o ensino devotado às massas deixava esse “verniz” característico da chamadas “elites” para entrar de vez no universo da prática. Cabe ressaltar ainda que o ensino característico das elites não deixou de existir. Ele continuou existindo, mas como mostraremos, não teria vida fácil. Mesmo porque, levar adiante um projeto liberal em que prevalecesse os ideais de democracia participativa, tendo no ensino o seu principal suporte, o confronto de um com o outro, revela as múltiplas faces que a massificação do ensino veio atingindo ao longo dos anos.

Com base no modo de estruturação da economia brasileira, nestes vinte anos analisados, fica patente que a educação entra como uma forma de garantir esta

reprodução do sistema capitalista, sendo ela parte que lhe dará respaldo e base de sustentação. Um olhar atento através das fontes jornalísticas permitir-nos-á apreender parcela deste processo na fala de seus articuladores, bem como perceber a proposta de melhor administrar a *massificação do ensino* em Uberlândia, ou seja, fica visível a estratégia de fornecer educação ao “povo” sem comprometer esta reprodução capitalista (GADOTTI, 1995; SILVA, 1996). Semelhante ao retrato exposto na imprensa local, outras obras serviram de referência para o nosso propósito de interpretação das falas aí presentes, pois, elas tratam da temática com aprofundamento e visão crítica, como Celso Furtado (1971) e Florestan Fernandes (1987).

1.5 Fundamentação Teórica: a proposta liberal de educação

O projeto de educação, a partir da Primeira República, mantém os pressupostos liberais do início do século XIX imerso no discurso da época, entretanto, este mesmo discurso não deve ser tomado na íntegra como uma cópia fiel do modelo liberal europeu, são realidades diferenciadas, são especificidades características de cada lugar (CARDOSO², 1990; CARVALHO, 1981; 1998). Quando abordamos a questão do processo histórico vinculando-o ao processo de massificação do ensino, enquanto objeto de análise, nossa intenção é a de mostrar as suas ramificações e filiações ideológicas manifestas no discurso jornalístico, tomando ciência de que estamos tratando de

² Na obra organizada por Vicente Licínio Cardoso, podemos entrar em contato com alguns textos acerca da República, os quais fazem referência ao projeto de educação no Brasil ancorados em sua maioria nas idéias positivistas. Sem dúvida referenciais importantes do pensamento brasileiro para quem deseja desenvolver pesquisas no campo educacional e fundamentar críticas ao modelo de educação contemporânea. Entre esses textos apontamos: A. Carneiro Leão – “Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras” pp.15-29; José Antônio Nogueira – “O Ideal Brasileiro Desenvolvido na República”, pp.79-96; Oliveira Vianna, “O idealismo da Constituição”, pp.121-141; Ronald de Carvalho, “Bases da Nacionalidade Brasileira”, pp.179-198. Alceu Amoroso Lima – Tristão de Athayde, “Política e Letras”, pp.209-255; Vicente Licínio Cardoso, “Benjamin Constant o Fundador da República”, pp.257-277. Ver: CARDOSO, Vicente Licínio (org.) (1990). *À Margem da História da República*. Recife: Massangana, 305p. A primeira edição da obra datada de 1924 traz originalmente o título de *À Margem da História da República: idéias, crenças e afirmações*.

realidades específicas, não possui uma identidade real com o liberalismo clássico europeu: Adam Smith, Montesquieu, Rousseau, Tomas Hobbes, Stuart Mill, só para citar alguns dos autores mais significativos do pensamento político.

As articulações presentes no discurso jornalístico, tanto a respeito dos aspectos micro e macros estruturais quanto na formulação curricular e projetos educacionais direcionados para as massas apontaram para esse modelo de representação política, cujas raízes, as minúcias imanentes do discurso vincula-se ao modelo liberal idealizado pelos pensadores dos séculos XVII, XVIII e XIX. A história da massificação do ensino traz este aporte teórico (BOURDIEU, 1989; CHARTIER, 1990; 1997; INÁCIO FILHO, 1997). Não estando alheio ao processo histórico da educação de massas, procuramos evidenciar, através das falas dos articulistas dos artigos, suas preocupações, suas filiações a projetos políticos de orientação liberal, quando propuseram discutir a questão do analfabetismo, o ensino profissionalizante, enfim, as tessituras passíveis de serem observadas mediante a comparação com o que se produziu no que tange ao universo historiográfico e educacional.

As reflexões que fizemos acerca da educação de massas procuraram, na medida do possível, enxergar o processo da massificação do ensino com componente de uma estrutura complexa e participante de projeto político que estava presente nas idéias dos intelectuais do pensamento político do século XVIII, mas que ganhou uma forma diferenciada no século XIX, mediante as transformações inerentes a todo e qualquer processo histórico (CERRONI, 1975; ENGELS, 1979). No caso da imprensa local, baseado na fala dos articulistas, este projeto de educação exigido pelas condicionantes do processo histórico do ensino em Uberlândia, tais como: educação do povo enquanto substrato para o desenvolvimento da região, os aspectos inerentes aos investimentos para conseguir levar avante o ideal de cidade líder de um espaço geoeconômico, a

batalha de políticos e educadores em torno de um ideal comum de cidade rica e ilustrada, assume contornos mais acalorados no período em estudo.

A natureza dessa modalidade de proposta de ensino explicita as singularidades e especificidades locais. Mostraremos que tais especificidades e singularidades possuem raízes profundas com o processo que viria se desenvolvendo universalmente. A cidade de Uberlândia surgia como parte integrante deste projeto maior. Foi necessário buscar nos clássicos do pensamento político de orientação liberal auxílio para explicar o processo que estava ocorrendo em Uberlândia entre os anos 1940 e os anos 1960. Não vislumbramos a investigação desse processo sem apontar para essas coordenadas, pois, caso contrário, ficaríamos sem “chão”, sem o alicerce necessário ao entendimento da massificação do ensino e suas amaras com os projetos de orientação liberal. O projeto de sociedade moderna, elaborado dentro dessa ótica, estruturou-se basicamente no campo das representações políticas, em que o seu pressuposto básico é a sua funcionalidade.

Para prosseguirmos nesse trabalho de reflexão e análise dos artigos jornalísticos, no que tange a educação e a instrução, voltada para o ensino de massa, fez-se necessário uma busca teórico-metodológica acerca da especificidade do tema, ou seja, da sociedade de massas (ORTEGA Y GASSSET, 1987; COHN, 1973); MILLS, (1975); CANETTI, (1997). Neste aspecto, além das abordagens referidas, privilegiamos as leituras relacionadas ao ensino de adultos e adolescentes, as obras vinculadas às interpretações do universo escolar, principalmente a produção recente, seja em teses, dissertações e obras organizadas, seja nas abordagens veiculadas nos periódicos educacionais. Só para citar exemplos, temos a Revista de Educação e Filosofia, bem como o livro organizado por *Maria Heleno Câmara Bastos*, obra que trata especificamente do *Ensino Monitorial-Mútuo* (século – XIX), a origem da sistematização do ensino de “massa”.

Além de outras obras a respeito do processo histórico em si e sobre o processo histórico-educacional (PAIVA, 1987).

No cerne do pensamento educacional, verifica-se a articulação de uma estratégia: de convencer a população da necessidade de adquirir instrução e educação. Dessa maneira, tornaria viável a proposta daquele momento histórico, isto é, inserir o país no âmbito dos países democratizados e civilizados, através da escolarização da população. Nessa intenção, cada membro da sociedade passa a ser visto como um potencial a ser explorado economicamente sob o estigma de sujeito "culto" e historicamente integrado ao modelo em questão:

[...] para compreender, digamos, as noções de ciência e de indivíduo, como são particularmente empregados em educação, precisamos vê-las como categorias basicamente ideológicas e econômicas, essenciais tanto à reprodução de agentes para ocupar os papéis econômicos existentes quanto à produção de tendências e significados, nesses agentes, que "farão" com que aceitem esses papéis alienantes sem muito questionamento (APPLE, 1982, p. 22).

Percebe-se, ainda, a tentativa dos articulistas locais em relacionar a expansão do ensino com a democratização do mesmo, porém, esse discurso objetivava apenas escamotear as suas reais intenções: a formação de um mercado de trabalho qualificado e também a necessidade de estruturar uma base pedagógica que viesse respaldar o objetivo proposto pela situação vigente, como educar a população para participar do processo democrático e, ao mesmo tempo, articular uma estratégia de ensino que permitisse o controle social, manter a ordem estabelecida naquele contexto histórico.

A educação, como objeto de investigação histórica, tem sido a preocupação de pesquisadores nas últimas décadas, a exemplo dos grupos de pesquisadores envolvidos com a busca constante de fontes, bem como analisando e interpretando construções no âmbito do processo histórico. A escolha do objeto recaiu sobre o *Correio de Uberlândia* principalmente, por ser o jornal de maior relevância na região do Triângulo Mineiro.

começando inclusive pela sua data de fundação e seu propósito de formar e informar o povo uberlandense e região. Desde o momento em que surgiu, teve entre os leitores dessa região a preferência, por elevar, na maior parte das oportunidades, o nome da cidade de Uberlândia à categoria de líder de uma região economicamente forte. O que este jornal representou a respeito na formação da opinião pública e continua representando é algo que não deve ser relegado ao esquecimento. A reportagem abaixo parece não deixar margem a dúvidas quanto à idéia de credibilidade do jornal:

O Correio de Uberlândia completa hoje 21 anos de circulação, fundado a 7 de fevereiro de 1938. Jornal eminentemente popular, a acompanhou, durante esses quatro lustros de sua existência, o desenvolvimento de uma cidade, batalhou por ele, tornou-se escriptorio de sua história, pois os mais importantes fatos desfilaram por suas páginas numa ciranda contínua. Hoje como um jornal que se agiganta e cresce, estamos satisfeitos de podermos entregar ao público uberlandense a edição do Correio de Uberlândia que marca a transfiguração de mais um ano de existência. O jornal progride em função direta do apoio e da simpatia que a população da cidade nos dá. E esta, para satisfação nossa nunca faltou, razão que justifica os grandes planos de melhoramentos que temos aqui no jornal. Congratulamo-nos, principalmente como o povo de Uberlândia, a quem devemos nossa existência de jornal do povo, também pela data de hoje: 21 anos de existência. Emancipação e maioria do nosso jornal. (...) Nossos colaboradores diretos: oficinas: José Pereira, Álvaro Araújo, Antônio de Oliveira Campos, Lô José Floriz, Walter, Joãozinho, Itamar, Jornalista Marçal Costa - redator-chefe do Correio de Uberlândia, Dr. Valdir Melgaço Barbosa - editor do Correio de Uberlândia (Correio de Uberlândia 21 anos de existência. Correio de Uberlândia, ano XXI, nº 6.978, de 7 de fevereiro de 1959, p. 1).

Entretanto o apego somente a essa modalidade de fonte pode parecer insuficiente para conferir alicerce sólido à nossa investigação acerca da massificação do ensino e as suas implicações políticas e ideológicas. Recorremos a uma gama de conceitos, tanto envolvendo a imprensa quanto interpretações elaboradas no âmbito do processo histórico, assim como as reflexões construídas ao longo dos séculos XVIII e XIX, bem como as publicações recentes, em que a educação faz-se presente, seja como assunto tratado diretamente, seja como proposta de estruturação em bases científicas, cujo

escopo é o de demonstrar as dimensões da história da educação e os possíveis trajetos a serem percorridos (RIBEIRO, 1993; GUARATO, 2001; SANTOS, 2000).

Um desses trajetos pode ser observado no MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização. Arlindo Lopes Corrêa faz uma defesa apaixonada do MOBRAL, rebatendo críticas a seu respeito, discordando, por exemplo, que:

(...) o MOBRAL, rico, poderoso, ambicioso, extrapolando seus objetos, estaria a causar um enorme mal ao Brasil e ao seu povo, seria uma grande fraude. (...) temos muito poder, sem dívida: o poder de solucionar enormes problemas crônicos de nosso país. Temos riqueza também: somos ricos em realizações e pelo fato de contarmos com centena de milhares de pessoas de boa vontade, trabalhando em benefício de milhões de brasileiros carentes. E temos ambições, é claro, pois sabemos de nossa capacidade de servir e queremos fazer cada vez mais. Mas a fraude, essa só existe nas idéias, nas palavras e nos gestos dos que tentam macular o nosso estrondoso sucesso (CORRÊA, 1979, pp. 11-13).

Neste sentido, a preocupação em compilar documentos com a meta de contribuir para a fundamentação no esclarecimento de contextos históricos diferenciados, constitui-se num ponto de referência do qual não poderemos abdicar. A lógica apresentada pelo autor é reveladora daquela máxima muito corrente entre os anos 1940 e 1960 de que era preciso correr contra o tempo, quando o assunto era a educação das massas. De acordo com outra abordagem, *(...) no governo Costa e Silva, deu-se origem, pela Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), fruto do trabalho de um grupo interministerial (GUARATO, 2001, p.1)*. Esse processo atropelado dessa maneira se constituiu num contra ponto às idéias calcadas nos pressupostos do liberalismo que era necessário propiciar uma educação de qualidade à maioria da população do país, pois o mesmo dava ênfase à alfabetização funcional. A preocupação fundamental do Movimento Brasileiro de Alfabetização era com a inclusão no processo educacional da maior parte da população seguindo as prerrogativas apontadas no modelo capitalista: modernizar para poder

competir. Buscava-se aproximar-nos aos países “avançados”, todavia sem nenhum compromisso com a educação de qualidade.

Ao propormos um estudo sobre a história da educação, com vistas ao nosso objeto de pesquisa, cabe lembrar que vínhamos de uma experiência anterior, a investigação nas instituições escolares, mediante consulta à documentação existente nestes “locais da memória” (MAGALHÃES, S/D). Esta nossa visita aos acervos das escolas, foi o bastante para verificarmos o quanto houve descaso para com a preservação destas fontes históricas, seja por descuido, seja por falta de treinamento ou mesmo desconhecimento da importância daqueles “materiais”, de responsabilidade da comunidade escolar que os manuseavam.

Com relação ao levantamento na imprensa, não houve tanta diferença se comparado ao corpus documental das escolas, pois estes também devem ser vistos com bastante cuidado, com zelo. Aliás, Maria Helena Câmara Bastos nos dá a tônica do processo em relação à imprensa periódica educacional ao revelar que:

A pesquisa histórica em fontes documentais torna-se muitas vezes precária, tanto pelo desconhecimento do que há de fonte de pesquisa, como pela inadequada catalogação e conservação. Este problema agrava-se quando se pesquisa a história da educação brasileira, principalmente no tocante à história de sua imprensa periódica educacional. A imprensa pedagógica – instrumento privilegiado para construção do conhecimento, constitui-se em um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou grupo social, a partir da análise do discurso veiculado e a ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar. Prescrevendo determinadas práticas, valores e normas de conduta, construindo e elaborando representações do social, a imprensa pedagógica afigura-se como fonte privilegiada de estudo: jornais, boletins, revistas, magazines; feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partido, Associações e Igrejas. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e as filiações ideológicas, as práticas educativas e escolares... (CATANI & BASTOS, 1997, pp.173-187).

Cabe ressaltar os cuidados a serem tomados ao trabalhar a imprensa, enquanto método e objeto de investigação histórica, seja ela imprensa pedagógica seja ela de

outra natureza, no nosso caso a imprensa comum, os cuidados no seu manuseio é fundamental. A forma de adentrar ao processo de investigação requer tino e astúcia na percepção das relações possíveis de se estabelecer, principalmente no trato com a documentação. São variáveis importantes envolvidas no processo investigativo: tempo, memória, sociedade, localidade, coordenadas históricas, interesse político, formação de opinião pública.

Bastos (1997) na obra reúne pesquisas de estudiosos da História da Educação no Brasil e no Exterior. Nos textos contidos nesta obra é analisada especialmente a imprensa periódica educacional entendida como fonte essencial para uma investigação do processo histórico-educacional nos seus vários aspectos: cultural, social, econômico, político, o que nos motivou uma leitura cuidadosa como forma de apreender a argumentação apresentada sobre pesquisas educacionais na imprensa.

No sentido de buscar uma melhor compreensão do processo histórico-educacional referenciamos também em *Dermeval Saviani* que, com as suas reflexões trouxe luz para a construção de novas abordagens nos orientado neste espaço de conflito que é a História da Educação, chamando atenção não só para o processo em si, mas sugerindo métodos de investigação histórica neste campo e convidando ao debate. Saviani aponta algumas questões que permitem refletir com mais cuidado o processo histórico-educacional hoje:

A propósito, cabe observar a dificuldade dos historiadores em reconhecer a educação como um domínio da investigação histórico.(...) Deve-se, reconhecer, porém, que os investigadores-educadores especializados em História da Educação têm feito grande esforço de sanar as lacunas históricas teóricas, adquirindo competência no âmbito historiográfico capaz de estabelecer um diálogo de igual para igual com os historiadores. E, ao menos no caso do Brasil, cabe frisar que esse diálogo tem se dado por iniciativas dos educadores, num movimento que vai dos historiadores da educação para os, digamos assim, "historiadores de ofício" e não no sentido inverso. (...) O reconhecimento do empenho dos historiadores da educação não deve obscurecer, porém, as reais dificuldades teóricas. Dir-se-ia que, até mesmo em razão do mencionado empenho em se colocar em dia com os avanços no campo da historiografia,

detecta-se uma tendência em aderir às ondas que aí se manifestam (SAVIANI, 1998, pp.12-13).

Na proposta do autor é possível perceber a preocupação com os “modismos” existentes hoje, quanto à pretensão de seguir determinadas linhas historiográficas, como História da Cultura, História das Mentalidades, História das Idéias, entre outras, enquanto a Educação permanece à margem do processo, enquanto objeto de investigação histórica.

No campo da interpretação, vão surgindo análises dando forma e conteúdo histórico-crítico, principalmente buscada nos chamados clássicos do pensamento educacional brasileiro, entre os quais podemos apontar *Anísio Teixeira* (1956; 1976; 1977) e *Fernando de Azevedo* (1971). Décio Gatti Júnior (1996) procura identificar os marcos deixados por este importante estudioso do processo histórico educacional brasileiro, um estudioso que contribuiu para a construção de uma “identidade nacional” pelo viés conservador. Aliás, como ele sustenta:

O conservadorismo que sua ação política expressa só pode ser compreendido no interior do processo de fortalecimento da burguesia nacionalista brasileira. Fernando de Azevedo é a expressão mais acabada, pelo menos no cenário educacional, das aspirações desta nova classe que se consolida no Brasil dos anos trinta.(...) É considerado por seus pares como sendo o legítimo porta-voz daqueles que viriam a ser chamados de pioneiros da educação nova (GATTI JR., 1996, p. 51).

As interpretações acima referidas nos ajudaram a perceber que a história se constrói tendo como suporte teórico-metodológico a documentação, em se tratando de História da Educação Brasileira, dentro de uma ótica local e regional, não é diferente. Assim sendo, o acervo documental referente à imprensa, não devem ser ignorados, especialmente os jornais locais, os quais propusemos investigar.

Marilena Chauí aponta algumas questões que permitem um aprofundamento no entendimento do conceito “massas”, conceito vinculado a uma prática política largamente utilizada pelos ideólogos do populismo, tendo presença marcante em projetos educacionais. Observemos com atenção a fala da autora, acerca do entendimento do que são “massas”:

Para aqueles, que como nós, pela experiência histórica do populismo, as expressões “cultura popular” e “cultura do povo” provocam certa desconfiança e vago sentimento de mal-estar. No entanto, convém admitir que tais reações nascem da lembrança do contexto político em que aquelas expressões foram abundantemente empregadas em quaisquer das modalidades, paternalistas ou justiceiros, o populismo é uma política de manipulação das massas, às quais são imputadas passividades, imaturidade, desorganização e, conseqüentemente, um misto de inocência e de violência que justificam a necessidade de educá-las e controlá-las para que subam “corretamente” ao palco da história (CHAUÍ, 1993, p.61).

Do ponto de vista teórico-metodológico, interpretações como a mencionada acima, vieram subsidiar a condução da pesquisa. O que procuramos, como procuramos e que precisamos compreender para avançarmos na nossa análise, enfim, qual o instrumental necessário no sentido de prosseguir a caminhada. Nesta empreitada, procuramos aventar a possibilidade de avançar na proposta de investigar novas linhas de pensamento. Elas poderão surgir a partir dessa busca, análise e interpretação dos dados colhidos, ou melhor, mostrar a possibilidade de avanço na compreensão do processo educacional brasileiro, por intermédio da indagação nos textos da imprensa local, bem como o seu tratamento dado à Educação. Buscamos identificar no processo de massificação do ensino, o ideário de uma identidade local, a qual se prende a um contexto abrangente (BASTOS & FÁRIA FILHO, 1999).

Um dos exemplos do início do ensino de massa, enquanto sistema orgânico poderíamos citar o exemplo do ensino monitorial/mútuo, datado do limiar do século XIX, aliás, estudo efetuado por Maria Helena Câmara Bastos, que discute o Ensino

Mútuo, uma prática datada do início do século XIX, em especial na Europa, alastrando-se pelo Brasil, (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul), podendo ser considerada como embrião do processo de massificação do ensino.

O ensino passa ser visto como uma necessidade de dar suporte teórico e prático ao modo de produção capitalista. O que está imerso no discurso, e, como fazê-lo, de que forma estruturá-lo e como adequá-lo àquela realidade a baixo custo, implementando-o à grande massa populacional. A população que aumentava vertiginosamente necessitava de instrução e educação. Para fazer valer esta modalidade na prática, investimentos são reivindicados para aquisição de material didático-pedagógico, de prédios condizentes com número de alunos e de professores preparados para encarar o desafio exigido pelo momento histórico.

1.6 Metodologia

As entrevistas, as crônicas, as notícias, os anúncios educacionais, os editoriais, a respeito de instituições escolares, as posturas diferenciadas acerca do pensamento educacional, poderão ser entendidos como reflexos de modelos políticos adotados no país e as “evidências” ali encontradas poderão trazer à tona questões relevantes que mereçam análise mais acurada, verificando e comparando seu conteúdo ideológico.

Não estando alheio ao processo histórico da educação de massas, procuramos evidenciar, através das falas dos articulistas dos artigos, suas preocupações, suas filiações a projetos políticos de orientação liberal, quando propuseram discutir a questão do analfabetismo, o ensino profissionalizante, enfim, as tessituras passíveis de serem observadas mediante a comparação com o que se produziu no que tange ao universo histórico e educacional.

As "massas" presentes na fala dos articulistas trazem uma clara conotação de instrumento de manobra, são os incultos, os incapazes, enfim são os culpados pela grande mazela educacional e pelo atraso sócio-econômico em que se encontra o país.

Objetivamos desenvolver estudos sobre a *História da Educação Brasileira*, procurando compreender que a mesma se faz com base em fontes, sejam elas primárias, secundárias, orais, iconográficas, em nosso caso as impressas, indagando acerca da massificação do ensino, veiculado nos periódicos de Uberlândia.

Em nossas fontes principais (*Correio de Uberlândia*, e *O Estado de Goyaz - 1940-1960*) foram efetuados levantamentos e catalogações, privilegiando textos relacionados à *Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes*, discutida, de acordo com coleta dos dados, nos anos quarenta principalmente, bem como outras abordagens vinculadas ao *Ensino Técnico, o Magistério na Zona Rural*, com as falas a respeito do ensino, quando este se voltava para a proposta de estendê-lo à maioria da população. Esta preocupação com o ensino massificado tem aparecido com frequência nas fontes consultadas. A maneira de abordar nos chamou a atenção no sentido de captar o discurso dos protagonistas aí presentes, perpassando um período de vinte anos.

A proposta de ensino apresentava um caráter ideológico, sendo também o desejo de manter interesses que dessem respostas satisfatórias às regras do jogo, entre eles o de formar bases infra-estruturais para o processo de qualificação da mão-de-obra, necessária à fase industrial do capitalismo (TEIXEIRA, 1956; 1976; 1977). Os artigos sobre o ensino técnico – comercial e industrial, o magistério, e a *Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos*, de iniciativa do titular da pasta do *Ministério da Educação e Saúde*, notadamente nos anos 1940, mas pudemos visualizar esse embate também nos anos 1950.

Percebemos que esta Campanha e outras propostas de ensino visavam elaborar projetos de educação que dessem conta de instruir a população de maneira geral, assumindo o caráter massificador enquanto preparadora não só de quadros profissionais eficientes no manejo do instrumental de trabalho, mas também a instrumentalização dos indivíduos, independentemente de sua condição social, econômica e política. Procuramos ainda comparar os textos jornalísticos: artigos, notas editoriais, reportagens, buscando as afinidades entre eles, bem como as relações estabelecidas com esta educação direcionada à população de forma abrangente – ensino técnico industrial, magistério de primeiro grau, ensino primário, na ótica dos artigos de educadores como *Mário Pinto Serva, Mário Magalhães Porto, Osvaldo Vieira Gonçalves e outros.*

Os periódicos uberlandenses absorvem o referido discurso, o que de certa forma permitiu, por parte da imprensa local, chamar atenção para a questão do ensino e da educação, “obedecendo” uma diretriz imanente do processo político do período em estudo. A necessidade de “reeducar” a população decorre de que nesse período havia um sistema orgânico de educação ainda incipiente no país.

Nesse sentido, a imprensa teve papel fundamental na divulgação de propostas educativas, tendo em vista a consolidação da idéia de estender a educação à maioria dos “iletrados”, pois estes absorveriam com maior facilidade a proposta daquele momento histórico. A nossa investigação tem verificado que a sociedade política presente nessa região, não estava alheia ao processo que ora se desenrolava. Lembramos ainda que no processo de reflexão a imprensa não será tratada apenas como fonte, porém, devido à sua importância enquanto formadora de opinião pública, deve ser tratada também como objeto da *Historia da Educação*.

A construção de escolas, a conservação das escolas já existentes, a precariedade do número de professores para atender às necessidades advindas do processo sócio-

econômico, a relação política da região do Triângulo Mineiro com o restante do estado de Minas Gerais, a formação de contingentes populacionais, tendo em vista o aumento do eleitorado são algumas das variáveis previstas no processo de massificação do ensino em Uberlândia no referido período.

Porém, como manter a maior parte da população sobre controle e ao mesmo tempo proporcionar-lhes a educação adequada aos moldes ditados pelo processo político, desenvolvido a partir dos anos 1940, preenchendo-lhes os seus anseios de liberdade, sem comprometer a estrutura do sistema de exploração econômica? Ficam evidentes as articulações sutis em torno do prosseguimento do projeto de educação preconizado pelos articulistas, bem como o seu elo com o liberalismo, ressaltando-se as diferenças peculiares ao local e o contexto histórico daquele momento. É como se dissessem que

[...] para ser livre, é preciso ser capaz de conceder um empreendimento difícil e nele perseverar, ter o hábito de agir por si mesmo; para ser livre, é preciso se habituar a uma existência plena de agitação, movimento e perigo; estar constantemente atento e cada instante, dirigir um olhar inquieto ao redor de si: a liberdade tem este preço (WEFFORT, 1995, p.157)³.

Procuramos ainda comparar os textos jornalísticos (*em torno de 30*, entre artigos, notas editoriais, reportagens), buscando as afinidades entre eles, bem como as relações estabelecidas com esta educação direcionada à população de forma abrangente – ensino técnico industrial, magistério de primeiro grau, ensino primário. Na incursão através da imprensa, percebemos uma preocupação em relacionar a educação ao desenvolvimento do país, como se a inércia industrial do Brasil fosse fruto da ausência de operários

³A obra sintetiza o pensamento dos chamados clássicos do liberalismo no século XIX. É interessante observar que a passagem acima é sintetizada na frase de Thomas Jefferson: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”. Esta observação encontra-se na mesma obra p. 157, frase usada como lema dos partidos brasileiros ligados à ideologia liberal (UDN, PSD). Cf., WEFFORT, Francisco (1995) (org.) *Os Clássicos da Política*. 5ed São Paulo: Ática, (Vols. 1 e 2).

qualificados, em decorrência da inexistência de escolas, tanto técnicas quanto de alfabetização.

O posicionamento estratégico da cidade de Uberlândia permitiu, por parte da imprensa local chamar atenção para a questão da educação obedecendo a uma diretriz imanente do processo político do período em estudo. Com isso, queremos mostrar que, ao propormos um estudo do processo de massificação do ensino tendo como fontes os jornais, deve ser levada em conta a verificação de uma possibilidade de intervenção social através do desvelamento de questões delicadas do ponto de vista das representações coletivas.

O discurso jornalístico apresenta representações no campo da política construídas ao longo dos tempos. Essas características observadas fogem à natureza local. Com a massificação do ensino, foi e continua sendo assim, pois ela, além de estar intimamente vinculado ao processo histórico da política ancorada nos pressupostos liberais, deixa transparecer o subterfúgio das intenções premeditadas no campo educacional. Essas são algumas das observações que não devemos descurar delas, mesmo em se tratando de especificidade e singularidade locais, elas não são exclusivas de um determinado espaço e tempo.

No primeiro capítulo, mostraremos que, para entender o processo de massificação do ensino, a condição suficiente e necessária é que tenhamos uma sociedade de massas, categoria que despertou interesse mais acentuado a partir do século XVII com os pensadores clássicos da política. Esses pensadores inicialmente viam com desconfiança a ascensão das massas, na maioria das vezes as enxergavam de forma pejorativa. No entanto, com o passar dos anos, essa categoria revelou-se um campo teórico fértil para dar suporte às práticas liberais e capitalistas visando uma melhor funcionalidade social. Esse discurso é incorporado pelas discussões dos jornais

de Uberlândia, sendo que as aproximações existentes entre o pensamento liberal e a forma de ação educacional do corpo político local, entram como componentes na história política da cidade para adequar às propostas de desenvolvimento e propiciar uma base sólida de afirmação de uma mística surgida desde a sua emancipação política ocorrida no final do Século XIX.

No segundo capítulo, daremos continuidade à discussão mostrando não só o panorama educacional no Brasil, passando pela pauta do liberalismo do Império e o pensamento brasileiro acerca de propostas educacionais direcionadas às massas no seu final, mas também o modelo republicano com propostas de projetos de ensino pelo mesmo viés ancorado nas idéias positivistas (CARNEIRO LEÃO, In: CARDOSO, 1990). As ações políticas no campo educacional, encontradas nos jornais uberlandenses, revelam essa sintonia com um processo que viria se desenvolvendo tanto no plano mundial quanto no plano nacional.

O terceiro capítulo é uma argumentação acerca do desenvolvimento do processo de massificação do ensino, explorando fontes jornalísticas que tratam especificamente da forma como ele ocorreu em Uberlândia, bem como o seu elo com esse projeto de uma sociedade funcional que não deve ser encarada de maneira desvinculada do contexto histórico mundial. O estigma de uma modernização conservadora segue doutrina liberal onde a massificação do ensino em Uberlândia aparece sob o abrigo da democratização social vinculando-a a um conceito específico de homem civilizado, como o homem novo caro ao pensamento político característico do processo da Revolução Francesa. O que estava explícito no modelo de ensino nas articulações dos idealizadores dessa revolução, não era apenas o ato de tornar público o mesmo, mas também a sua universalização.

CAPÍTULO 1

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO: A PROPOSTA LIBERAL E ILUMINISTA DE EDUCAÇÃO

[...] o que chamo de virtude na república é o amor à pátria, ou seja, o amor à igualdade. Não é a virtude moral, nem a virtude cristã, é a virtude política; e este é o motor que move o governo republicano, como a honra é o motor que move a monarquia. Logo, o que chamei de virtude política o amor à pátria e à igualdade. Tive idéias novas: logo, foi preciso encontrar palavras novas, ou dar as antigas novas acepções. Aqueles que não entenderam isto me fizeram dizer coisas absurdas, que seriam revoltantes em todos os países do mundo porque em todos os países do mundo se quer a moral... Em uma palavra, a honra está na república, ainda que a virtude política seja o seu motor; a virtude política está na monarquia, ainda que a honra seja o seu motor. Enfim, o homem de bem... Não é o homem de bem cristão, e sim o homem de bem político, que possui a virtude política da qual falei. É o homem que ama as leis de seu país e age por amor às leis de seu país. Dei uma nova luz a todas as coisas... E, na maior parte dos lugares onde usara a palavra virtude, coloquei virtude política.

MONTESQUIEU, **O Espírito das Leis**, 1748.

1.1 Da idéia de ilustração ao conceito de sociedade de massas

O pressuposto básico de uma sociedade de massas no mundo ocidental e em especial no Brasil nasce de uma legitimação do processo histórico da República com a sua idéia de unidade. Tal processo, não surge por acaso, decorre de um desencadear histórico/sociológico/filosófico presente nas abordagens dos pensadores clássicos da política e em outros intelectuais contemporâneos, comprometidos com as reflexões em torno dessa questão, da qual a educação, enquanto objeto de indagação histórica, não deve ser vista à margem desse processo político, mas intimamente ligado a ele. Com relação à Uberlândia, veiculada na mídia como "cidade jardim", situada no Triângulo Mineiro, veremos algumas dessas formas de legitimação, bem como os seus vínculos

estreitos a essa maneira de pensar o processo político, sendo a educação o alicerce básico da perpetuação e concretização de um sonho, nascido com o limiar de sua história política. Os textos da imprensa jornalística nos propiciaram rever algumas dessas questões caras ao processo de modernização social expresso nas especificidades e singularidades locais. No trabalho de Mônica Guarato (2001), *Alfabetização de Adultos: a experiência do Mobral no município de Uberlândia (1971-1985)*, que também utiliza as fontes jornalísticas como referência, encontramos a esta passagem que marca legitimação da história política de Uberlândia, pois,

[...] a história de Uberlândia iniciou-se oficialmente em 31 de agosto de 1888, quando o governo da Província, pela lei nº 3.643, elevou a antiga vila de São Pedro de Uberabinha à categoria de cidade e sede da Comarca da primeira entrância, garantindo-lhe a autonomia judiciária (GUARATO, 2001, p.107).

O final do século XIX demarca a história política de Uberlândia. Antes, porém, recorreremos a alguns antecedentes para melhor entendê-lo, dentro da idéia do processo do liberalismo e a educação das massas como um anteparo ideológico. Séculos se passaram e a idéia de ilustração presente na imprensa jornalística, revela as facetas desse longo processo de adequação aos ditames das regras estabelecidas entre democracia e o ensino. Cientes dessa tarefa, o que teremos como desafio é mostrar a ligação existente entre a ideologia liberal e a democracia, tendo como ponto de apoio à educação no seu sentido amplo: o ensino de ler e escrever, o ensino profissional, a formação do homem como componente de uma estrutura lógica, formal e funcional e como sustentáculo de metas no sentido de propiciar respaldo a interesses de uma ordem econômica já em franca expansão no século XVII e que teve a sua sistematização principalmente a partir do século XIX. Não cabe aqui uma sondagem sobre os primórdios da ilustração. Porém, podemos afirmar que a partir do século XVII, no campo do pensamento político, a problemática do ensino ganha contornos mais

salientes. Tomas Hobbes na obra *Do Cidadão* (1998) aponta as possibilidades de condução do processo, elaborando um conceito que mais tarde viria ser incorporado à idéia de sociedade de massas. Segundo esse pensador político,

A uma multidão fora da sociedade civil não se pode atribuir direito algum, nem qualquer ação a que cada um não tenha especificamente consentido (...) ela não é um corpo qualquer, mas se compõe de muitos homens, cada um dos quais com sua própria vontade e seu juízo peculiar acerca de todas as coisas que possam ter propostas. E, embora com base em contratos privados cada indivíduo possa ter seu próprio direito e propriedade, de modo que um possa dizer isto é meu, e outro isso é dele, não houvera, porém nada de que a multidão como um todo possa dizer justamente, e enquanto pessoa que se distingue de qualquer indivíduo, isto é meu e não de outrem. Nem devemos atribuir nenhuma ação a multidão como sendo sua: se todos ou vários concordarem em empreender algo, não se tratará de uma ação única, mas tantas ações quantas forem estes homens (...) tudo que a multidão faz deve-se entender que efeito por cada um daqueles de quem a ela se compõe; e quem, pertencendo à multidão, contudo não consentiu nem deu qualquer auxílio ao que ela praticou, deve ser julgado como não tendo feito nada. Além disso, numa multidão que ainda não tenha sido reduzida a uma pessoa única, (...) continua valendo aquele mesmo estado de natureza no qual todas as coisas pertencem a todos, e não há lugar para meum e o tuum, que se chamam domínio e propriedade - isso ainda não existe segurança que afirmamos, antes ser o requisito necessário para o cumprimento de leis naturais (HOBBS, 1998, pp.101-102).

Hobbes vê o conceito de multidão como um conceito diferenciado da idéia de sociedade civil, sendo que sociedade civil na concepção do autor pressupõe uma determinada organização. A multidão é vista de forma caótica e desorganizada, está naquele estado de natureza em que prevalece a guerra de todos contra todos. Portanto, é necessário que haja controle. Para que esse controle fosse eficaz, buscava-se encontrar um consenso, ou seja, a idéia de um corpo uno compondo a sociedade. Estava pressuposta a fórmula do homem civilizado e a serviço de uma causa comum: a manutenção da propriedade privada.

Para perpetuá-la nos moldes propostos pelas condições históricas de seu tempo, não deveria haver conflitos, buscava-se sim, harmonizar a relações na sociedade mediante leis justas ou reta razão, como dizia o autor. Nessas circunstâncias, na proposição de Hobbes, aparece a idéia de sociedade de massas, um contraponto à

sociedade de classes, pois, em uma sociedade de classes, o conflito é condição de sua existência. Hobbes não desconhece esses conflitos. Porém, ele elabora o seu conceito reivindicando algo capaz de manter o controle dessa mesma sociedade. Nesse aspecto, uma educação deveria ser pensada de tal forma a permitir o controle dos ânimos dessa sociedade. Poderemos constatar mais essa aproximação com a idéia de sociedade de massas em outra passagem da obra de Hobbes, a forma de como ele enxerga o conceito de democracia ligado logicamente à idéia de sociedade de massa como pressuposto básico da burguesia:

Na democracia, indivíduos contratam com indivíduos que todos obedeçam ao povo; e o povo não tem obrigação para com ninguém. A democracia não é constituída pelo contrato de pessoas privadas com o povo, mas por pactos recíprocos de indivíduos entre si. Ora, disso decorre em primeiro lugar, que as pessoas que contratam precisam existir já antes que firmem o contrato. Antes de constituir o governo, o povo não existia enquanto pessoa, havendo apenas uma multidão de pessoas individuais de modo que naquele tempo nenhum contrato se podia firmar entre o povo e o súdito. Por outro lado, depois de constituído tal governo, será inútil o súdito firmar qualquer contrato com o povo: porque este último já contém em sua vontade, à vontade daquele súdito, ante o qual, nesse caso, ele se estaria obrigando; e, portanto o povo pode a seu próprio critério se desobrigar, e se pode fazê-lo, já está, no momento presente, livre (HOBBS, 1998, p.124).

Não é possível falar de democracia e ensino sem tocar num ponto fundamental que é a "crise" vivida pelo liberalismo a partir do final do século XVIII, conhecido como a era do romantismo, alastrando-se pelo século XIX, denominado a era da sociedade orgânica e acirrando-se para além do século XX. Numa tentativa de encontrar uma alternativa de solução das crises engendradas no interior da sociedade de orientação capitalista é que alguns autores ligados ao pensamento iluminista propuseram tais metas de desenvolvimento sem abdicar da ordem vigente.

De início, gostaríamos de salientar que a matéria por nós levantada e catalogada, tendo como ponto central o processo de massificação do ensino, traz elementos cujo elo está entre as várias formas de pensar a sociedade, começando com alguns dos principais

pensadores situados nos séculos XVII, XVIII e XIX. A referência tem uma razão de ser, pois é a partir do século XIX que a sociedade ganha uma configuração orgânica em termos de direcionamento por parte dos poderes políticos, o poder conhecido como oficiais. Com o processo do ensino, veremos que intencionalidade dos intelectuais dos referidos séculos, a lógica de organizá-lo segue o padrão semelhante de conformação da meta de controlar, de disciplinar, até como proposta de transformação na sociedade, coexistindo a idéia de paternalismo, ou seja, essa sociedade assumiria tal propósito ditado de cima, como requer a ideologia traçada para um modelo liberal de sociedade organizada.

A composição do quadro montado a partir do século XIX, leva em conta o número da população em crescimento acelerado, necessitando de adequação dentro do processo que se convencionou chamá-lo democrático e moderno. O conceito de população tratado aqui traz uma conotação diferenciada da visão dos pensadores dos séculos XVII e XVIII. O que vai ser tratado com ênfase no limiar do século XIX é a grande parcela da sociedade entendida enquanto massa.

No pensamento de Montesquieu, percebe-se claramente a dificuldade de determinar as regras jurídicas com o intuito de manter a sociedade sob controle. O autor foi um dos grandes responsáveis pela difusão de normas nesse sentido, não deixando de transparecer inclusive a complexidade de se administrar tais regras de controle social, passando também pela reflexão sobre a educação. A obra *O Espírito das Leis* editado em 1748, um marco do pensamento liberal do século XVIII, expressa o seu ponto de vista de como regulamentar a sociedade, tendo em vista a questão da "justiça social". A justiça social, na concepção do autor, possui um direcionamento específico: a burguesia que não é ainda o povo enquanto massa. Já para os pensadores dos séculos XVIII e XIX o conceito de povo passa a ser enxergada de forma diferenciada, especialmente para os

“funcionalistas”. Toma Jefferson, Augusto Comte, John Stuart Mill, que direcionaram suas análises em função de uma sociedade de massas, vista como anteparo de um processo democrático moderno.

Os dados dos quais partimos nos remete a diferentes conceitos de democracia. Essa democracia está inteiramente ligada à idéia da existência do Estado como organizador da sociedade por regras bem definidas. Para Montesquieu,

Como observamos que o mundo, formado pelo movimento da matéria e privado de inteligência, ainda subsiste, é necessário que seus movimentos possuam leis invariáveis; e se pudéssemos imaginar um mundo diferente deste ele possuiria regras constantes ou seria destruído (MONTESQUIEU, 1996, p.11).

A preconização da existência do Estado é uma necessidade na postura do autor. O Estado compreendido aí é o Estado Político e o Estado Civil definido por Montesquieu da seguinte forma:

Além do direito das gentes, que diz respeito a todas as sociedades, existe um direito político para cada uma delas. Uma sociedade não poderia subsistir sem um governo. A reunião de todas as forças particulares forma aquilo que chamamos de Estado Político. As forças particulares não podem reunir-se sem que todas as vontades se reúnam. A reunião destas vontades,... é o que chamamos de Estado Civil. A lei, em geral, é a razão humana, enquanto governa todos os povos da terra; e leis políticas e civis de cada nação devem ser apenas casos particulares onde se aplica esta razão humana (MONTESQUIEU, 1996, p.16).

Existe uma lei maior que governa a humanidade, conhecida como lei geral que é a *razão humana*, segundo Montesquieu. Esta lei geral governa as vontades particulares. Com esta definição, o pensador procura demonstrar que as regras de orientação da sociedade independe da vontade de cada um, sendo, portanto necessária à manutenção de uma instituição capaz de estar acima das vontades particulares, o que seria um poder independente e gestor dessa razão geral, assumindo uma condição de pretensa neutralidade, o Estado é visto como uma representação da burguesia. Com isso o autor

justifica a criação do Estado como árbitro das ações humanas: a ação política, a ação econômica, a ação educacional. Tomemos como ponto de partida a educação. Ela não foge ao controle, também previsto no seu pensamento, pois,

[...] as leis da educação são as primeiras que recebemos e como nos preparam para sermos cidadãos, cada família que deve ser governada no mesmo plano da grande família que compreendem todos. Se o povo em geral tem um princípio, as partes que o compõem, isto é, as famílias, também o terão. As leis da educação serão, portanto, diferentes em cada espécie de governo. Nas monarquias, terão como objeto a honra; nas repúblicas, a virtude; no despotismo, o temor (MONTESQUIEU, 1996, p.41).

O autor tinha em mente uma sociedade complexa do ponto de vista estrutural. Essa concepção de sociedade moderna requeria uma educação que pudesse adequar ao seu propósito, que era de perpetuar determinadas camadas de privilegiados. Porém, mantê-la nos moldes do século anterior não seria possível, pois havia uma outra camada reivindicando para si os direitos de comando, isto é, exigindo parcela do poder: a burguesia. Composto esse arsenal de reivindicações existia uma outra camada na sociedade, que não estava alheia ao processo de transformação, que é o povo tão ausente no pensamento dos iluministas do século XVII. O povo aparece enquanto massa, no pensamento político nas principais correntes com sentido pejorativo, prevalecendo alguns resquícios dessa forma de pensar as massas, embora, já apontando para direcionamento mais "adequado" ao processo de mudança na visão de Montesquieu de homem civilizado.

Immanuel Kant concede uma entrevista à imprensa alemã em 1783, na qual mostra as possibilidades do homem tornar-se civilizado. Para ele, o homem civilizado é a aquele que consegue sair da sua menoridade, tornando-se esclarecido. Quando Kant sugeriu essa possibilidade da saída do homem da sua menoridade, a sua principal preocupação era amenizar os conflitos existentes na sociedade da época, pois dadas às transformações no meio social, onde não mais havia possibilidade de existência do

homem no estado de natureza, o que Tomas Hobbes já apontava para o seu fim. O que estava em jogo agora era como administrar, como controlar, como doutrinar as camadas cada vez mais numerosas da população no final do século XVIII.

Na concepção do autor estava explícita uma contradição séria, pois essa menoridade preconizada e exigida por aquele momento histórico toma como alicerce camadas que já possuem algum poder barganha, o que não é o caso da maior parcela da população. O Ser menor de Kant é o sujeito histórico construído nas entranhas de processo condizente com a ideologia liberal. Se levarmos em conta o baixíssimo grau de instrução da população, essa menoridade tenderia persistir, e, dificilmente havia uma brecha para esses mesmos saírem da menoridade. Entretanto a visão kantiana abre a possibilidade para se pensar numa fórmula que daria respaldo ao conceito de sociedade de massas, uma vez que a sociedade de massas vai adquirindo ao longo do processo histórico uma conotação cada vez mais saliente. Na fala de Kant,

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele é o próprio culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de seu próprio entendimento, tal é o esclarecimento [Aufklärung]. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte de homens, depois que a natureza de a muito os libertou de uma direção estranha (naturaliter maioremnes), constituem, no entanto de bom grado menores durante toda a vida. São também as causas que explicam porque é tão fácil que os outros se constituam tutores deles. É tão cômodo ser menor (KANT, 1974, p.100).

Esta passagem abre um gama de possibilidades dentro do que propomos discutir. Poderíamos começar, por exemplo, falando de oportunidades. As oportunidades não são dadas ao léu, elas são forjadas dentro de um processo complexo no campo da ação histórica e social. São infinitas variáveis em jogo, quando o assunto é adotar regras que venham de encontro às necessidades do sistema capitalista e com pretensões

“democráticas”. Ainda mais em se tratando de como conduzir as massas dentro desse processo, a dificuldade de doutriná-las a contento nesse conjunto, constitui-se num grande desafio. Convém falarmos aqui da forma de apropriação de algumas das idéias iluministas, tendo em vista um tema não menos complexo que é a educação das massas e o andamento do processo histórico, social e cultural, bem como a preservação de grupos privilegiados em termos econômicos. Diríamos que apropriação das idéias iluministas tem sido bem feita. A educação forjada nos seio das massas tem conseguido manter a sua caminhada. Porém, não sem aflorar os conflitos das muitas frações de classe. O homem culto, o homem civilizado, o homem preparado para enfrentar os desafios que se lhe impunha aquele modelo de sociedade moderna, que, sem sombra de dúvida permanece até nossos dias.

1.2 A Idéia de massificação do Ensino na Revolução Francesa: uma tentativa de universalização

Ao propormos um estudo do processo educacional visando mostrar as condições em que se deu a massificação do ensino, a nossa intenção aqui é demonstrar que a condição suficiente e necessária é que tenhamos uma sociedade de massas. Uma categoria que não surgiu por acaso, sendo fruto das artimanhas sutis de uma ideologia liberal. Sociedade de massas pressupõe uma sociedade organizada nos moldes ditados pelas regras de uma burguesia no âmbito de sua luta política em que emergem conflitos. Porém, desde que surgiu a idéia de dar um direcionamento às massas, no emaranhado do tecido social, coexistiram iniciativas no intuito de escamotear esses conflitos. Essa situação de escamoteamento fica evidente a partir da Revolução Francesa, em que a educação, enquanto um bem público passou da retórica para adquirir uma conformação prática. Eliane Marta Santos Teixeira Lopes, na obra *As Origens da Educação Pública: a instrução na Revolução Burguesa do século XVIII* (1981), mostra em detalhes o

projeto de educação forjado a partir das idéias iluministas pelos idealizadores da Revolução. Segundo ela.

As versões do iluminismo, traduzindo o pensamento comum do Terceiro Estado, inspiraram e explicitaram o movimento revolucionário. Fortaleceram as contradições existentes entre estruturas ideológicas já antigas, mas ainda vigentes, e nova visão de mundo; e alimentavam a crença na possibilidade de progresso e crescimento, na medida em que restabeleciam a idéia de dignidade do homem. A instrução vigente no período absolutista também deveria ser substituída por uma nova, que pudesse ser desfrutada por todos aqueles que tinham combatido pela supressão do domínio feudal. A partir daí, no afã de consolidar seu projeto hegemônico, a burguesia se apropria da idéia de escola pública, redefinindo-a e convertendo-a em um dos instrumentos disseminadores de sua visão de mundo (LOPES, 1981, p.15).

Como pudemos observar pelo destaque da obra, os projetos educacionais, a partir da Revolução Francesa, possuíam a sua singularidade, porém não se constituíam num processo de autogestão, mas decorreria de uma condição histórica social que vinha sendo objeto de reflexão no campo do pensamento político. A apropriação do projeto educacional dos iluministas trazia no seu âmago a idéia de democratizar o ensino e isso mais uma vez nos remeterá ao conceito de sociedade de massas, que embora não apareça de forma explícita nas abordagens acerca da Revolução Francesa, é um conceito muito presente naquele contexto. Essa revolução surgiu com o propósito de modernizar a sociedade e isso, necessariamente, passaria por um projeto educacional afinado com a proposta de modernização exigida pela burguesia.

Essa camuflagem da categoria sociedade de massas, tem raízes no pensamento iluminista, que enxergava com desconfiança a ascensão das massas. A questão importante para esse fato é: para que o processo da revolução desse seu fruto e permitisse uma colheita permanente, necessitaria do apoio das massas. Os projetos destinados à educação das massas deveriam propiciar uma solução que permitisse aos poderes constituídos manter a tão desejada harmonia social, atribuindo-lhes poderes que antes lhes eram negados, porém adotados com parcimônia. Estava posta a idéia de uma

sociedade funcional, com a predominância de uma educação pública sob tutela do Estado e com o aval da burguesia, no final do século XVIII. Ainda segundo Lopes,

No século XVIII e para os iluministas, a razão é antes de qualquer coisa uma aquisição do homem e tem função criadora e crítica que se volta contra o saber da autoridade. Ela é tida como uma força que se desenvolve com a experiência e que só é compreensível em sua ação e seus efeitos: Razão é, pois fonte de energia intelectual, caminho para o progresso contínuo do homem e é ela que poderá iluminar a tarefa de compreensão e transformação do mundo (LOPES, 1981, p.30).

O que estava em jogo no final do século XVIII já não era um ensino meramente ilustrativo. Esse começara a declinar de forma acelerada porque aquela concepção de ensino voltada para a elite (incluído aí também o clero) passava a ser questionada de forma veemente, pois ela já não atendia aos anseios da burguesia, não era sinônimo de modernização, não possuía um sentido prático, não estava acompanhando as transformações sociais e econômicas do ocidente. O caminho para o progresso estava numa outra forma de configuração educacional onde o ensino sairia do monopólio clerical, ou seja, o que estava ganhando força nesse momento era a laicização do ensino, visando uma sintonia com moderno e legitimado pela ordem burguesa:

A constituição apresentada em agosto de 1789 já dera os limites para a instituição da instrução pública e assim a anunciou no título 1º, denominadas "disposições fundamentais garantidos pela constituição". "Será criada e organizada uma instrução pública, comum a todos os cidadãos gratuita com relação às partes do ensino indispensáveis a todos os homens cujos estabelecimentos estão distribuídos gradualmente em relação combinada com a divisão do reino". A "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", adotada pela Assembléia a 26 de agosto de 1789, não fazia referência à publicização da instrução, mas o artigo 11 garantia a liberdade de pensamento e opinião (LOPES, 1981, p.61).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão expressa na Constituição francesa por si só já mostra a tendência de que a forma de legitimação fugiria ao do exclusivismo local para ganhar uma conotação mundial. Essa era a lógica prevista na Revolução. A pretensão "modesta da Revolução" perpassa pelo projeto educacional

entendendo-o como um modelo universal. Portanto, o braço da Revolução tende a ser extremamente longo, envolvendo a sociedade nas suas múltiplas vertentes sociais, econômicas e educacionais, pensadas no complexo campo da política de massas.

A necessidade de educar o povo no final do século XVIII obedece às diretrizes daquele momento histórico em que as transformações caminhavam a passos largo rumo às práticas capitalistas. Esse educar o povo compreende um modelo de projeto educacional que fugisse do meramente decorativo tão utilizado pelas elites. A educação ganharia contornos mais práticos, desde o ensino de ler e escrever e o ensino mais afinado com preparo da mão-de-obra qualificada exigida em função da demanda por parte da indústria. A necessidade era tanta, que além de se preconizar um ensino público e laico, ganhava corpo nas discussões políticas a sua gratuidade, sobretudo a partir da Revolução Francesa. Sobre isso cabe salientar:

Se a gratuidade para o primeiro grau representa, por um lado, uma real ampliação das oportunidades escolares para as camadas populares, por outro lado representa o convite que a burguesia estende ao povo para que ele participe e assimile a instrução que ajudará a consolidação da nova ordem burguesa estabelecida (LOPES, 1981, p.65).

Buscava-se dessa forma, através dos debates em torno do ensino público, argumentar e convencer a opinião pública de que aquele momento não caberia apenas um ensino que desse respaldo a uma erudição arraigada a uma elite já em fase de decadência, embora essa mesma elite lutasse para não perder o seu brilho. As contradições explícitas nas discussões políticas deixam transparecer que a sociedade a partir daquele momento não teria progresso contínuo, nem sobreviveria de maneira confortável, caso insistisse em manter um modo de ensino que intentando resguardar um "saber" que não possuísse um sentido prático. O trabalho, até aquele momento visto pela elite como degradante, precisaria adquirir uma outra configuração. A elite viu-se obrigada a abrir mão de certos privilégios, "dando" às massas a oportunidade de se

educarem dentro dessa nova proposta. Vê-se, pois, que, o trabalho para a elite não perdeu o seu sentido degradante, embora no discurso a seu respeito figurasse como uma fonte de dignidade humana. As massas educadas assumiriam essa face representada nas palavras de ordem: liberdade, igualdade, fraternidade e patriotismo, que seriam incorporadas numa máxima da sociedade de orientação capitalista, nascida de uma condição histórica, a necessidade.

Pela primeira vez alteram-se, explicitamente, os pólos da necessidade: não é apenas o indivíduo que precisa da instrução, a nação também precisa. A nação é nesse momento, uma palavra carregada de todo o sentido da luta e da conquista. A "Nação era o organismo inteiro, a massa de cidadãos fundidos em um só bloco. Já não havia ordens, já não havia classes, tudo o que fosse francês compunha a nação" (LOPES, 1981, p.82).

A idéia de revolução apresentada aqui é aquela idéia de universalidade tão cara ao processo revolucionário francês. A autora trata de um objeto específico que é um estudo dos projetos educacionais propostos na Revolução Francesa, um acontecimento de caráter local, mas que teve implicações mundiais, influenciando políticas educacionais a um número expressivo de países em todo o mundo, e, em particular o Brasil. Aquela divisão da sociedade em três ordens, os que comandam, os que oram e os que lutam, não havia mais razão de ser. O que estava em jogo para a nação era formação de um corpo uno reivindicado pelos iluministas do século XVIII, um exemplo que vem sendo seguido, mesmo que às duras penas, pela maioria dos povos do Ocidente. A educação das massas deve ser vista dentro dessa perspectiva no campo do pensamento político. No decorrer dos séculos XIX e XX, com a entrada em cena de uma sociedade cada vez mais industrializada, era necessária à existência de uma escola que esta viesse de encontro às reais necessidades dessa sociedade, *a formação do homem novo*. Além do trabalho de Eliane, uma referência importante sobre o período da Revolução Francesa é o trabalho elaborado por *Carlota Boto*, onde ela fala dessa necessidade da

criação de uma sociedade mais condizente com as vicissitudes daquele período histórico, ou seja, *A Escola do Homem Novo* (1996). O caráter dessa nova escola passa a ser o primado do pensamento político. Em torno de um século mais tarde surge a Escola Nova, como proposta de uma escola "diferente" estreitamente relacionada ao processo histórico do liberalismo em sua roupagem diferenciada daquela apregoada na Revolução Francesa, tendo como substrato a sociedade de massas e, logicamente, o processo de massificação do ensino, pois não eram apenas as transformações tecnológicas que estavam em jogo, mas também a forma de doutrinar, controlar, subsidiar e por fim, administrar uma sociedade em crescimento acelerado.

1.3 A Preparação do Terreno: o contexto sócio-político da Escola Nova

A forma em que se deu a preparação do terreno para a implantação de projetos educacionais, dos quais a *Escola Nova* fez parte, sobretudo a partir dos anos 1940, merecem da nossa parte, uma ligeira recuperação desse processo recorrendo a alguns dos seus antecedentes. Manuel Bergström Lourenço Filho, na obra *Introdução ao Estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea* (1974), fornece algumas pistas para a compreensão desse processo. Vejamos:

A Partir de que data podemos marcar-lhe a sua presença? De modo mais vivo, desde os últimos anos do século passado [XIX]. Em vários países, muitos educadores então passaram a considerar novos problemas, tentando solvê-los com a aplicação de recentes descobertas relativas ao desenvolvimento das crianças. Outros experimentaram variar os procedimentos de ensino, ou logo transformar as normas tradicionais da organização escolar, com isso ensaiando uma escola nova, no sentido de escola deferente das que existissem (LOURENÇO FILHO, 1974, p.17).

O que estava em jogo desde final do século XVIII era aquilo que uma sociedade estava a exigir das ações políticas no campo educacional: uma proposta de projetos de ensino capazes de adequar às transformações sócio-econômicas, sem, contudo, abrir

mão de determinados privilégios, entre os quais, manter a condição de mando na sociedade por parte de uma elite já em franco processo de desmantelamento. Aquele "verniz" na educação da elite, tão em voga até o século XVIII, já vinha sofrendo severas críticas por parte dos pensadores políticos, pois o mesmo não se enquadrava mais numa sociedade cada vez mais industrializada. É nesse bojo que os idealizadores da Escola Nova no século XIX, surgem com essa proposta, demarcando novos rumos da educação, ou seja,

A expressão escola nova adquiriu mais amplo sentido, ligado ao de um novo tratamento dos problemas da educação, em geral. (...) O nome pedagogia está tradicionalmente associado a sistemas fechados, de conceitos estáticos, prontos e acabados, ao passo que a escola nova sugere espírito crítico, análise reiterada de condições e resultados, atitude criadora (LOURENÇO FILHO, 1974, pp.17-18).

As bases históricas da Escola Nova suscitam elementos importantes para subsidiar as nossas análises de propostas de educação presente na imprensa jornalística. O escolanovismo não é senão outra coisa que uma das múltiplas faces da massificação do ensino. Ao recorrer às suas bases históricas, Lourenço Filho traz à tona elementos que traduzem as vontades políticas de dar uma nova conformação social exigida pelo desencadear do processo histórico em que escola e sociedade não devem ser vistas separadas tanto no contexto em que foi idealizada a escola quanto da necessidade de sua implementação e condução por essa mesma sociedade. São valores ligados às novas diretrizes sócio-econômicas e forma de estruturação do sistema capitalista, bem como as suas crises cíclicas intensificadas, sobretudo a partir do final do século XIX com as transformações no mundo, e, em especial, no campo da produção industrial. Segundo Lourenço Filho:

Em cada época, a consciência social dos problemas educacionais revela-se por sua organização, formas de trabalho e transformações que ajustem a novas situações e novos fins sentidos como desejáveis. O movimento de renovação de nosso tempo não tem representado senão um grande esforço no sentido desse

reajustamento, segundo novas bases e ensaio de instrumentação mais eficaz para a consecução de tal objetivo. (...) As perturbações decorrentes desse conflito como de acontecimentos que se lhe seguiram, em vários países até a Segunda conflagração mundial [1939-1945], deviam forçar, no entanto, a uma ampliação da escala de observação dos fatos educacionais, suas condições e resultados. Em face de novas situações, foram postos em evidência importantes fatores histórico-culturais dantes não estudados e, com isso, certas condições da vida social a serem levados em conta nas concepções educativas. É que novas circunstâncias determinavam importantes modificações nos quadros da vida econômica e política, e na estrutura geral da vida coletiva (LOURENÇO FILHO, 1974, p.18).

Nos conturbados anos 1940 são postas à prova infinidades de questões na tentativa de conferir um melhor rumo à sociedade. A Segunda Guerra mundial é apenas parte de solução de problemas atinentes ao um processo relacionado à crise vivida pelo sistema capitalista. Outra questão importante também adotada como solução dessas crises é o advento da social-democracia, um movimento intimamente ligado ao processo de massificação do ensino, que passaria a ser olhado de forma mais acentuada desde então no mundo de maneira geral. Dentro desse processo surgem soluções em sua maior parte de caráter imediatistas. Nesse sentido retomamos mais uma citação de Lourenço Filho, onde ele recupera as bases históricas desse processo, trazendo à tona que tal meta de transformação social não surgiu de um dia para o outro:

As primeiras escolas haviam sido criadas em sociedades de singela composição, em que a ação da família, da igreja e da comunidade próxima era bastante à formação educadora. (...) As atividades profissionais, a que maior parte da população se destinava, não exigiam aprendizagem escolar. A iniciação, ou a formação completa para o trabalho, era dada pelos pais e parentes. Ademais, como se tinha por justo e natural que o destino profissional fosse predeterminado pela situação social e econômica das famílias, tendia-se à perpetuação da estrutura social existente. Tudo isso, porém, a partir de meados do século passado [1750], começou a ser modificado, lentamente a princípio e, depois, de modo rápido, em numerosos países, sobretudo naqueles em que se inovasse nos modos da produção pela indústria. A formação escolar tornou-se necessária não só a pequenos grupos de crianças e jovens, mas à maior parte. (...) Os objetivos do trabalho escolar não apenas suas técnicas teriam de ser mudados (LOURENÇO FILHO, 1974, p.19).

As bases históricas da Escola Nova recuperadas pelas reflexões do autor acima apontam para um tipo de sociedade preconizada também pela social-democracia, que entraria com força, sobretudo a partir da queda da bolsa de Nova York em 1929. A sociedade passaria a ser olhada de forma diferenciada da que era vista até então, passaria por controles mais rigorosos contando com a participação efetiva e incisiva do Estado em seus vários setores – econômicos, políticos, culturais, educacionais. A educação também sofreria transformações substanciais em seu planejamento, principalmente entre os anos 1940 a 1960 o marco no processo de massificação do ensino, que vinha ocorrendo em várias partes do mundo (UNESCO, 1982). As ações políticas de então, primavam por esse modelo de planificação e controle social. Para isso se contava com a ampla participação das massas na condução do referido processo.

1.4 A Articulação Teórica em Torno de uma Sociedade de Massas: a questão da social-democracia

Para recordar um pouco as artimanhas do processo que viria vingar a partir do limiar de 1940, basta olharmos com mais de atenção para a crise de 1929, na qual ocorreu a quebra da bolsa de Nova York, exigindo ampla participação do Estado na organização da economia. A crise da época foi causada pela superprodução de bens materiais, o que levou à asfixia do mercado. Para solucionar a questão exigiu-se a intervenção do Estado. Karl Mannheim, em *Diagnóstico de Nosso Tempo* (1973), argumenta que,

Estamos vivendo em uma época de transição do laissez-faire para uma sociedade planificada. A sociedade planificada, que surgirá poderá revestir-se de uma dentre duas formas: será regida quer por uma minoria em condições ditatoriais, quer por nova forma de governo que, a despeito de seu poder acrescido, ainda será democraticamente controlada (MANNHEIM, 1973, p. 13).

Mais uma vez aparece múltiplas tentativas de resolver a crise do sistema capitalista, tendo por base a social-democracia e levando em conta os direcionamentos que uma sociedade planejada deve ter. Para ele,

A integração e unidade da grande sociedade não são alcançadas por meio do comportamento uniforme, mas por meio da complementação mútua das funções. Em uma sociedade altamente industrializada, as pessoas mantêm-se reunidas porque o agricultor precisa do operário, do cientista, do educador, e vice-versa. Além dessa diferenciação vocacional, impõe-se a diferenciação individual em benefício das invenções e do controle eficiente das novas criações. Tudo isto corrobora nossa afirmação de que o ideal burocrático e militar de planejamento tem de ser substituído pelo novo ideal de planejamento e liberdade (MANNHEIM, 1973, p.18).

Vimos que a idéia de unidade esteve sempre presente no pensamento político em torno de uma causa que deveria ser comum a todos. Esse desejo é também o desejo de uma sociedade democrática e planificada. Mannheim em suas reflexões alerta para riscos que uma sociedade planificada está sujeita com relação às alianças dentro do processo da democracia moderna, enfim tudo que possa colocar em cheque a liberdade. Assim,

Nossa democracia tem de tornar-se militante para poder sobreviver. Está claro, há uma diferença fundamental entre o espírito de luta dos ditadores, de um lado, que visam a impor um sistema total de valores e uma organização de "camisa-de-força" a seus cidadãos, e uma democracia militante, de outro, que só se torna militante na defesa dos procedimentos corretos e aprovados de mudança social, assim como das virtudes e valores básicos - como amor fraterno, ajuda mútua, decência, justiça social, liberdade, respeito pela pessoa humana etc. - que constituem a base do funcionamento pacífico de ordem social. A nova democracia militante, portanto, criará uma atitude face aos valores do laissez-faire relativista da época anterior, pois terá a coragem de admitir certos valores básicos que são aceitáveis para todos que partilham das tradições da civilização ocidental (MANNHEIM, 1973, p.20).

O projeto educacional proposto, a partir dos anos 1940, vem permeado das diretrizes metodológicas iminentes de uma sociedade em que coexistem grupos que assumem para si a condição de mando, uma "elite" e a massa de pessoas que, sendo educadas daria suporte e preservaria determinadas regalias, sem alterar tanto o status

quo, o que demonstra não ser apenas uma realidade local, brasileira. Em oportunidades anteriores tivemos a chance de tecer comentários acerca da crise vivida pelo mundo capitalista. Pois bem, essa crise dentro do sistema capitalista, soa como redundante, pois as crises advindas das ações políticas sejam no campo econômico seja no campo cultural ou educacional, aparecem como uma necessidade inerente ao processo histórico, ela é o "combustível" responsável pelo andamento do processo forjado no mundo capitalista, nas chamadas democracias "participativas".

Um olhar atento nos permite perceber que tais democracias participativas envolvem conceitos dos quais Norberto Bobbio em *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo* (1986), os enumera como antitéticos, que é o caso do liberalismo e da democracia. Embora diverjam entre si, eles permanecem nesse processo de controle sociais, permanentemente interligados. É nesse aspecto também que aparece a preocupação com a educação das massas.

Como já salientamos, a definição de uma sociedade de massas, estava ganhando corpo a partir dos ideólogos do pensamento político do século XVII, acelerando-se ao longo do século do XVIII, XIX e XX, na reflexão dos continuadores devotados a essa forma de pensar o processo histórico. É evidente que a educação representou e continua representando um papel fundamental nesse processo de consolidação de uma ordem, calcada nos princípios liberais, assunto que passou muitas vezes nas análises econômicas principalmente, como se fosse uma mera coadjuvante na história do pensamento político. É necessário, entretanto, revestirmos de cuidados metodológicos ao nos referirmos ao conceito de sociedade de massas presente no pensamento iluminista. Boa parte desses intelectuais tratava conceitualmente a sociedade de massas em termos pejorativos. Porém isso não anula de forma nenhuma o sentido prático que tal conceito viria adquirir no final do século XIX. O que vai nos interessar nesse

contexto é a forma de apropriação dele. Antes definiremos de forma sucinta o termo sociedade de massas.

[...] termo usado para descrever a condição das sociedades modernas em que formas tradicionais de associações como comunidade, classe, eticidade e religião declinaram, e em que organização social predominante de grande escala e burocratizada, pelo que as relações sociais são impessoais. Em formulações extremas a "sociedade de Massas" é retratada como uma sociedade em que a população é uma massa indiferenciada, sem raízes na comunidade, incapaz de discriminação em matéria de gosto cultural e de política, e, por conseguinte sujeita a ondas de emoção e moda, fácil presa de manipulações por parte de mescripulosos e líderes carismáticos (DICCIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL, SÉCULO XX, 1996, p.720)".

O conceito acima fornece alguns subsídios daquilo que iremos detalhar no decorrer do texto. A definição nos ajudará sem dúvida nas análises das falas presentes nos textos jornalísticos coletados. No início do presente capítulo retomamos algumas idéias de intelectuais do pensamento político dos séculos XVIII e XIX, e não foi por acaso, pois, não seríamos coerentes em nosso estudo se partíssemos de uma idéia pronta e acabada, o que não convém por no mínimo duas razões que consideramos fundamentais: a primeira é que não se pode falar em ensino de massas sem recorrer a movimentos dessa natureza oriundos dos referidos séculos, que estão inexoravelmente vinculados ao pensamento político principalmente. Tal pensamento político influenciou e continua influenciando projetos de natureza educacional. A segunda é que em termos de ação educacional brasileira essa modelagem marca presença nas ações políticas educacionais, com ênfase no preparo das massas, sobretudo a partir dos anos 1940, motivo pelo qual resolvemos aprofundar esse estudo explorando as especificidades contidas nos discursos jornalísticos. As aproximações são muitas com pensamento político liberal presente na Europa, revelando a complexidade desta proposta que, embora seja peculiar a cada região, tem aparecido explicitamente nas falas jornalísticas. Elementos aqui e ali evidenciam um tipo de representação de sociedade caminhando a

reboque do referido processo. A imensidão do projeto de democracia proposto a partir do século XVIII já clama por uma organização, agora em bases bem mais complexas. José Ortega y Gasset fornece as coordenadas.

A velha democracia vivia aquecida por uma dose abundante de liberalismo e entusiasmo pela lei. Ao atender a esses princípios, o indivíduo se obrigou a uma disciplina difícil. As minorias podiam viver e atuar sob o amparo do princípio liberal e da norma jurídica. Democracia e lei, convivência legal eram sinônimos. Hoje assistimos ao triunfo de uma hiperdemocracia na qual a massa atua diretamente sem lei, por meio de pressões materiais, impondo suas aspirações e seus gostos. E interpretarem-se as novas situações como se a massa tivesse se cansado da política e encarregasse de seu exercício pessoas especiais. Justamente o contrário. Isso o que acontecia antes, era a democracia liberal. A massa presumia que afinal de contas, com todos os defeitos e imperfeições, as minorias dos políticos entendiam um pouco mais dos problemas públicos do que ela. Agora, em vez disso, a massa acha que tem direito de impor e dar força de lei aos problemas do dia a dia. Duvido que em qualquer época a multidão tenha chegado a governar tão diretamente como em nossa época. Por isso falo em hiperdemocracia (ORTEGA Y GASSET, 1987, p.40).

Para a compreensão do processo de massificação do ensino alguns elementos ligados ao pensamento político foram suscitados. Sustentamos até o momento que a idéia iluminista está presente no processo de massificação do ensino, na democratização e no Estado como representação das vontades do homem. E não sem razão, pois a ação do homem no mundo, no sentido de propiciar a integração com os demais, é condição mínima dentro do processo histórico, necessitando para isso apreender uma determinada realidade. Realidade essa que, na maioria das vezes, independe dele enquanto ser isolado. O homem, como parte de um processo histórico, deve ser capaz de decidir de acordo com as circunstâncias e momento dados. Entretanto devemos indagar se esse momento dado deve ser questionado. A educação no seu sentido amplo: formações intelectuais, morais e política ganham contornos passíveis de reflexão crítica no que diz respeito ao preparo do homem como sujeito histórico (SENNETT, 1989).

O movimento em prol da educação de massas que no Brasil ganhou importância nos anos 1940 compartilha dessa lógica, entrando como integrante desse imenso projeto

de reestruturação vivido naquele momento histórico. A América Latina, incluindo Brasil, funcionava como alicerce estrutural do mega-projeto patrocinado pela UNESCO, uma entidade ligada às Nações Unidas criada em 1946. A educação de jovens e adultos é vista no sentido de propiciar entre outros fatores, amparo técnico à chamada sociedade industrial. O papel da imprensa na ressignificação do interesse entendido como universal passa pela noção de que os países dessa região estariam na "contramão" da história, e o preparo intelectual das massas, constituiriam-se-ia, a partir daquele momento, como uma espécie de atalho para uma sociedade moderna. Essa meta fica evidente na passagem sobre a UNESCO, na reflexão de Lourenço Filho:

O programa da UNESCO condensa muito dos propósitos gerais da educação renovada: a democratização do ensino, o aperfeiçoamento, das instituições por organização racional e maior espírito técnico, a fundamentação dos objetivos gerais da educação para a minoração de tensões entre grupos de cada povo entre os povos - tudo no sentido de preservação da harmonia entre as nações, respeitados seus costumes e tradições, ou seus componentes históricos-culturais (LOURENÇO FILHO, 1974, p.30).

O chamado fenômeno da massificação do ensino também expresso no documento da UNESCO, como pudemos observar, mexe com as diferentes estruturas da sociedade. Esse conceito, sem dúvida nenhuma, carece de uma definição precisa e de uma abordagem criteriosa. A definição abaixo ajuda clarear o conceito ao informar que:

O fenômeno da massificação provocou reação de filósofos e sociólogos que movidos por seu desprezo pelo Homem-massa, elaboram uma teoria da sociedade regida por elites superiores. Sustenta-se que as teorias da massificação são um dos mais conspicuos fenômenos de influência do pensamento político e social (ideológico) sobre as ciências sociais (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p.728).

Trata-se de uma definição de caráter geral, servindo, pois, ao nosso propósito que é indagar sobre a massificação do ensino. Ao escolhermos a massificação do ensino na imprensa como objeto de investigação, estávamos cientes do papel dela ao longo da

história. O discurso veiculado nos jornais investigados acerca da educação direcionada às massas, possui, sem sombra de dúvida, aproximações com este esboço histórico do ensino, porque o seu modo de condução, como mostramos, traz sérias implicações políticas, econômicas, socioculturais e ideológicas. Um grupo de professores de algumas instituições de ensino superior no Brasil – Hilda de Almeida Guedes – UFBA, Myrtes Afonso – PUC-SP, Fúlvia Maria Luíza Moretto – USP, Maria Aparecida Bortoletto – UNESP e Leonor Maria Tenuri – UNESP, reuniram alguns dos principais tópicos de uma obra de mais de 7 mil páginas acerca da educação no mundo, cuja preocupação com educação de massas, traz um propósito bem definido, que é o de informar como vinham sendo desenvolvidos modelos de ensino tendo em vista a funcionalidade de uma sociedade que cresce de forma acelerada e necessitando de suporte no sentido de conferir-lhe um caráter utilitário. Nessa publicação ambiciosa da UNESCO, esta meta fica bastante evidente. Vejamos:

Em 1955, em Paris, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – iniciavam a publicação da obra Educação Pelo Mundo, sobre o ensino que compreendeu, ao final de 1972, cinco grandes volumes, com seus diferentes subtítulos, respectivamente: Organização e Estatística, O Ensino do Primeiro Grau, O Ensino Secundário, O Ensino Superior, Política, Legislação e Administração da Educação (UNESCO, 1982a, p.7).

Esse documento da UNESCO torna-se significativo na medida em que as suas informações dão conta de algumas facetas da massificação do ensino, pois, em questões de educação, no seu sentido amplo, não se deve perder de vista a pluralidade cultural dos países envolvidos, e mais ainda espelha uma condição desejada pelo progresso reivindicado por uma sociedade a que se convencionou chamar moderna. Portanto, não deve ser tomado como algo localizado e isolado de um contexto universal. Numa passagem do referido documento podemos observar:

A rápida industrialização da Europa nos séculos XVIII e XIX tornou-se necessária à difusão da instrução nas classes médias, sendo necessário criar incessantemente novos estabelecimentos de ensino secundário, cujos efetivos aumentavam constantemente. Desde o início do século XX, a complexidade crescente da organização social e econômica dos países muito industrializados exige uma elevação constante do nível de instrução de todos os trabalhadores, e, cada vez mais, o princípio do acesso de todas as crianças aos estudos secundários é ao mesmo tempo aceito e aplicado (UNESCO, 1982a, p.20).

A proposta presente no documento da UNESCO deixa patente que a instrução, especialmente, o ensino de segundo grau, a partir do final do século XIX e durante o século XX, uma atenção maior foi destinada a essa modalidade de ensino, pois o mesmo encontra-se em sintonia com o processo da industrialização, que não era evidentemente uma realidade restrita a Europa Ocidental, mas também uma busca constante de pegar um atalho para a modernização, por parte dos países que seguiam essa doutrina gestada no seio do liberalismo, e da qual as Américas não estavam alheias. Noutra passagem, assinalam-se algumas das conseqüências desse processo de massificação do ensino:

Mas nos séculos XVIII e XIX, em conseqüência do desenvolvimento científico e industrial, as classes médias tornaram-se mais poderosas e mais influentes em muitos países da Europa. Elas precisavam adquirir os conhecimentos científicos e as técnicas comerciais modernas nas escolas secundárias. De início, as escolas tradicionais recusaram-se a admitir as novas exigências; foram então criados estabelecimentos secundários de outros tipos, como, por exemplo, escolas que ministravam um ensino cujo objeto principal eram as ciências e línguas vivas, bem como diversas escolas técnicas e comerciais. Durante todo o século XIX e a primeira parte do século XX, essas escolas lutaram para obter alguns dos privilégios reservados às antigas escolas clássicas, especialmente as de preparar para a universidade e outros institutos de ensino superior, bem como para ocupar altos cargos do Estado (UNESCO, 1982a, p.21).

As abordagens acima, nos levaram a indagar a respeito do pensamento político, quando esse se voltou para ações no campo educacional direcionado às massas. Com referência ao processo de massificação do ensino, o *Correio de Uberlândia* (1948), através do artigo de um de seus articulistas Pedro Calheiros Bomfim, revelando, assim,

algumas das facetas do processo que estava se desenrolando em todo mundo, mostrando inclusive as iniciativas da UNESCO com relação ao ensino. Diz o artigo:

O movimento de recuperação de analfabetos vai, dia a dia, assumindo uma posição e excepcional importância em todo mundo. De início foi o México que, visando a recuperação dos adultos e adolescentes marginais, cuidou de instituir uma campanha de Alfabetização de vastas proporções. A seguir o movimento estendeu-se a outros países e as experiências registradas apresentaram resultados satisfatórios. Após a recente guerra mundial, verificou-se que era necessário executar um plano eficiente de recuperação do homem adulto. O estudo do assunto foi entregue ao setor competente da organização das Nações Unidas: UNESCO. Esta vem cuidando do problema e seus planos nesse sentido foram lançados quando o Brasil antecipando-se à execução do programa da UNESCO preparou a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no começo do ano próximo passado. Os preparativos couberam ao professor Lourenço Filho, Diretor do Departamento Nacional de Educação. Seu nome era uma segurança para o êxito do movimento que o ministro Clemente Mariani, com o apoio do presidente Dutra, denominara uma nova abolição. Na verdade, em um país em que mais da metade da população adulta e adolescente, segundo estatísticas é constituída de analfabetos, um movimento com tal objetivo não poderia receber a denominação mais adequada. Lourenço Filho reuniu seus técnicos e de começo foram instaladas pelo Governo da União cerca de dez mil classes de recuperação de analfabetos. Na história das iniciativas em favor da educação, não conhece uma tarefa que tenha sido planejada e executada como ocorreu desta vez no Brasil. Convocaram-se em 1947 dez mil professores para colaborar no patriótico movimento enquanto quinhentos mil adolescentes e adultos não tiveram a oportunidade de freqüentar escolas, matricularam-se nas classes instaladas. Em um movimento sem precedentes. Graças às providências do Ministro Clemente Mariani e do Professor Lourenço Filho, assistido por seus técnicos, foi possível, começar uma obra educacional de envergadura e responsabilidade. Todas as críticas que se fizeram quaisquer que sejam elas, não resistirão a um confronto com a impressão de que tenha tido oportunidade de haver penetrado, pelo menos uma vez, em uma classe organizada pela Campanha. Em cada uma das unidades instaladas em todos os municípios do Brasil, é manifesta a prática da solidariedade. A missão dos professores que cooperam na Campanha é tanto mais elevada quando se sabe o quanto é míngua a sua remuneração. Aos esforços conjugados dos Poderes Públicos federais, estaduais e municipais, dos professores, das instituições privadas, da igreja, da imprensa, de todas as formas de ação e penetração social deve-se indiscutivelmente o êxito atual do movimento. Em quase todas as unidades federativas, a organização da Campanha, principalmente a instalação de classe, provocou a coordenação e execução de providências renovadoras nos setores da administração dos serviços de educação. Em um dos Estados o número de escolas primárias isoladas existentes. Em outros, situaram classes em localidades onde nem sequer existe uma escola primária. Em alguns pontos do território nacional foram criadas escolas públicas primárias como consequência da instalação de cursos de ensino supletivo. As populações dessas localidades, principalmente as de adultos, sentindo os resultados vantajosos do funcionamento das classes de recuperação de adolescentes e de maiores de 18 anos, apelaram para os poderes públicos a fim de que organizassem cursos também para as crianças em idade escolar. A recuperação da Campanha já ultrapassou as fronteiras do Brasil. De muitos países chegam freqüentemente ao Ministério da Educação

*pedidos de informações sobre sua execução entre nós. O exemplo tem servido às vezes, de estímulo a outras nações que começam, agora, a cuidar da recuperação de seus analfabetos adultos. Recentemente, a imprensa do Distrito federal [Rio de Janeiro] divulgou uma informação procedente de Havana, na qual se anunciava que muito em breve serão instaladas as primeiras escolas de alfabetização, na zona rural de Cuba, de acordo com plano elaborado pelo governo do país. O plano prosseguia a notícia consistia em abrir classes para adultos que não puderam frequentar escolas em idade própria. Mas não é só Cuba e o Brasil que na América, cuida da educação de massas. Há ainda o exemplo da Venezuela, a fora o México, entre outros. Como se observa, a providência do Governo do nosso país em favor da recuperação de adolescentes e adultos analfabetos atende a uma exigência de natureza social e política. Reflete, por outro lado, uma compreensão pelo problema educacional do povo, o que desta maneira, começa a ser examinado realmente. Os governos estão percebendo que não haverá entendimento entre os homens a não ser que estes tenham sido formados num ambiente de harmonia, de cooperação e de paz. Por outro lado, começam a aparecer os primeiros sinais de que os governantes podem pensar como Thomas Jefferson, quando o terceiro Presidente dos Estados Unidos da América proclamava: [Acima de tudo, espero que se cuide da educação da massa do povo, convencido que estou de que tal medida de sensatez assegurará, no devido grau a preservação da liberdade]. Este pensamento, de quem amou a liberdade, contém uma advertência que serve e se ajusta aos propósitos da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos do Brasil (Pedro Calheiros BOMFIM. Em Torno de uma Campanha Patriótica *Correio de Uberlândia*, ano XI, nº 2.542, de 06 de dezembro, de 1948, p. 04).*

A Campanha de Alfabetização de Adolescente e Adultos orquestrada por Lourenço Filho, Diretor do Departamento Nacional de Educação, na gestão de Clemente Mariani no Ministério da Educação e Cultura, parece comprovar que as iniciativas divulgadas no documento da UNESCO vinham sendo incorporadas pelo corpo político tanto da América do Norte quanto da América Latina. Já no início do artigo podemos deparar com uma realidade complexa que, aliás, constitui-se num emaranhado, numa espécie de teia envolvendo de certa forma diretrizes mundiais, cujo processo nos leva uma lógica universal conhecida como ordem capitalista mundial, mas não reduzindo somente ao econômico, embora esse fator deva ser tomado como carro chefe das ações políticas no campo educacional.

Essa matéria jornalística não deve ser tomada como uma postura isolada e desprovida de um contexto social e econômico singular, mas reflexo de uma política

que estava se desenvolvendo em todo mundo com relação ao processo de massificação do ensino, o que nos propiciará pensar com mais apuro o sentido desse processo para a América do Norte e a América Latina. Noutra passagem do documento da UNESCO confôrma-se que:

Foi primeiro nos Estados Unidos que o ensino começou a se desligar da estratificação social em que se encontrava cristalizado, nos séculos XVIII e XIX, na Europa. No Início do Século XX, começou-se a admitir a idéia de um sistema de escolas polivalentes, públicas e gratuitas, em seqüência à escola primária e acolhendo todas as crianças de uma comunidade, quaisquer que fossem o nível ou a natureza de suas aptidões, a condição social ou a situação econômica de seus pais; e essas escolas multiplicaram-se rapidamente (UNESCO, 1982a, p.25).

Nesse breve relato, pudemos observar a forma de ensino proposto dentro do processo de massificação, visando não só o ensino primário, pois havia uma preocupação também em formar o caráter cívico da criança e para incorporar o "espírito de patriotismo", pois, tal Estado-Nação, enquanto um corpo uno, estaria na maior parte das vezes, tomando a iniciativa das ações educacionais. O ensino secundário, esse sem dúvida vinha merecendo atenção estreita por parte dos poderes oficiais, pois além de representar um potencial gerador de mão-de-obra qualificada, estaria em mira também a possibilidade de manutenção de certas estruturas sociais privilegiadas. O ensino profissional seria sem dúvida destinado às massas, que incorporaria o discurso do progresso como sinônimo do moderno e a oportunidade de se redimir, conseguindo um lugar ao sol, angariando a liberdade, seria a "abolição". Essa fala da imprensa e o documento da UNESCO, revela as feições que o processo de massificação do ensino estava assumindo, notadamente entre o final do século XIX e ao longo do Século XX. O que estava evidente nessas propostas não era mera cientifização da escola, com o objetivo dar suporte a uma sociedade cada vez mais industrializada e moderna, mas sim, a eterna busca da harmonia social mediante o escamoteamento dos conflitos de classes.

O teor dos conteúdos divulgados tanto pelo documento da UNESCO quanto pela matéria jornalística tem uma função pertinente de sustentar: o convencimento com base na retórica, daquilo que seria melhor para as massas. Elas não teriam com que se preocupar, pois alguém seria responsável por essa escolha, como a classe dirigente e o Estado-Nação.

1.5 As faces da massificação do ensino: múltiplos aspectos da modernização (1940-1960)

A idéia de ilustração acha-se intimamente ligada ao processo da massificação do ensino e na democratização do mesmo. Está exposta na lógica da ilustração atinente ao processo do ensino, tendo como marco o final do século XVIII e o desenrolar dos séculos XIX e XX. O iluminismo ganha contornos diferenciados dentro da história do ensino. Segundo Rouanet, *o iluminismo foi, entre outras coisas, a matriz do pensamento liberal. Recolhendo a herança do século anterior, iluminismo cria ou reelabora temas que constituiriam depois a base do liberalismo* (ROUANET, 1987, p.200). A reelaboração do iluminismo a partir do século XIX mantém vínculos estreitos com o processo sócio-histórico-educacional, pois de acordo com o pensamento político liberal, que utiliza a proposta dos iluministas de organização da sociedade, a modernidade passa, necessariamente, pela preocupação com a formação intelectual, moral, e profissional de grandes contingentes populacionais.

A semelhança entre o discurso do pensador do século XIX e o discurso jornalístico está na premissa de que a população necessita, em função de processos desenvolvidos, de ser guiada, doutrinada, educada, enfim, era preciso elaborar regras com o objetivo de propiciar funcionalidade ao modelo de sociedade proposto a partir daquele momento. A idéia de educar as massas dentro desses propósitos não se restringiu ao século XIX, alongou-se até nossos dias. Os reflexos resultantes desse

processo continuam e continuarão sendo sentidos, pois a ordem sócio-econômica, bem como a política cultural, pois, embora tenham passado por transformações, o cerne, o enraizamento da proposta presente no contexto liberal e "democrático", esta não será alterada tão cedo. Segundo Bobbio,

O curso Histórico que dá origem a uma determinada ordenação jurídica e a sua justificação racional apresenta-se com os termos invertidos historicamente, o estado liberal nasce de uma contínua e progressiva erosão do poder absoluto do rei e, em períodos históricos de crise aguda, de uma ruptura revolucionária (casos da Inglaterra do século XVII e da França do fim do século XVIII); racionalmente, o Estado Liberal é justificado como resultado de um acordo entre indivíduos inicialmente livres que convencionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura (BOBBIO, 1994, p.14).

Bobbio não propôs na obra *Liberalismo e Democracia* (1994) dar um tratamento sistemático ao funcionamento da democracia, explorando o contexto educacional como preparo para conferir uma melhor funcionalidade à mesma. Porém, o seu argumento traz nuances que permitem enxergar nos projetos propostos, que o mesmo não seria possível sem a educação das massas. Norberto Bobbio no seu tratamento revela exemplos da conduta política européia, especialmente a Inglaterra, a França e a Itália.

O curso histórico educacional, embora o autor não faça menção a ele, também se faz presente nesse contexto, uma vez que a educação no sentido ampliado – ensino e instrução - não deve ser vista de forma alheia ao processo político. No limiar do século XIX, quando a educação passa a ser pensada organicamente, dentre muitas alternativas, uma com certeza aproximaria daquilo que os pensadores do campo da política sustentavam, como ministrá-la às massas sem ferir tão profundamente o processo considerado ideal por eles. A expressão "deixe levar os anéis para preservar os dedos", passa ser quase uma ordem a partir do XX e com mais intensidade na sua segunda metade. Foi o advento da social democracia. Agora vejamos como isso apareceu no campo do ensino, nos Estados que se tornaram independentes no século XIX:

Os Estados que se tornaram independentes durante o século XIX esforçaram-se para criar um ensino primário que atendesse às necessidades essenciais das massas populares. Houve progressos consideráveis nas cidades; mas o ensino secundário e o superior continuaram como privilégio de uma pequena minoria. Em muitos Estados a instabilidade política entra, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da economia e o ensino. Por isso, por volta de 1920 ou 1930, o ensino ainda não estava desenvolvido na maior parte das Repúblicas da América do Sul. Bem poucas das crianças em idade de freqüentar a escola secundária eram efetivamente escolarizadas; os alunos eram, na maioria filhos de ricos proprietários de terras ou burgueses de cidades, e o ensino que recebiam tinha um caráter principalmente literário e teórico dava ênfase ao estudo desinteressado das humanidades e preparava para os estudos superiores. Poucos alunos estavam matriculados em escolas comerciais e técnicas, ainda em fase inicial, mesmo em países como o Brasil, onde a industrialização começou um pouco mais cedo que em outros lugares (UNESCO, 1982a, pp.28-29).

As condições imanentes do processo histórico educacional nos dão a dimensão para refletirmos sobre o que estava sendo construído no campo da política educacional, que não constituía uma realidade específica de um povo ou lugar, mas uma idéia que perpassou longos anos para se adequar às chamadas regras do jogo democrático. A social democracia, ponto alto do debate político a partir de 1940, revela uma das faces dessa luta política, em que o processo de massificação do ensino trouxe à tona. A UNESCO permanece ativa no processo de divulgação do ensino, no sentido de cooperar com a aproximação dos povos. Enquanto órgão das Nações Unidas encarou essa tarefa como um dever no decorrer dos anos 1950 e os anos 1960. A divulgação de números de escolas, percentuais de analfabetos, freqüências às aulas, a preocupação com o número de crianças e jovens fora da escola, ilustra essa função como podemos observar na reportagem abaixo divulgada pelo Correio de Uberlândia:

A Organização Educacional, Científico e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), cujas atividades são exercidas em cooperação com as repartições nacionais em mais de oitenta países, vem divulgar interessantes dados estatísticos sobre a educação e a cultura no mundo. Atualmente, segundo a UNESCO, é de setecentos milhões o número de adultos existentes no mundo que não podem ler, em qualquer língua. Isso implica numa percentagem mundial de analfabetos de cerca de 44%. Esta percentagem, como não poderia deixar de ser, varia muito de país para país, havendo alguns onde o índice é de, apenas 1%, na Europa, chegando a 95%, em países africanos. Só no hemisfério ocidental existem cerca de 45 milhões de analfabetos adultos, existindo dez

*países, cada qual com 1 a 15 milhões de analfabetos. ESCOLARES – Calcula-se que haja cerca de 860 milhões de crianças e jovens no mundo, entre as idades de 5 a 19 anos. Desse número, apenas 30%, mais ou menos, se acham matriculados em escolas primárias e cerca de 7% em escolas secundárias e estabelecimentos de grau mais elevado. O 63% restante não estão matriculados em qualquer espécie de escola. Além disso, essa população em idade escolar está aumentando numa proporção de 15 a 20 milhões de analfabetos por ano, devendo, 1970, atingir uma cifra superior a 1 bilhão. Estarão os países do mundo preparados para dar facilidades escolares convenientes a essas gerações que aumentam cada vez mais? Em muitos países, onde a educação é compensatória até a idade de 14 ou 15 anos, quase 100% das crianças nessa idade freqüentam, atualmente, a escola. Dos rapazes e moças, entre 15 e 19 anos de idade, a proporção dos que freqüentam escolas varia de 10% a mais de 90%, mas não há mais de seis países em que essa proporção se eleva a mais de 50%. Entre todas as crianças e jovens matriculados em qualquer espécie de escola no mundo, digamos, cerca de 330 milhões quase quatro quintos são encontrados em vários tipos de escolas primárias e, apenas um quinto em escolas secundárias, ou de grau elevado. É interessante notar, todavia, que entre 10 milhões de estudantes que cursam escolas de grau mais alto do mundo, cerca de que cerca de 165.000, isto é, 1,6% estudam fora do país de origem (Colaboração da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – setor de relações públicas) (“700 Milhões de Analfabetos no Mundo”, *Correio de Uberlândia*, ano XXIII, nº 9.005, de 30 de junho de 1960, p.05).*

Os articulistas dessas matérias jornalísticas procuram divulgar tais informações não por mero acaso, mas para demonstrar que a situação social e econômica de Uberlândia e região eram privilegiadas, havia um potencial para ser explorado e que não existia falta de sintonia entre o corpo político aqui sediado e os acontecimentos no mundo no campo educacional, bem como de outros setores que servissem de parâmetro para proporcionar uma ação firme frente ao processo de modernização e a educação do povo, como estava acontecendo no mundo civilizado era a medida de uma visão de um futuro promissor.

Cuidar do sistema educacional seria uma atitude de coerência, de visão arguta, de compromisso com uma causa maior, a modernização. O povo de Uberlândia necessitava-se se convencer de que não seria apenas a implantação do moderno que estava em jogo, mas também sua preservação. Esta é uma interpretação possível da singularidade do processo de massificação do ensino e suas amarras com o contexto histórico mundial visto, como já salientamos, tratar-se de um processo em expansão a

partir do século XVII ganhando contornos mais acalorados ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX.

A discussão proposta nos textos jornalístico retomando o caráter geral da educação de massas traz essa conotação de organização mundial, no que diz respeito à doutrinação de populações, tendo por objetivo propiciar maior rendimento no processo produtivo. Porém, não se restringe ao meramente econômico. Outra fala constante nas abordagens refere-se ao Estado, enquanto administrador de tensões no campo social. Iniciativas de ações no campo educacional revelam contradições passíveis de uma visão crítica, das quais a massificação do ensino não passa em branco. De um lado o "clamor" da população por mais escolas, professores preparados, a formação de alunos com potencial, que não tiveram condições de estudo no tempo adequado a esse fim, a sugestão de elaboração de projetos no campo da política educacional, visando melhor qualificação profissional específica, a educação da mulher e sua participação nas políticas públicas por um viés específico, ou seja, ela teria o seu lugar predeterminado na sociedade em questão.

Porém, a carência de recursos ameaçava a execução dos planos traçados e o desejo da funcionalidade, constituiu-se numa das principais tônicas do discurso, pela sua capacidade de convencimento. Mas, como articular tudo isso sem acirrar os ânimos da população? Essa é a tática implícita no discurso jornalístico, que ora estudamos. Alguns desses problemas vividos a partir dos anos 1940 e catalogados por nós na imprensa apontam para a complexidade da massificação do ensino, no trato do público e do privado. Vale lembrar que esses tratamentos advindos de intelectuais que pensaram sobre isso, mantêm elo com o que se convencionou chamar de paradigma de modernização social.

Uma definição geral sobre massificação contribui bastante para facilitar a caminhada na interpretação do processo a que propomos estudar. Cumpre esclarecer que o nosso propósito se remete à massificação do ensino, portanto, possuindo um caráter específico, uma singularidade nesse processo, por se tratar de uma investigação em jornais de circulação local. Verificamos, desta forma, que o tema em estudo não se restringiu à configuração geopolítica de Uberlândia, MG, vinculando-se a um contexto mais abrangente. Nesse caso, poderemos partir da seguinte base de investigação:

[...] a princípio, definiu-se o fenômeno da massificação como o acesso de um grande número de pessoas a posições ou situações até então reservadas única e exclusivamente a uma minoria privilegiada. Mas, do ponto de vista das ciências sociais, essa é apenas um aspecto da questão. Massificação em suas causas e conseqüências é algo muito complexo. Com o desenvolvimento do capitalismo, e concretamente a partir da Revolução Industrial, as grandes concentrações industriais e urbanas acabaram a hegemonia da sociedade tradicional e deram origem à massificação. No novo tipo de sociedade, surgida de novas práticas, desapareceram as relações sociais características dos grupos primários e apareceram em seu lugar relações de caráter impessoal, fragmentário, indiferente e inclusive amoral (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, pp. 727-728).

O que vai nos interessar de imediato são os discursos jornalísticos acerca do tema, como mostramos até agora, bem como as suas amarras com questões econômicas, cultural e da política adotada no setor educacional, colocada em prática a partir da segunda metade do século XVIII e organicamente sistematizada a partir do século XIX até nossos dias. Para dar conta da tarefa faz-se necessária a explicitação de alguns conceitos. José Ortega y Gasset diz que:

O conceito de multidão é quantitativo e visual. Se traduzirmos para a terminologia sociológica sem alterá-lo, encontramos a idéia de massa social. A sociedade é sempre uma unidade dinâmica de dois fatores: minorias e massas. As minorias são indivíduos especialmente qualificados. A massa é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. Portanto, não se deve entender por massa, nem apenas, nem principalmente, "as massas operárias". Massa é "o homem médio". Desse modo converte-se o que era apenas quantidade a multidão - em uma determinação qualitativa; é a qualidade comum, e o monstrengo social, é o homem enquanto diferenciado dos outros homens, mas que representa um tipo genérico (ORTEGA Y GASSET, 1987, p.37).

A precisão na definição parece corroborar conosco na análise dos textos dos jornais, porque antes de iniciarmos a nossa investigação acerca divulgação do processo de massificação do ensino na imprensa, precisaríamos entender o homem enquanto massa, pois é este o tratamento dado pelos artigos dos jornais, quando propuseram disseminar o ensino para os vários estratos sociais. Foi possível perceber a tática dos articulistas, que contavam com essa base, as massas amorfas veiculada nos seus discursos. Certamente, isso trouxe implicações políticas, ideológicas, econômicas e culturais, o que o torna faces da massificação do ensino.

Desde que passou para ordem do dia o sistema de governo conhecido como República nas sociedades modernas, tendo como um dos principais modelos, aquela proposta na Revolução Francesa, buscava-se uma forma de educação capaz de continuar esse modelo calcado no pensamento político em que fizesse parte o povo enquanto massa. Neste capítulo partimos de alguns dos principais pensadores clássicos da política, no qual a preocupação com a ascensão das massas já aparecia nos seus escritos. Eles trabalharam nas formas mais diferenciadas induzindo à construção dessa categoria sociedade de massas, apontando inclusive as diferenciações existentes entre multidão, público e massa. Dentro da postura liberal a categoria sociedade de massa foi apropriada, pressupondo um tipo de organização que não partisse delas.

Os projetos educacionais, por exemplo, eram oferecidos para elas. Eram discutidos entre uma "elite" pensante, os corpos político "comprometidos" com a causa social. Essa sociedade de massas, ao mesmo tempo em que era vista com desconfiança a partir do século XVIII, ao mesmo tempo era "convidada" a contribuir para o novo projeto de sociedade estruturada nos parâmetros do liberalismo. Com isso quisemos chamar a atenção para o fato de que essa sociedade se constituiu, sobretudo a partir da Revolução Francesa, a base para a massificação do ensino. Essa massificação do ensino

proposta pelo liberalismo não deve ser confundida com a banalização do ensino. Ela possuía um sentido prático que era dar continuidade a uma proposta de modernização social prevista nos anseios da burguesia. Isso poderia ser verificado anos mais tarde, com relação ao Brasil, principalmente a partir do final da primeira metade do século XX. Assunto que debruçaremos no capítulo a seguir.

Nele, passaremos a investigar a forma com que esse assunto foi tratado, no Brasil. Investigaremos como as discussões se dão na esfera de políticos e educadores brasileiros, bem como de sociólogos e historiadores que pensaram a história do Brasil em si e os historiadores que direcionaram suas investigações para o campo educacional. Procuraremos demonstrar que a massificação do ensino, embora embrionária, aparece enquanto idéia debatida no Brasil, no final do Segundo Império.

CAPÍTULO 2

PANORAMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre melhor aparelhada para exercer a educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e, assim, guie toda a humana espécie a seu destino. (...) Entre as descobertas há duas difícilimas, e são: a arte de governar os homens e a arte de educar.

KANT. *Sobre a Pedagogia*, 1786.

2.1 A Pauta do liberalismo no Império (1822-1889)

O conceito de sociedade de massas traz à tona em forma e conteúdo apropriações decorrentes de um longo processo de adequação às metas de uma ordem conhecida como ordem burguesa, intimamente vinculada ao processo histórico do liberalismo e da democracia, o qual teve o seu ponto focal notadamente a partir do século XVII. Ainda no século XVIII, na visão de alguns intelectuais destacados do pensamento iluminista, a categoria massa era vista com desdém e com desconfiança. Porém, essa atitude começa a mudar com a entrada do povo com suas pautas de reivindicações mais incisivas no final do século, direito a educação, ao trabalho, à saúde, a maior participação no processo político, enfim, às melhores condições materiais e de vida, alastrando-se pelos séculos XIX e XX. A partir dessa época, intelectuais passaram a ver com preocupação o perigo da entrada das massas em cena.

Quando se estuda o processo de massificação do ensino, esses fatores devem ser levados em conta, porque a reelaboração de projetos educacionais para as massas

obedecem às diretrizes metodológicas imanentes da proposta liberal, aliada ao conceito de democracia. Essa categoria resultante de um processo longo de adaptação às regras outorgadas pelos sinais dos tempos, segundo seus idealizadores nos referidos séculos, deve-se recorrer de alguma forma a esses substratos teóricos para melhor compreendê-lo. Já afirmamos e novamente reiteramos que para se tratar da massificação do ensino, prevalece aquela máxima de que necessitamos de um substrato básico que é a sociedade de massas. O tratamento teórico dado à questão da massificação do ensino ainda carece de maiores esclarecimentos, pois é uma categoria pouco estudada.

Com relação ao Brasil, aparece essa preocupação em educar o povo, em especial no final do Segundo Reinado, onde a expressão republicana ocupa a maior parte dos debates no campo político, tais como: A idéia de unidade territorial, o declínio do trabalho escravo, a questão do trabalhador livre, a necessidade de expandir uma nação de dimensão continental, a urgência de instruir a grande massa do povo para participar da construção da "grande nação", a manutenção de uma determinada ordem da qual uma minoria se considerava pertencente a uma elite, as necessidades decorrentes do próprio modelo capitalista que vinha se desenvolvendo mundialmente, a liberdade, o patriotismo, a soberania nacional. A obra organizada por Vicente Licínio Cardoso, *A Margem da História da República* (1990), revela em alguns textos discussões a esse respeito. No capítulo de A. Carneiro Leão, "Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras" (15-29), podemos observar um pouco das entranhas desse discurso. Vejamos um pouco das reflexões de intelectuais sobre o período chamando à atenção para alguns aspectos relativos final do império:

Ninguém pensaria repousar a grandeza do Brasil na amizade dos Estados Unidos, da França, ou da Alemanha; na complacência dos credores estrangeiros, ou na cultura de adiantados meios científicos, ou literários de outros povos. Certamente existe, e cada vez maior, uma interpretação dos povos civilizados entre si, mas esse auxílio, visto sempre do ponto de vista do interesse individual de cada um, cria a necessidade, dia a dia mais premente

para todos, de uma vida de atividade, de corrida à realização e ao progresso. (...) E não é somente a sua precária situação, no conceito internacional, o resultado de uma existência desregrada. Um povo retardatário, doente, mal organizado, de péssimas finanças, vida econômica perturbada, cultura diminuta, lentidão de trabalho, atraso social, parasitismo político, não só desorganiza as suas relações no exterior, mas cria uma vida nacional deficiente, anárquica, pobre, se não mais ou menos servil e periclitante (CARNEIRO LEÃO, In: CARDOSO, 1990, p.15).

Em outra passagem, a pauta de reivindicações torna-se mais incisivas no que tange aos fins práticos da educação. O alicerce teria de adquirir solidez para assegurar com firmeza a soberania nacional. O conceito de homem civilizado obedeceria alguns critérios imprescindíveis ao bom andamento do processo tido como universal e irreversível. Críticas ao processo educacional, principalmente o seu direcionamento são reveladores de detalhes importantes, sobretudo quando pensamos que a meta proposta nos projetos educacionais traz como reforço ideológico um perfil de educação capaz de manter-se vivo o desejo de manutenção de privilégios de uma determinada fração de classe, tidos como essenciais ao distanciamento entre ela e o povo. Esse distanciamento social é visto com preocupação por parte do autor, quando conclama e reafirma a necessidade de educação das massas incultas, despreparadas, inaptas para o trabalho em uma sociedade em fase de modernização acelerada, como é o caso do Brasil a partir de 1920. A expressão nacionalismo ganha uma conotação especial na concepção de Carneiro Leão, pois se trata de um artifício ideológico presente na categoria Estado-Nação, onde a idéia de povo uno, a idéia de servir à pátria, a forma de progresso reivindicado pela classe política, a ampliação da participação no processo da democracia, a equidade social, são ícones nas suas reflexões, são incorporações simbólicas carregados de fortes conteúdos ideológicos. Isto quer dizer que o autor não consegue em suas críticas desvencilhar-se dos pressupostos do liberalismo que vinha se desenvolvendo de forma abrangente no mundo. Aliás, ele nem tinha a intenção de

abster-se dos artefatos ideológicos imanentes dele, corroborando no sentido de reafirmar tais pressupostos com base na estratégia do convencimento de uma educação “adequada” ao seu bom andamento.

[...] nesta época de civilização de base científica, onde tudo se procura fazer pela cultura, a educação é a maior necessidade do Brasil. No nosso país precisamos de cultura por toda à parte, e para tudo: culturas físicas, higiênicas, profissionais, mentais, morais, social, política e cívica. Quem diz educação, diz formação, diz organização, diz adaptação. Formar a nacionalidade e o país organizá-los e adaptá-los há hora atual do mundo são fins da cultura que proclamamos. É mister convençam-se todos, no Brasil de que as questões de educação não são simplesmente pedagógicas, porém nacionais, na mais alta expressão do termo. Interessam ao futuro do país, ao desenvolvimento de suas forças vivas. E a educação tem de ser estudada aqui em todos os seus aspectos: primário, secundário profissional e superior, porque são todos correspondentes aos diversos estágios mentais das classes que se prestam para o perfeito funcionamento sociais (CARNEIRO LEÃO, In: CARDOSO, 1990, p.16).

O Brasil, reivindicado nesse contexto histórico/sociológico da educação toma por base a do ensino pensado cientificamente. É nesse aspecto que a educação das massas assume nas pautas, tanto final Império como durante a República uma configuração universal, ou seja, educação seria o somatório de instrução mais formação. Instrução para participar do processo produtivo, e formação moral, intelectual, física, cívica, para a construção do Estado-Nação, elementos presentes com mais intensidade a partir da Revolução Francesa, que nações como a brasileira, se fez herdeira. Estes são alguns elementos que entram como pauta na idéia de elaboração de um projeto educacional, e que seria extensivo às massas ignorantes a partir do final do período monárquico. Evidentemente o autor fala da trajetória percorrida pelos projetos educacionais implantados desde o final do Império, e que ele não tem sofrido alterações profundas e desejáveis do ponto de vista prático, quando os autores desses projetos insistiram em direcioná-los à formação de uma elite letrada, esquecendo-se da base de sustentação dessa mesma elite, que era o povo. Essa lógica “perversa”, ainda apresentava seus

resquícios em pleno Brasil República. o que era considerado uma afronta ao processo de civilização exigido pelas condicionantes históricas respaldadas no próprio andamento do setor social e econômico brasileiro. A obra escrita no final da primeira metade dos anos vinte (a edição que estamos utilizando é uma edição de 1990) revela assim, essa preocupação deixada de lado durante anos no Brasil Império e no Brasil Republicano, que era segundo o autor, a extensão da educação às massas ignorantes e despreparadas, uma educação seguindo os moldes ditados pelas exigências dos elementos atinentes aos parâmetros de uma sociedade moderna. Alguns desses elementos aparecem na fala seguinte:

Nós, até 1888 e 1889, éramos uma nação com uma determinada organização social, uma diferenciação de classes, definida. Tínhamos, de um lado, os senhores, proprietários da terra, detentores das posições, e, do outro, o mundo dos escravos, sem direito algum e com o dever de trabalhar para o desenvolvimento da fortuna dos seus donos. A classe intermediária – libertos e apamiguados – ocupavam os ofícios e as profissões manuais, atingindo, muito raramente, de ordinário pela cultura, pelo diploma de bacharel ou de doutor, as posições liberais e políticas. Uma tal organização econômica e social, apesar das suas injustiças, mantinha um certo equilíbrio na vida do país, dando um aspecto de estabilidade, de gravidade e de lisura políticas. (...) Não sendo mais a cultura, a tradição, a cor, a hombridade e a fortuna, os predicados para a ocupação dos postos públicos, aos quais todos poderiam rapidamente ascender, começou a luta desenfreada para conquistá-los: era natural que todos os processos fossem usados. As qualidades recomendadas passaram logo a ser a obediência ao chefe, a subserviência aos governos, os pistolões e todos os atributos pessoais, negativos e prejudicialíssimos aos interesses do país. Entraram logo em fúria elementos de todos os matizes. O expurgo tinha de ser demorado e doloroso. Dai que se começasse a efetuar, pelas imposições nacionais, pela melhora dos costumes, pela cultura, uma seleção conveniente decorreria muito tempo. O caldeamento, aliás, ainda não está feito. O Brasil precisa de um espírito novo, capaz de sacudir a vida nacional, acordando-a para a realidade do mundo contemporâneo. E, felizmente, não obstante todos vícios reinantes, começam a soprar um vento de renovação. (...) De maneira que do balanço geral, ressalta ser o nosso problema básico a educação nacional. Passou, por toda à parte, a época em que era apenas uma elite burguesa, filha dos ricos, dos políticos e dos privilegiados, a dirigente incondicional dos povos. Dia a dia a massa toma parte maior na direção dos governos, por meio das suas associações de classe e das sociedades sindicalistas. A educação generalizada começou, a bem do povo inteiro e da própria elite, a ser a preocupação das pátrias. (CARNEIRO LEÃO, In: CARDOSO, 1990, pp. 17-19).

Carneiro Leão apresenta uma síntese do que vinha se desenvolvendo a partir do final do Império, espelhando-se nas múltiplas facetas do processo educacional visto de forma ampla no seio das classes sociais. A idéia da massificação fica evidente não como algo estanque e irrealizável, muito pelo contrário, ela tende a partir daquele momento a assumir uma condição de necessidade, de urgência e em caráter progressivo. A forma de organização da sociedade a partir daquele momento o exigia. Aquele modelo de polimento na questão do ensino, tanto na Europa quanto no Brasil vinha mudando rapidamente e sofrendo críticas severas por partes intelectuais ligados ao pensamento positivista já da metade do século XVIII:

A cultura em Portugal, até meados do século XVIII era dada pelos jesuítas. Só no terceiro quartel desse século precisamente em 1773, o marquês de pombal, depois de expulsar essa ordem religiosa de sua pátria, criou, as instruções primárias do Estado, desenvolvendo a secundária e superior. O fato teve a repercussão natural no Brasil, passando a instrução das mãos dos jesuítas para os seminários que, dirigidos por padres e religiosos de várias ordens, com o fito principal de fazer sacerdotes, ministrava também o ensino secundário e superior a todos que desejavam aprender. Desenvolvidos e enriquecidos, esses seminários foram, até a Segunda metade do século XIX, ativos centros de cultura no Brasil. E o mais curioso é que, quase sempre de lá saía o espírito de rebeldia e de independência. (...) é verdade que, em 1637, tendo os holandeses conquistando uma boa parte do Brasil, o conde Maurício de Nassau nela estabeleceu escolas primárias para a frequência de batavos, brasileiros e portugueses. No resto do país o ensino ficou nas mãos dos jesuítas, até que a reforma Pombal em 1772, na metrópole, se estendeu ao Brasil, trazendo a interferência oficial do governo na organização do ensino. Houve, assim, uma certa unificação na instrução pública fornecida pelo Estado, sendo a primária paga pelo governo colonial que, para tal fim, cobrava um imposto denominado "subsídio literário" (CARNEIRO LEÃO, In: CARDOSO, 1990, pp. 24-26).

A idéia da extensão do ensino às massas traz alguns elementos importantes que não devem passar em branco, já discutidos com alguma intensidade ao final do Império e principalmente durante a Primeira República dentro da ótica liberal. Entre esses elementos podemos citar: A laicização do ensino, a publicização do ensino, a forma de financiamento do ensino. Mais uma vez parte-se daquela premissa de que a massa necessita de alguém que a guie. Quando se discute esse processo no Brasil durante esse

período, revela-se uma herança de tratamento teórico/sociológico do ensino aplicado ao modelo do processo da Revolução Francesa (LOPES, 1981; BOTO, 1996).

Estava perpassando pelos projetos educacionais por parte de alguns intelectuais da época, uma educação para as massas, com suas implicações sociais, econômicas e culturais e, nesse contexto, a idéia de unidade traz o pressuposto de um povo uno em torno de um Brasil expresso em Estado-Nação, bem característico das condições do modelo liberal, em que se implantaria a República, que veio ocorrer em 15 de novembro de 1889. As condições ideológicas em que se estruturava República, na concepção de José Murilo de Carvalho, parte-se do *utilitarismo, a ênfase no interesse individual, colocava para a concepção do coletivo, do público. A solução mais comum foi a de simplesmente definir o público como a soma de interesses individuais... Vícios privados, virtude pública* (CARVALHO, 1998, pp.18-19). Esta idéia a respeito de nação encontra-se tanto em Montesquieu quanto em Rousseau. Embora os dois pensadores possuam diferenças nítidas, partem de um ponto comum que é articulação de fórmula de controle da sociedade. Ainda segundo Carvalho,

A pátria é a mediação necessária entre a família e humanidade, é a mediação necessária para o desenvolvimento do instinto social. Ela deve, para atender a tal função, constituir verdadeira comunidade de convivência, não podendo, portanto, possuir território excessivamente grande. A pátria perfeita deveria ter como característica os dons femininos do sentimento e do amor. A boa pátria será a mãe. Tal visão era incompatível com a idéia de nação sem patriotas, também fugia do comunitário de Rousseau, que possuía elementos contratuais e, portanto, traços individualistas. O cidadão positivista não age na praça pública, não delibera sobre questões públicas. Ele se perde nas estruturas comunitárias que o absorvem totalmente (CARVALHO, 1998, p. 22).

Da organização do Estado depende a organização da sua estrutura. Mais uma vez aparece aquela idéia do povo como um corpo uno previsto na sociedade de orientação liberal, bem como a forma de apropriação pelos positivistas dos elementos imprescindíveis à sua conformação. Com o processo educacional preconizavam-se

projetos que dessem respaldo à tão sonhada idéia de unidade necessária às províncias. Entretanto, não era apenas a unidade que estava em jogo, mas a unidade com equilíbrio, com ordem, buscado num substrato caro ao processo educacional.

Tal empreitada necessitava do povo organizado em favor de um ideal comum. A harmonia social deveria ser encontrada de forma conivente, coerente e ancorada na conscientização das massas. Com fim do Império os conflitos estavam instalados e em bases que fogem de uma concepção estritamente nacional. A monarquia que não teria condição de retorno, mas mantinha os seus defensores, a elite política possuidora de vez e voz, contra uma outra elite política afinada com o processo republicano. Os ânimos estavam acirrados não somente pela busca de uma solução interna para a República, mas, sobretudo à procura de um caminho que desse ao Brasil as condições normais de equiparar-se às nações de centro. No dizer de Carvalho, *a explicação para a unidade volta à velha tese da política da manutenção da monarquia, garantia da integridade territorial e da instabilidade institucional* (CARVALHO, 1981, p. 19). Porém, o caso da monarquia estaria enterrado de uma vez por todas, pois dado o modelo capitalista que viria se desenvolvendo em sintonia com o processo mundial. A necessidade de uma massa consciente torna-se algo cada vez mais visível, na medida em que a elite parece frágil no seu alicerce.

Passada a fase de acumulação primitiva de poder, para qual se revelara particularmente adequada à elite imperial, tivera início na República a fase em que a participação se tornava um problema maior e novas elites teriam que ser forjadas através de mecanismos distintos. (...) Por mais que decepcionasse os idealistas republicanos a nova cara da política era mais parecida com a cara real do país e era por ela que se tinha que dar início à nova jornada. Uma das fraquezas das elites vitoriosas é sua incapacidade de reproduzir novas elites adequadas para novas tarefas. Elas são as primeiras vítimas de seu próprio êxito (CARVALHO, 1981, pp. 182-183).

Os mecanismos distintos de que fala o autor, nos remete à questão da elaboração de um projeto de ensino capaz de assegurar entre outros fatores, a continuidade e a

perpetuação de determinados privilégios mantidos durante o Império, ou seja, uma elite que se esforçava para manter as regalias mesmo que para isso tivesse de abrir mão de algumas dessas regalias. O processo histórico das elites não deve ser tomado como algo estanque e distante do viria ocorrendo em muitas partes do mundo, notadamente em países da Europa: França Inglaterra, Alemanha, Itália. A idéia de massificar o ensino traz este componente importante para a educação do povo, porém a expressão elite embora se esforce para manter o seu estigma, ela estaria sofrendo um processo de transformação e necessitaria de buscar novos pontos de apoio compatíveis com a modernização da sociedade.

A instauração do processo republicano no Brasil, um processo que passava por um recrudescimento desde 1870, onde o Império apresentava sinais visíveis de desgaste, chegava ao seu limite no ano de 1889 (IGLÉSIAS, 1995). Devemos ressaltar, no entanto, que a elite ainda era uma expressão que seduzia e que, aliás, mantêm-se ao longo da República. Ela não chegou ao seu termo no final da Primeira República nem no Período Vargas (1930-1945), e continua por aí como uma sombra abrigando paixões que não devem ser tomadas como meras fantasias. Dessa forma o processo de massificação do ensino, que pode ser visualizado durante o período republicano, segue essa diretriz de uma sociedade de valores burgueses que não consegue ocultar suas intenções, se observadas com olhos de Lince.

Atentemos para uma proposta educacional que requer um tratamento científico, planejado, socializado, isso certamente pode ser visualizado com mais intensidade a partir do limiar da Primeira República. Os rumos tomados pela ação política no campo educacional aí começam a evidenciar as faces variadas de uma sociedade planejada em um país de dimensão continental, aventando a possibilidade de contrariar aquela concepção de Rousseau, que só é possível a construção de um Estado democrático de

dimensão reduzida. No mínimo quatro categorias ganharam forma e conteúdo na estruturação do processo educacional republicano: a massificação do ensino, a democratização social, a modernização social e a planificação social. Tais categorias não devem ser visualizadas isoladamente, mas compondo um conjunto funcional e legitimado nas suas bases.

2.2 Da idéia de massificação do ensino na Primeira República às articulações políticas dos anos 40 aos 60

A idéia da ação política educacional, acerca da educação de massas no Brasil pode ser notada com a queda do Império e instalação da República, época em que as discussões versavam sobre a questão da unidade nacional, a construção de um processo visando uma federação. Jorge Nagle, na obra *Educação na Primeira República* (1976), traz à tona elementos que servirão para estabelecermos um estudo comparado com discurso presente na imprensa sobre o agitar de idéias infiltradas e impregnadas nos textos jornalísticos. Tomemos como exemplo a seguinte passagem:

[...] o desenvolvimento do modo capitalista de produção e de vida, durante a República Velha, ocasionou o aceleramento da divisão social do trabalho e exigiu nível cada vez mais crescente de especialização de funções, de que resultaram o aparecimento de novas camadas sociais e a diferenciação das antigas classes dominantes; a história do período deve ser percebida com a consolidação do empresariado rural e a evolução do proletariado industrial. Na década dos vinte, os sinais do aparecimento do novo modelo se apresentam de maneira mais manifesta pela presença de desarmonia de valores, interesses e expectativas dos diversos agrupamentos. A inquietação social e a efervescência ideológica servem para demonstrar a afirmação. Tanto uma como a outra são frutos do desajustamento entre os dois conjuntos de relações sociais: aparecimento de novas camadas e existência de tradicional sistema de classes; enfim, pode-se falar, no momento, na presença de classes residuais e de classes emergentes (NAGLE, 1986, p. 26).

Jorge NAGLE, na primeira parte do livro tece reflexões sobre três setores da sociedade: o setor político, o setor econômico e o setor social, mostrando como o projeto de educação vai sendo construído e forjado em cada um destes setores durante a

Primeira República (1889-1930). A lógica do processo veio seguindo sem grandes alterações durante a República Velha. Com implantação do Estado Novo, os que se deu a partir de 1937, prolongando-se até 1945, outros fatores devem ser levados em conta. A educação que seria uma necessidade passa ser não só uma mera necessidade, mas uma obrigação do Estado, que se empenhou de corpo e alma nessa tarefa, atuando tanto no setor urbano como no setor rural, este último um pouco mais tímido.

Após 1945, com a mudança de governo e o "termino" da ditadura Vargas, o campo educacional começa tomar rumos diferenciados sob a tutela do Estado, sendo os responsáveis pelo setor educacional, Lourenço Filho e Clemente Mariani, não faltando discursos apologéticos em defesa da educação nacional. A Campanha de Educação de Adultos e Adolescente articulada por eles em 1947, constituiu-se num dos tentáculos do processo de massificação do ensino, com resultados louváveis dentro daquilo que propugnavam, ou seja, preparar a nação para o futuro, a exemplo do que estava acontecendo tanto nos países do "primeiro mundo" quanto em outros países em especial os países da América Latina. Promover a campanhas de alfabetização em massa, se constituía na tônica dos projetos de ação política imediata, para a formação de quadros de funcionários qualificados para os exercícios exigidos pela lógica propulsora do "progresso". nestes aspectos, os meios de comunicação de massa, em especial a veiculação dos discursos jornalísticos, assumiu como que uma posição de vanguarda no que diz respeito à divulgação da informação e da formação da opinião pública.

Não devemos esquecer, no entanto, que os níveis educacionais, tomando como parâmetro o caso brasileiro nos anos quarenta, algumas contradições necessitam ser esclarecida. 1) o nível de analfabetos elevado e o pouco contato com leituras o que lhes era desfavorável inteirarem-se com que havia de "avanço" no mundo em termos tecnológicos; 2) a escassez de material e professores qualificados que dessem respaldo

às situações vividas pelas regiões mais distantes: 3) proporcionar uma educação igualitária a todos, independente das distâncias e variações culturais, sendo importante dentro da meta proposta, valorizar a nacionalidade em termos de união de seu povo. O papel que a imprensa desempenhou nessa tarefa de divulgação do projeto de educação em massa, não foi pequeno, e o ganho dessas campanhas foi considerável, resguardando-se o forte componente ideológico presente, e que de certa forma, foi e continua sendo sentido. A exemplo do artigo analisado nesse trabalho, um editorial do *Correio de Uberlândia* (1948) aborda a questão da educação de massa na América Latina mostrando o empenho de um país em especial, o Chile, com o seu "Corpo Cívico de Alfabetização". O editorial mostra que assim,

*Como o Brasil, também o Chile está empenhado em dar combate ao analfabetismo. Segundo nos conta uma reportagem da jornalista Elsie Lessa, publicada no "O Globo", o atual Ministro da Educação daquele país, o Sr. Armando Mallet, considera o combate ao analfabetismo o "item número um do programa de seu Ministério". Para tanto a direção geral da Educação primária tem uma seção especializada de Educação de Adultos, que funciona em escalas vespertinas e noturnas mantidas por uma instituição de caráter nacional e patriótico, "Corpo Cívico de Alfabetização Popular". "Desse movimento diz a jornalista brasileira participa toda a população culta do país, a fim de gratuita e desinteressadamente, alfabetizar os seus compatriotas". O plano do ministro Chileno é transformar por algum tempo, cada lar, cada fábrica, cada escola, cada oficina numa escola de alfabetização. Ao lado desse trabalho, já existem as "Escolas Ambulantes de Cultura Popular". Por todos os meios, o Ministério da Educação Chileno fomenta um movimento de opinião, em todas as classes sociais para atingir o seu objetivo. Tão grave quanto no Chile, onde há um milhão de analfabetos, é o problema do analfabetismo no Brasil, que conta com doze milhões de analfabetos. Em nosso país, por isso mesmo, é por demais oportuna a campanha que vem desenvolvendo o Ministério da Educação, com a Campanha de Educação de Adultos. Os poderes públicos têm-se empenhado, a fundo, nesse movimento. Mas não basta a ação governamental. É necessária a cooperação de todos os cidadãos, numa ação patriótica e cívica, para que o Brasil solucione, ao menos em parte por ora, um dos problemas que constitui o maior entrave ao nosso progresso e depõe contra os nossos foros de povo culto e civilizado. Vemos como está fazendo agora o Chile. O Brasil, na América Latina, precisa liderar o movimento contra o analfabetismo. Para tanto, só uma coisa é indispensável: boa vontade e o ânimo disposto de todos os brasileiros (Editorial: "Um Exemplo" *Correio de Uberlândia*, ano XI, nº 2.497, de 28 de setembro de 1948, p.02).*

O referido texto encerra-se conclamando para que o Brasil assumira a dianteira do processo de alfabetização, enaltecendo os dividendos colhidos pela campanha contra o analfabetismo. Não sem razão, porque sendo o país de maior extensão territorial e potencialmente forte no campo econômico, reuniria amplas condições de desenvolvimento do seu potencial humano, tanto no preparo de sua gente para enfrentar os desafios impostos pela ordem, quanto a preparação e consolidação das bases necessárias a uma nação tida como líder, ou que, pelo menos deveria incorporar e encampar essa luta em favor da educação de massa. A América Latina segundo Florestan Fernandes.

[...] à semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produtos da "expansão da civilização", isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Esse colonialismo teve seu início uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países. [...] O sistema básico de colonização e de dominação externa, experimentada por quase todas as nações latino-americanas durante pelos menos três séculos, foi de acordo com os requisitos econômicos culturais e políticos do assim chamado "antigo sistema colonial". Em termos jurídicos, a legitimidade de dominação tinha um duplo fundamento, legal e político (FERNANDES, 1981, p.13).

Florestan Fernandes deixa implícito que algo estaria sendo feito ao longo de três séculos de dominação. Em outras reflexões o autor tangencia esse fator de legitimidade alegado dentro do processo de dominação, como a formação da "ordem nacional competitiva" presente, entre outros países, na América Latina em especial, (FERNANDES, 1979; 1981; 1987). Pela referência acima pudemos perceber que um dos principais fatores que conferem legitimidade ao tipo de proposta mais próximo das metas de dominação por parte da classe dominante, notadamente a partir da implantação da República no Brasil é a forma bem pensada de conferir o ensino às massas. A escolha do projeto de ensino mais adequado, a forma de aplicação deste ensino em determinados meios, a preocupação com a união nacional, são alguns dos elementos disponíveis como componentes da ordem nacional competitiva.

O prosseguimento das ações políticas na educação a partir dos anos trinta é tratado em algumas obras consideradas como clássicas neste tipo de abordagem. e, logicamente, a problemática da massificação do ensino aparece como condutora na preocupação dos autores. na obra escrita a três mãos por estudiosos dedicados ao assunto. Uma delas aborda de forma crítica o valor das atividades políticas de Gustavo Capanema, que exerceu a função de ministro da Educação e Saúde no período Vargas 1934 a 1945, período em que fez parte o chamado "Estado Novo" (1937-1945)

Estudar os tempos de Capanema significa, acima de tudo de tudo, abrir uma janela para o ambiente intelectual, político e ideológico daqueles anos e, assim entender melhor o legado que deles recebemos. Foram tempos conturbados e contraditórios. Nascido na passagem de século, Capanema se educou junto à elite intelectual mineira, viveu a excitação revolucionária da década de 1930 e ocupou, por muitos anos, uma posição central e relação aos assuntos de educação e cultura no país. Estes foram também os anos de ascensão do fascismo, da Guerra Civil Espanhola, da intensificação dos conflitos ideológicos, do estado Novo e do eventual alinhamento brasileiro contara as potências do Eixo. Sua carreira, sua obra política e administrativa estão profundamente marcados por estes eventos (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, p.15).

O período de atuação de Capanema representa um marco na historiografia brasileira envolvido numa plêiade de contradições, pois ao mesmo tempo em que se clamava por democracia e lutava-se contra o nazismo e o fascismo no mundo, em especial na Alemanha e na Itália, inclusive com a participação brasileira, o país vivia internamente algo bem próximo desses regimes, onde a coerção do povo, o cerceamento da liberdade, aparecia de forma sutil ou mesmo explícita. O que demonstra formas diferenciadas de adoção de uma ordem condizente com a chamada crise do sistema capitalista, que não estava resolvida tanto na Europa, com nas Américas e no Brasil. Os Regimes ditatoriais devem ser entendidos como artifícios ou mesmo tentativas de soluções apressadas e que dão uma resposta apenas momentânea na manutenção do status quo. Portanto, é para esta fala que devemos estar atentos, para com a idéia de

elaborar projetos educacionais, tomando como base a situação brasileira no período Vargas. Seria preciso modelar o sistema educacional tendo em vista articulá-lo às "necessidades das massas". Gustavo Capanema representou uma espécie de articulista arguto na adequação da política implementada por Getúlio Vargas ao processo educacional. A fala da imprensa não está alheia à política no campo educacional no período de referência, como podemos observar nas "Atividades Escolares no Brasil", artigo publicado no *Correio de Uberlândia* em 1940:

Se o Lema do governo federal, antes de 1930, era abrir estradas, pode-se afirmar que o seu objetivo depois de 1930, é a educação. Em matéria ensino vem o governo desenvolvendo uma série de magníficas realizações, quer na liquidação do analfabetismo, no aparelhamento das escolas secundárias, quer na preparação consciente dos estabelecimentos de ensino superior. O êxito destes empreendimentos deve-se sem dúvida alguma, ao descortino e visão com que o ministro da educação Gustavo Capanema, escolhe seus auxiliares, de reconhecida competência. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos envia ao Ministério da Educação, todos os meses, um relatório contendo a súmula dos atos principais da vida educacional do país ocorrido durante os últimos trinta dias. Por esse trabalho pode-se observar e calcular quanto se faz em matéria de educação na nossa terra. Sabe-se que o governo da união está auxiliando vários Estados a desenvolver o plano de construção de escolas de todos os tipos e categorias. Entre os primeiros devem ser assinaladas a reorganização dos serviços de ensino da [Bahia] Baía, a instalação da Comissão Nacional do Livro Didático e a organização dos serviços de orientação profissional na secretaria da Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Houve, no mês passado, um aumento de 183 novas escolas de ensino, das quais 70 abertas em São Paulo, 67 no Paraná, 18 em Minas Gerais e outras em vários Estados. Essas novas classes têm capacidade para a matrícula de mais de oito mil alunos. São muitas as municipalidades que estão mantendo elevado número de escolas, como a de Uberaba em Minas, que possui 50 classes em funcionamento, a Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, que possui 41 escolas. O desenvolvimento de construções escolares foi assinalado como o início de 81 novas edificações, das quais 70 estão sendo levantadas em zonas de colonização, com auxílio do governo federal por dotação do Ministério da Educação. Das novas construções, 5 são grupos escolares, com capacidade para grande número de alunos. Eis aí simplesmente o balanço de um mês. Daí pode-se calcular o que o governo está fazendo em matéria de educação. Tem-se absoluta certeza de que, depois do recenseamento, grande parte dos problemas educacionais terão solução satisfatória, para cada região do país. Será com recenseamento que o governo saberá qual zona do país, onde a nossa organização educacional não conseguiu infiltrar-se. Computará o censo, o número de analfabetos, e como sanar esse mal. Tudo faz crer que o Brasil caminha inflexivelmente na consecução de seus objetivos, qual sejam os de assegurar a educação e levantamento intelectual do seu povo. O ritmo das tarefas pedagógicas cresce sem cessar, porque o governo compreendeu que não é possível governar um povo senão quando esteja integrado no Estado, pela educação. E, além disso, temos certeza: produzindo amplos benefícios e

conseqüentemente, engrandecendo cada vez mais o Brasil (Rômulo ARGENTIERE. "As Atividades Escolares no Brasil". Correio de Uberlândia, ano III, nº 528, de 5 de setembro de 1940, p.02 [Da U.L.B. para o Correio]).

Um olhar atento para o artigo do jornal, perceberá uma forma de arquitetura sutil por parte dos articulistas da imprensa local, em mostrar os reveses provocados pela mudança de orientação política no campo educacional. A fala do autor nos propicia pensar a dimensão das ações políticas no diz respeito não apenas sobre o desejo de montar projetos educacionais que viessem de encontro a tarefa determinada do governo, de conferir a instrução à maioria da população, principalmente àqueles que não tiveram e continuavam a não ter as oportunidades no tempo adequado a esse fim, educar para transformar, como também deixa transparente que a educação e a instrução são partes de um contexto histórico/social/econômico, não sendo, porém, uma medida simples de decisão dentro das metas traçadas, tais como: manter o país unido em favor de uma ordem hierárquica, dar sustentação ao processo desenvolvido nos anos trinta, e que ganha ressonância considerável para além dos anos 1940.

Gustavo Capanema teve papel crucial nessa empresa como um articulador entre a política governamental do período Vargas e a preocupação com formação de bases para a montagem do referido processo. A complexidade imanente da tarefa "escolhida" revela a diretriz política e educacional para as massas, valendo-se de propagandas através dos meios de comunicação de alcance rápido, eficiente e competente na divulgação das idéias, em que participam o rádio, os panfletos, a imprensa nacional e a imprensa dispersam pelo interior do país. Quanto à proposta didático-pedagógico, procura-se uma alternativa para tornar o ensino mais eficiente, trabalhando-se especialmente o critério das competências. A participação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos sob a tutela do Ministério da Educação, através de seus relatórios, enviava periodicamente ao governo federal a situação em que se encontrava a

problemática da falta de escolas, a necessidade de ações específicas com o intuito de "engajar a população" nessa luta contra analfabetismo com tendências crônicas. Os detalhamentos dos relatórios revelavam números importantes no sentido de permitir uma ação veloz e eficaz por parte do governo federal. Essa ação estava intimamente ligada a um plano macro estrutural, ou seja, o Brasil. A maior parte dos Estados, revelam por intermédio de seus números, os vários caminhos que este processo de massificação do ensino vai tomando. Para dar sustento os trabalhos das bases pedagógicas para este fim, são adotados medidas de apoio, além dos meios de comunicação de massa: os livros didáticos, a organização dos serviços de orientação profissional, o contato com idéias de educação e formação profissional oriundas de outros países, que chegavam até aqui através de nomes como *Anísio Teixeira*, *Fernando de Azevedo*, entre outros. A educação passa a ser vista por um viés diferente dos anos anteriores, como poderemos verificar na seguinte análise desse período:

O que ocorria na área da educação e da cultura naqueles anos fazia parte de um processo muito mais amplo de transformação do país, que não obedecia a um projeto predeterminado nem tinha uma ideologia uniforme, mas que tem sido estudado, mais recentemente, como um processo de "modernização conservadora". É um processo que permite a inclusão progressiva de elementos de racionalidade, modernidade e eficiência em um contexto de grande centralização do poder e leva à substituição da elite política mais tradicional por outra mais jovem, de formação cultural e técnica mais atualizada. É natural que os membros desta nova elite, que vêem seus horizontes alargarem, se identifiquem com as virtudes do novo regime, mesmo que percebendo, e frequentemente criticando, muitas de suas limitações. Isto explica sem dúvida, a visão contraditória que muitas vezes temos dos tempos de Capanema - tempos da arte moderna, da educação moral e cívica, da criação da Universidade do Brasil, do fechamento da Universidade do Distrito Federal, do estímulo ao ensino industrial, do predomínio da Cultura Clássica sobre a científica nas escolas, da organização nacional da juventude, do apoio ao rádio e o teatro, da censura ideológica e do apoio e abertura de espaço para os intelectuais (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, p.19).

O povo precisava ser educado, ser preparado para trabalho qualificado, necessitava de atitudes capazes de proporcionar respostas adequados ao modo de proposto pela ação governamental. A união de esforços era tomada como ponto pacífico

em todos recantos do país, norte sul leste e oeste, uma integração "perfeita" do povo à chama ardente da fogueira da liberdade e da democracia.

O que estava acontecendo no campo político educacional, sobretudo no início dos anos 1940, expressa uma atitude de coerência, tanto entre o modelo de ação dos governos e a maneira de adotar uma pedagogia que desse respaldo não só a forma culta, mas o preparo para enfrentar o mercado de trabalho. Como exercer o controle sobre a população ativa necessária ao desenvolvimento do empreendimento Brasil? Nesse interim surgem propostas de discriminação de atividades, hierarquização de categorias. A mulher, que nessa época já possuía legalmente o direito de votar, é "chamada" a participar do projeto Brasil. Entretanto, essa participação se daria em condições muito específicas.

O grande e inestimável benefício educacional emprestado às escolas profissionais, à mulher de poucos recursos já está demonstrado com a amplitude pelo elevado número daquelas que conseguiram cursar um desses estabelecimentos. Ao mesmo tempo em que usufruem-nas conhecimentos seguros de diversas profissões adequadas ao seu sexo, as escolas profissionais oferecem um importante passo na solução de problemas domésticos. Os cursos de economia doméstica, puericultura infantil e outras preciosidades na estrutura de um lar, são aplicados nos ensinamentos oferecidos nesses magníficos estabelecimentos. Ao mesmo tempo, que de uma escola profissional sae uma excelente e capacitada costureira, bordadeira, florista, também uma completa dona de casa está assegurada para qualquer circunstância. Si em sua marcha cheia de imprevistos lhes oferecer um lar em abundância, os seus predicados administrativos se definirão em diversas maneiras, dando ensejo para que a inata bondade da mulher se espalhe em mananciais de felicidades aos desprotegidos, passando naturalmente a oferecer dos seus múltiplos conhecimentos miraculosa proteção a um determinado número de desditosos, pois a mulher que se prepara para "o que der e vier" da vida, compreende melhor do que qualquer outra a dor alheia. Em caso contrario, se em vez de abundância uma pobreza acentuada for a companheira da mulher que passou pelos bancos de uma instituição profissional apegar-se-á aos conhecimentos adquiridos e bondosamente conquistará o pão de cada dia a espera de melhores dias, estando assim garantida a face social da mulher que habilitada não prevarica em hipótese alguma, porque a esperança é uma eterna promessa plantada no coração e na alma da mulher. Para acabarmos com as delinqüências femininas, que inadaptaidas para a própria defesa, para salvaguardar dos sadios princípios da moral a solução indicada liga-se á obra cultural dando á mulher uma compreensão do seu grande mister na vida. A nação amparando a mulher de deficientes recursos defende das mais interessantes estruturas demográficas, estabelecendo a cultura pratica ao elemento feminino, procede ao um duplo saneamento, moral e eugênico. A

mulher ocupada em cultivar qualquer coisa de nobre em seguida detentora de conhecimentos que venha resolver nos momentos críticos suas dificuldades, pelo trabalho honroso e dignificante é elemento a menos furtado aos lupanares e mantido inviolável no seio da sociedade. Si procedermos a um inquérito nos ambientes de amor e fonte inesgotável de males secretos, que tanto contribuem para a decadência da raça, criando um dos mais movimentados problemas da sanidade, encontraremos com uma porcentagem elevada de criaturas que incapazes de se defender os meios de subsistência pelo trabalho, entregam-se ao mercantilismo doloroso do proprio corpo, poluindo a alma nos chacais da indignidade. Não desejamos ser pretensiosos ou avançados; ou ainda ingênuos em acreditar que resolver-se-ia em caráter geral a questão; longe disso, mas firmamo-nos no ponto de vista de que não assistiríamos o fato em forma tão densa, pois é convir, quem muitas e muitas casos, outras são as razões para o povoamento dos antros de perdição, em que a mulher se degenera física e moralmente. As escolas profissionais constituem sentinelas avançadas da moral, resgatam horizontes plenos de elevação em benefício da sociedade dando aos homens e mulheres novas perspectivas dentro da vida. Si criamos instituições que amparam a criança nos primeiros anos de existência, em complemento ao ensino primário, devemos criar ainda estabelecimentos de cultura profissional, porque os resultados beneficiarão o Brasil (CORREIA JUNIOR, Escola Profissional e a Mulher. O Estado de Goyaz, anno 9, nº 676, de 27 de julho de 1941, p.03).

O artigo revela uma das faces do processo histórico e educacional assumido no início dos anos 1940, o que sem sombra de dúvida deixa transparente, pelo menos no nível do discurso, "o lugar adequado" que a educação deveria ocupar. Notaremos, através da leitura atenta do artigo, a existência de um forte componente ideológico, em que grande parte da população acaba "absorvendo" e colocando em prática, ganhando corpo no seio do processo político, congregando assim esforços no sentido de prevalecer às conveniências impostas pelo a ordem econômica mundial. O mundo vivia então às voltas com a Segunda Grande Guerra (1939-1945). O que estava em jogo, era outra conformação de capitalismo, dentro de uma lógica invariável de explorar, de subordinar, de doutrinar, para proporcionar um arremate nas suas arestas, sem abrir mão dos privilégios daqueles que possuem o poder de decisão. A questão do fornecimento da matéria prima para os países industrializados, já se encontra ameaçada em termos de gerador de divisas, e o desenvolvimento interno passa a ser a "ordem do dia", apontando para a formação de competências com outros centros mais desenvolvidos. Às voltas

dessa complexidade de fatores econômicos coexistem as ascensões de movimentos nacionalistas de tendências totalitárias.

Indubitavelmente o processo educacional, não passa em branco por esses movimentos. A educação é pensada como meio de articular as muitas tendências nos vários campos de ação. A mulher, embora em condições de prevalência de sedimentos ideológicos, é "convidada" a participar da construção do "país grande".

Um editorial publicado pelo *O Estado Goiano* (1942), traz as nuances de um processo que estava se desenrolando na esfera educacional, fazendo elo entre a educação e a democracia. No entanto, a democracia proposta aparece como reveladora de contradições, sobretudo porque ela não estava sendo colocada em prática a contento pelas chamadas reformas do ensino no âmbito primário, secundário e superior, que se constituiu na ação da classe governante mais intensa. Porém, a timidez das reformas surge como fator de entrave do desenvolvimento econômico brasileiro. O ensino é visto como ponto crucial, como condição de aceleração do progresso da nação. Não se reduzindo apenas a isso. Segundo o editorial,

Estamos caminhando aceleradamente para a democratização ampla de toda a nossa estrutura, política, econômica e educacional. Sucessivas reformas têm procurado, através de uma legislação existente, sanar as falhas do ensino secundário e superior. Todas essas reformas pecaram por não se ter observado devidamente o conjunto nacional. Assim o dizemos por não ter levado em conta o poder aquisitivo de nosso povo, condição de primordial importância nas reformas do ensino. A classe operaria não pode ter filhos seus filhos cursando o ensino secundário e muito menos o superior; a própria classe média sente dificuldades extremas na educação que almeja, devido ao nosso alto custo de vida em face das condições econômicas internas do país. A nação com industrialização na infância, de poder aquisitivo muito pequeno para a própria classe média, precisa ter no ensino uma legalização mais liberal e adequada às nossas condições excepcionais de país agropecuário. Povos cultos não se escravizam e promovem ininterruptamente as emancipações econômicas, culturais e política da pátria. Facilitar economicamente o acesso às escolas superiores e secundárias é o ponto de partida de u'a sábia propaganda democrática sem desvirtuamentos que a "quinta coluna" promove ininterruptamente. As reformas que sofreu o ensino não obstante a intenção clara e honesta de moralização - por não observarem o lado econômico do povo, tornaram-se negativas por proibitivas e antidemocráticas. País de imensa extensão territorial, precisa de via de uma enorme legião de engenheiros,

médicos, professores, juristas para o seu saneamento e engrandecimento cultural e cívico. Por outro lado, o ensino profissional precisa de disseminação em massa a favor do aproveitamento racional de suas riquezas. Na campanha ora empreendida a favor das democracias, não esqueçamos de que o ensino é o ponto de partida e condição de importância máxima na consecução de suas altas finalidades. Por que numa ampla frente de democratização não se compreende privilégio de uma classe rica única capaz de acesso aos cursos de humanidade e superior (Editorial: "Combata a 5.ª Coluna - A Democracia do Ensino", O Estado de Goyaz, ano 10, nº 774 de 6 de setembro de 1942, p. 04).

A extensão territorial do país surge como um bom desafio para os responsáveis colocarem em prática suas tarefas de educar a população no amplo sentido do termo. Educar para a democracia, educar para atender a demanda eminente do processo industrial, educar para liberdade de expressão. A educação deveria ser o preparo de pessoal destinado ao processo produtivo, tanto o ensino primário, como secundário e superior, pois só assim, cumpriria as altas finalidades da democracia: permitir o acesso de pessoas ao ensino, não importando a sua condição sócio-econômica. Aqui, massificar o ensino rima com democratizá-lo. Dentre as muitas contradições inerentes ao regime em voga nos anos 1940 e a massificação do ensino, poderemos apontar que a sua feição ganha uma conotação de hierarquização de possibilidades.

A luta contra o Fascismo, que caracterizou os anos 1940, espelha uma realidade vivida com dificuldades no passado pelo capitalismo mundial, até como condição de solução dos problemas inerentes ao contexto histórico:

Derrotado o fascismo e instaurada a democracia, o liberalismo e as formas políticas não autoritárias ganharam, naturalmente, novos conversos, houve um processo quase inconsciente de amnésia coletiva que encobriu muitas idéias, projetos e ações que eram propalados e defendidos anteriormente. Mas não só lideranças políticas do país não se alteraram substancialmente no pós-guerra, como muitas das instituições por elas criadas se mantiveram inalteradas pelos anos vindouros, dando ao Estado brasileiro uma série de características que se contrapunham ao liberalismo revigorado e recém-implantado pela Constituinte de 1946 (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, pp. 19-20).

Sobre este processo histórico atentemos também para o ensino laico, que se insere-se no modelo liberal. Como demonstrado nas reflexões de Otaíza Romanelli nos anos 1940, ganhando legitimidade constitucional:

Os princípios liberais da carta de 1946 que asseguravam direitos e garantias individuais inalienáveis estavam visivelmente impregnados do espírito democrático tão próprio das reivindicações sociais do século em que vivemos. Foi assim, pois, que, ao aliar garantias, direito e liberdade individuais, com intervenção do Estado para assegurar essas garantias, direito e liberdade a todos, a constituição de 1946 fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX. Nisso ela se ela distanciava também da ideologia liberal democrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime (ROMANELLI, 1983, p.146)⁴.

Na obra a autora preocupa-se com uma questão fundamental que é o estudo da legislação escolar e suas implicações políticas, econômicas e sociais, e, principalmente como isso é tratado no interior das instituições escolares do ponto de vista didático e pedagógico, com vistas ao atendimento a ordem capitalista e sua lógica universal.

Retomemos as análises dos jornais como forma de intermediação de temáticas. Um editorial traz informações reveladoras do processo de democratização do ensino. Toma como referência um educador de expressão nacional que é Mário Pinto Serva, pelas suas realizações no ensino. O educador serve como ponto de referência para evidenciar as iniciativas do governo na difusão do ensino, prognosticando que a partir de iniciativas como estas, e do educador, que é um dos mais eminentes colaboradores, conseguirá o Brasil se ver livre da "barbárie" do analfabetismo. A imprensa teve e continua sendo uma espécie de alternativa nessa empreitada, não só de divulgação de

⁴ Dois capítulos nos chamaram atenção pela afinidade com processo de massificação do ensino: capítulo 3 - "A educação e o desenvolvimento brasileiro após 30" (pp. 47-125) e o capítulo 4 - "A organização do ensino e o contexto sócio-político após 30" (pp. 127-191). No capítulo 3 Romanelli mostra uma série de quadros estatísticos comparativos que permitem consulta rápida dos dados acerca número de instituições escolares, o rendimento do alunado nas disciplinas oferecidas, além da argumentação pertinente e crítica coerente. No capítulo 4, a autora discute, argumenta e critica os pressupostos da reforma Francisco Campos e suas vantagens para o processo que ora se arrolava.

estatísticas, mas com atuação marcante junto aos poderes públicos e a população de maneira geral, na consolidação de um ideal democrático, na formulação de opiniões o elo entre ensinar e democratizar.

Todos os jornais brasileiros dirigiram o Dr. Mario Pinto Serva um apelo no sentido de realizarem uma campanha afim de que todos as 1700 Municipalidades e prefeituras do Brasil decretem e levem a efeito a imediata extinção do analfabetismo em todo país. Esse apelo é do teor seguinte: E' a inteligência que dirige o homem e a humanidade. Por isso todos os problemas humanos e sociais estão contidos dentro do problema da educação que os abrange a todos. E por sua vez o problema da educação está dentro do problema da alfabetização. Todas os atos e as atitudes humanas são determinados pela inteligência de que a vontade é uma das faculdades integrantes. Tal problema do Brasil e dos brasileiros. Disso dependem os destinos de todos os 45 milhões de brasileiros. Não dando a todos eles a alfabetização, de fato negarmos-lhes todos os mais direitos. Ora, todos os homens têm, antes de tudo, direito ao amplo e integral desenvolvimento de todas as suas faculdades físicas e mentais. E' o que realiza a educação no sentido mais amplo da expressão, isto é, como o aperfeiçoamento completo do individuo. E assim como na base de tudo é indispensável que se proclame agora no Brasil a extinção do analfabetismo, como outrora se proclamou a extinção da escravidão. Ora, em todos os grandes países civilizados já se conseguiu esse resultado, e também o podemos alcançar no Brasil de pronto desde de que empreguemos os mesmos meios aplicados em todos os países. E assim se todas as 1700 Municipalidades ou Prefeituras do Brasil decretarem e executarem essa extinção do analfabetismo, cada uma em seu território, teremos a eliminação imediata dessa calamidade publica. Si é a inteligência que dirige todos os atos do homem e da humanidade, dando a alfabetização a todos os brasileiros sem exceção, os habilitaremos a um completo aperfeiçoamento de si mesmos, desde de que apenas possam ler todos livros e todos os jornais, hoje enciclopédias de todos os conhecimentos úteis. Nos Estados Unidos todas as municipalidades em conjunto dependem 35% de sua receita com a educação do povo, e daí o gigantesco desenvolvimento desse país, que se apresenta como o mais rico e bem organizado do mundo inteiro, pois no mundo atual alem disso, que ainda tem recursos e capitais para emprestar a todos os outros. E isso sem duvida produto de capacidade individual de todos os cidadãos americanos em conjunto, dotados de uma completa educação física e mental. Hoje em dia, em três a seis meses se alfabetiza um individuo, e um povo inteiro é apenas uma soma de individuos. Si em três meses se alfabetiza um individuo, no mesmo três meses se alfabetiza um povo inteiro. A imprensa brasileira querendo, pode fazer a alfabetização imediata do país. Como? Há atualmente cerca de 2000 jornais no Brasil inteiro em todos os Estados, e se todos esses jornais das capitais como do interior exigirem e impuserem que todas as 1700 Municipalidades ou Prefeituras do país decretem e executem imediatamente a extinção do analfabetismo, é claro que será isso questão liquidada. E também a imprensa pode conseguir de todos esses 1700 Municípios o povo inteiro se levante, reclame e conclame e imponha a realização desse supremo desideratum nacional, realizaremos a façanha mais assombrosa da historia do mundo. A ignorância do p. o paralisa tudo no Brasil. Nem se diga que isso é devido ao clima porque temos no sul do país quatro estado com a área total de 820000 quilômetros quadrados, isto é, superior a área da Inglaterra e da Alemanha somadas, com clima europeu. E também o Brasil pode conter toda a

*população do globo inteiro, que é atualmente de dois bilhões e cem milhões de habitantes. Ora, por exemplo, a Inglaterra com 131000 quilômetros quadrados, tem 4000.000 de habitantes, o que dá 300 habitantes por quilometro quadrado. E nessa proporção o Brasil, com 8.500.000 quilômetros quadrados, poderia, portanto, conter e alimentares 2.550.000.000 habitantes, ou mais que toda a população do globo inteiro. Mas a questão é que temos no Brasil de 70 a 80% de iletrados, e logicamente uma população sem capacidade para a vida econômica e civil. Mas si o cérebro do homem é perfeitamente idêntico em todas as raças do mundo logicamente tudo depende de que ele seja dotado de todos os conhecimentos úteis, para cada um saber se orientar e se desenvolver amplamente sua aptidão na luta pela vida. Portanto, a alfabetização imediata do Brasil inteiro depende exclusivamente da imprensa, que, como outrora na abolição, levante esse lábaro sagrado e imponha a todas as 1700 Municipalidades que decretem e executem essa extinção imediata do analfabetismo, o mais alto ideal nacional em toda a historia do país (Editorial: "A Imprensa e a Alfabetização" *Correio de Uberlândia*, ano X, nº 2.151, de 12 de maio de 1947, p. 02).*

Os números divulgados procuram mostrar a atitude política em prol do ensino no Brasil. Exemplificando que a municipalização do ensino não deve ser apenas um discurso em branco, constituía-se numa necessidade daquele momento, de proporcionar educação a todos dentro de propósitos bem definidos: democratizar o ensino, moralizar a opinião pública, erradicar o analfabetismo, educar para o patriotismo. A imprensa e o nacionalismo surgem como uma bandeira de luta, como a forma de adequar o aprendizado aos ditames das regras do jogo. Norberto Bobbio (1986) sustenta que:

[...] a democracia não goza de ótima saúde, como de resto jamais gozou no passado, mas não está à beira do Túmulo. Diga-se o que disser a este respeito, a verdade é que nenhum dos regimes democráticos nascidos na Europa após a Segunda Guerra Mundial foi batido por uma ditadura, como ocorrera após a Primeira...O mundo das democracias ocidentais não está seriamente ameaçado por movimentos fascistas (BOBBIO, 1986, p.9).

Uma boa referência para se pensar a questão da democracia, principalmente se nos ativermos a que tipo de representação política está sendo forjado no mundo ocidental, cujo principal foco de tensão está na configuração preconizada pelo liberalismo. A obra de referência, cujo título é *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*, nos dá alguma noção dessa forma de representação de sociedade.

Bobbio, no entanto, deixa passar um certo otimismo com relação ao futuro dessa representação política, ao afirmar que os regimes ditatoriais não possuem vida longa. Nesse sentido, cai por terra a meta de elaborar projetos educacionais visando soluções imediatistas, como vinha ocorrendo a partir dos anos 1940, como um remédio para ser aplicado na cura das crises vividas pelos regimes de orientação "liberal". O quadro abaixo nos dá alguma noção do estava ocorrendo no Brasil a partir da primeira metade dos anos 1950:

Quadro 2 - "Pelo recenseamento de 1950, ainda foi apurada no Brasil a alta percentagem de 51,75 de analfabetos, apesar das campanhas promovidas contra esse cancro social. Discriminadas pelas unidades federativas, são estes os algarismos encontrados":

Guaporé	50,08	Amapá	55,92	Paraíba	70,82	M. Gerais	56,19
Acre	65,62	Maranhão	74,78	Pernambuco	68,25	E. Santo	52,99
Amazonas	57,15	Piauí	74,11	Alagoas	76,55	E. do Rio	44,03
Rio Branco	55,50	Ceará	68,82	Sergipe	66,37	D. Federal	15,44
Pará	51,29	R.G. do Norte	68,02	Bahia	68,45	S. Paulo	34,70
Paraná	47,32	S. Catarina	35,89	R. G. do Sul	37,78	M. Grosso	43,73
Goiás	66,76	Brasil/Total	51,75	Brasil./Total	51,75	Brasil/Total	51,75

Fonte: Arquivo Público municipal de Uberlândia, MG. *Correio de Uberlândia*, ano XVII, nº 3.885, de 25 de março de 1954, p. 01.

Historicamente, a meta de difusão do ensino por todo o território nacional, ganha corpo no final dos anos 1940 e vai se alastrando pelos vários estados e territórios brasileiros, como mostra o quadro de 1950. Posturas críticas têm aparecido com frequência em notas de jornais, que atestam esta hipótese. Soluções imediatistas são apresentadas no sentido de conferir maior visibilidade ao processo de massificação do ensino, a exemplo do combate sem tréguas ao analfabetismo, é como se alguém possuísse uma "receita" apropriada para por fim a este "mal" que assolava o país. A nota a seguir elucida a questão, ao inferir que,

Sob o fundamento de constituir-se em incentivos ao analfabetismo e de estimular a desenfreada demagogia eleitoral, com graves repercussões sociais de ser contra os interesses do país, as diretorias do centro e da Federação das Indústrias de São Paulo, em última reunião, deliberaram unanimemente enviar aos presidentes do senado e da câmara federal telegramas de repúdio ao projeto de emenda constitucional que estende aos analfabetos o direito de voto. A notícia em foco, veiculada pela "Folha da Manhã", de São Paulo, foi concluída com as seguintes palavras: Por todas essas razões, impunha-se um pronunciamento das classes produtoras. Nota: "contra o voto dos analfabetos". (Correio de Uberlândia, ano XX, n° 4540, de 01 de setembro de 1957, p. 01).

Não se deve descuidar da questão da política partidária, de suas investidas no campo educacional, com seus propósitos e atitudes definidos em função de um ideal democrático. O que estava em jogo não era tão e simplesmente uma educação voltada para progresso. A forma da mensagem transmitida pela nota acima assinala que havia uma mística sendo construída, e essa mística deveria perpetuar, mesmo que para isso a população de maneira geral despendesse algum sacrifício. O referido trecho expressa até de forma emotiva, um modelo de modernização pleiteado para a "Cidade Jardim". Essa passagem ilustra como a imprensa estimula, forma, e informa a opinião pública, como se eles não tivessem vontade própria, sem vez e sem voz. A razão dessa "ignorância salutar" ao processo está vinculada à implementação e a consolidação do nacionalismo no Brasil. Carneiro Leão em uma das suas investidas visando o desenvolvimento educacional levanta a seguinte questão:

Quem nos assegurará, que, de agora a cinquenta anos, ou mesmo no segundo centenário da nossa independência, a situação da educação popular brasileira não seja ainda parecida com a de hoje? Mas, se tal acontecer, esperemos, para lisonjear a nossa vaidade e recompensar o nosso esforço, que as nossas memórias e as nossas campanhas sejam lembradas e louvadas por outros teimosos sonhadores, como são os grandes nomes de Liberato Barroso, e Tavares Bastos, Rui Barbosa e José Veríssimo pelo nosso afeto enternecido. Provavelmente às gerações dessas épocas dirão eles: "Nas proximidades do primeiro centenário da nossa independência havia um Monteiro de Souza, um Victor Viana, um Pinto Serva, um José Augusto, um A. Carneiro Leão, um Paulo Pestana, que escreviam artigos, conferências e livros bramindo com energia e ruído em defesa da educação do povo brasileiro". E irá, como nós agora, revolver a poeira dos arquivos, os livros, os folhetos e os jornais, nos quais escrevemos as nossas abjurgatórias e os nossos conselhos. (...) Nós

indubitavelmente já não vivemos, mas lá, onde estivermos, se "a memória desta vida consente" melhor identificados com as coisas eternas, podemos julgar melhor o valor do tempo, compreenderemos que séculos não contam na eternidade e, mesmo na vida dos povos, as muitas décadas de anos que o Brasil levou para se convencer da necessidade de organizar a educação popular, na valem em relação à existência dos mundos e ao destino do homem sobre a terra (CARNEIRO LEÃO, In: CARDOSO, 1990, pp.23-24).

As palavras de Carneiro Leão trazem um tom de profecia, o que revela o esforço dos intelectuais da época na articulação de idéias eivadas de paixão por um Brasil mais civilizado e em sintonia com a proposta de uma sociedade moderna, ou seja, produtiva, letrada, apta a contribuir com o progresso e desenvolvimento da nação, em que a educação seria o suporte para não só continuar o processo, mas proporcionar a segurança necessária à sua perpetuação. Aliás, uma condição corroborada pelo conteúdo do artigo abaixo:

O valor coletivo de toda uma nação é a soma exata do valor individual de cada um dos indivíduos que a compõem. O que se pleiteia agora no Brasil com a campanha benemérita de alfabetização e a educação de adultos é a plenitude da inteligência para todos os brasileiros sem exceção. Mesmo as melhores instituições não adaptam para os indivíduos ou para os povos que as possuem. O que é preciso é que um dotado dos conhecimentos básicos possa ser o arquiteto dos próprios destinos. No livro "The Ancient World" diz o autor, T. H. Glover: "Si quisermos ou procuramos uma data exata para o início do mundo moderno, talvez seja ela com mais certeza o ano em que o primeiro grego escreveu o primeiro livro. Dai proveio a civilização humana atual". Outro escritor inglês, Maclead Yearsley no livro "The Story of the Bible", diz o seguinte: "Poucas pessoas que sabem ler e escrever são capazes de refletir sobre o que a escrita significa para a humanidade. Não só ela torna possível a dois indivíduos separados por milhas de distância poderem comunicar-se através dos mares um com o outro, mas essencialmente habilita o grande número a participar nos conhecimentos comuns. Além disso, ela habilita a todos os homens a aproveitarem os conhecimentos acumulados por todos que vieram em outras épocas. O falar desenvolveu a memória, a escrita fixa as coisas antigas. Assim se tornou possível ao pensamento do homem permanecer contínuo e eterno, o que a transmissão oral podia realizar apenas em uma extensão limitada. Pela escritura as tradições podem ser mais completamente e mais exatamente preservadas. As velhas tradições transmitidas inteiramente de forma oral estavam sujeitas de serem lentamente alteradas e aumentadas; mas pela escrita elas". Começaram a ser fixas; provavelmente, entretanto, esta preservação pela escrita afetou apenas a forma da tradição. "Verbus volant, scripta manent" As palavras voam, os escritos permanecem. Apenas erro ou alterações intencionais podem modificá-las. Assim o pensamento escrito é transmitido mais facilmente. "O verdadeiro início da vida intelectual resultou da escrita, mas seu real poder e influencia em

*conseqüência da escassez dos manuscritos e segredo destes não foram atingido senão descoberta da imprensa; com esta a vida intelectual atingiu a sua completa liberdade. desde então marchou rapidamente para frente". Assim apenas se ensinando o indivíduo a ler e escrever, ele tem à sua disposição toda a civilização humana, depositada nos livros e nos jornais. Eis porque se ensinarmos a todos os brasileiros a ler e escrever de pronto elevamos o Brasil à categoria de grande potencia do mundo moderno. Temos inúmeros exemplos de brasileiros, das classes mais desamparadas, que apenas porque aprenderam a ler se tornaram gênios, pertenceram a Academia Brasileira de Letras ou se elevaram ao máximo na escala social. Como o México fez recentemente, também o Brasil pode decretar a alfabetização total e imediata de todos os nossos patricios. E a educação? E' o próprio indivíduo que se educa a si mesmo. Em qualquer escola em que se tenha formado milhares de indivíduos, todo estes vão ser completamente dissemelhantes na vida ulterior, em conseqüência do coeficiente individual de cada um. Um livro só pode fazer a educação completa de um indivíduo. Para isso há no mundo um exemplar perfeito, de que poderíamos ter um similar na literatura brasileira. "E' o Ajuda-te" de Samuel Seles. Esse livro ensina minuciosamente a cada um as entranhas de si mesmo tudo quanto ele tem latente dentro de sua potencialidade inata. Eis porque é possível no Brasil alfabetizar imediatamente toda a população nacional e dar-lhe de pronto elementos com o que se eduquem de forma completa. "Impossível" é um vocábulo que só existe no dicionário dos imbecis. E assim podemos escrever agora a mais bela página da história nacional (Mário Pinto SERVA. "A mais bela página da história nacional" *Correio de Uberlândia*, ano XI, nº 2488, de 15 de setembro de 1948, p. 04).*

O artigo de Mário Pinto Serva confirma aquilo que foi posto até o presente, no tocante ao processo de massificação do ensino, sendo a sua abordagem pulverizada de apontamentos acerca do fazer em educação de massa e o como fazer para erradicar analfabetismo no Brasil. Uma tarefa segundo autor, de responsabilidade cívica. O primado da unidade, tão pleiteado desde os tempos da proclamação da República, vem acompanhando as discussões dos jornais, tanto em forma de artigos, como de editoriais, notas, reportagens, e, ao mesmo tempo, demonstrando ser característica deste período histórico, não uma marca específica de um determinado espaço geográfico, mas um sentido "globalizante", onde a tônica do discurso era adequação sempre ao moderno, proposto como o melhor, dentro da ordem estabelecida.

Com a instalação do Estado Novo (1937-1945), o projeto educacional ganha nova conformação, até por uma questão de adaptação aos "novos rumos" da política governamental, agora em bases autoritárias e legitimadas pela força. Minas Gerais sofre

os reflexos desta política educacional, por ser um Estado de importância no cenário político nacional e pela atuação dos seus líderes. Um mineiro estava à frente do Ministério da Educação e Saúde, o que confere a Minas Gerais a condição de uma certa regalia dentro do processo político brasileiro. A educação passa por reformas substanciais nesse período, pois era preciso pensar com apuro e decisão ser as massas educadas dentro no novo regime. Assim,

[...] a reforma do Ministério da educação e Saúde de janeiro de 1937, finalmente, institucionaliza tanto o serviço de Radiodifusão Educativa quanto O Instituto Nacional de Cinema no âmbito do ministério. Contudo, não era uma posse tranqüila. Em 1938, Capanema é levado a dirigir a Getúlio Vargas uma longa exposição de motivos tratando de preservar sua atuação na área de radiodifusão, contra as pretensões do Ministério da Justiça, agora com Francisco Campos. Era necessário, dizia ele, que a função da radiodifusão do Ministério da Educação fosse especificada de maneira a não haver "nenhuma confusão com o serviço do Ministério da Justiça. (...) É preciso introduzir o rádio em todas as escolas primárias, secundárias, profissionais, superiores noturnas e diurnas e estabelecer através deste poderoso instrumento de difusão uma certa comunhão espiritual entre os estabelecimentos de ensino (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, p.88)".

O processo de massificação em Minas Gerais abre um leque de possibilidades no campo da política adotada nessa conformação autoritária que foi o período da ditadura Vargas. Nota-se que tanto a imprensa falada como a imprensa escrita, tiveram um papel crucial na disseminação do ensino no Brasil de maneira geral, pelo menos era essa a intenção. Reside a importância de buscarmos outras fontes para uma melhor compreensão dessa temática. As especificidades locais e regionais permitem não só captar o que ocorria nos bastidores da política, quando se voltava para a educação das massas, como também o de verificar adoção de uma pedagogia adequada ao movimento de ação por parte de governos dos mais diferentes estados. No caso mineiro, tivemos a oportunidade verificar algumas ações desse tipo. A notícia abaixo mostra um pouco da influência dessa meta de massificar o ensino, uma proposta presente na gestão de Milton Campos em que a maneira de financiar a educação estava apresentando problemas:

escolas funcionando em casas alugadas e em condições precárias para o atendimento da clientela escolar. Vejamos:

O governador Milton Campos tem se esforçado para elevar o nível intelectual de seu estado. Em relação ao ensino primário, disse o Governador em sua mensagem: "Muitos dos nossos grupos escolares acham-se alojados, precariamente, em casas alugadas com as quais foi despendida, em 1949, a importância de Cr\$1.327.677,00 e ainda, Cr\$123.375,40 para iluminação e fornecimento de água. Tem-se verificado, além disso, a anomalia de se construírem prédios que dão prejuízo para o sistema geral de educação. Essas razões inspiraram a lei nº 408, de 14 de setembro de 1949, cuja aplicação permitirá, com fundamento em dados objetivos e mediante critérios técnicos, de atendimento aos pontos do estado que mais necessitam de prédios, na proporção de sua população escolar e levado em conta o número dos já existentes em cada um. Está em vias de conclusão a escala de prioridades prevista nessa lei. Mau grado todas as dificuldades, foram instalados os seguintes grupos escolares, escolas reunidas e escolas rurais e distritais em 1949 e no corrente ano (Notícia: O Ensino Primário em Minas Gerais)". Correio de Uberlândia, ano XII, nº 2.922, de 13 de junho de 1950, p.04).

O levantamento dos custos no setor educacional feito durante a gestão de Milton Campos no governo de Minas Gerais mostra uma preocupação comum a todo governante que leva a sério a questão educacional, buscar sempre uma forma coerente de melhor aplicar o orçamento do Estado destinado à educação. O que estava acontecendo naquele momento era fruto do mau emprego dos recursos públicos no ensino. O financiamento da educação estaria sendo conduzido de maneira pouco adequada. No final dos anos 1940 o quadro revelado achava-se caótico em relação à parte estrutural que daria suporte ao ensino em Minas. O ensino primário apresentava-se precário exatamente pelas más acomodações de professores e clientela, convivendo em ambientes insalubres. A situação forjada no campo da política educacional apresentada nessa notícia do jornal chama atenção para fato desse fato ter motivado a criação da lei nº 408, a 14 de setembro de 1949, que veio disciplinar os gastos com a estrutura física das escolas da seguinte forma: maior rigor na distribuição das verbas destinadas ao amparo técnico/pedagógico das instituições escolares, o zelo dos prédios escolares já existentes, a construção de mais prédios escolares de acordo com a população escolar existente nas

regiões do Estado. Essas são algumas metas práticas respaldadas em lei no Estado de Minas Gerais.

Por esses dados percebemos uma marca importante na trilha da massificação do ensino em Minas Gerais, que é propiciar não só credibilidade política às ações do governo, mas demonstrar esses efeitos na prática em virtude da lei em relação às questões educacionais. Era necessário partir de uma ação concreta, que só adquiriria o efeito desejado se legitimado por uma legislação específica para estes fins. Na pequena notícia do jornal acerca da proposta de ação do governo mineiro evidenciam-se algumas categorias que podem ser assim enumeradas: a questão do *financiamento da educação*; a *política educacional* mineira; a *legislação educacional* específica para a gestão dos recursos destinados à melhoria do atendimento à *clientela escolar*; a questão do *ensino rural*; a melhoria do *ensino primário* no Estado. Algumas dessas categorias apresentadas na notícia refletem o comprometimento do governo mineiro com o processo do ensino no jogo democrático, uma realidade que vinha sendo objeto de preocupação também em outras regiões do Brasil. Minas Gerais precisaria dar o exemplo concreto de uma ação política eficaz.

A categoria legislação escolar do ponto vista da sua aplicabilidade prática, carrega um peso maior em relação às demais categorias pelo seu caráter de legitimação de ações políticas com reflexos profundos nas questões sociais e educacionais. Tal categoria está intimamente vinculada ao sistema de ensino. A complexidade do conceito de sistema de ensino aparece sintetizada na passagem abaixo:

Emprega-se usualmente a expressão "sistema de ensino" para englobar as instituições e agências especificamente destinadas a proporcionar a instrução de forma sistemática. Assim, o sistema de ensino de um país compreende não apenas as modalidades ordinárias de escolas de primeiro e segundo graus, institutos técnicos, estabelecimento para formação de professores, universidades e escolas profissionais de nível superior, como também serviços de divulgação para adultos, cursos de alfabetização, programas de rádio e TV, cursos por correspondência e uma variedade de atividades extra-escolares

organizadas. Um sistema de ensino nacional compreende não apenas as escolas criadas e controladas pelo governo central ou provincial, mas também aquelas estabelecidas pelas autoridades locais de educação, assim como as que não pertencem aos poderes públicos, mas associações privadas ou instituições como a igreja. Inclui ainda, além dos meios destinados à escolarização desde a infância até a idade adulta, aqueles exigidos para a satisfação das necessidades específicas dos deficientes físicos ou mentais, meios estes proporcionados tanto pelo Estado como por agências privadas (UNESCO, 1982, p.57).

Ao estabelecer parâmetros entre o sistema ensino em Minas e o sistema de ensino desenvolvido em muitas partes do mundo, de acordo com abordagem da UNESCO, entendemos que ação política mineira não era um fato isolado, quando se tratava de não só desenvolver um sistema de ensino coerente e legitimado, mas também demonstrar que essa ação política do governo de Minas Gerais estava em sintonia com o processo de modernização social revelado com intensidade a partir dos anos 1940. Minas Gerais precisaria mostrar e legitimar a sua força. O documento da UNESCO sobre Política, Legislação e Administração Educacional (1982) nos dá a idéia de que a massificação do ensino, para adquirir a firmeza dos propósitos advindos de uma sociedade de orientação liberal e capitalista, era necessária a sua legitimação.

2.3 Da massificação do ensino à idéia de modernização no Brasil 1940-1950

A idéia de modernização longe de ser original ela pode ser entendida como herdeira de modelos de aplicação de ações convenientemente de acordo com o processo histórico do capitalismo que engendra suas regras e procuram amenizar a suas crises. No que diz respeito ao ensino, algo semelhante acontece, pois tal processo constitui-se numa baliza que irão acolher os seus pressupostos, entendidos como necessários e respaldados em lei. Mills diz que:

A característica mais importante da opinião pública, originada pela ascensão da classe média democrática, é a discussão livre. As possibilidades de responder organizar órgãos autônomos da opinião pública, de compreender a opinião de um movimento, devem ser asseguradas pelas instituições

democráticas. A opinião resultante da discussão pública é considerada como uma resolução e posta em prática pela ação pública; e, segundo uma versão, "a vontades gerais" do povo, que o órgão legislativo transforma em lei, dando-lhe força legal. O congresso, ou parlamento, como instituição, paira sobre todos os públicos diversos - é o arquétipo de cada um dos pequenos círculos onde os cidadãos debatem frente a frente, as questões públicas (MILLS, 1975, p.350).

Democratizar às vezes tem o sinônimo de massificar. Esse processo de massificação, o do ensino, vem carregado de estigmas que o ligam à questão da opinião pública e essa certamente em sua boa parte formada pela socialização da informação através da imprensa (CARDET, 1979; CONTIER, 1979; CAPELATO & PRADO 1980; CARVALHO, 1983; CAPELATO, 1988; CARVALHO, 1998; SANTOS, 2000). Além das abordagens acerca da imprensa investigada por nós e os dados coletados nos jornais de circulação local, procurando valorizar as singularidades aí presentes, um atalho para a compreensão dessa categoria sociedade de massas nos é apresentada por *Gabriel Cohn* na obra *Sociologia, de Comunicação: teoria e ideologia* (1973), cuja preocupação fundamental é com:

[...] a Fundamentação de uma estratégia de análise sociológica das relações entre sistemas simbólicos e sistemas sociais, aplicáveis a uma modalidade específica de sua manifestação: ou seja, a sociedade contemporânea altamente complexa e industrializada, em que a produção e o consumo em grande escala se estendem até à sua dimensão cultural (COHN, 1973, p.13).

Para seguir as regras estabelecidas por uma sociedade democrática, seja em outros países, seja no Brasil, numa análise na perspectiva de sociedade de massas, parte-se do pressuposto de uma estratégia sutil e capciosa de uma dada ordem presa a uma categoria, pelo menos em intenção que é a idéia da existência de uma elite no poder, bem como a luta política para a sua manutenção. A massa aqui adquire contornos de grupo organizado, porém, essa organização não parte dela, sendo "oferecida" por essa elite dirigente. Constitui-se numa estratégia articulada resultante de um processo

histórico montado a partir do ideário iluminista e que foi apropriado circunstancialmente nos pressupostos liberais. Na passagem a seguir veremos a justificativa de proporcionar um ensino à maioria da população mundial, tendo o Brasil como parte integrante desse processo histórico, portanto, adequado às regras do jogo democrático. Diz a passagem.

A expansão do ensino básico de primeiro grau nos países em desenvolvimento num esforço de escolarizar a totalidade das crianças e a iniciativa, comum a todas as nações a um a parcela crescente da população exigiram a aplicação de vultuosos recursos humanos e financeiros no campo educacional (UNESCO, 1982c, p.57).

A face liberal expressa no documento da UNESCO mostra que para estender o ensino à maioria de iletrados de países em desenvolvimento, exigiriam grande soma de recursos tanto financeiro como humanos. O Brasil aparece no documento da UNESCO como um país atrasado devido o seu baixo nível de escolarização. Isso nos remete a dois conceitos básicos: o conceito de homem civilizado e o conceito de modernização social na sociedade brasileira. Esses dois conceitos trazem implicações do ponto vista estrutural merecedora de uma análise mais detida como a relação conflituosa entre o ensino público e o ensino privado, que o processo de massificação traz a reboque amparado por uma burocracia e sua inseparável hierarquização.

O conflito entre o público e o privado mostrado sutilmente na imprensa aparece em outras reflexões acerca do ensino em Minas Gerais, a ação política governamental, enfim, iniciativas que viessem de encontro à meta de organizar o ensino no Estado. *“havia uma preocupação em não isolar a educação da vida comunitária, fazendo com que seu aspecto público não significasse necessariamente, sua vinculação e dependência em relação a uma burocracia complexa e distante”* (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, p.53). O eixo da discussão marca os rumo de uma política educacional direcionada às massas, na qual o Estado e a iniciativa privada se enfrentam.

São os frutos da tentativa de resolver crises inerentes ao sistema educacional que, na maioria das vezes, visavam soluções no médio e curto prazo.

2.4 A massificação do ensino e a ação política mineira: interfaces do discurso

No tocante ao Estado de Minas Gerais o processo pode ser verificado através de notícias veiculadas nos periódicos que procuram demonstrar por meio de estatística a ação política governamental no setor. A notícia acima encara essa tarefa de tornar transparente a administração do governador Milton Campos durante a sua gestão no governo de Minas nos anos 1940. A instalação de escolas no meio rural e urbano, segundo o discurso dos jornais, foi a tônica na sua administração, bem como a discriminação dos gastos no setor do ensino. As informações do quadro abaixo nos dão uma boa noção de como estavam germinando os frutos dessa ação política.

A pequena reportagem dá uma ligeira noção das articulações políticas e do processo de massificação do ensino levada a efeito pelo titular do governo de Minas durante sua gestão. Aliás, esta reportagem dá a tonalidade das filiações políticas e ideológicas que percorreram esse período. As ações políticas de um governo são postas em confronto com a de outros no sentido de colher dividendos políticos com finalidade de eleger o sucessor. Trata-se de uma prática comum no campo das representações políticas

Os mineiros, em sua quase totalidade, se colocam ao lado do candidato da coligação UDN - PRP - PDC-PR autônomo - PRB, porque GABRIEL PASSOS será o continuador do renascimento de Minas Gerais. Estudando os resultados objetivos do governo do Sr. Milton Campos, cujo mandato está prestes a findar, a reportagem do UDN teve a oportunidade de computar dados positivos encerrados nas mensagens e outros elementos informativos, apurando que, em três anos e cinco meses, em determinados setores, o Governo atual realizou mais obras públicas do que o interventor mineiro, em 12 anos de arbítrio e verbas sem controle. O gráfico comparativo dos dois governos - um pedessista do Sr. Benedito Valadares e o outro udenista do Sr. Milton Campos - é convincente da ação democrática construtiva da União Democrática Nacional. CONSTRUÇÃO DE GRUPOS ESCLARES Milton Campos (3 anos e meio)....

172 média de 57 por ano. Benedito Valadares (12 anos)... 74 - média de seis por ano. REFORMA DE PRÉDIOS DE GRUPOS ESCOLARES - Milton Campos (3 anos)... 130 média de 43 por ano. Benedito Valadares (12 anos)... 41 média de 3 por ano (Reportagem: "O Governo Construtivo da União Democrática Nacional". *Correio de Uberlândia*, ano XII, nº 2.981, de 03 setembro de 1950, p.1).

O quadro 3 traz alguns detalhes desse processo de instalação, percorrendo os cantos mais inusitados do estado de Minas Gerais e parece convencer que a ação governamental para a difusão do ensino era para valer. Existia um propósito definido de levar o ensino de forma abrangente sem discriminar regiões, por mais inóspitas que pudessem parecer. O Governo de Milton Campos com certeza não estaria sozinho nessa tarefa da massificação do ensino, mas compartilhava com outros interessados em fazer do Brasil um grande país. E o Estado de Minas precisava mostrar a sua força, o potencial de sua gente, embarcar na condução que lhe desse o "atalho para a modernização" exigida pelas condicionantes do processo histórico.

Quadro – 3 – Demonstrativo da situação das escolas de algumas das principais regiões de Minas Gerais, no ano de 1950.

GRUPO ESCOLAR – “Dr. Gama Cerqueira” em Belo Vale.
GRUPO ESCOLAR – “Guilhermina Pena”, em Conselheiro Pena.
GRUPO ESCOLAR – sem denominação em Corinto
GRUPO ESCOLAR – “Dr. Leopoldo Nunes Maciel”, em Cruzília.
GRUPO ESCOLAR – “José Gonçalves Melo”, em Itauna.
GRUPO ESCOLAR – “Professor Joaquim Queiroz”, em Pouso Alegre.
GRUPO ESCOLAR – “Professor Francisco Manuel”, em Pouso Alegre.
GRUPO ESCOLAR – “Des Aprígio Ribeiro”, em São Braz do Suassuí, município de João Ribeiro.
GRUPO ESCOLAR – “““Dr. Francisco Vieira Martius”, em Oratória, município de Ponte Nova.
GRUPO ESCOLAR – “Coronel Antoninho”, em Piedade de ponte nova, município de Ponte Nova.
GRUPO ESCOLAR – “Professor Manuel Rufino”, em Urucania, município de Ponte Nova.
GRUPO ESCOLAR – “Pedro Primo”, em Perdígão, município de Santo Antônio do Monte.
GRUPO ESCOLAR – “(sem denominação), em Divino de Virginópolis, município de Virginópolis
ESCOLAS REUNIDAS – “Professor Edimundo Veiera”, em Andradas.
ESCOLAS REUNIDAS – “Alphonsus Guimarães”, em Comercinho.
ESCOLAS REUNIDAS – “Maria Augusta Caldeira Brandt”, em Diamantina.
ESCOLAS REUNIDAS – “Benjamin Guimarães”, em Dolores do Indaiá.
ESCOLAS REUNIDAS – “Santa Terezinha”, em Matozinhos.
ESCOLAS REUNIDAS – “Domingos Ribeiro de Rezende”, em Varginha.
ESCOLAS REUNIDAS – “Professor Chaves”, em Uberaba (prédio da Prefeitura).
ESCOLAS REUNIDAS – “Virgílio de Melo Franco”, na Capital Quadro B.
ESCOLAS REUNIDAS – “Romero de Carvalho”, em Fidalgo, município de Pedro Leopoldo.
ESCOLAS REUNIDAS – “Padre Crispiano”, em Santa Rita do Rio Abaixo, município de São João Del-Rei.
ESCOLAS REUNIDAS – “(ainda sem denominação)”, em Vila São Francisco, Quadro B, da Capital – idem São Vicente, município de Baldim, Idem Aguanil, campo Belo – idem – Santo Antônio do Rio Abaixo, município de Conceição do mato Dentro – Idem Jatobá, município de Mateus Leme. Infelizmente não foi possível extinguir, nem na capital, nem em muitas cidades do interior, o funcionamento de grupos escolares em três turnos. O três.º turno só é admissível como recurso de emergência e apenas como menor mal do que não ministrar ensino algum a uma parte numerosa de nossa população escolar.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia, MG, **Correio de Uberlândia**, ano XII, nº 2.922, de 13 de junho de 1950, p.04. Notícia: “O Ensino Primário em Minas Gerais”.

Dos assuntos merecedores de análises mais acuradas está a problemática das escolas. A criação de escolas num curto espaço de tempo é reveladora das intenções dos governos que fizeram da massificação do ensino uma das principais bandeiras de luta em prol da democracia participativa. A reportagem publicada pelo *Correio de Uberlândia* é reveladora em termos de detalhes acerca do tratamento político dado à questão política e a massificação do ensino, demonstrando ao nível do discurso, que

para se organizar uma sociedade na qual funcione adequadamente o processo da democracia participativa não é possível sem que se estabeleça alguma regra básica. Essas regras básicas devem ser vistas do ponto de vista da legislação legitimadora dessa organização. Era necessário que essa sociedade funcionasse, que lhes rendesse dividendos políticos. Mais uma vez aparece a comparação entre os feitos dos governos no campo educacional, mas agora com uma diferença fundamental: a demonstração das ações políticas no campo educacional, com a revelação numérica das escolas criadas na gestão Milton Campos e as respectivas leis, no intuito de propiciar transparência e credibilidade legitimando as suas ações no setor educacional

Estabelecimentos de ensino secundário extintos em Minas Gerais pelo Sr. Benedito Valadares - confronto com os dois Governos - os mineiros votarão contra o analfabetismo - Em um ano apenas de governo o senhor Benedito Valadares fechou 10 estabelecimentos de ensino secundário e normal que prestavam valiosos serviços à educação. Se o eleitor tiver dúvida poderá verificar no "Minas Gerais", órgão oficial dos poderes públicos estaduais, os seguintes decretos leis baixados pelo senhor Benedito Valadares, extinguindo estabelecimentos de ensino e cargos de Magistério: DECRETO - LEI - Nº 44, de 7 - 1 - 38 - Extingue o cargo de professor primário do instituto "João Pinheiro". DECRETO - LEI Nº 56, de 8 - 1 - 38 - Extingue o cargo de professor de Trabalhos Manuais do instituto "João Pinheiro". DECRETO - LEI Nº 63, de 15 - 1 - 38 - Suprime as Escolas Normais de Diamantina, Montes Claros, Curvelo, Campanha, Uberaba e Itabira. DECRETO - LEI Nº 64 de 15 - 1 - 38 - Suprime o Internato nos ginásios de Barbacena e Uberlândia. DECRETO - LEI Nº 65, de 15 - 1 - 38, Suspende o ensino no Ginásio Mineiro de Pará de Minas até 1941. DECRETO - LEI Nº 75 de 7 - 2 - 38 - Cassa a oficialização da escola Normal de 1.º grau de Itaipava. Note-se de passagem que todos esses atos foram assinados pelo Sr. Cristiano Machado e que o senhor Milton Campos já restabeleceu quase todos esses estabelecimentos. OUTRO LADO - O Governo Milton Campos abriu uma nova época para o ensino em nosso Estado. Conforme dados divulgados pelo Sr. Abgar Ranauli, (Secretário da educação do governo Milton Campos), as realizações do governo no setor da instrução pública atinge índices jamais verificados na história de Minas. De acordo com esses dados, o número de escolas instaladas no Estado durante a gestão do Sr. Milton Campos atinge a média de uma classe por dia. São milhares de escolas que foram postas a serviço da juventude mineira. A volta dos pedessistas ao poder seria o reinício daquela era de obscurantismo e analfabetismo. E é isso que os mineiros não querem. Os povos mineiros se reúnem com ardor e entusiasmo com a decisão de eleger para governador do estado, Gabriel Rezende Passos, que será o continuador dessa obra de cultura e civilização. (Do Estado de Minas de Belo Horizonte) (Reportagem: "Eles fecharam escolas agora querem votos", Correio de Uberlândia, ano XII, nº 2.989, de 14 setembro de 1950, p.04.).

A reportagem encerra-se conclamando o povo mineiro a aderir ao projeto ligado àquele que mais realizou ações no campo educacional no Estado de Minas Gerais. O Trabalho elaborado por Milton Campos supera em muito as realizações de um outro governador o Sr. Benedito Valadares, tudo demonstrado com transparência e legitimação, uma forma de discurso aplicado com a meta de convencer a opinião pública, de que tal participação nas urnas seria crucial na continuidade do projeto considerado em sintonia com o moderno. Os dados divulgados, segundo a reportagem, foram cedidos por Abgar Renault, secretário do governo Milton Campos. O nome favorecido em termos de continuidade desse projeto era o do senhor Gabriel Rezende Passos.

O texto a seguir traz à tona uma preocupação com formação especializada, tendo em vista o preparo para a educação no processo produtivo voltado ao homem do setor rural, revelando mais uma das muitas facetas da massificação do ensino. Esta não deveria confinar-se apenas no setor urbano. Essa mudança de ação no processo educacional deve-se ao fato de que a preocupação com fascínio exercido nas cidades, atraindo elevados contingentes para elas, já causa motivo de aflição por parte dos governos, que procuram uma solução, não só da educação formal do ensino profissionalizante como também a necessidade de fixar o homem no campo, propiciando-lhe aparato técnico, e com isso zelar pelo processo produtivo.

Tomemos por exemplo algumas tentativas de soluções para essas crises. A maior parte dessas soluções têm sido tomadas visando resultados em curto prazo, soluções imediatistas dentro do processo democrático, "obedecendo" as regras impostas e necessárias ao seu andamento. No campo político poderia apontar a ascensão dos Estados Totalitários, ou pelo menos tentativas nesse sentido, estiveram presentes em várias partes do mundo dos anos 1940 aos anos 1960, inclusive no Brasil. Levar a efeito

a chamada doutrina liberal, aos moldes propostos no século XVIII, parece uma atitude de irresponsabilidade cívica e um "desrespeito para com as massas". Dai advêm atitudes por parte da sociedade política, em adotar uma forma paternalista de ação social, com o objetivo de responder aos anseios exigidos pelas condicionantes do processo histórico.

A questão do êxodo rural vivido especialmente no Brasil, a partir dos anos 1920, o desenvolvimento industrial, os acontecimentos do período de 1939 a 1945 – Segunda Guerra Mundial, os anseios por liberdade por parte da população, a rebelião das massas são algumas das condicionantes do processo histórico que aceleraram a tomada de atitudes radicais pelos vários vieses, uma espécie de "choque dos princípios do laissez-faire", tendo em vista a planificação regulamentada e a continuidade do "moderno". Como disse Karl Mannheim.

Nos Estados totalitários os fatores que propiciam mais flexibilidade estão lutando para encontrar a expressão. A ditadura na sua mania de regulamentação considera a planificação como uma espécie de camisa-de-força para o organismo político, não está em condições de suprimir a crítica e a pressão no sentido da auto-reforma. Seu sistema social é como uma caldeira em vias de explodir. As democracias ainda não encontraram uma fórmula de determinar quais os aspectos do processo social passíveis de controle pela regulamentação, e as ditaduras não podem ver que a interferência em tudo não é planificação. Esta só pode ter valor positivo baseando-se nas tendências criadoras da sociedade, isto é, controlando as forças vivas, sem suprimi-las (MANNHEIM, 1962a, p.24).

Numa verificação mais apurada da política de aplicada por Getúlio Vargas no Estado Novo (1937-1945), em que predominou o estado de exceção, não podemos falar em totalitarismo, melhor dizendo não houve exatamente regime totalitário no Brasil, porém, convém ressaltar que muitos elementos existentes nesses modelos mais comuns na Europa foram utilizados com uma certa frequência tanto no período Vargas como no Regime Militar de 1964. Entre esses elementos do autoritarismo muito comum nos regimes totalitários, o principal deles está o atentado contra as liberdades individuais. Frutos do processo do desenvolvimento sócio-econômico pleiteado pela Burguesia, da

qual herdamos alguns dos seus resquícios. em períodos de exceção, como foi o caso do getulismo. Necessitavam naquele momento dar maior flexibilidade ao processo de desenvolvimento nacional elaborando projetos educacionais capazes de responder tais exigências. Nesse contexto a educação viu-se a reboque de ações políticas e ideológicas. Tentava-se achar uma solução de caráter geral, mesmo que para isso custasse o sacrifício de "alguns. no planejamento sócio-educacional. Evidentemente que frações de classes lucraram com esse modo de fazer política".

Portanto, não foi por acaso que Minas Gerais entrou para história realizações de destaque no campo educacional tanto no campo das ações didático-pedagógicas quanto no campo das ações da política prática imediata: como a difusão do ensino através das regiões antes consideradas do ponto de vista sócio-econômico dotadas de atraso crônico e a construção de escolas pelo Estado. Dessa tarefa incumbiu, segundo a fala da imprensa uberlandense o Senhor Governador Milton Campos, lutando para resolver, na maioria das vezes resolvendo essas questões no curto prazo. Afinal de contas Minas Gerais precisaria servir de exemplo para todo o país. E não era só isso. À frente dessas ações havia bons articuladores políticos à frente do projeto mineiro, capaz de assegurar-lhe sucesso nesse empreendimento.

2.5 A história da massificação do ensino: a busca da singularidade

Inicialmente procuramos mostrar algumas faces do processo de massificação do ensino. Iniciamos com breves considerações sobre o desencadear do seu processo histórico a partir do século XVII no primeiro capítulo. Sustentamos que ele veio adquirindo relevo considerável no século XIX, atingindo vários países, tanto da Europa, como das Américas e, em especial o Brasil, sobretudo com implementação da República, cujo desejo era fazer do país uma nação unida em favor de uma ordem sócio-econômica e cultural dadas. Para Iglésias, *no período de 1894-1922 o Brasil conheceu*

várias experiências importantes. O país cresceu, passando de 14,3 milhões de habitantes em 1890 a 17,4 milhões em 1910 e 30,6 milhões em 1920 (IGLÉSIAS, 1995, p. 214). Essa massificação do ensino, para ser mais bem compreendida, não é um projeto pronto e acabado, longe disso, ela está ainda em construção, porque no seu processo não basta avaliar quantitativamente, mas também do ponto de vista qualitativo.

A política partidária fez-se presente nos processos educacionais com as metas de colher dividendos para os pleitos eleitorais. Esse debate quando levado para a esfera do ensino estendido às massas revela uma das faces ideológicas na condução de um projeto que dê educação e formação a todos os brasileiros. Um dos temas preferidos pelos personagens da política era articular um modo de educação para a grande massa analfabeta tendo em vista o aumento do contingente eleitoral. Causava preocupação naquele momento, por parte de boa parcela dos políticos, de que forma isso deveria ser feito. O editorial de 1959 aponta um pouco dessa articulação política em torno do voto do analfabeto:

O partido trabalhista Brasileiro segundo tudo indica vai esposar tese de conferir direito de voto ao analfabeto. Esse movimento revolucionário na sua essência e profundamente agitador de ânimos, obrará como óbvio grande reboleço no parlamento nacional e discussão mesmo na massa votante. E que, mais pelo preconceito do saber, que pelo interesse político, se argumentará que o iletrado não deve ter força de definição, muito menos qualidade opinativa na escolha dos dirigentes do país, pelo desconhecimento dos problemas. Não endossamos, pessoalmente esse ponto de vista. Julgamos que, feitos algumas restrições, próprias da transição do fato, o direito de [voto?] deve ser concedido a todo aquele que concorre direta ou indiretamente para a grandeza da nação. Além de outras vantagens, pelo aumento gradativo do número de votantes, numa população de 60 milhões de almas, presta-se merecida homenagem aos que trabalham e lutam economicamente para que o país seja grande e respeitado. O limite da idade para o voto do analfabeto deve ser levado em conta, como base principal da concessão, porque talvez até por constrangimento muitos brasileiros de idade provector, nessa condição, não se arrisca ao aprendizado. Entretanto, o que o supletivo, pode corrigir a falha dos moços (até os trinta anos) forçando-os a aceitação dos métodos modernos que tanto facilitam a alfabetização. Os receios do voto do analfabeto influir danosamente na escolha dos dirigentes da Nação é um assunto que podia merecer cuidados a dois séculos passados, quando não se possuía o senso de liberdade dos dias correntes, nem os problemas fundamentais do país eram divulgados tão abertamente. A ampliação do elemento votante na presente conjuntura representa a base fundamental para a garantia das instituições

democráticas, possibilitando que a maior parte faça e decida o que uma minoria efetiva delibera em seu nome. A consciência política do nosso país já está em grau apreciável adiantamento, através de assimilação da realidade de nossos problemas. O voto, longe de constituir perigo, expressa a vontade popular e confere a todos o direito de defender o regime que escolhe, não se preocupando a massa com qualquer solução extra legal, se possui uma arma - o voto. Não seremos os primeiros a conceder livremente o direito de voto ao analfabeto, nem temos notícia que tal concessão prejudicasse a qualquer povo do orbe. Ao contrário disso, temos o exemplo frisante da Índia, que aparece no cenário político mundial, mais forte mais conscientemente ciosa de seus direitos, justamente depois que toda a sua população pode votar. E, entre nós, muito maior razão há para essa concessão, porque a massa trabalhadora, a mais justamente interessada, pode através da sindicalização politizar-se ainda mais e aumentar o calor cívico nacional (Editorial: "Voto de Analfabeto", Correio de Uberlândia, ano XXII, nº 7.041, de 02 de junho de 1959, p.05).

Vimos também que os tempos conturbados dos anos 1930 influenciaram na elaboração dos projetos educacionais. Minas Gerais, como parte integrante da política desenvolvida a partir dos anos 1930, teve como principal expoente nessa empreitada o Sr. Francisco Campos, no setor político e educacional. Para ilustrar:

É no livro O Estado Nacional que Francisco Campos elabora com minúcia de detalhes os fundamentos políticos e ideológicos que justificam a criação de um Estado totalitário que deveria substituir o Estado liberal-democrático, uma experiência, para o autor, em franco processo de decadência e desintegração. O pressuposto que acompanha essa justificação é o da falência da experiência liberal democrática, o que resultaria na afirmação de que o totalitarismo seria como que um imperativo dos tempos modernos (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, p.53).

No bojo do processo de massificação do ensino teremos o exemplo da "escola nova", como herdeira da postura liberal clássica, coexistindo além do pragmatismo, o desejo de assegurar privilégios dentro da ordem sócio-econômica dada, isto é, a separação entre o que deve ser considerado ensino de "elite" e ensino de "massa". Neste sentido, o movimento da "escola nova", assume a configuração didático-pedagógica com a clara proposição de definir o que deve ser ensinado ao grupo ou frações de classe dita "privilegiada" e a outra parcela da população, como exemplo a maioria da população brasileira, seria de responsabilidade do Estado, assumindo um caráter de

educação oficial. A educação do período de gestão de Campos sofria as influências das idéias vinculadas à escola nova. Devemos entender que:

O movimento da Escola Nova sem se constituir em projeto totalmente definido estrutura-se ao redor de alguns grandes temas e de alguns nomes destacados. As escolas públicas, universais e gratuitas ficariam com sua grande bandeira. A educação deveria ser proporcionada para todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação. Ela criaria, assim, uma igualdade básica de oportunidades a partir da qual favoreceriam as diferenças baseadas nas qualidades pessoais de cada um. Caberia ao setor público, e não a grupos particulares, realizar esta tarefa; pela complexidade e tamanho, como também, pelo fato de que não seria o caso de entregá-la ao faccionismo dos setores privados. Este ensino seria naturalmente, leigo. Sua grande função era, em última análise formar o cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se, sem tutela de corporações de ofícios ou organizações sectárias de qualquer tipo, ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se formando (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, pp. 53-54).

Tal movimento traz importantes implicações na história da educação brasileira e em relação ao processo de massificação do ensino, conservando a natureza dos pressupostos acima referidos. A escola nova não veio por fim a um modelo de ensino caracteristicamente elitista. Tal movimento parte apenas de propostas de ensino mais diversificados com o claro objetivo de conferir maior funcionalidade ao sistema educacional aliado às exigências de um processo em andamento, pressupondo um progresso do saber contínuo e sem fronteiras. A prática do ensino ancorado nos princípios básicos desse sistema revelou-se às vezes deficientes para os propósitos aos quais ele foi elaborado, que era o atendimento a uma clientela específica, desvinculada do ensino público. O ensino público ao tentar aplicar a sua metodologia, não conseguiu desenvolvê-la de forma satisfatória. Os estabelecimentos conhecidos como oficiais dependia de outros fatores para colocá-lo em funcionamento, o Estado deveria cuidar da educação do povo em geral e não poderia ficar perdendo tempo com um sistema de ensino que não desse retorno principalmente no curto prazo, sofrendo as influências deste apenas superficialmente. Nas palavras de Saviani:

O movimento da "Escola Nova" não aboliu a escola convencional, muito ao contrário. Ela está aí e constitui o padrão dominante nas amplas redes oficiais. A "escola nova" é que constitui exceção, organizando-se a título de escolas experimentais ou como núcleos raros, muito bem equipados e destinados a reduzidos grupos de elite. O movimento da "escola nova" não se constitui em sistema público de ensino e influenciou apenas superficialmente os procedimentos adotados nas escolas oficiais (SAVIANI, 1980, pp. 22-23).

Nas reflexões de Saviani pudemos apreender a preocupação com as diretrizes dos princípios que nortearam o movimento da "escola Nova". As críticas deste movimento são bem vindas, na medida em que a intenção aí presente é proporcionar um ensino adequado à realidade daquele momento histórico, propiciar respaldo não só a ordem capitalista de produção, mas perpetuá-la, mantendo as "massas" sob controle. *"Exatamente assim fazia Adam Smith quando recomendava instrução para o povo a fim de evitar sua completa deterioração no sistema de divisão do trabalho, mas, como comentou Marx, prudentemente e em doses homeopáticas"* (BRAVERMAN, 1987, p. 44). Este pensamento nos leva a ponderar sobre a base em que os articulistas presentes nos jornais pretendiam levar a diante, o que eles consideravam de importância fundamental para fazer valer os seus projetos políticos, decorrentes da necessidade dos propósitos daquele momento histórico. A trajetória das propostas pedagógicas contidas nos artigos, da extensão do ensino à maioria da população, coloca a cidade de Uberlândia no bojo de um processo mais abrangente, ou seja, às propostas de erradicação do analfabetismo no país, o que não era uma exclusividade do Brasil, tratava-se de um movimento de ordem mundial.

Esse processo, em Uberlândia, tendo como referência o discurso jornalístico, embarca na locomotiva do desenvolvimento do sistema capitalista e sua lógica universal. A especificidade e singularidade locais serão tratadas mais detalhadamente no próximo capítulo, onde mostraremos que a fala da imprensa deixa evidente que era necessário modernizar para poder competir.

CAPÍTULO 3

MASSIFICAÇÃO DO ENSINO EM UBERLÂNDIA

O homem nasceu livre e por toda parte ele está agrilhoado. Aquele que se crê senhor dos outros não deixa de ser mais escravo que eles. Como se deu essa mudança? Ignoro-o. O que pode legitimá-la? Creio poder resolver esta questão. Se eu considerasse apenas a força e o efeito que dela deriva, diria: enquanto um povo é obrigado a obedecer e o faz age bem; assim que pode sacudir esse jugo e o faz, age melhor ainda: porque, recobrando a liberdade pelo mesmo direito que lha tinha arrebatado, ou ele tem razão em retomá-la ou não tinha em lha tirar. Mas a ordem social é um direito sagrado, que serve para todos os demais. Tal direito, entretanto, não advém da natureza; funda-se, pois, em convenções. Trata-se de saber quais são essas convenções.

ROUSSEAU, *O Contrato Social*, 1762.

3.1 Desencadear do processo histórico da massificação do ensino em Uberlândia: entre o local e o geral (1940-1960)

O que relatamos até aqui, nos dá a dimensão da importância dos estudos devotados às temáticas regionais e locais: bem como a contribuição destes estudos no debate no campo histórico-educacional. Cabe ainda esclarecer que as ações políticas educacionais tomadas em Uberlândia não foram geradas aqui. São frutos de outras ações implementadas no âmbito da política educacional tanto no plano mundial quanto nacional. Elas vieram influenciar as metas de extensão do ensino à população uberlandense, onde os setores político e cultural estariam aliados ao desejo de fazer da região um pólo de atração para trabalhadores e empreendedores industriais e comerciais. O projeto educacional para o povo de Uberlândia, entre outros caminhos possíveis de

interpretação, possui elos estreitos com esse objetivo, mantê-la na vanguarda, enquanto líder do desenvolvimento sócio-econômico do Triângulo Mineiro e em sintonia com o processo de modernização social que vinha ocorrendo em várias partes do mundo.

O imperativo do século consistiria no aniquilamento da neutralidade do estado que o liberalismo interessava conservar. O Estado moderno seria essencialmente um Estado de ideais, ao contrário do estado liberal que, por princípio, recusa-se a adotar qualquer ideal. Somente um Estado portador de uma ideologia específica e precisa desenvolveria a grande missão pedagógica e técnica em torno de um eixo ideológico definido, o que garantiria uma eficácia impar no esforço de condução das massas (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, p.62).

A situação preconizada pelo modelo de educação proposta pelo liberalismo pressupõe uma educação que desse retorno não só do ponto vista do econômico do social e do cultural, tendo como suporte as massas, mas que assegurasse a perpetuação de determinada concepção de sociedade, garantindo privilégios a uma possível "elite" dirigente. No caso de Uberlândia esse discurso parece incorporar a proposta de elaboração de conceitos condizentes com o que se convencionou chamar de "moderno" no campo social, e logicamente a educação das massas constituiria uma necessidade dentro do projeto liberal, atrelado ao modelo de desenvolvimento na região. Quando a questão premente é a educação das massas, a complexidade que tal ação política assume, é algo que não deve ser negligenciado. Não se pensa em educar as massas pura e simplesmente adotando uma política visando única e exclusivamente o setor privado. A participação do Estado nessa tarefa no processo é algo relevante, e aparece, sobretudo a partir dos anos 1940, no intuito de propiciar respaldo à ordem vigente. A missão pedagógica de que falam os autores envolve a sociedade civil e o corpo político. Assim sendo, povo e Estado na concepção liberal aparecem como corpo uno. Entretanto, devemos atentar para esse clamor pela educação no que tange à disseminação pelo país, que, no período analisado, adquire contornos autoritários. Porém, o desafio, no plano

discurso do ideológico, é trazer à tona uma fala que desse o tom de suavidade nas ações políticas educacionais, convencendo a grande massa da necessidade de instruir-se e assim prestar serviço à nação. Essa é, indubitavelmente uma missão assumida pela imprensa local, no que diz respeito não só a informação da opinião pública, mas a sua formação.

O trabalho de divulgação dos projetos educacionais através da imprensa jornalística abre a possibilidade de indagação nas linhas historiográficas que valorizam as abordagens regionais e locais, tendo como referência a educação, enquanto objeto de investigação histórica. O presente capítulo foi dedicado à análise e interpretação do processo de desenvolvimento da massificação do ensino em Uberlândia, tendo como parâmetro especificamente os textos Jornalísticos de referência a Uberlândia. Verificamos que o nosso objeto de análise requer cuidados metodológicos meticulosos, portanto, não é uma exclusividade deste espaço geopolítico. Como foi demonstrado até aqui, a preocupação com a disseminação do ensino direcionado às massas, se amarraram a outras questões mais complexas, que merecem análises mais aprofundadas. O editorial abaixo nos dá um pouco da dimensão dos desafios que virão pela frente:

Foi no dia 31 de agosto de 1888 que a lei 3.643 elevou a categoria de município as freguesias de Santa Maria e São Pedro de Uberabinha, que mais tarde viriam a transformar-se no hoje pujante município de Uberlândia, uma das maiores cidades do Brasil Central, núcleo populacional que cresce em espantosa ascensão. Fundada por um mestre-escola, Felisberto Alves Carrejo, Uberlândia conquistou, um a um, postos e posições de destaque. Hoje para a cidade asfaltada e feericamente iluminada a gás neon, com seus arranha-céus apontando para o azul infinito de seu céu opalino, o impossível em matéria de progresso é palavra desconhecida. Uberlândia cidade-dinamo que se fez mercê do trabalho, do arrojo e do serviço de seus filhos com seus 90.000 mil habitantes, seus 15.000 prédios e 30.000 eleitores é mais que uma cidade. Já é uma pequena metrópole, jóia rara encravada no almosadão precioso do território mineiro. 72 anos passaram sem sentir para o uberlandense que olha, lá da "cidade velha", lá da parte baixa da cidade, em direção à ciclópica "Broadway" em miniatura que é a nossa maravilhosa e festiva avenida Afonso Pena. É o colosso TV policrômico e erguendo seus 16 andares para o céu. É o Uberlândia Clube que faz admirar-se o mais traquejado viajante que nos visita. É o ritmo acelerado das construções que não pára e o trabalho incessante e maravilhoso dos filhos desta grande terra. Por tudo isso, pelo mui que

Uberlândia representa no altar dos nossos corações é que nos orgulhamos da data de amanhã, paralelo 72 na vida de nossa terra... (Editorial: "Uberlândia: 72 anos de trabalho e progresso". Correio de Uberlândia, ano XXIII, n° 9.009, de 30 de agosto de 1960, p. 01).

A forma da mensagem transmitida pelo editorial acima assinala que havia uma mística sendo construída, e essa mística deveria perpetuar, mesmo que para isso a população de maneira geral despendesse algum sacrifício. O referido trecho expressa até de forma emotiva, um modelo de modernização pleiteado para a "Cidade Jardim". Essa passagem ilustra o intercâmbio imprensa e construção ideológica ao estimular, formar, e informar a opinião pública a respeito das condições favoráveis ao progresso da cidade de Uberlândia. Entretanto, devemos salientar que essas falas não se constituíram numa mera retórica, ela vem carregada de materialidade. Em outras oportunidades nos textos do mesmo jornal esse sedimento ideológico é constantemente reafirmado. O contexto histórico no qual assentada a pedra fundamental da "Cidade Jardim" demonstra que o corpo político possuía perfil ideológico definido, cuidar para esse desenvolvimento fosse feito em etapas, mas em etapas progressivas. Qualquer recuo no sentido de barrar o processo de liderança na região deveria ser imediatamente combatido.

A sua própria emancipação política ocorrida no final do século XIX, já espelha esse estigma. O tratamento dado especialmente pelo *Correio de Uberlândia*, os destaques enfatizando o seu caráter de locomotiva do progresso no Triângulo Mineiro, aparece na abordagem do jornal não só nos textos de cunho político administrativo, está também imerso no discurso acerca da disseminação do ensino por toda a região. O móvel da ação política daqueles que detiveram o poder durante o período de 1940 a 1960, não deve ser visto desvinculado dessa ação política, em que a educação das massas, a formação do povo nos vários campos: cultural, político/partidário, intelectual e profissionalizante, funcionaria como trampolim para progresso acelerado. Podemos

observar também que outros autores verificaram as bases semelhantes à nossa com relação a esse crescimento acelerado de Uberlândia sendo que,

[...] é possível situar Uberlândia entre as 81 cidades brasileiras que, no processo de urbanização, conheceram acelerado crescimento econômico. De cidade "Boca do Sertão", como era conhecida nos fins do século XIX, passou a ser o maior entreposto comercial da Região, já em 1950 (GUARATO, 2001, p.109).

As feições assumidas pelo ensino trazem essa conotação de compartilhamento ideológico. Esse compartilhamento ideológico não deve ser entendido como escolha pessoal e de grupos isolados, trata-se de um interesse uno, característico de uma cidade, cuja "vocação natural para metrópole líder", é incontestável, segundo o discurso jornalístico. Nesse sentido toda e qualquer ação política seja no setor econômico, sócio-cultural, seja no campo educacional, as afinidades com esse projeto deveriam estar em sintonia com o "ideário do moderno". Portanto, o que vêm à tona é um modelo de representação política, um conluio entre os articulistas dos textos jornalísticos e o móbil da ação do corpo político local atrelado a um contexto mais abrangente, ou seja, nacional ou mesmo mundial, em prol dos interesses de Uberlândia. O quadro abaixo nos ajuda a melhor visualizar a situação do crescimento da cidade ao longo dos anos 1900 a 1970.

No decorrer da pesquisa deparamos com uma série de percalços inerentes ao processo democrático, sendo que a educação foi pensada no intuito de propiciar respaldo ilustrativo e técnico-pedagógico a grupos cada vez maiores da população uberlandense. Pelo menos foi essa a tônica do discurso jornalístico. A cidade de Uberlândia emerge como espaço fértil para as idéias a respeito de projetos educativos, tendo em vista a modernização da região, partir de 1940. Os seus antecedentes, porém, mostram que na visão do corpo político aqui sediado, o pressuposto de modernização foi sendo montado desde a sua pedra fundamental.

Quadro - 4 - Crescimento populacional em Uberlândia-MG (1900-1970)

Ano	População				
	Total	Urbana	%	Rural	%
1900	11.856	-	-	-	-
1920	22.956	-	-	-	-
1940	42.179	21.077	49,97	21.102	50,03
1950	56.751	36.647	64,26	20.264	35,74
1960	88.282	71.717	81,24	16.565	18,76
1970	124.895	111.640	89,39	13.255	10,61

Fonte: Quadro organizado pela sede do IBGE em Uberlândia-MG. Observação: o referido quadro pode ser consultado em: (GUARATO, 2001, p.110).

O que se discutiu, o que se debateu, nos permitiu esse grau de compreensão em torno da construção de uma mística peculiar, específica, singular. Todo esse turbilhão de propostas de regulamentação social, tendo como ponto de partida a educação das massas se encontram no mínimo, ao nosso ver, elementos fundamentais para inserirmos no pensamento educacional em voga a partir dos anos 1940: primeiro a situação geográfica de Uberlândia, privilegiada em termos da topografia do terreno, favorável ao desenvolvimento, tanto de natureza agropecuária quanto industrial e comercial; segundo a sua proximidade dos grandes centros potencialmente consumidores – São Paulo, Rio de Janeiro e o Centro-Oeste; terceiro a vontade política por parte de seu corpo administrativo, unido desde a sua fundação em favor de Uberlândia líder de um espaço geoeconômico na região do Triângulo Mineiro.

A discussão acerca da massificação do ensino em Uberlândia, como apontaremos no decorrer deste trabalho, amarra-se a questões que fogem à esfera do meramente local. Embora apresentem suas especificidades a ser demonstradas nesta reflexão, o que está em jogo são questões de ordem complexas do ponto vista metodológico, quando o assunto é esboçar uma educação que viesse de encontro às reais necessidades do

município. A educação tratada no discurso jornalístico é a educação formal, legitimada, regulamentada, tendo como uma espécie de capa protetora o Estado. O Estado se fez presente na maioria dos discursos dos articulistas ora como colaborador no processo, ora sofrendo críticas severas por parte dos dirigentes políticos locais e por pessoas comprometidas com a causa uberlandense. Dado o teor da proposta para a “Cidade Jardim” de torná-la uma região de pólo industrial e comercial, uma condição nascida da exigência dos seus fundadores, mostra bem a feição que iria tomar, sobretudo a partir dos anos 1940.

Portanto, através dos jornais investigados, *O Estado de Goyaz* e em especial o *Correio de Uberlândia*, revelam as múltiplas faces de um processo que viria a se acirrar no início dos anos 1960, momento em que a cidade já considerava o ensino básico e o médio, no que diz respeito à erradicação do analfabetismo, embora ainda carente de ações mais firmes por parte do corpo político local, já havia adquirido uma configuração próxima do ideal preconizado de um povo culto e unido em torno dos interesses de Uberlândia e região. O que ganha ressonância agora é o ensino de nível superior. Crescer em extensão territorial e ganhar projeção política sim, mas tornar esse crescimento, forte, equilibrado, consolidado, legitimado. Não bastava possuir uma máquina em perfeitas condições de operacionalidade, necessitaria sim, de um corpo qualificado para o processo produtivo. Nesse sentido os ânimos voltam-se para instalação das Escolas de Direito e de Engenharia. São modelos de ensino em processo de disseminação por todo o território nacional já a partir dos anos 1950. O valor das expressões liberdade, democracia, patriotismo, aparece agora como alicerce, como respaldo de uma idéia que, aliás, não tão nova, o liberalismo, logicamente com uma roupagem diferente do apregoado no século XVIII e durante o século XIX. Muito embora os seus resquícios ainda se fazem sentir. A busca aqui revela o pressuposto de

uma sociedade, dentro dessa ótica, cada vez mais funcional, resguardando, logicamente, certos grupos privilegiados em termos econômicos. Eles ditariam, mesmo que de forma sutil e capciosa, definir as regras do jogo. O Desafio de desmontar o discurso acerca do processo de massificação do ensino relatado nos textos dos referidos jornais, certamente não para aqui, requerendo um mergulho mais fundo nos aspectos históricos da educação das massas, e principalmente verificar como se deram estes aspectos históricos no campo da política local.

O processo que vimos até aqui, não é algo exclusivo dessa região, como demonstramos. Os projetos elaborados pelos nativos da região surgiram, na maior parte das vezes, sob a capa de diretrizes metodológicas de outros lugares e outras épocas. As afinidades com as ações políticas municipais em favor da educação do povo que aqui vivia e que para aqui foi atraído, o próprio direcionamento de suas vidas; intelectual, econômica, moral e profissional, não foram escolhas pessoais de classes, daí o nosso desafio: demonstrar a ligação íntima entre o processo de massificação do ensino ocorrido em Uberlândia entre os anos 1940 e os anos 1960, com o modelo político voltado para a educação das massas e que foi construídos ao longo de anos. Atentemos para o seguinte quadro sobre o índice de analfabetismo em Uberlândia em pessoas de mais de 5 anos de idade, os dados são do IBGE, cobrindo o período de 1950 a 1970.

Quadro – 5 – IBGE: índice de Analfabetismo em Uberlândia-MG em pessoas com mais de 5 anos de idade (1950-1970)

Ano	Total	Sabem Ler	%	Não Sabem Ler	%
1950	46.718	27.243	58,31	19.475	41,69
1960	74.741	51.360	68,72	23.381	31,28
1970	109.616	83.223	75,92	26.393	24,08

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (1950, 1960, 1970). Observação: esse quadro poderá ser consultado em: (GUARATO, 2001, p.116).

A tarefa de lavar adiante uma sociedade de massas organizada nos moldes liberais e democráticos está intimamente relacionada ao processo de massificação do

ensino no universo da democracia. O embate político vai se tornando cada vez mais intenso no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Como todo e qualquer processo democrático, baseado nas reflexões feitas no âmbito do pensamento político, fica evidente que, na condução do referido projeto de sociedade de massas, a questão burocrática manifesta-se com força considerável. Poderíamos dizer até que essa força advinda da burocratização mantém vínculos estreitos com a estrutura material e ideológica daqueles que estão na linha de frente da locomotiva social. Nesse sentido, buscamos entender que a:

[...] massificação tem conseqüências político-administrativas, culturais, econômicas. Entre as primeiras está o aparecimento da burocracia - e sua organização informal - como método para ordenar e solucionar os problemas apresentados pela sociedade de massas. Entre as culturais, surgiu que se chamou cultura de massas e os meios coletivos de informação, que desempenham importantíssimo papel não só como meros informadores, mas também como formadores de opinião pública (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, pp. 727-728).

A imprensa uberlandense certamente atuou de forma decisiva na construção da mística, utilizando-se das chamadas forças vivas, com intuito de elevar a região à condição de destaque no cenário nacional. Nesse aspecto a questão educacional ocupou um papel relevante na elaboração do projeto de uma Uberlândia líder de um espaço geopolítico importante, entre os anos 1940 e 1960. Dentro dessa especificidade, tomamos como escopo documental para a nossa pesquisa, principalmente as edições do *Correio de Uberlândia*, tido como um dos principais veículos de divulgação do desenvolvimento do interior do Brasil, onde a preocupação com o ensino estendido à maioria da população brasileira e local, apareceram destacadas, seja em editoriais, seja artigos, reportagens ou pronunciamentos.

Através da nota do jornal referido podemos perceber que atuação política em relação ao ensino em Uberlândia, especialmente a extensão dele ao maior numero

possível da população local, já era motivo de preocupação nos anos 1940. A partir dessa data, ganha especial interesse por parte dos políticos locais, a luta para colocar a região do Triângulo Mineiro de uma vez por todas no cenário nacional e com a cidade de Uberlândia numa situação de liderança geopolítica nessa região. Essa liderança deveria estar alicerçada em bases firmes, não sendo o problema da educação uma mera situação secundária. Era preciso instruir o povo no sentido de proporcionar respaldo ao projeto de ação política, nos setores econômico e sócio-cultural. Uberlândia necessitava entrar em sintonia com o moderno disseminado nos discursos da imprensa e em outros veículos no Brasil e no mundo, buscar uma saída do anonimato geopolítico, garantir a prosperidade e perpetuar a sua liderança no campo industrial e, principalmente no campo comercial na região, ganhar notoriedade, valendo-se de situação de zona de confluência favorável ao propósito dos políticos locais, torná-la como que uma espécie de "portal do cerrado".

Esse anonimato geopolítico reflete um discurso de postura dentro da conjuntura sócio-econômica desenvolvida no Brasil e disseminada com mais intensidade a partir dos anos 1940. Cabe esclarecer, no entanto, que tal anonimato é reclamado pelos políticos ligados aos partidos de orientação liberal (UDN, PSD), no decorrer dos anos 1940 a 1960. A utilização da expressão anonimato geopolítico vincula-se ao fato de que em situações de reivindicações de melhorias para a cidade, tais como: mais escolas, mais hospitais, mais atenção do governo de Minas Gerais para com a região do Triângulo Mineiro e, em especial Uberlândia, por ser a mais dinâmica nesse período, maior retomo das verbas do Estado de Minas Gerais destinada aos municípios. Uberlândia, por intermédio do discurso da imprensa, procura informar não só as potencialidades do seu povo, mas também se vangloriar de sua localização geográfica. A sua situação geo-econômica aparece como um dos fatores determinantes de um

progresso contínuo e em sintonia com o moderno. O anonimato geopolítico está intimamente vinculado ao fator arrecadação de impostos, considerada elevada já a partir de 1940, o que legitima as suas reivindicações acerca do retorno de verbas de representação por parte do Estado de Minas Gerais, "o estado vizinho", como sustentava o discurso como forma de pressionar e conseguir atenção dos governadores.

A imprensa logicamente tem um propósito definido que é o de informar e também formar a opinião pública. Porém ela não está isenta de sensacionalismos e veiculação de perfis ideológicos. Os dados do IBGE de publicados em 1950, trazendo estatísticas da população e a instrução, estão próximos do encontrado no jornal *Correio de Uberlândia* (1940):

Pessoas de 5 anos ou mais de Instrução declarada total da população em Uberlândia dos que sabem ler e escrever : 18.293; sendo 9.887 homens e 8.406 mulheres, desse total não sabem ler nem escrever, total: 17.594, sendo 8.042 homens e 9.552 mulheres; pessoas de 5 anos ou mais de instrução não declaradas, total 23, 10 homens e 13 mulheres (Fonte: Recenseamento geral do Brasil 1.º setembro de 1940, Rio de Janeiro, serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 75).

Uberlândia com a sua "vocação natural" para progresso, não poderia continuar a merc e de políticos oportunistas. Para confrontarmos os dados do IBGE, observemos com atenção a nota abaixo:

*A dedicada idéia de implementar o saber, mereceu sempre do administrador uberlandense, momentos de atenção. Entregue ao Professor Jerônimo Arantes a incumbência de manejar o mecanismo da instru o Pública, quer no perímetro urbano, quer no recesso da vida rural, bebendo na fonte do saber, Uberlândia apresenta a cifra confortante de 5000 alunos, ou sejam 23,8% da popula o total do município estimada em 21000 habitantes. E os templos do saber surgem na cidade, no campo, no trabalho patriótico da alfabetiza o (Nota: "Instru o". *Correio de Uberlândia*, ano II, n  503, de 20 de janeiro, de 1940, p.04).*

A nota deve ser considerada significativa, pois ela expressa aproximações acerca do andamento da educa o de massa na cidade de Uberlândia, pleiteando a condi o de

cidade mais progressista do interior de Minas Gerais. Notamos, de passagem, que dentro do processo histórico educacional, preconiza-se a partir dos anos 1940, o direcionamento da educação, vista sob um leque amplo. Sobretudo nesse período, o que estava em jogo como parâmetro de modernização não era a educação exclusivamente voltada para a "elite". O leque vai se abrindo para as massas, pois não importava mais aquele "verniz" tão em voga no final do século XIX até os anos 1920 no Brasil, mesmo porque a educação entendida como formação do homem completo, formação moral, intelectual, política e profissional, não se enquadrava mais no processo daquele momento histórico. Uberlândia Necessitaria embarcar nesse atalho para a modernização. A divulgação dos números expressos na nota, nos dá, mesmo que de forma parcial, a noção dessa configuração.

3.2 Aspectos estruturais da massificação do ensino em Uberlândia

Um editorial de 1947 informa alguns detalhes do processo de ensino, levando em consideração um aspecto específico da escola técnica, esta visava subsidiar o trabalhador rural em termos de conhecimentos pertinentes à área agrícola com uma meta definida, ou seja, fixar o trabalhador rural na propriedade de origem, uma prática que vinha sendo difundida no Brasil, representando as vantagens decorrentes de ações políticas como essa, visando solucionar um problema que já causavam preocupação às autoridades nesse período: a questão do êxodo rural. O referido texto inicia-se com um resumo dos tópicos básicos, que no seu decorrer é detalhado. Observemos o texto abaixo:

[...] Resumo: "O novo sistema em vigor no Brasil e suas vantagens – Desde o operariado até a formação de técnicos capazes – As bases do sistema e as escolas criadas e por criar – Os três tipos de escola, segundo a Lei Orgânica do Ensino Agrícola" [...]

O atual governo, dando inteiro apoio ao plano do Ministério da Agricultura, elaborado pela superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, institui

novas bases para o ensino agrícola no Brasil, pondo a questão no ápice de sua importância com várias decisões de significação fundamental para o desenvolvimento de nossa riqueza agropecuária.

TRÊS TIPOS DE ESCOLAS

Depois de aprovar e concretizar em ato oficial a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que define a organização, a finalidade e os princípios, dessa importante matéria no país, o chefe do governo vem contribuindo com outros atos para a efetivação prática da oportuna medida. Assim é que, de acordo com as normas as novas providências, o ensino agrícola, subordinado a S.E.A.V do ministério da agricultura, compreende agora três tipos de estabelecimentos que são: As Escolas de Iniciação Agrícola, as Escolas Agrícolas e as Escolas Agrotécnicas. As primeiras abrangem um programa de dois anos, as segundas de quatro, e as terceiras de sete anos. Com tal organização, o governo oferece amplas margens para a formação de técnicos destinados às diversas atividades do campo e dos quais tanto carece a nossa agricultura, em geral e em grandes casos, presa ainda, por velhos processos de trabalho, a uma rotina fora de uso e muito aquém das reais possibilidades das nossas fontes de produção.

RECLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

Para dar cumprimento a essa nova fase do ensino, que vem merecendo o maior apoio do Ministro Daniel Carvalho, foram reclassificados: os antigos estabelecimentos subordinados à S.E.A.V. que completam agora sete Escolas de Iniciação em Rio Branco, Acre; Solimões, Amazonas; Belterra, Paraná; Ouro Fino, Minas Gerais; e Curitiba, Mato Grosso; Quatro Escolas Agrícolas sediadas em Barreiras, Pernambuco; Satuba, Alagoas; Pinheiral, Estado do Rio e Km 47 de Barbacena, Minas Gerais; Bananeiras, Paraíba; e Pelotas, Rio Grande do Sul. Completando essa rede, serão instaladas outras Escolas de Iniciação Agrícola nos territórios do Amapá, Guaporé e Fernando de Noronha e nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, e Agrotécnicas nos Estados do Amazonas, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e no Distrito Federal.

TRÊS CURSOS NOVOS E INDISPENSÁVEIS

Os mencionados estabelecimentos, dentro da categoria, ministrarão todas as modalidades de ensino. No primeiro ciclo, o das Escolas de Iniciação, serão preparados trabalhadores com o necessário conhecimento profissional para a execução das tarefas agrícolas a que se dedicarem. No segundo ciclo, será posto em prática duas modalidades de cursos de formação, que são os cursos agrícolas pedagógico, para o preparo, respectivamente, de técnicos capazes para as funções agrícolas de caráter especial e do pessoal e do pessoal docente para o ensino das disciplinas ou tarefas administrativas peculiares a agricultura. Outro pormenor de grande relevo, na reestruturação dos

novas bases para o ensino agrícola no Brasil, pondo a questão no ápice de sua importância com várias decisões de significação fundamental para o desenvolvimento de nossa riqueza agropecuária.

TRÊS TIPOS DE ESCOLAS

Depois de aprovar e concretizar em ato oficial a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que define a organização, a finalidade e os princípios, dessa importante matéria no país, o chefe do governo vem contribuindo com outros atos para a efetivação prática da oportuna medida. Assim é que, de acordo com as normas as novas providências, o ensino agrícola, subordinado a S.E.A.V do ministério da agricultura, compreende agora três tipos de estabelecimentos que são: As Escolas de Iniciação Agrícola, as Escolas Agrícolas e as Escolas Agrotécnicas. As primeiras abrangem um programa de dois anos, as segundas de quatro, e as terceiras de sete anos. Com tal organização, o governo oferece amplas margens para a formação de técnicos destinados às diversas atividades do campo e dos quais tanto carece a nossa agricultura, em geral e em grandes casos, presa ainda, por velhos processos de trabalho, a uma rotina fora de uso e muito aquém das reais possibilidades das nossas fontes de produção.

RECLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

Para dar cumprimento a essa nova fase do ensino, que vem merecendo o maior apoio do Ministro Daniel Carvalho, foram reclassificados: os antigos estabelecimentos subordinados à S.E.A.V. que completam agora sete Escolas de Iniciação em Rio Branco, Acre; Solimões, Amazonas; Belterra, Paraná; Ouro Fino, Minas Gerais; e Cuiabá, Mato Grosso; Quatro Escolas Agrícolas sediadas em Barreiras, Pernambuco; Satuba, Alagoas; Pinheiral, Estado do Rio e Km 47 da estrada Rio São Paulo, e finalmente três Escolas Agrotécnicas, que são as de Barbacena, Minas Gerais; Bananeiras, Paraíba; e Pelotas, Rio Grande do Sul. Completando essa rede, serão instaladas outras Escolas de Iniciação Agrícola nos territórios do Amapá, Guaporé e Fernando de Noronha e nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, e Agrotécnicas nos Estados do Amazonas, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e no Distrito Federal.

TRÊS CURSOS NOVOS E INDISPENSÁVEIS

Os mencionados estabelecimentos, dentro da categoria, ministrarão todas as modalidades de ensino. No primeiro ciclo, o das Escolas de Iniciação, serão preparados trabalhadores com o necessário conhecimento profissional para a execução das tarefas agrícolas a que se dedicarem. No segundo ciclo, será posto em prática duas modalidades de cursos de formação, que são os cursos agrícolas pedagógico, para o preparo, respectivamente, de técnicos capazes para as funções agrícolas de caráter especial e do pessoal e do pessoal docente para o ensino das disciplinas ou tarefas administrativas peculiares a agricultura. Outro pormenor de grande relevo, na reestruturação dos

estabelecimentos e do próprio ensino agrícola, é o de criação de três cursos novos e indispensáveis à preparação de profissionais para as modernas atividades do campo. Esses cursos de conformidade com o currículo aprovado, são os de "prática veterinária", "Indústrias agrícolas", e "mecânica agrícola". Entre os cursos pedagógicos figura ainda o de "economia doméstica", ao fácil alcance das donas de casa e outros elementos femininos das famílias rurais e destinados a divulgar amplos conhecimentos sobre higiene rural, industriais, caseiras, arte culinária, trabalhos manuais e organizações sociais. Como se vê, o ensino agrícola do nosso país, através das providências e resoluções acima enumeradas, atingiu, finalmente, um grau de evolução a altura das nossas necessidades, levando as classes rurais os ensinamentos que a integram a um nível muito superior de erudição profissional e intelectual, desde que, para com noções de ordem técnica, ministra igualmente amplas preleções sobre conhecimentos gerais. Uberlândia que vem, de há muito se batendo pela criação de uma Escola de ensino agrícola e veterinária no município poderá ser agora aquinhoadada, desde que os responsáveis pelo seu progresso aproveitem a oportunidade para insistir junto ao governo a fim de obtê-lo (Editorial: O Ensino Agrícola ao alcance de todos (Correio de Uberlândia, ano X, nº 2100, de 26 de fevereiro de 1947, p. 04)).

O fechamento do texto fazendo referência a Uberlândia não é por acaso. demonstra que as divulgações por intermédio da imprensa jornalística dessas ações educacionais da alçada do Estado têm a clara intenção de revelar algumas das faces do processo de massificação do ensino. Ela não ficaria condicionada apenas no ensino meramente decorativo, mas assumiria a condição prática, propiciando não só o ensino à boa parcela da população aqui existente como também sugerindo um direcionamento específico às categorias de ensino. no referido caso, o ensino técnico afinado com questão agrícola, aliás, fortalecendo um aforismo bastante difundido no discurso político: o de que o Brasil é um país de vocação agrícola. Neste sentido, podemos afirmar que o corpo político em ação nesta região, principalmente a partir dos anos 1940, além de estar em sintonia com as diretrizes educacionais difundidas pelo país, acabam incorporando esse discurso. Afinal de contas a cidade de Uberlândia mostrada como uma força propulsora do progresso na região, não deveria ficar à margem também no setor agrícola e de alto nível técnico.

Entretanto, devemos salientar também que as ações políticas em Uberlândia vão além dessa preocupação com a educação voltada para o preparo meramente técnico. Existia no final dos anos 1940, um empenho visando ampliar o ensino para as camadas periféricas do município, como podemos notar nas sessões da Câmara Municipal, tomando como exemplo uma dessas sessões de 1948. A preocupação com ensino em Uberlândia, com o propósito de estendê-lo às massas vem expresso em atas da Câmara, no intuito de deixar transparentes as ações políticas em prol do município. A Ata da 7.^a Sessão ordinária de 23 de janeiro de 1948, presidida pelo Sr. Jacy de Assis traz no expediente do dia, o seguinte:

Anunciada a hora do expediente, pediu a palavra o Sr. Henchmar Borges que apresentou a casa uma proposição para criação de uma comissão especial, com o fim de estudar diversos núcleos de população, onde se faça necessária a instalação de escolas e um projeto de lei criando uma escola no local denominado São Francisco. Solicitando a palavra o Sr. Sebastião Rangel pede que seja feito um estudo minucioso sobre o projeto uma vez que é de seu conhecimento haver sido instalada uma escola naquele local, tendo sido a mesma extinta por falta de frequência (Ata de 23 01 1948, folha 45).

A posse de alguns desses dados nos dão a dimensão da força da luta política em favor do ensino, cuja meta é fazer dessa região não só um pólo de atração no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico apoiado em bases firmes, mas cuidar para que esse mesmo desenvolvimento tivesse uma continuidade, não viesse a sucumbir simplesmente diante decisões de políticos pretensamente oportunistas. O final da ata parece alertar para essa questão, nas observações do Sr. Sebastião Rangel. A dinâmica desse processo poderá ser observada também em uma matéria jornalística divulgada pelo *Correio de Uberlândia*. Trata-se de uma palestra proferida por Luiz da Rocha e Silva, um dos articulistas do referido jornal.

A palestra proferida por Luiz da Rocha e Silva (1950), traz alguns elementos para refletir sobre como estava sendo conduzido o ensino em Uberlândia, uma educação

voltado para população de um modo geral. A tônica da palestra evidencia esse carisma de região potencialmente forte em termos de organização e dedicação à causa do ensino, um exemplo a ser seguido por outras regiões do Brasil. A fala do palestrante revela uma preocupação com essa extensão do ensino às massas, onde aparece, não só a meta construída até agora, de manter a dianteira na questão do ensino primário e secundário, como também zelar pela estrutura física das escolas e melhor ainda, a luta para fazer de Uberlândia uma cidade alta cultura, o clamor pela instalação de escolas profissionalizantes e escolas de nível superior:

Destaque do brilhante discurso do dr. Luiz da Rocha e Silva da UDN; ao governo de Uberlândia e proferido na convenção Municipal de 12 de agosto câmara. INSTRUÇÃO PÚBLICA CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - Causa-me orgulho constatar a preocupação que tem o povo desta cidade pela instrução. A população escolar de Uberlândia é um índice expressivo do nível intelectual da cidade. A generalização do processo de alfabetização da infância e da instrução primária enche-nos de prazer. O ensino médio, por sua vez, é cuidado e vai ano a ano se estendendo ao maior número de jovens. Faltam-nos ainda Escolas Superiores, o que poderemos um dia alcançar. Quanto ao ensino técnico profissional já foi iniciada a construção do prédio que deverá abrigar a Escola Vocacional de Uberlândia. Se conseguirmos uma Escola de Agronomia e veterinária teremos dado um enorme passo a frente. INSTRUÇÃO PÚBLICA

Quanto ao papel desempenhado pela municipalidade, no setor da instrução pública, compete-me fazer justiça às administrações passadas, tanto na cidade como na zona rural, dando apoio e assistência ao professorado, provendo-lhes dos recursos necessários à sua nobre Missão. Os edifícios onde se acham instaladas as escolas merecem conservação adequada e ser providas de material apropriado. A obra educacional da municipalidade deve utilizar o Cinema Educativo, na cidade e no campo, onde a for possível, como elemento de difusão cultural do mais alto alcance. BIBLIOTECA PÚBLICA - Propugnarei, também, para que a prefeitura instale a Biblioteca Pública em prédio próprio, condigno com o grau de instrução do povo, provendo-a de livros e revistas úteis, notadamente de caráter técnico e especializado que, pelo seu elevado custo fogem as possibilidades de uma larga camada da população (Palestra: "Magnífico Programa de Governo Municipal como Único Objetivo, os Reais Interesses da População". Correio de Uberlândia, ano XII, nº 2.971, de 20 de agosto, de 1950, pp.01-04.).

Notamos de antemão que a ação política municipal dos poderes legitimados em Uberlândia, deixa transparecer essa mistura de ideologia liberal, controle social, organização do espaço sócio/político/econômico, e mais ainda, preparar as massas para

atuar em convivência com os seus projetos de natureza estrutural e suas filiações ideológicas. Essa "convivência" da população expressa no discurso jornalístico, parece contar com o aval do Estado, embora esse lhe pareça distante. A idéia corrente no discurso jornalístico pode ser sintetizada na seguinte passagem:

O Estado de nosso tempo é uma máquina formidável, que funciona prodigiosamente, de uma maravilhosa eficiência e pela qualidade e precisão de seus meios. Colocada no meio da sociedade, basta tocar numa mola para que suas enormes alavancas se ponham em ação e operem sobre qualquer parte do corpo oficial. O homem-massa vê no Estado um poder anônimo - vulgo -, crê que o Estado é coisa sua. Imaginemos que aconteça qualquer dificuldade, conflito ou problema na vida pública de um país: o homem-massa tenderá a exigir que o Estado assuma imediatamente, que se encarregue diretamente de resolvê-lo com seus meios gigantescos e incomparáveis. Este é o maior perigo que ameaça a civilização: a estatização da vida, o intervencionismo do Estado; isto é, a anulação da espontaneidade histórica, que definitivamente sustenta, nutre e impulsiona os destinos humanos (ORTEGA Y GASSE, 1987, pp.131-132).

O que estava em jogo entre os de 1940 e os anos 1960 é a expressão dos tempos. De um lado a classe abastada e com poder de decisão lutando para manter os privilégios, mesmo fazendo algum sacrifício. Do outro lado as chamadas classes emergentes, exigindo mais participação no processo sócio econômico, e as massas, que, dentro desse processo, no nível do discurso, entram como simples coadjuvantes, quando o assunto é melhorar a distribuição de renda. Isso, a rigor aparece de forma explícita sutil e capciosa. O interesse em participar do "progresso" advindos das ações políticas tanto municipal, como estadual e federal, apresenta suas pautas de ações como se fossem estendidas a todos, porém, as classes que possuem o poder econômico, elaboram seus projetos resguardando as cláusulas que lhes são favoráveis. A ação política educacional leva em conta, em se tratando das massas, liberar a conta-gotas, recursos para a melhoria das condições macro-estruturais do sistema educacional.

A Escola Vocacional de Uberlândia insere-se num. das faces do processo de massificação do ensino, porque além de preparar a mão-de-obra necessária ao setor

produtivo, daria solução à massa de desocupados e sem profissão definida, mediante o oferecimento de cursos profissionalizantes. Nos anos 1950 a 1960 a luta foi intensa no sentido de respaldar essa ação política "benéfica" para a população. A reportagem a seguir fornece alguns detalhes dessa ação em prol da instalação da escola, visando a solução da situação urbana, expressando a preocupação com o crescimento acelerado de Uberlândia

Acham-se adiantadas as obras da Escola Vocacional Industrial de Uberlândia que Governo Milton Campos está edificando para o município - visitando as obras em andamento da Escola Vocacional Industrial desta cidade, sob a direção do competente engenheiro dr. Vinicius Vasconcelos, que nos forneceu elementos para esta reportagem, ficamos realmente impressionados com a grandiosidade do estabelecimento de ensino que será da maior utilidade para os moços da região do Brasil Central. A área coberta para as construções é bem grande mesmo porque a escola vai ocupar mais de um quarteirão, tendo sido o terreno uma doação da Administração José Fonseca e Silva ao estado de Minas Gerais, para que Uberlândia ganhasse tão notável obra. O edifício principal ocupa a área de 1.780 metros quadrados. O edifício das oficinas, a extensão de 1.200 metros quadrados. A residência, o espaço de 160 metros quadrados. Portanto, o terreno ocupado pelas construções da escola será uma área total de 3.140 metros quadrados. O orçamento da Escola é de Cr\$ 4.480.000,00, distribuídos assim: custo dos edifícios Cr\$ 2.200.000,00 e o custo das maquinarias Cr\$ 2.280.000,00. A escola compreende 3 corpos: edifício principal, edifício de oficinas, residências dos professores. 1.º EDIFÍCIO PRINCIPAL: conta de duas partes a) Pavilhão de Frente com salas de aula, portaria, arquivo, secretaria, diretoria, "palco auditorium" ou sala de reuniões e instalações sanitárias. b) Pavilhão Central: 4 dormitórios para 100 alunos, refeitório, copa, cozinha, enfermaria, farmácia, sala do médico e sala do dentista, 20 dormitórios. 2.º EDIFÍCIO DAS OFICINAS: constando do almoxarifado, salas com máquinas para aulas práticas, de: torneiro, frisador, modelador, marceneiro, fundidor, tecelão, artes gráficas, mecânico ajustador, alfaiate, sapateiro, etc. 3.º RESIDÊNCIAS: em número de duas para diretor e médico ou professor. Cada residência possui 3 dormitórios, banheiro, cozinha, quarto de empregada com instalação sanitária separada e varanda. A construção foi iniciada em fins de abril do corrente ano. O atraso do início da construção da escola foi devido ao fato de ter sido posta em concorrência várias vezes não interessando as firmas locais e nem as variações de preço de materiais de construção em Uberlândia. Devido, porém, ao grande interesse demonstrado pelo governador Milton Campos e pelo deputado Rondon Pacheco, foi novamente posta em concorrência a obra. Foi então emprestada pela firma "Serviços de Engenharia LTDA", que a está construindo. O ADIAMENTO DAS OBRAS - As duas residências já estão respaldadas, esperando-se as telhas de fibrocimento para a cobertura. Os demais edifícios estão com os alicerces concluídos e com as paredes de tijolos em franco desenvolvimento, sendo que no edifício principal já estão sendo colocados os portais. A grande falta de tijolos e cimento também acarreta atraso sensível no andamento das obras. O ALCANCE DA UTILIDADE DA ESCOLA - se mede pela variedade de cursos e pela aplicação prática de grandes possibilidades

para todos. Trata-se de uma obra de grande alcance social, pois, terá um internato para 100 alunos, com refeitórios, assistência dentária e médica, além de uma perfeita instrução cívica, escolar e técnica. Todos os gastos oriundos da Escola serão custeados pelo Estado de Minas, desde a construção e durante o funcionamento de ensino será inteiramente gratuito (Reportagem: "A Escola Vocacional Industrial de Uberlândia". Correio de Uberlândia, ano XII, nº 3.004, de 7 de outubro, de 1950, p. 01.)

A reportagem revela, além dos detalhes estruturais da escola, os recursos envolvidos, a ação do governo estadual e o seu comprometimento com a causa uberlandense. O governo de Milton Campos aparece como principal colaborador na tarefa de tornar Uberlândia a grande "meca" do desenvolvimento industrial, comercial e cultural do Triângulo Mineiro.

O artigo abaixo nos dá dimensão da discussão acerca do processo de construção da Escola Vocacional de Uberlândia. Como complemento da reportagem, ele expressa com decisão essa vontade de solucionar os problemas da futura Uberlândia, como destacada cidade Industrial e comercial, pois a mesma dará sustentação técnica à exigência de novos padrões de desenvolvimento batalhados no dia a dia da política municipal, em favor da manutenção de Hegemonia na região. Observemos com atenção a fala de Maria Teresa, uma das articulistas assíduas do jornal *Correio de Uberlândia*:

Este artigo serve de complemento a nossa reportagem sobre a Escola Vocacional Industrial de Uberlândia. A importância dos cursos industriais para o nosso país se percebe facilmente através de uma rápida leitura da lei orgânica do ensino industrial, quando da reorganização feita pelo ministro Gustavo Capanema na pasta da Educação e Saúde. Esta lei constitui para a nossa educação um documento da maior importância, porque o ensino industrial não dispunha antes de uma lei orgânica de caráter nacional. Também não havia conveniente definição das bases pedagógicas do problema, cuja configuração está se tornando cada vez mais acentuada em torno desta modalidade de ensino até então deixado para um plano inferior no Brasil. a lei orgânica, dec. Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, discriminou quatro (grupos) tipos de estabelecimentos de ensino industrial: as escolas industriais, as escolas técnicas, as escolas artesanais e as escolas de aprendizagem, dentro de perfeita articulação com outras modalidades de ensino, práticas educativas, estágios e excursões, culto cívico, orientação profissional, educação religiosa, etc. maior especificação tiveram as matérias e cursos das escolas industriais e técnicas, por serem de maior vulto e de categoria mais elevada. O decreto nº 8673, de 3 de fevereiro de 1942, tornando mais minuciosa a organização das escolas industriais e técnicas traçou discriminada definição aos cursos de

*formação profissional propriamente dita, isto é, aos cursos industriais, aos cursos de mestria, aos cursos técnicos e aos cursos pedagógicos. O regulamento do quadro dos Cursos do Ensino Industrial abrange 8 seções com a parte correspondente ao aprendizado industrial, com 24 cursos, ao aprendizado de maestria com 25 cursos; à cultura técnica com cerca de 500 cursos especializados e 3 de cultura técnica. Temos assim: A 1.ª seção de trabalhos de metal com os cursos de fundição; serralheria e caldeiraria, - A 2.ª seção de indústria mecânica como os cursos de mecânica de máquinas; de precisão; de automóveis e de aviação - A 3.ª seção de eletrotécnica com os cursos de máquinas de instalações elétricas; de aparelhos elétricos e telecomunicações- A 4.ª seção de indústrias de construção com os cursos de carpintaria; alvenaria e revestimentos; cantaria artística.; pintura - A 5.ª seção de indústria de tecido com curso de fiação e tecelagem; - A 6.ª seção da indústria da pesca com o curso de pesca - A 7.ª seção de artes industriais com os cursos de marcenaria; cerâmica; joalheria; artes do couro; alfaiataria; corte e costura; chapéus; flores e ornatos - 8.ª seção de artes gráficas com os cursos de tipografia e encadernação e gravura. Por sua vez os cursos técnicos abrangem 9 seções, em que entram os de química industrial, minas e metalurgia, construção naval, construção aeronáutica. E todos com uma série de grandes cursos, de modo a possibilitar a formação de técnicos necessários ao país (Maria TERESA, "Da Importância dos Cursos Industriais para o Brasil" *Correio de Uberlândia*, ano XII, nº 3.004, de 7 de outubro, de 1950, p. 04).*

Maria Teresa (pseudônimo utilizado por Ruth de Assis, irmã do Jacy de Assis, destaque na luta pela instalação e consolidação do ensino superior em Uberlândia) mostra no seu artigo a questão da legitimidade das ações políticas do governo estadual, revelando alguns artigos da regulamentação do ensino industrial. Essa regulamentação do ensino industrial nasceu em função do decreto 6.029 de julho de 1940, como podemos inferir abaixo:

O decreto nº 6.029 de julho de 1940 não seria modificado, ele daria lugar, no entanto já em 1942, a dois decretos quase simultâneos, um que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI), conforme as aspirações da indústria e do Ministério do Trabalho; e outro que definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, oriundo das idéias e propósitos da área da educação (SCHWARMAN, BOMENY, COSTA, 1984, p.238).

O destaque dos autores veio como que ilustrar o artigo da Maria Teresa, mostrando que o corpo político uberlandense estava em sintonia com o moderno em voga naquele período (1940-1950). A ordem era preparar o grosso da população para

integrar de corpo e alma no setor produtivo. solução de profilaxia das prováveis "doenças" advindas de uma sociedade de massas. da qual a autora parece estar bem informada e com visão arguta. ela tem olhos para a totalidade social. Porém, essa totalidade evidenciada no argumento da autora aparece resguardada sob a tutela do Estado. Dentro de qualquer ação política em que pressupõe o moderno na sociedade, o Estado apresenta-se como um mito. e essas mesmas ações não devem ser vistas abstendo-se dessa capa protetora.

Por mais que um município tenda trilhar seu próprio caminho em direção ao progresso e bem estar da população de maneira geral, é necessário que tenhamos o devido cuidado com a forma com que vem expresso do discurso divulgado nos meios jornalísticos. Eles não vêm apenas carregados de materialidade. existem ideologias implícitas ou mesmo explícitas. No esforço de socialização da informação e na formação da opinião pública. a sua contribuição na construção e perpetuação de mitos com forte conotação política. aparecem com frequência. Nesse sentido, a política adotada pelos municípios e Uberlândia não é uma exceção. incorporam esses mitos com o aval do Estado. sendo a educação. entendida de forma ampliada, não estando alheia à "vontade" política. Ernst Cassirer traz um pouco dessa noção de como são forjados os mitos políticos no seio da sociedade de orientação liberal:

O mito foi sempre descrito como resultado de uma atividade inconsciente e um produto livre de imaginação. Mas aqui encontramos o mito feito de acordo com um plano. Os novos mitos políticos não crescem livremente: não são frutos bravios de uma imaginação exuberante. São coisas artificiais fabricados por artesãos hábeis e matreiros. Estava reservado ao século XX, à grande técnica, desenvolver uma nova técnica do mito. A partir de agora os mitos podem ser fabricados no mesmo sentido e de acordo com os mesmos métodos utilizados no fabrico das outras armas - as metralhadoras e os aviões. O verdadeiro rearmamento começou com a origem e ascensão dos mitos políticos (CASSIRER, 1976, p. 300).

Preconizar uma educação para as massas requer um mergulho nas atitudes políticas devotadas ao ensino e não se deve de maneira nenhuma enxergá-la como algo isolado do processo político, bem como do contexto histórico em que acontece. A partir dos anos 1940, a massificação do ensino não se apresenta como um mero paliativo para dar conta de uma dada situação sócio-econômica, como se fosse alguma coisa passageira, decorria de uma necessidade premente. A definição abaixo nos ajudará a compreender as entranhas do referido processo, sendo que,

[...] na sociedade de massa não se atende à realização do homem; ele só levado em conta em sua capacidade de desempenhar uma função. Na filosofia liberal do século XIX, que infunde no homem o desejo de participar e estar presente em todos os processos da vida social é um componente determinante nesse sentido, já que para ele (José Ortega y Gasset) "a rigor, massa pode definir-se como um fato psicológico, sem necessidade de estarem os homens em aglomeração" (A sociedade de Massas). (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1996, p. 727).

O tratamento da situação educacional, levando em conta a massificação do ensino, aparece na fala do articulista de forma a darmos uma percepção do que ocorre no seio da sociedade de massas. Sim, porque a forma como autor tratou a questão do ensino em Uberlândia, bem como atitude política em favor do mesmo, demonstra que os aspectos considerados no artigo possuem um alcance que mexe com as estruturas sensíveis da sociedade uberlandense.

3.3 Uma Articulação Política

A fala de João Edson Mello, como iremos observar no artigo a seguir, ilustra com propriedade alguns detalhes do processo de massificação do ensino, o seu argumento traduz com eficiência a célula social, mostra em termos numéricos, como a ação política vem tocando a problemática do ensino, visando um melhor aparelhamento da população para tornar o povo da cidade de Uberlândia educados e instruídos,

contribuindo assim para o seu engrandecimento sócio-cultural e econômico. São tomados como ponto de partida até os aspectos psicológicos, culturais, sociais e políticos:

Fui a pouco distinguido como a indicação de meu nome para parainfo das turmas que concluíram os cursos nos grupos escolares municipais de Uberlândia. Duas surpresas me advieram daí: a primeira por ter recaído sobre mim a escolha dos diplomandos; a Segunda por verificar as excelentes condições, em que se encontra a instrução pública nesta comuna, na parte de iniciativa do poder municipal. Não atinei, com efeito, com os motivos que levaram os jovens estudantes a manifestar em meu favor a sua preferência. E teria mesmo declinado do convite para fazer de parainfo, como declarei em alocução, se eu já não tivesse exercido o magistério tanto primário como o ginásial, o que afinal constituía um título para fazer-me lembrado pelos estudantes e o espetáculo que tive diante de mim foi realmente de impressionar. Cento e tantos jovens, de ambos os sexos, ali se encontravam à espera do certificado do término do seu curso, uns casos, de quatro anos e, noutros, de cinco. Mas o mais impressionante no que era dado ver estava no fato de haver inúmeros adultos, moços e moças. Quando o comum, segundo tem observado por todos os lugares, a que tenho ido é o de os pais julgarem os filhos habilitados, logo que tenham aprendido a ler e a contar, mais ou menos corretamente, estava eu, ali, diante de uma situação diversa. Meus afilhados, pessoas do trabalho, consoante pude contar enquanto, cumprimentando-os lhes apertava as mãos grossas e calosas, não por se contentarem com uma instrução rudimentaríssima. Não abandonaram a escola, apenas concluído o livro de leitura e conhecida as operações fundamentais. Foram e com que sacrificio isso terá acontecido? até ao termo do curso. Demonstra isso que, em Uberlândia, povo e poder público se entendem muito bem num esforço conjunto para o progresso da instrução, o primeiro tirando o máximo partido do aparelhamento educacional aqui existente e o segundo realizando esse aparelhamento. Nossa surpresa levou-nos a pedir, ao professor Jerônimo Arantes, chefe da Divisão do Serviço de Educação e Saúde do município, alguns dados sobre as condições do departamento a seu cargo. Prestimoso como sempre, o ilustre educador logo nos atendeu e pudemos conhecer tudo quanto o poder público municipal vem fazendo em prol da instrução do povo uberlandense. Como o leitor vai ver, é uma obra verdadeiramente notável o que a municipalidade de Uberlândia vem realizando em tal sentido. Funcionaram neste ano, 56 unidades escolares, sendo grupos escolares, escolas isoladas suburbanas, 2 subvencionadas, 41 em bairros e fazendas e 4 em sedes distritais. Foram matriculados... 2.997 alunos, sendo 931 entre os quais 720 adultos, nos grupos urbanos, 315 nas escolas isoladas e 1.751 nas rurais. A frequência foi de 1.124 para as zonas urbana e suburbana e 1.777 promoções, a saber nas classes urbanas e suburbanas...880; conclusões de curso 134: zona rural, 763. O número de professores foi de 105; com a seguinte distribuição: na cidade, 44; na parte rural, 50; em escolas isoladas, 11. A municipalidade despendeu com a instrução a soma de Cr\$... 1.060.880,00, assim distribuída: professorado... Cr\$ 720.000,00 adicionais, Cr\$ 18.360,00; material escolar...Cr\$ 183.820,00. Diante disso, compreende-se perfeitamente porque é tão elevado índice de alfabetização neste município. O poder público do município tem cuidado de modo tão particular desse assunto, que se pode afirmar, estar resolvido em Uberlândia, o problema da instrução primária. Sob este aspecto como de resto em muitos outros, este município constitui um

exemplo a ser imitado pelo país (João Edson MELLO. "A Instrução Primária em Uberlândia" Correio de Uberlândia, ano XII, nº 3.053, de 14 de dezembro, de 1950, p. 04).

Os números divulgados no texto evidenciam que ação política educacional, tanto no aspecto da instrução urbana, quanto à instrução da massa rural, eram preocupações fundamentais dos órgãos públicos. Nessa tarefa a argumentação do autor procura esclarecer que ação política em função das massas era para valer. Tal comprometimento essa causa se constituiria num dever cívico de cada uberlandense. Os alunos que estavam se formando deveriam empunhar esta bandeira. Uberlândia aparece na fala do autor como um exemplo a ser seguido pelo país inteiro. Nessa preocupação com educação das massas, o discurso político é apresentado de forma sutil nos projetos de natureza educacional voltados para o todo, contando com uma certa passividade das mesmas na execução deles. Ortega y Gasset ilustra esse fato da seguinte forma:

A massa faz sucumbir tudo o que é diferente, egrégio, individual, qualificado e especial. Quem não for "todo mundo", quem não pensar como todo mundo, correrá o risco de ser eliminado. E é claro que "todo mundo" não é "todo mundo". "Todo mundo" era normalmente, a unidade complexa de massa e minorias discrepantes, especiais. Agora todo mundo é apenas massa. Este é o fato formidável do nosso tempo, descrito sem ocultar a brutalidade de sua aparência (Ortega y Gasset, 1987, p. 41).

A abordagem acerca da educação de massas assume contornos que fogem à esfera do local. Mesmo explorando as especificidades, percebemos a sua ligação com o processo que vinha se desenvolvendo no plano mundial a partir do século XIX. O caso de Uberlândia, embora seja singular, mantém suas amarras com as condicionantes históricas ao nível mundial, como acabamos de demonstrar. Portanto, o singular fica situado, dentro dessa totalidade social, no campo das aparências.

O artigo de Maria Teresa mostra mais alguns detalhes da ação política municipal na educação em Uberlândia, ressaltando a questão da competência para administrar o

ensino. Segundo ela, naquele período havia um certo descaso para com a causa do ensino. Diz a autora:

Visitamos em cumprimento ao nosso programa de estabelecer contato com os educandários da cidade. O GRUPO MUNICIPAL AUGUSTO CESAR, dirigido pela Srta. Nilza Guimarães Cunha e que data de 1937. Funciona à noite do Grupo Escolar Bueno Brandão. Com uma matrícula de 509 estudantes, maiores de 12 anos, têm uma frequência média de 300 rapazes e meninas. Somente uma servente e nenhum porteiro. Apenas 9 professoras esforçadas lecionando em 5 salas. Claro é que as salas não são em número suficiente. Dá-se então o caso de funcionarem duas classes diferentes na mesma sala, obrigando as mestras a uma ginástica de conciliação: enquanto uma dá aula em voz alta a outra usa de exercícios escritos para obter o silêncio necessário a preleção da companheira. São assim mais de 100 alunos a estudarem com duas professoras matérias diversas. pior, em média as classes tem 60 alunos, o que é antipedagógico, mas contra o que não se pode reclamar, agora oficialmente. Reclamamos nós, os defensores da infância de Uberlândia, contra esta falta grave que vem recaindo na administração. Não é possível que o prefeito municipal, Sr. Tubal Vilela da Silva, que tanto prometeu a Uberlândia, deixe em estado de abandono oficial um punhado de rapazes e de meninas que estudam a noite com sacrifício, porque trabalham de dia. E estudam, porque desejam aprender. Enquanto existem salas alugadas pela prefeitura para serviços diversos com largueza de espaço; enquanto a prefeitura chega a emprestar salas a sociedades particulares que dispõem de recursos, porque se constituem de profissionais habilitados a gabar bastante; enquanto a prefeitura empresta todo o segundo andar da Rodoviária ao Estado; enquanto empresta outras; redes próprias a instituições alheias ao benefício público e da competência do município e aluga prédios para instalar serviços seus que podiam, em verdade ceder parte do conforto a infância uberlandense; aí temos um grupo escolar inteiro funciona a noite, em apenas 5 salas de outra Escola. Sem água, sem material didático que não existe. Com tudo que faz do magistério uma carreira de sacrifício, em vez de carreira de agrado. E, entanto, lá no Grupo, na noite em que há aparecemos, se ensaiava uma festa de encerramento - procurando as professoras interessar as crianças de maneira a fazê-las esquecer o que lhes falta, de maneira a fazê-las sentir o quanto são queridas pelos seus professores. Afinal, que faz o Serviço de Educação Municipal no setor de educação entre nós? (Maria TERESA, "Escolas Municipais" Correio de Uberlândia, ano XIV, nº 3.192, de 7 de julho de 1951, p. 04).

Dentre os fatores enumerados por Maria Teresa, com relação as escolas observadas, destaca-se: as salas de aula lotadas, o que é antipedagógico, segundo ela, carência de professores e serviços, para dar suporte mínimo a um ensino decente, falta de material pedagógico, defeitos da infra-estrutura das escolas, como a falta de água por exemplo. De posse desses dados, cabe-nos a seguinte observação tomada de empréstimo:

Existe a necessidade de um tipo de educação política na qual se possam ensinar matérias históricas, legais e econômicas, requeridas para uma orientação crítica, a técnica objetiva da dominação das massas e a formação e controle da opinião pública. Esta educação deveria também levar em conta o fato de que existem esferas em que interesses estão inevitavelmente ligados à percepção (MANNHEIM, 1982, p.207).

A passagem da obra *Ideologia e Utopia* (1982) guardam uma certa afinidade com a postura da autora do artigo, quando no seu discurso aparece a pressuposição daquilo que é comum na política educacional, visando o interesse das massas; a transparência nas ações de caráter estrutural, alegada no texto jornalístico. Essa transparência necessária a toda e qualquer ação política requerem habilidades especiais no trato com a coisa pública, em articular as necessidades iminentes do povo e o uso sutil e capcioso destas variáveis em favor da colheita de dividendos políticos partidários. A presença dessa modalidade de discurso, envolvendo as ações políticas no campo da educação, foi comum na imprensa local.

O editorial abaixo revela um pouco mais de detalhes da política educacional em favor do ensino no município de Uberlândia, mais uma vez ressaltando o problema da competência da administração municipal. O editorial enaltece a figura do educador e Secretário da Educação em Uberlândia o Sr. Jerônimo Arantes:

Na nossa edição de 11 do fluente, foi inserida a estatística, em resumo, do movimento das escolas municipais em 1951, trabalho esse organizado pelo sr. chefe do departamento de educação da prefeitura e publicado oficialmente sob sua responsabilidade. Por ele se verifica que no município existem cinquenta e cinco unidades escolares, quatro das quais são grupos, cujo o número de cadeiras não foi declinado. Nesses estabelecimentos estão lotadas cento e dez professoras, que constituem hoje o pessoal docente da municipalidade. Foram matriculados no exercício 3.356 alunos, dos quais 1.807 na zona urbana e 1.549 na zona rural. Obtiveram frequência legal nas escolas urbanas 2.001 crianças e nas escolas rurais 1.268, num total de 3.269. São esses algarismos bastante animadores para o município do interior de um país que ainda se queixa do analfabetismo na proporção de 60% dos seus habitantes. Se só as escolas municipais concorrem com 3.269 para dos que recebem efetivamente a instrução, concluintes que os estabelecimentos estaduais e particulares elevarão de muito a soma, talvez de forma a baixar sensivelmente a percentagem alarmante acusada nas estatísticas oficiais. É justo que se ponha em relevo a solicitude com que o governo municipal vem tratando do ensino.

*Perece-nos que a atenção mais acurada a esse problema data do período administrativo do sr. Vasco Giffoni, quando foram criadas muitas escolas rurais e praticada com eficiência a fiscalização. Procurou-se desde essa época o concurso dos fazendeiros para que não só os seus filhos como os filhos dos seus colonos recebessem educação primária. Em todos os núcleos onde houvesse crianças em quantidade suficiente, cogitava-se da instalação de uma cadeira pleiteando-se a cessão do prédio por intermédio dos interessados. Conseguiram-se alguma coisa, embora aquém do que se desejava. Todavia, disseminou-se o estímulo, e esforço patriótico do professor Jerônimo Arantes, já nesta época inspetor escolar, foi produzindo os resultados que haviam de operar o desenvolvimento que se observava hoje. Nunca será demais repetir o registro do desenvolvimento desse pioneiro da causa atuante e sagrada. O professor Arantes, que alguns lustros ingressou no funcionalismo municipal, lotado no setor da instrução, nunca foi senão educador. Antes de ser aproveitado pela prefeitura, mantinha nesta cidade, com abnegação e sacrifício, um colégio particular que, se nunca lhe deu renda satisfatória, proporcionou, entretanto, benefícios incalculáveis à população, quando os institutos secundários que hoje temos eram inexistentes, as escolas elementares do governo eram reduzidas ao grupo escolar da praça da República. Fechando seu externato e aceitando um cargo público, o mestre de vocação não pensou em tranqüilidade de burocracia: investiu por novo caminho para se aparelhar na luta que vinha traçando. Desse modo, jamais descansou nos designios. Inicia-se uma administração e tantas tem sido elas! e hei-lo a aconselhar o prefeito as medidas ao progresso do ensino, a solicitar melhoria dos prédios escolares, fornecendo de material didático, vantagens para as professoras, geralmente mal pagas. Alguns chefes do executivo o atenderam prestigiosamente e as escolas prosperaram; outros ligam pouca importância às sugestões, mas as escolas, mesmo com mais dificuldades, prosperaram ainda graças à sua dedicação, e à coragem contagiante que ele transmite as preceptoras e aos alunos. Dessa forma, vem obtendo a marcha que as estatísticas de hoje assinala. Merece encômios a situação que se apresenta no momento, segundo o documento aqui dado à publicidade em nossa edição de 11 do mês corrente. A verba de mil e sessenta e nove contos já é uma quantia não desprezível para o orçamento que não atinge ainda 10 milhões de cruzeiros, não obstante justificar-se todo e qualquer reforço que lhe seja atribuído e que tenha aplicação proveitosa. Por outro lado, 55 unidades escolares já exprimem uma contribuição relevante para a expansão do alfabeto, sabendo-se que nelas exercem o magistério 110 educadoras muitos com longo tirocínio e com competência relevada nos êxitos obtidos em exames sucessivos dos seus alunos. Tem-se notado interesse da parte do prefeito Tubal Vilela pelo momentoso problema que desafia sempre a boa vontade e o dinamismo dos gestores dos negócios públicos. É de se esperar e de se louvar que ele persista em tal atitude, multiplicando, se for possível, a escola rural, pois estas é que devem ser cuidadas de preferência a fim de evitar o êxodo dos roceiros e, conseqüentemente o abandono das lavouras, de que a intenção de educar as dependentes é um dos pretextos bem fundamentados (Editorial: "Instrução Municipal" *Correio de Uberlândia*, ano XIV, nº 3.192, de 15 de dezembro de 1951, p. 02).*

Logicamente o referido texto trata do ensino devotado às massas, abordando a questão da "vontade política" por parte do Sr. Jerônimo Arantes, em solucionar da

melhor maneira possível, o ensino na região, difundi-lo na zona rural para que os homens do campo se fixem na terra, produzam alimentos para atendê-los e também abasteçam as cidades com os seus produtos. A educação estendida ao setor rural constitui-se numa alternativa de propiciar suporte técnico para homem do campo, evitando assim êxodo rural e o "inchaço urbano", uma preocupação de natureza políticas e ideológicas, que perpassou o discurso da imprensa e outras fontes de informação nos anos 1940 aos anos 1960. O interior não fica à margem do processo que se arrolava naquele período, especialmente as cidades que possuíam a "vocação para o progresso" (GONÇALVES NETO, 1997)⁵.

3.4 Política Educacional e a Massifica o do Ensino em Uberlândia: esboço de uma crítica (1958-1959)

Numa ligeira amostra do processo educacional em Uberlândia (1958-1959), tendo em vista esfera da política educacional, veremos que tal processo não se prende ao meramente local, uma vez que, a tática de levar a efeito uma educa o que desse conta das condicionantes inerentes ao processo histórico; a questão do conservadorismo, a op o por modelo social calcado na doutrina do liberalismo, o elo entre o modelo capitalista desenvolvido no plano mundial, a maneira de apropria o do conceito de moderno, que também serve para amarrar ao contexto referido, o mesmo encontra-se intimamente ligado ao ensino direcionado às massas. Essas amostras estão explícitas nas

⁵ GONÇALVES NETO, Wenceslau (1997). *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e moderniza o econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec. O processo de moderniza o não deve ser visto fora do contexto educacional. O capítulo 4 da referida obra, A moderniza o Desigual: duas décadas de privilegiamento na política agrícola, nos chamou aten o porque modernizar também implicava em fornecer uma educa o adequada ao homem do campo. (...) A estrutura brasileira de extensão rural f i sedimentada a partir de experiência pioneira de Minas Gerais, iniciada em 1948, com o programa ACAR – Associa o de Crédito e Assistência Rural, entidade formada pela conjugac o de esforços do governo do estado de Minas Gerais e a AIA – Associa o Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social, entidade fundada em 1946 pela família Rockefeller. Esta passagem se encontra na p. 203 da obra.

falas implementadas nos textos dos jornais a seguir. Porém antes de adentrarmos às críticas empreendidas tomamos como ponto de partida as abordagens C. Wright Mills, um sociólogo norte-americano que publicou boa parte de sua obra nos anos 1940. Embora o autor faça refira-se à sociedade norte-americana, não deixa de ser uma obra importante em termos de um estudo do modelo liberal, em que a educação mostra-se como o suporte necessário não apenas para escorar e perpetuar “verdades” como também convencer a opinião pública do que é melhor para ela. E mais ainda, o moderno é sempre apresentado como sinônimo do bom, do ideal. Diz o autor:

Não há dúvida que os modernos educadores retrógrados adaptaram suas noções do conteúdo e da prática educacional às idéias de massa. Não proclamam padrões de nível cultural e rigor intelectual; preferem agir com triviais truques vocacionais e a adaptação à vida — ou seja, a frouxa vida das massas. “Escolas democráticas” significam, com freqüência, o estímulo da mediocridade intelectual, do preparo vocacional, das fidelidades nacionalistas e quase nada mais (MILLS, 1975, p.373).

Para Mills, a massa nesse contexto é tratada como sujeito passivo no processo histórico/sociológico. A sua crítica fundamenta-se principalmente na construção da base democrática pleiteada pela sociedade norte-americana, que não pretende abrir mão das prerrogativas iminentes de uma elite dominante. O que ele chama de educadores retrógrados, são aqueles intelectuais comprometidos com a causa das elites, que buscam uma constante adaptação aos propósitos sutilmente oferecidos no seio dessa mesma sociedade. Seus projetos educacionais além de estarem afinados com tais propósitos são apresentados como modelos democráticos, sendo que as massas são “convencidas” a aceitá-lo passivamente.

No final dos anos 1950, logicamente, buscando um caráter específico, singular, embora mantendo a regra defendida pela concepção liberal de sociedade, que, sendo apresentada pelo referido autor de forma crítica sem, no entanto, se abster dos pressupostos básicos, pois ele apenas reivindica uma “melhor” atenção para com as

massas. o editorial abaixo revela uma faceta semelhante do tratamento que deve ser dispensado ao povo, por parte das ações políticas do Estado, este entendido como um corpo político, buscando a eficiência das tarefas que lhes cabe, no trato com a coisa pública.

A fala do deputado Oscar Moreira não está isenta de um veio ideológico, mas com o intuito de preservar uma concepção liberal de sociedade procura criticar a política educacional implementada pelo Estado, com a meta de legitimar uma prática política no campo educacional danosa às massas:

O capítulo dedicado a educação e ensino na última mensagem governamental, encaminhada por ocasião dos trabalhos dos parlamentares, foi objeto na assembléia, de detida análise, feita pelo deputado udenista Oscar Moreira. O deputado opositorista historiou, de início as tendências que orientam os sistemas educacionais de diversos países, para o que buscou citações variadas, o propósito, que o ensino não pode significar mero aparelho transmissor de emoções, mas também sistema educacional formador da personalidade dos indivíduos. Ao citar a oração, asseverou como escritor católico, que o Estado tem, até agora trabalhado no sentido da "imbecilização dos professores", "destruindo a espontaneidade da juventude", mais adiante, acentuou procurando "afastar o ensino da tradição: hoje se procura adaptar a civilização à educação. Discorreu, ainda, sobre os defeitos do método que proporciona o "saber decorado". Analisou os defeitos e as vantagens das diversas teorias para, após, entrar no exame da mensagem do governador. "Pobre de informações e omissos de dados" foi como a definiu o Sr. Oscar Moreira, relativamente ao capítulo do ensino. Disse adiante, que a "dissimulação e o fingimento foram constantes no texto examinado, que procura ocultar a dura realidade do ensino". O executivo, no dizer do Sr. Oscar Moreira, se estivesse disposto "a falar francamente" teria responsabilizado o governo que o antecedeu, "que pisou impiedosamente no ensino" (Editorial: "Oscar Moreira Focaliza a Dura Realidade do Ensino". Correio de Uberlândia, ano XXI, nº 6.676, de 01 de maio de 1958, p.01).

A dura realidade do ensino que o deputado Oscar Moreira apresenta no editorial decorre do descaso para com a educação no período que, apesar disso vinha apresentando melhoras, segundo alguns autores em textos referidos do próprio jornal *Correio de Uberlândia*. Há que ressaltar que a educação no final dos anos 1950 apresenta-se dentro de um quadro não muito favorável às massas, embora o discurso sustente essa preocupação constante de estendê-la a um número cada vez mais ampliado

da população. Essa iniciativa oriunda de cima por parte do corpo político centra-se com mais intensidade na criação de escolas para atender a zona urbana, deixando o setor rural carente de escola e de ensino adequados à sua realidade. Porque quando falamos em massificação do ensino, o entendemos de forma abrangente, atingindo também a comunidade rural, uma preocupação constante apresentada com determinada assiduidade em textos do referido jornal. Aqui entramos num terreno bastante complexo que é a questão do financiamento da educação, quando este se volta para o atendimento às necessidades das massas exigindo recursos cada vez mais vultuosos, porém, extremamente necessários na construção do processo democrático do ensino evidente na fala jornalística.

Na maior parte das vezes em que o Estado adota medidas de estímulo no campo educacional; financiamento da educação, cursos de aperfeiçoamento para professores, sugestão de projetos pedagógicos visando uma melhor aplicação de conteúdos para um ensino competente, principalmente num país como o Brasil de dimensão territorial continental, a ação do corpo político não consegue propiciar uma educação a contento para o povo. Reside aí a importância de verificarmos o andamento e a incorporação de uma educação viesse respaldar uma proposta dentro desse campo em outros locais, as iniciativas de caráter local. Mesmo porque quando se fala em projetos educacionais, nem sempre tais projetos estão condicionados à esfera exclusiva do Estado, sendo necessário à ação de outros agentes. Ainda segundo Mills,

nas mãos dos profissionais, muitas escolas passaram a funcionar como uma ideologia de "adaptação à vida" que estimula a aceitação desses modos de vida em massa, ao invés de estimular a luta pela transcendência individual e pública (MILLS, 1975, p. 373).

Um dos assíduos articulistas do *Correio de Uberlândia* Icydio Paes aponta algo semelhante com relação à necessidade de intervenção do Estado na organização da escola como meio de adaptação às circunstâncias social e política.

Um artigo de sua autoria traz um pouco dessa visão do processo educacional procurando demonstrar a necessidade de mais atenção do Estado para com os investimentos em educação. Segundo autor, uma iniciativa que deveria ser uma competência do estado está partindo de ações particulares, o que ele discorda exigindo mais firmeza por parte do Estado no trato com a educação pública. Essa iniciativa do setor privado vai além da construção de prédios, do fornecimento de equipamentos pedagógicos, passando também pela preocupação com freqüência dos alunos e, no caso de Uberlândia, essas iniciativas são tomadas até como atitudes patrióticas, pois além de incorporar um modelo de educação ideologicamente definida como anteparo às praticas capitalista, acaba realimentando também uma mística que viria sendo construída aqui desde a sua fundação. De Uberlândia, enquanto um espaço geoeconômico de renome nacional, deveria partir o exemplo de uma educação equilibrada e que Estado desse mais atenção a essa causa:

É simplesmente vergonhoso que particulares se quotizem para pagar aluguel de casa a fim de que possa funcionar um grupo escolar do Estado, como vem sucedendo nesta cidade, conforme foi há temp.º anunciado pela imprensa. As condições de ruína em que se encontra o prédio desse instituto de ensino, nos altos da avenida Floriano Peixoto teriam levado a diretoria do grupo a suspender as aulas evitando um desastre que poderia suceder com o desabamento de paredes e de telhados. Em primeiro lugar, merece toda censura o governo estadual por não ter em tempo tomado as providências necessárias para não causar aos alunos os prejuízos decorrentes do fechamento da escola, como se deu e como se permaneceria se algumas pessoas patrióticas e abastadas não tomassem o encargo de pagar aluguel de dependências onde as professoras estão agora exercendo seus misteres, provavelmente sem conforto, porque o edifício locado, que eu não conheço, por certo não foi construído para semelhante finalidade. Não é admissível que a Secretaria da Educação não fosse oportunamente informada do estado precário do grupo Coronel Carneiro pela diretoria comparecer de algum técnico a respeito do perigo que estaria correndo a sua ocupação. Se informada, como naturalmente se supõe, nenhuma atenção ligou o assunto, tanto que o problema se complicou a ponto de ser necessário o recurso à generosidade pessoal para que as

*crianças ali matriculadas pudessem continuar o seu curso com a sua interrupção, parece-me que de poucas semanas. Mas não se pretende dizer que o caso está solucionado. A administração arrecada os impostos para devolvê-los aos contribuintes em forma de serviços e de melhoramentos. A instrução primária é ônus do governo do Estado, para o que ele dispõe de verbas orçamentárias suficientes para manter as escolas em funcionamento. A conservação dos prédios é um permanente, que não pode ser esquecido nem negligenciado. Para isto, as secretarias competentes contam com engenheiros, mestres de obras e não sei mais que funcionários especializados. Se um grupo urbano em cidade como Uberlândia com ótima frequência, chega ao extremos que comentamos, é necessariamente porque houve muita desídia. Enquanto a educação relegada a esse abandono, o Sr. governador e os seus auxiliares imediatos estão tratando de políticas que nestas vésperas de eleições monopoliza todo o tempo e todas as atenções daqueles que estão incumbidos de zelar pelos seus interesses particulares e partidários. Não basta assinar decretos e recomendações para que agentes do poder fiquem impedidos de se utilizarem os seus cargos para proveito eleitoral. O povo não acredita mais nestas medidas hipócritas porque sabe aqueles que subscrevem são os primeiros a violá-las. Aliás, o exemplo vem de cima, do presidente da República, que antes de fazer discurso e baixar o ato proibindo nomeações, nomeou a granel em todos os ministérios e autarquias como se essa astúcia barata não pudesse ser descoberta. O estado do grupo Coronel Carneiro, porém, apresenta um outro aspecto. Trata-se de um edifício relativamente novo, construído muito depois dos seus congêneres, que se acham em perfeita segurança. A estrutura do grupo Bueno Brandão, erguido em 1914, é sólida, exigindo ele apenas periodicamente limpeza e substituição de vidros que se quebram. O grupo Doutor Duarte, a mesma coisa. Porque só o outro, bem mais moderno, já ameaça desabamentos? A dedução é que foi mal feito porventura com material ordinário e mão-de-obra inidônea. Deve estar configurado e entre as proteções escandalosas de do tempo da ditadura, quando não se podia denunciar nenhuma irregularidade, sob pena de ir para a cadeia. Como quer que seja, o necessário é que o governo mande reformar o prédio, se for susceptível de reforma, ou mande demolir e executar outro, porque não se justifica que particulares assumam responsabilidade de satisfazer compromissos da alçada da Secretaria da Educação. O Sr. Bias Fortes não pode consentir nessa desmoralizadora anomalia (Artigo: Lycídio PAES. "O Problema dos Grupos Escolares em Uberlândia". *Correio de Uberlândia*, ano XXI, nº 6.691, de 27 de maio de 1958, pp.01 e 08).*

O artigo traz ainda no seu corpo nomes de algumas das escolas atingidas pela falta de cuidados e irresponsabilidade do Estado que só arrecada impostos e não retorna os benefícios que são de interesse de Uberlândia, seja pelo descaso premeditado, seja até mesmo pela simples falta de informação. A crítica do autor é incisiva no tocante a moralidade com a coisa pública, exemplifica o seu argumento com a qualidade dos serviços prestados aos reparos efetuados na rede física das escolas sem devida fiscalização de quem de direito. Os serviços são executados sem a preocupação com

durabilidade e consistência dos mesmos, tornando-se uma ameaça para os alunos que ali estudam.

Mais uma vez retoma-se os argumentos de C. Wright Mills sobre a idéia de projetos destinados à sociedade de massas no caso em questão projetos educacionais com suas implicações sociológicas; financiamentos de maneira geral, participação popular, democratização de oportunidades, perfil ideológico de sistemas democráticos e ideologia de consumo, sob o comando de uma "elite" dirigente pois, *a idéia de uma sociedade de massas sugere a idéia de uma elite no poder (...) A estrutura política do Estado democrático exige o público; o homem democrático em sua retórica tem de afirmar que esse público é a fonte mesma da soberania* (MILLS, 1975, p. 377).

Noutra reportagem do jornal o encontro entre a meta do ensino e a construção da mística uberlandense fica mais evidente. A longa reportagem revela alguns detalhes desse processo de desenvolvimento calcado nos parâmetros de modernização. O seu final traz a cidade de Uberlândia como que na dianteira do desenvolvimento do interior de Minas Gerais, em especial, a Região do Triângulo Mineiro, pelo seu potencial comercial, industrial, cultural. Dentre os vários fatores coadjuvantes nessa meta, está a topografia favorável do terreno e a facilidade de escoamento da produção agrícola e outros produtos comerciais para os grandes centros consumidores relativamente próximos: São Paulo, Rio de Janeiro e a reboque o Centro-Oeste. A cidade de Uberlândia está localizada em uma confluência favorável ao desenvolvimento comercial e industrial capaz de conferir-lhe o potencial de liderança nesse campo:

Na amplitude do nosso território de expressivo índice demográfico, figura uma extensa rede pontilhada de pequenas e grandes cidades, que colaboram intensamente para o engrandecimento deste gigante, denominado Brasil. Nesta extensa rede, bem no centro do hinterland brasileiro, destaca-se de forma exuberante um centro habitado, cuja expressão de elevado índice de operosidade de trabalho e progresso enquadram-na no rol das grandes cidades - Uberlândia. Sem dívida uma grande cidade... Rara em beleza e aspecto sempre festiva, rica em elementos e impressionante em número onde tudo é

expressivo e os números contam alto, quanto falam de suas possibilidades. Assim é Uberlândia, com seu traçado jovial, ruas movimentadas, trânsito trepidante e o movimentar constante dos transeuntes, nesta sinfonia confusa das grandes cidades. Elegante em seu bloco construído, característica incontestável de apurado gosto no sentido construtivo de seus edifícios e das belas vivendas que enfeitam a vida e expressão o alto nível de seu povo. Sua vida comercial é um requinte de bom gosto e um atestado vivo de sua capacidade aquisitiva. Em todo setor comercial, predomina o alto senso administrativo aliado ao bom gosto, dos "business men's", uberlandense. Estabelecimentos feericamente iluminados com primorosas instalações que identificam a cidade, como moderno centro comercial e de grande atração para o visitante. Seu florescente parque industrial, ganha expressão pela privilegiada localização geográfica da cidade, no escoamento de sua produção, conjugada com a sua operosa mentalidade fabril industrial. Suas extensas praças, com jardins de contornos mágicos e fecunda arborização, é uma atração viva nascida da cidade, e dando aos logradouros públicos a graça e o encanto de "Cidade Jardim". Na parte social e recreativa da cidade, Uberlândia apresenta ao visitante algo de impressionante e sugestivo. Uberlândia Club Sociedades Recreativas, dotadas de todos os detalhes e requisitos imprescindíveis ao conforto social moderno, que é a essência de nossa vida e cartão de visita que transporta o visitante ao reino das maravilhas. O magnífico estaria, situado às margens do imponente Uberabinha, é uma demonstração de significativa dedicação e eficiência máxima de seus dirigentes. Dotado de todos os requisitos e necessária aparelhagem na prática do esporte, ali a juventude contribui com toda a alegria e colorido vivo da mocidade, que faz do Praia, o mais belo recanto de nossa cidade. Assim, pois, Cidade Jardim, rende sua homenagem a seus ilustres fundadores, representados por uma plêiade de homens do passado, que figuram em nossa história, justificando-os como homens de larga visão que anteviam para o vilarejo um marco da civilização futura (Reportagem: "Roteiro da Cidade Correio de Uberlândia, ano XXII, nº 7.040, de 31 de maio de 1959, pp.01 e 06").

No final dos anos 1950, a cidade de Uberlândia parece inserir-se de vez na senda do progresso, um progresso trazendo a reboque a apropriação do conceito de moderno, como o relatado nessa reportagem datada do ano de 1959. Nela pudemos observar a forma como a noção de moderno é apresentada e sustentando a tese de que tal idéia nasceu com seus fundadores. Dentro desta categoria do moderno aparece a noção de representação que eles, os articulistas do jornal tinham; como a visão urbana da beleza, da riqueza e do potencial de sua gente, dos homens de negócios, da luz que irradia um sonho de grandeza. Portanto, o empenho por ensino de qualidade, deveria levar em consideração tais potencialidades de Uberlândia. Ela seria o exemplo, a personificação

de um sonho, o que não era pouca coisa. Havia um objetivo prático, uma reputação a zelar, uma missão a cumprir. E o cumprimento dessa missão não era de forma nenhuma de competência única e exclusiva do Estado.

3.5 Poder político Local e Legitimação: uma continuidade (1959-1960)

No decorrer do ano de 1959, algo importante no campo educacional estava ocorrendo, merecendo da nossa parte um breve comentário a respeito. Trata-se do Estatuto da “Instituição Uberlandense de Ensino”, uma iniciativa de particulares que lutavam pelos interesses de Uberlândia. Como já havíamos observado com relação aos projetos destinada a educação na cidade, não se tratava de competência exclusiva do Estado, pois esse era constantemente reclamado como o grande ausente em termos de amparo financeiro à causa educacional de Uberlândia, reclamado também pelos propósitos definidos do chamado corpo político local. Embora até essa data o repasse de verbas através de impostos do município tenha sido sempre crescente, a cidade não vinha recebendo por parte do Estado o apoio que lhe era devido. Uma cidade com pretensões de liderança no Triângulo Mineiro, uma região de potencial social e econômico relevantes, não deveria cair no esquecimento.

Essa fala engloba de maneira geral o pensamento veiculado principalmente no jornal *Correio de Uberlândia* (edições de 1940-1960). Foi com base nesse discurso, visando legitimar uma determinada ordem de progresso é que foi elaborado o estatuto abaixo. O referido Estatuto traz em si uma relevância que merece umas discussões mais aprofundadas, que não será feita neste trabalho. Aqui optamos apenas pela sua ligeira apresentação. A elaboração do *Estatuto* teve como diretriz básica a oficialização de uma proposta de firmar a cidade de Uberlândia como um centro referência, a exemplo do que vinha acontecendo com o ensino básico e médio, também no campo do ensino superior.

CAPÍTULO PRIMEIRO DA DENOMINAÇÃO, FINS E EDUCAÇÃO:

Art. 1.º - a Instituição Uberlandense de ensino, de duração indeterminada, tem sua sede em Uberlândia, estado de Minas Gerais.

Art. 2.º - O fim da sociedade é difundir a instrução em grau superior, de acordo com as leis vigentes no Brasil, mantendo pelo menos, em regular funcionamento, uma Faculdade de Direito e uma Faculdade de Filosofia.

§ ÚNICO - A sociedade instalará primeiro uma destas escolas e, logo que possível a outra.

CAPÍTULO SEGUNDO DOS SÓCIOS

Art. 3.º - O quadro social terá quatro categorias de sócios: a) Fundadores, - os que assinam estes estatutos. b) beneméritos - os que fizerem à sociedade contribuições magnânimas em bens em dinheiro. c) Honorários - os que prestarem à sociedade relevantes serviços; d) Efetivos - os que orem admitidos para substituir os fundadores, no caso de renúncia, morte ou impedimentos, mediante a contribuição de Cr\$ 50.000.

Art. 4.º - A admissão de sócios far-se-á por proposta escrita, aprovada pela maioria absoluta dos sócios fundadores e efetivos.

Art. 5.º - os sócios não respondem pela obrigação das sociedades.

CAPÍTULO TERCEIRO. DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Art. 6.º - A sociedade será administrada por uma diretoria composta de Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário, com mandatos por dois anos, podendo ser reeleitos.

Art. 7.º - compete ao Presidente representar a sociedade em juízo ou fora dele, em todos os assuntos de interesse dela; bem assim nomear os diretores dos cursos superiores mantidos pela sociedade, indicados na forma do Regimento Interno de cada curso.

Art. 8.º - Para transigir, renunciar, alienar ou gravar bens sociais, e praticar atos que exorbitem da normal administração, a Diretoria, dependerá da autorização do Conselho Consultivo.

Art. 9.º - As resoluções da diretoria serão tomadas sempre pela maioria de votos de seus membros.

CAPITULO QUARTO DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 10 - A sociedade terá um Conselho Consultivo, composto de sete membros com mandato por dois anos, reelegíveis e eleitos na mesma época com a Diretoria.

Art. 11 - O conselho opinará sobre os negócios sociais, sempre que consultado pela Diretoria ou qualquer sócio; recomendará as medidas que julgar convenientes aos interesses sociais; autorizará as operações que dependerem de sua prévia aquiescência.

§ - ÚNICO - É também função do conselho dar parecer sobre as contas da administração, pelo balanço de cada ano, examinando-as.

Art. 12 - As reuniões do Conselho serão presididas por um de seus membros, eleitos no ato pelos demais. Art. 13 - O Conselho deliberará com a presença, pelo menos, de cinco dos seus membros.

Art. 14 - As vagas de membros do Conselho quando definitivas, serão preenchidas por escolha da Assembléia, durante o prazo do mandato.

Art. 15 - Incumbe o Conselho escolher pessoa para completar a Diretoria, no caso de vaga definitiva, e pelo prazo do mandato.

CAPITULO QUINTO DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 16 - A Assembléia Geral é constituída dos sócios fundadores e efetivos.

Art. 17 - A Assembléia Geral reunir-se-á em março de cada ano, em dia convocado, para a tomada de contas da Diretoria; aprovação de sua proposta orçamentária; eleição, quando for o caso, da Diretoria e do Conselho Consultivo; conhecimento do relatório do Presidente.

Art. 18 - A Assembléia reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada, pelo Presidente ou pelo menos por cinco sócios; na reunião tratar-se-á somente da matéria da convocação.

Art. 19 - As resoluções da Assembléia serão tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Art. 20 - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Sociedade, que terá voto de qualidade, no caso de empate.

CAPITULO SEXTO - DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 21 - O patrimônio social é constituído por: a) doações e legados; b) subvenções oficiais; c) contribuições de alunos nos cursos; d) um milhão de cruzeiros, Cr\$ 1000.000,00 em dinheiro, doado pelos sócios fundadores, cada um com a importância de Cr\$ 50.000, 00 e assim realizado: I) Cr\$ 15.000,00 até 10 de junho próximo; II) Cr\$ 15.000,00 ate 31 de agosto de 1959; III) Cr\$ 20.000,00 em 30 de novembro de 1959.

CAPITULO SETIMO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 - Estes Estatutos somente poderão ser modificados pelo voto, pelo menos, de dois terços (2/3) dos sócios fundadores e efetivos em Assembléia Geral extraordinária para esse fim.

Art. 23 - A Sociedade não tem caráter econômico; não distribuirá lucro sob qualquer modalidade ou denominação aos sócios fundadores e efetivos.

Art. 24 - Os saldos líquidos verificados nos balanços anuais serão invertidos na aquisição de bens.

Art. 25 - O ano social será o civil. O mandato de Diretores e Conselheiros, inteiramente gratuito, será de assembléia Ordinária e Assembléia Ordinária bienal.

Art. 26 - Em caso de dissolução, o patrimônio será destinado a sociedade de congênera, ou ao município, mediante resolução da Assembléia.

Art. 27 - A Sociedade somente dissolverá pela impossibilidade de atingir seus fins, ou resolução da Assembléia.

§ - ÚNICO - A dissolução será deliberada pela Assembléia pelo voto, pelo menos, de 2/3(dois terços) dos sócios fundadores e efetivos.

Art. 28 - Os Diretores respondem pelo excesso de mandato ou atos lesivos à Sociedade.

CAPITULO IOTAVO - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1.º - A Diretoria e o Conselho Consultivo, eleitos nestes Estatutos, terão mandatos até a Assembléia Geral Ordinária de março de 1961.

Art. 2.º A Diretoria, eleita nestes Estatutos, ficou investidas de poderes para compor o Corpo Docente das escolas, nomear livremente os primeiros Diretores, celebrar contratos, organizar o Regimento Interno da Instituição e das Escolas; bem assim realizar compra e locação de prédios para instalação das Escolas.

Art. 3.º - A primeira Diretoria fica assim constituída: PRESIDENTE: ANTÔNIO LUZ BASTOS, VICE-PRESIDENTE: MESSIAS PEDREIRO; SECRETARIO: DR. CIRO DE CASTRO ALMEIDA; TESOUREIRO: CIRO AVELINO FRANCO, todos maiores, brasileiros, domiciliados na cidade.

Art. 4.º - O primeiro Conselho Consultivo fica constituído: 1) ANTONIO THOMAZ FERREIRA DE REZENDE, 2) NICOMEDES ALVES DOS SANTOS, 3) MANUEL THOMAZ TEIXEIRA DE SOUZA, 4) MILTON DE MAGALHÃES PORTO, 5) CICERO NAVES DE ÁVILA, 6) EDSON GARCIA NUNES, 7) GERALDO MIGLIORINI; todos brasileiros, maiores, domiciliados na cidade.

Art. 5.º - A Diretoria impetrará do Governo Federal a necessária autorização para instalação de uma das Faculdades, ou ambas, imediatamente, e ao seu critério.

Art. 6.º a Sociedade se dissolverá pela decisão da Assembléia, caso não consiga obter a autorização para o funcionamento de uma ou de ambas as Escolas; nessa hipótese, a doação constante da letra d do art. 21 reverterá aos que realizaram, deduzidas as despesas realizadas. Uberlândia, em 31 de maio de 1959. aa) Jacy de Assis, Osvaldo de Freitas, Homero Santos, Messias Pedreiro, Edison Garcia Nunes, Valdir Melgaço Barbosa, Ciro Avelino Franco, Lirio do Vale Brasileiro, Nicomedes Alves dos Santos, Cyro de Castro Almeida, Geraldo Migliorini, Antonio L. Bastos Francisco de Paula Santos, Manoel Thomaz Teixeira de Souza, Renato de Freitas, Lairo Teixeira, Milton de Magalhães Porto, Antonio Thomaz Ferreira de Rezende, André Fonseca Ferreira, Cicero Naves De Ávila (Estatuto: "Instituição Uberlandense de Ensino - Estatutos"). *Correio de Uberlândia*, ano XXII, nº 7043, de 06 de junho de 1959, p. (05).

Esse documento revela em detalhes as atribuições dos membros da sociedade uberlandense de ensino, seus direitos e deveres para com a entidade, a discriminação dos gastos com o ensino e manutenção dessa instituição, a forma de conduzir a sua administração, substituição de cargos, bem como qualquer item visando o seu efetivo funcionamento. O final do documento é assinado pelos membros efetivos da entidade,

tidos como os responsáveis pela causa do ensino em Uberlândia. A Ata da décima primeira sessão da Quarta Reunião ordinária de 4 de novembro de 1959, presidida por André Fonseca Ferreira, informa que a *discussão e votação final ao projeto de lei que reconhece de utilidade pública a sociedade educacional de Uberlândia. Aprovada a redação final sem que qualquer vereador tenha feito uso da palavra, o senhor presidente determina a expedição de autógrafos* (Livro 79, folhas 4 a 6, processo nº 1370). Com essa decisão estava legitimado o Estatuto da Instituição Uberlandense Ensino, representando o mito da competência intelectual de uma determinada classe uberlandense, satisfazendo os desejos dos intelectuais da cidade, dos empresários, dos comerciantes e dos políticos comprometidos com essa causa, tendo em vista desenvolver a partir daquela data uma luta do ponto de vista legal, em favor do ensino superior. Essa iniciativa comprova o que já vinha ocorrendo do ponto de vista não só nacional, mas mundial: o processo de massificação do ensino superior, que *Boaventura de Souza Santos* aponta como marco os anos 1960:

A gestão da tensão daqui decorrente foi obtida por diferentes mecanismos de dispersão ao longo dos últimos trinta anos. Os anos sessenta foram dominados pela tentativa de confrontar a cultura de massas no seu próprio terreno, massificando a própria alta cultura. Foi este, sem dúvida, um dos efeitos, nem sempre assumido, do processo de democratização da universidade. A explosão da população universitária, a alteração significativa da composição de classe do corpo estudantil e a ampliação dos quadros de docentes e investigadores possibilitaram a massificação da universidade e com ela a vertigem da distribuição (se não mesmo da produção) em massa da alta cultura universitária. No limite, admitiu-se que a escolarização universal acabaria por atenuar consideravelmente a dicotomia entre alta cultura e cultura de massas. Não foi, contudo, isso que sucedeu. A massificação da universidade não atenuou a dicotomia, apenas a deslocou para dentro da universidade pelo dualismo que introduziu entre universidade de elite e universidade de massas (SANTOS, 1995, p.194).

A reflexão do autor revela algumas faces do processo de massificação do ensino superior, o que de certa forma coaduna com os interesses da Sociedade ligada à Instituição Uberlandense de Ensino, que nasceu com um propósito definido de fazer de

Uberlândia um centro irradiador da alta cultura, um exemplo de desenvolvimento consolidado em bases firmes e legítimas. O curioso é que autor tece sua crítica exatamente sobre a crise de legitimidade vivida pelo processo sócio/histórico inerente ao campo do ensino superior vinculado ao modelo de capitalismo, um eminente apropriador das diretrizes do liberalismo em processo de mudança acelerada a partir dos anos 1960. O discurso põe em cheque uma questão muito importante: a de que a educação em todos níveis é um direito de todos. Naquele contexto já se preconiza por termo a uma prática política não menos complexa, se inserirmos a educação em todos os níveis, e ela não deve ser vista nunca fora desse sistema, que é a chamada social democracia.

3.6 O Discurso da Modernização e a Saída do Anonimato Geopolítico: a confirmação de uma práxis (1957-1960)

A saída de Uberlândia do esquecimento, como sustenta o discurso jornalístico, parecia depender muito mais do seu corpo político local do que da subvenção estadual, a chamadas verbas de representação que Estado repassa para os municípios. O clamor a partir dos anos 1940 era para que o Estado de Minas desse mais atenção à região do Triângulo Mineiro, e é claro, Uberlândia aparece na dianteira do processo já naquele período. Ela seria o ponto chave para desenvolvimento da região, estigma que a acompanhava praticamente desde a sua emancipação política, e que a imprensa local não se fez de rogada ao bater intensivamente nessa tecla. A educação esteve presente na maior parte das reivindicações dos políticos uberlandenses, demarcando momentos históricos, mostrando que o progresso material e humano da região estaria acima de qualquer suspeita, capital material e humano não faltava para sustentar e perpetuar o desenvolvimento do interior.

O que estava em jogo no campo educacional no final dos anos 1950 não passava em vão pelas ações políticas locais. Era necessário desenvolver e dar sustentação ao ensino básico e médio sim, porém ensino superior, como reivindicação legítima, integrava com mais intensidade a pauta da luta política. Para que se implantasse um ensino superior era preciso uma construção de uma base mais sólida, ou seja, uma melhor assistência a estrutura física e curricular das escolas. O quadro 6 abaixo traz uma ligeira amostragem do que estava acontecendo em algumas regiões brasileiras a respeito da disseminação do ensino superior.

A educação, entendida no seu sentido amplo, instrução destinada ao ensino profissionalizante, instalação de escolas primárias, secundárias, construção de novos prédios para abrigar a possível leva de estudantes que para aqui migrariam juntamente com seus familiares à procura de oportunidades materiais e de vida, este são alguns dos elementos presentes no discurso e que dariam suporte sólido ao desenvolvimento da região, mostrando que o processo de massificação do ensino, vivido durante o período referido esteve e continua intimamente ligado às ações políticas municipais e ação política mineira. Por falar em ação política mineira,

[...] o que dava à educação naqueles tempos de relevância política que ela já não mantém era crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação. Havia os que preferiam a educação humanística sobre a técnica; os que defendiam o ensino universal contra os que preferiam escolas distintas para cada setor da sociedade; os que se preocupavam com os conteúdos ético e ideológico do ensino contra os que favoreciam o ensino agnóstico e leigo. Havia os defensores da escola pública e os guardiões da escola privada; os que punham ênfase na formação das elites e os que davam prioridade à educação popular. Todos concordavam, contudo, que optar por esta ou aquela forma de controle ou orientação pedagógica significaria levar a sociedade para rumos totalmente distintos, de salvação ou tragédia nacional (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, p.51).

Quadro – 6 – Serviço de Estatística de Educação e Cultura Curso Superior no Brasil/1957.

Relação dos Cursos	Número dos Cursos
Filosofia Ciências e letras	339
Engenharia	69
Ciências econômicas	64
Dirigido	48
Enfermagem	35
Odontologia	31
Música	30
Medicina	25
Serviços Sociais	22
Farmácia	21
Demais Cursos	Nº inferior
Corpo Docente	15.144
Corpo Discente	79.505
Total de Cursos	814

Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia, MG, *Correio de Uberlândia*, ano XX, nº 5.595, de 08 de dezembro de 1957, p. 03.

Nas observações dadas acima, é possível perceber o que ocorria na esfera política voltada para a educação de massa. Essa movimentação política era característica daquele período histórico. Minas Gerais entrava como integrante desse movimento. Vejamos o seguinte editorial publicado pelo *Correio de Uberlândia* (1958), já dentro de uma fase adiantada do processo.

Parece incrível mas é verdade. É mais fácil o mundo acabar que o Estado de Minas fazer alguma coisa em Uberlândia ou em qualquer parte do Triângulo Mineiro. E a imprensa regional anda pendurada de queixas contra nossos "vizinhos" mineiros cuja função única é tomar-nos o dinheiro aos montes, dinheiro que, naturalmente, gastam e esbanjam das maneiras mais escusas em escândalos e negociatas, pelo egoísmo e protecionismo no aconchego de sua linda e boêmia capital. GRUPO ESCOLAR FECHADO – Segundo veio ao nosso conhecimento, o grupo escolar "Cel. Carneiro" desta cidade, situado na Av. Floriano Peixoto, foi fechado porque as suas instalações, estão ameaçando desabar e matar as 900 crianças que nele estudam. São meninos e meninas pobres que precisam educar-se e não podem pagar colégios. Conforme nos

*informaram, desde o dia 1.º estão paralisadas as aulas no estabelecimento, que é dirigido pela educadora Rita Aquino Moura, com a qual procuramos manter contacto, sem contudo poder localizá-la. FORAM FEITOS PEDIDOS – Segundo apurou a reportagem, pedidos foram endereçados por várias entidades locais ao governador Bias Fortes e secretário da Educação, no sentido de se procederem a reformas no pardieiro onde funciona (ou funcionava??) o grupo. Todavia, e como, o “vizinho” Estado de Minas, pelos seus chefes ficou mudo, ignorando a pobreza de condições em que ficarão 900 crianças uberlandenses, privadas de suas aulas de curso primário. Este o calamitoso estado de coisas que temos a retratar para os uberlandenses e triangulinos: em Uberlândia fechou-se um grupo escolar e 900 crianças ficaram sem poder aprender as primeiras letras. Isto é direito? (Editorial: “900 Crianças Uberlandenses estão sem Grupo Escolar” *Correio de Uberlândia*, ano XXI, nº 5.638, de 25 de fevereiro de 1958, pp. 01 e 6).*

O texto ilustra os acontecimentos na esfera política municipal uberlandense. É possível perceber, por exemplo, as formas de pressão exercida pela imprensa local, considerando o Estado de Minas Gerais como um “vizinho”, devido ao descaso para com o problema do ensino, em especial o Grupo Escolar Coronel Carneiro, em condições precárias de atendimento ao alunado local, cerca de 900 crianças estariam ameaçadas de perder o ano letivo, ou mesmo se persistissem em freqüentar aulas naquele estabelecimento, suas vidas estariam correndo risco. Faltavam recursos que Minas Gerais deveria repassar aos municípios e, ao que parece, essa verba não era repassada a contento, mesmo para as situações de emergência. Uberlândia, através de seu corpo político e sua pretensão de ser o “Eldorado” da região do Triângulo Mineiro, não poderia conviver com esse estado de coisas.

Noutro destaque da imprensa, um editorial de 1959, o que entra na pauta discussão é a problemática do ensino municipal uberlandense. Os meios de comunicação de massa são utilizados na divulgação de projetos visando à melhoria do ensino primário. Porém, segundo o editorial, soa como uma espécie de sensacionalismo, com poucos efeitos práticos. A realidade do ensino é bem outra, carência de professores, falta de prédios adequados, de material pedagógico, uma situação calamitosa. A escola pública anda à beira do sucateamento, necessitando de urgente regulamentação. Mesmo

com todo este descalabro vivido pelo ensino público. O editorialista enxerga uma luz no “fim do túnel”, vejamos o que diz o editorial:

[...] O que se espera de Ladeira é que consiga do estado mais grupos escolares e reforma os já existentes precisamos de mais espaço escolar infantil [...]

*Não temos tido contato com o prefeito. Mas estamos cientes de suas atividades em prol do ensino. Porque isso de ouvir voz em sua própria radia é cousa que não nos atrai como povo e nem impressiona como imprensa. Ai está ele tentando resolver o problema do ensino primário. Que este anda muito precário, necessitando de amparo oficial, todos nós sabemos. Estamos no momento de começar as aulas. As escolas particulares estão repletas de alunos, porque as públicas não conseguem instruir tantas crianças por falta de prédio, de professor, de material. O prefeito convocou o fiscal do ensino e o inspetor regional para estudarem o assunto, com carta branca para elaborar plano, reorganizar serviços, padronizar tudo que diga respeito ao ensino, inclusive regulamentar. Quanto a regulamentar, naturalmente que houve engano de pensamento ou palavra. O prefeito sabe, pois foi vereador, que a matéria foge a alçada da fiscalização e da inspetoria. Que leve, porém, considerações urgentes à câmara e apresse os trabalhos, sancionando e executando leis. Desde de que acompanhe o trabalho de sua comissão, para que saia a contento do povo, a iniciativa é de aceitar, oportuna e necessária. Esperamos que o prefeito reorganize o ensino primário rapidamente, fazendo inauguração de serviços organizados de fato e de obras concluídas. Tendo saído do PSD, o maior técnico da história em realizações inacabadas, é esperança nossa que o PR lhe tenha diminuído o entusiasmo pedessista pelos foguetes antecipados e lógicos. Também esperamos que ele consiga do Estado mais grupos escolares, reformas dos existentes, mais professores. E cada vez é maior o número de crianças uberlandenses que precisam de escolas primárias (Editorial: “Ensino: Prefeito quer reorganizar o ensino em Uberlândia”, *Correio de Uberlândia*, ano II, nº 6.984, de 17 de fevereiro de 1959, p.01).*

A passagem traz à tona as artimanhas da imprensa regional. Esses argumentos expressos nos textos jornalísticos evidenciam o parco distanciamento entre o percurso ideológico dos articulistas e o esforço de convencimento das massas. Nessa trajetória da investigação acerca da massificação do ensino através do discurso jornalístico, tivemos a oportunidade de deparar com algumas dessas artimanhas advindas do processo político que desenrolou ao longo dos anos 1940, e que, no final dos anos 1950, os ânimos estavam mais acirrados no intuito de elevar a patamares mais salientes a questão educacional. O que estava em jogo com relação a Uberlândia, além do ensino básico e médio, sendo esse muito criticado pela inação dos governantes municipais na

distribuição justa dos recursos da educação, visando a sua eficiência, estrutura física, quadro docente e discente, havia uma meta a ser atingida no que tange à qualidade, segundo o discurso jornalístico. A idéia corrente nesse período compreendido entre os anos 1950 a 1960 é transformar a cidade não só num pólo industrial e comercial, mas também em um dos maiores centros de destaque no campo do ensino superior; com criação da Escola de Direito, a Escola de Engenharia, aliás, como vinha acontecendo no Brasil de forma mais acentuada nessa época.

O potencial econômico da região do Triângulo Mineiro era inquestionável, devido à sua localização geográfica e a topografia do terreno, o que de certa forma facilitava a produção nos variados setores da economia: setor agrícola, setor comercial, setor industrial e, para dar suporte a tudo isso, era necessário organizar de forma consistente o setor educacional em todos os níveis. O corpo político de Uberlândia, fazendo prevalecer a tradição de liderança desse espaço geoeconômico, discurso nascido com a fundação de São Pedro de Uberabinha e sustentado pelo *Correio de Uberlândia*, um dos jornais de maior prestígio do interior de Minas Gerais, segundo seus articulistas, revela o porque a cidade reúne as condições necessárias para assumir tal postura. O volume de arrecadação de impostos sempre crescente dará força a essa argumentação, presente no meio jornalístico como atesta a editorial abaixo:

*Uberlândia é realmente espetacular, seu crescimento é de pasmar a todos. Vejam só seu resultado financeiro das coletorias estaduais no último exercício. Foram arrecadados para os cofres de Minas Gerais 422 milhões de cruzeiros o que coloca nossa cidade, em 2.º lugar no setor de arrecadação, sendo superada apenas por Juiz de Fora. E em troca desta contribuição em tributos, que remetemos para Belo Horizonte, pouco ou quase nada temos recebido, o que vale dizer, que os atuais governantes não souberam compreender da extensão do apoio em tributos que a gente uberlandense tem emprestado aos cofres do Estado, sem que estes governantes, que nos levam pesados impostos, revertam em nosso favor uma porcentagem mínima capaz de nos atender nas mínimas reivindicações. De qualquer forma aí está, para o conhecimento geral, a astronômica e surpreendente contribuição de Uberlândia, para com Minas Gerais em 1960. (Editorial: "422 milhões arrecadou o Estado em Uberlândia 1960" *Correio de Uberlândia*, ano XXIII, nº 9.125, de 24 e janeiro de 1960, p.08).*

A opção política para esse espaço clama por uma estrutura sólida em se falando de ensino, pois através da criação de escolas conseguiria os resultados condizentes com um progresso contínuo. A questão financeira representa um importante passo rumo ao tão sonhado crescimento e manter de forma decisiva o chamado espírito de liderança nessa região. Esse segundo lugar em arrecadação alegado pelo editorial não constitui num sinônimo de estagnação, de apatia social, de acomodação. A luta na esfera política, sobretudo a partir dos anos 1960, era para conseguir o primeiro lugar. Uma educação para o povo daria o respaldo aos pressupostos dos dirigentes locais. Os recursos para isso não iriam faltar. O Estado de Minas, muitas vezes chamado de "Estado Vizinho", parecia não querer reconhecer essa pujança da "Cidade Jardim" na região, de acordo com os articulistas do jornal. Essa ausência do Estado Minas Gerais no que diz respeito ao repasse de verbas reclamadas pelos dirigentes locais e amplamente divulgada pelo referido jornal, acabou por estimular as iniciativas particulares em favor dos interesses de Uberlândia. Esse é um dos argumentos possíveis para se verificar de como vinha se dando o processo de massificação do ensino e a sua amarração com o ideário de uma sociedade moderna para Uberlândia.

A visita de Gustavo Capanema à Faculdade de Direito de Uberlândia, demonstra que a luta em favor dos interesses de uma Uberlândia moderna era legítima e estava em sintonia com o processo relativo ao desenvolvimento do ensino universitário no Brasil. A nota abaixo deixa claro que o ensino superior visava ao atendimento de uma determinada classe, não era um ensino extensivo a todos, expressando algumas contradições. Os articulistas incorporam esse discurso de elitização do ensino superior, embora o mesmo evidencie-se como se fosse uma conquista do povo de Uberlândia. Mas, isso não anula uma outra face que vinha ocorrendo no Brasil em outras partes do mundo, que é o processo de massificação do ensino superior. Vejamos a nota seguinte:

Na tarde ontem, às 15 horas, o Sr. Gustavo Capanema, integrante da comitiva do Mal, que lhe fez o prof. Jacy de Assis visitar as instalações da Faculdade de Direito de Uberlândia. Do contato mantido com professores e alunos daquela escola, o ilustre homem das letras, que já ocupou vários cargos públicos na federação brasileira, inclusive ministro da educação, resultou no trabalho que irá desenvolver junto aos poderes federais, no sentido de consignar verbas e subvenções para ajuda àquela faculdade. O Dr. Jacy de Assis, na oportunidade da visita do Dr. Gustavo Capanema, expôs-se, em rápidas palavras, dos objetivos daquela escola, o desejo de fazer daquele estabelecimento de ensino, um verdadeiro instituto de estudos jurídicos, que servirá de modelo para outros similares do país (Nota: Gustavo Capanema Visita a Faculdade de Direito, Correio de Uberlândia, ano XXIII, nº 8.092, de 04 de junho de 1960, p.06).

O discurso de elitização do ensino superior expressa algumas contradições que nos remetem a um modelo de educação com raízes num certo tradicionalismo vivido pelo processo histórico da educação desde a da Primeira República (1889-1930), em que as chamadas “elites”, como exemplo, os grandes fazendeiros de café enviavam seus filhos para Coimbra para estudar direito e se tornarem bacharéis. Na época, os cursos preferidos eram: o Curso de Direito, o Curso de Engenharia e o Curso de Medicina. Não se deve falar de coincidências dentro de um processo histórico do ensino superior, mas apenas apontar o esboço de um viés conservador espelhado na diretriz metodológica desse modelo de ensino superior em Uberlândia. O Curso de Direito e o Curso de Engenharia, tão requisitados para a região, considerados como ensino para uma determinada classe abastada, revelam sem sombra de dúvida contradições no sistema educacional.

Primeiro, a sedução pelo termo elite preconizado para a sociedade uberlandense; segundo, a necessidade de propiciar o desenvolvimento sócio-econômico da região em bases legitimadas e sólidas e o Curso de Direito e o de Engenharia viriam bem a calhar; terceiro, a tendência de massificação do ensino superior, tanto no Brasil como em outras partes do mundo estava em fase de recrudescimento e, ainda um quarto ponto, considerado como foco principal das contradições, a “convivência” das massas para com o processo em andamento, exigido por uma democracia participativa.

Tal processo contaria com o aval do povo uberlandense. Estava comprovada aí a forma de como se deu a apropriação do conceito de sociedade de massas. Portanto para inserirmos na questão da massificação do ensino, seja do ensino fundamental e médio, seja na massificação do ensino superior, faz-se necessário partirmos de uma categoria situada no bojo do pensamento político, que é a sociedade de massas. Para falar em massificação do ensino, o alicerce básico conceitual é a existência de boa parcela da sociedade entendida enquanto massa, uma categoria presente de forma mais acintosa a partir dos pensadores políticos do século XVII. A concretização do processo histórico do ensino em Uberlândia encontra-se intimamente relacionado com a modernização da região, combinando um sonho do corpo político local de projetá-la na dianteira desse desenvolvimento e corroborando com uma prática política estrategicamente pensada ao longo do processo histórico.

3.7 A Coordenada Local: entre o sonho e a práxis (1960)

O ensino superior em Uberlândia a partir de 1960 passa a ser uma realidade incontestável. Esta assertiva tem uma razão de ser com base na Ata da Décima Quarta Sessão da primeira reunião ordinária do dia 19 de fevereiro de 1960, então presidida pelo Sr. Homero Santos:

Anunciada a hora do expediente, solicita a palavra o vereador Moacyr Lopes de Carvalho para dar conhecimento à Câmara do telegrama recebido do Deputado Rondon Pacheco comunicando a aprovação da emenda que dispõe sobre a criação de uma escola de engenharia nesta cidade, cujo projeto deverá ser submetido à aprovação do senado (ATA de 19/02/1960, folha 89).

As ações políticas dessa natureza permitem-nos ir com um pouco mais de acuidade à documentação, no caso em questão à matéria jornalística, e, verificar até que ponto essas informações, quando socializadas, dão conta de uma determinada realidade histórica. A nota abaixo demonstra possibilidade de comprovação da idéia de desenvolver na cidade um ensino que desse respaldo aos pressupostos exigidos não só

pelo corpo político aqui sediado, empenhado na alta qualidade da imagem da cidade de Uberlândia tendo na qualificação do ensino, o suporte básico para amparar tais propostas. Elas são reveladoras de um projeto maior que é a interiorização do ensino superior, realidade que já vinha ocorrendo no Brasil de maneira geral. Essa é mais uma face do complexo processo da massificação do ensino, e que merece um estudo mais cuidadoso.

*Regressaram, Domingo, de sua viagem, o professor Jacy de Assis diretor da Faculdade de Direito de Uberlândia e a irmã Maria Lázara Fiorini, diretora da Faculdade de Filosofia de Uberlândia. Informamos que os decretos autorizando o funcionamento das duas faculdades já se encontram no Palácio do Catete, a espera da sanção do presidente da República, sendo esse expediente mais ou menos de dez dias. Já foram também encaminhados ao ministro da Educação e Cultura requerimentos solicitando prazo especial para a inscrição dos vestibulares e início das aulas. Não há assim nenhum prejuízo ao funcionamento normal das duas faculdades, no corrente ano, sendo a demora resultante apenas do serviço burocrático. Dentro de dez dias, no máximo, estarão funcionando as duas faculdades autorizadas a funcionar, sendo imediatamente abertas as inscrições para vestibulares (Nota: Com o presidente Juscelino os decretos das Faculdades. **Correio de Uberlândia**, ano XXII, nº 8.017, de 19 de janeiro de 1960, p.01).*

O retorno do professor Jacy de Assis trazendo a notícia da proximidade de instalação da Faculdade Direito de Uberlândia, se constituiu no alento que faltava à sociedade que tanto batalhou em favor dessa Instituição e que agora seria legitimada do ponto de vista Federal, seria reconhecida nacionalmente com direito ao seu funcionamento legal, trazendo não apenas sossego para o povo que recebia essa notícia com entusiasmo e, mais ainda, abrindo novas perspectivas para a vinda de outras faculdades para a cidade, sendo a mais requisitada, a próxima da lista, a faculdade de engenharia. O pequeno editorial abaixo nos dá essa informação

*Depois de rompido todo o trâmite legal e burocrático da Câmara e Senado subiu a sanção presidencial o projeto de autoria do deputado Rondon Pacheco, criando a escola de engenharia de Uberlândia. A comunicação dirigida à nossa folha está consubstanciada nos seguintes termos: [...], Dr. Valdir Melgaço: **Correio de Uberlândia** Comunico caro amigo subiu sanção presidencial projeto minha autoria criando a escola de engenharia de Uberlândia. Ahrs*

Rondon Pacheco.[...] Ao longo desta semana espera-se que Sr.j.k. sancione o projeto, tornando realidade a referida escola superior, já que na próxima Terça-feira, deverá passar o governo a Jânio Quadros. Parabéns Rondon pelo patriótico trabalho que desenvolveu neste sentido (Editorial: Nas mãos de J. K. a criação da Escola de Engenharia: Uberlândia. Correio de Uberlândia, ano XXIII, nº 9.125, de 24 de janeiro de 1960, p.01).

Como observamos por intermédio dessas matérias jornalísticas, a tramitação dos projetos ligados tanto a Faculdade de Direito quanto a Faculdade de Engenharia se constituíram numa realidade histórica dos anos 1960, como foi comprovado pela Ata da sessão ordinária do dia 19 de fevereiro de 1960. Reside aí um importante marco na história do ensino em Uberlândia. À imprensa coube um papel importante na divulgação dessa idéia de projetar Uberlândia como o grande “eldorado” do Triângulo Mineiro, com a sua vocação natural para o progresso contínuo. O discurso prossegue com a mesma tática de outrora. Vejamos:

É o maior centro atacadista-distribuidor de produtos industrializados da América Latina. E esbanja dados de qualidade de vida muito semelhantes aos do Primeiro Mundo. A 80 quilômetros da Transbrasiliana, Uberlândia é o elo entre os grandes centros urbanos e o interior do país. Concilia em seu dia-a-dia característico destes dois pólos. Tem 550.000 habitantes, mas os produtos de sua economia chegam a 50 milhões de consumidores em todo o país. A cidade apresenta números surpreendentes. A taxa de analfabetismo é de 4% e a mortalidade infantil é um quarto da média brasileira. Tem universidades e centros de formação profissional de alto nível. O desemprego é quase inexistente. Para completar, a logística é excelente, o que atrai mais investimentos. Com tudo isso, Uberlândia pode rir gostosamente de quem estranha seu modo de vida (VFJA, 2.000, p. 84).

A singularidade e especificidade tratada na imprensa nacional e local nos remeteram a um estudioso do processo educacional, dada a pertinência das suas reflexões. Ao que tudo indica se tratava de um leitor atento de Immanuel Kant. A idéia do (Sapere Aude!) – “atreve-te saber” aparece na feição assumida nas reflexões de Roque Spencer Maciel de Barros, numa postura quase romântica e beirando a utopia. Isso nos levou indagar que se trata de uma utopia necessária, até por necessidade de sobrevivência em um mundo no qual os interesses individuais devem prevalecer,

mesmo entrando em conflito com outros interesses dos quais já abordamos em outras oportunidades e reiteramos: nesta sociedade conflituosa em que vivemos sonhar é preciso. Porém devemos conhecer o chão a que estamos pisando. Isso sim é sair da menoridade. O processo histórico da educação nos dá esta condição, segundo Barros:

A massificação do ensino corresponde a uma perda de individualidade: os indivíduos deixam de ser verdadeiramente pessoas, capazes de um autêntico e verdadeiro convívio para transformar-se em átomos indiferenciados e substituíveis entre si, cuja existência só tem sentido coletivo. Neles, o "slogan" substitui o pensamento, os ideais cedem seu posto a vagos mitos, e existência interioridade passa a pura exterioridade. Comunicam-se de forma estereotipada, pois as palavras, nesse contexto, perdem a sua significação profunda (BARROS, 1971, p.174).

Mais adiante:

A obra de "desmassificação", que representa a vitória do homem sobre os instrumentos que ele fabricou para o seu próprio benefício, pondo-os efetivamente a seu serviço e proclamando sua soberania sobre o mundo dos objetos, parece-nos a pedra de toque de uma educação humanística moderna, que transcenda as exigências indisponíveis mas subordináveis, de preparar o jovem para contribuir na obra comum do progresso econômico, rumo à abundância. Principalmente nos países em processo de crescimento, que lutam desesperadamente pela industrialização, a consciência dessa exigência superior não pode ser perdida, pois é preciso humanizar o próprio progresso, sempre doloroso, do desenvolvimento....A educação é, pois, o meio mais eficaz com que podemos contar para impedir a massificação dos homens, preparando o caminho para que se possam tornar, autonomamente, pessoas morais autênticas e cidadãos de um mundo civilizado, em que a liberdade seja inseparável do respeito humano (BARROS, 1971, pp.175-176).

Não se deve tomar esse fato como uma mera casualidade em comparação com o que discutimos até aqui no tange ao processo histórico da massificação do ensino e o processo histórico da educação, bem como o seu elo com o universo da política. A informação presente na imprensa jornalística é merecedora de créditos, pois trouxe materialidade a uma ação política educacional relevante. Não era apenas a massificação do ensino em si uma preocupação do corpo político local. A materialidade dessa massificação expressa a partir dos anos 1960 corrobora a idéia de progresso e modernização de Uberlândia e aliado ao conceito de democratização do ensino. Um processo "oferecido" ao povo, mediante uma "luta política".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é uma dádiva da terra, mas, como aquele arco pesado e belo, formidável e gracioso do velho Odiseu, exige de seus pretendentes uma disposição enérgica e uma vontade sem desfalecimento.

Ronald de Carvalho.

O processo de massificação do ensino, como temos observado em reflexões contemporâneas, se constituiu numa preocupação de alguns intelectuais ligados à sociologia até recentemente. A nossa incursão nas fontes jornalísticas revelou-se pródiga em se tratando de um estudo sistematizado, pois além de trazer à tona discussões a esse respeito nos permitiu verificar que tal processo não deve ser visto de forma simples. O que nos motivou a investir nessa temática decorreu da necessidade de preencher algumas lacunas no processo histórico da educação, rediscutindo a educação não como redentora da humanidade como nos é apresentada na maior parte das reflexões dos pensadores no campo político de orientação liberal, mas como possibilidade de inserção das pessoas no processo, se abdicando da suas condições de massa, adquirindo a sua maioria política buscada na autonomia da razão (KANT, 1974, ROUSSEAU, 1983).

A forma com que se deu tal apropriação do pensamento liberal pela ordem sócio-econômica, no qual o ser humano é moldado à revelia desse processo presente nas entranhas do capitalismo e outorgada pelo seu momento histórico, mereceu da nossa parte a possibilidade de proceder a uma reflexão crítica, tendo como suporte os mecanismos explorados pela imprensa jornalística, tais como: construções de escolas, difusão do ensino primário e secundário, o ensino profissionalizante, os ensinos superiores, que não são evidentemente preocupações de um único país como o Brasil,

bem como a proposição curricular a cada um desses modelos de ensino, com o objetivo de adequação a um projeto de sociedade moderna, em que se estruturaram a educação das massas, a que convencionamos chamar de processo de massificação do ensino.

A complexidade de tal estudo acabou por apontar caminhos múltiplos de relações no campo do pensamento político em que os conflitos emergem com intensidade crescente. Somente isso bastaria para dificultar uma interpretação cuidadosa. Entretanto, partir apenas dos conflitos no campo do pensamento político é muito pouco dada a extensão do assunto. No campo do pensamento político arma-se diferentes táticas visando o controle da sociedade, se encarregando disso as instituições. Fala-se muito que política é administração de *tenções*. Essas *tenções*, enquanto uma categoria da política, está intimamente ligada às instituições que devem ser entendidas como o fiel da balança visando equilíbrio entre o conflito e a sociedade funcional. O Estado "burguês" seria o guardião e a garantia de manutenção desse equilíbrio com a sua aparente neutralidade. A educação das massas, a massificação do ensino daria respaldo às propostas de modernização da sociedade brasileira, onde o específico por nós investigado ajudaria a demarcar alguns desses fundamentos na estruturação do poder.

A sociedade de massas que adquire essa conotação firme a partir do século XIX se constituiu numa fundamentação na qual intelectuais ancoraram suas reflexões. Isso é revelador de um processo histórico rico de possibilidades, quando se propõe uma investigação sistematizada da história da educação enfocando esse tipo de estudo que é a massificação do ensino. Ao longo do século XVIII, nas reflexões sobre as sociedades de massas não aparece o conceito cristalizado e sim como uma possível idéia, embora as classes burguesas necessitassem de um aparato que lhes dessem força política, status, segurança e perpetuação de determinados privilégios: a preservação da propriedade

privada, a manutenção de ganhos comerciais vultuosos, a manutenção do estigma de civilidade com base no desejo da elite dirigente, o crescimento ordenado das cidades, com o claro objetivo de propiciar suportes a esses anseios, contornar crises aparentes no liberalismo clássico. Esses e muitos outros pressupostos estão presente no pensamento político em fase de amadurecimento e que perpassaram os séculos XVII, XVIII, se tornando mais incisivos nos séculos XIX, XX. A história da educação brasileira não deve ser vista isolada desse contexto.

No estudo do processo de massificação do ensino em Uberlândia-MG entre os anos 1940 a 1960, se comparado com o projeto de sociedade que se desenvolvia no plano mundial e nacional, se leva em conta que a rigor, não é possível estabelecer uma investigação dessa natureza sem se recorrer a uma base teórica consistente. Partimos do pressuposto de que a massificação do ensino não deve ser entendida como algo novo, e que apenas ganhou essa conotação no regime militar (1964-1985).

Claro, ali estava definida uma espécie de massificação do ensino que o levaria a uma banalização. Isso fugiu ao nosso propósito aqui definido. A nossa proposta partiu do substrato que é a democratização do ensino, a articulação política em torno da condução de uma sociedade de massas e mais ainda, como estruturá-la do ponto vista prático e funcional. Os teóricos do liberalismo a partir do século XIX, não compartilham com a idéia da banalização do ensino, entendendo-o como uma necessidade premente. Há uma incompatibilidade entre o ensino de má qualidade e a manutenção de uma sociedade de massas que se quer moderna, competitiva e funcionando a contento de uma ordem dada. Aliás, como é a exigência das práticas no universo capitalista ocidental. A configuração assumida pelo processo histórico da massificação do ensino guarda íntima relação com o crescimento de um país. Uma região ou uma cidade são células de crescimento capaz de propiciar suporte ao referido

projeto de Brasil-Nação. A soma dessas singularidades no processo político e educacional merecem um olhar cuidadoso.

A relação com o crescimento da cidade de Uberlândia mantém-se coesa com essas propostas e, isso trouxe implicações econômicas, culturais e sociais que não devem ser observadas de superficialmente. Tais implicações “obedecem” a um corpo essencial ao propósito definido aqui nesse espaço geopolítico, como a construção de uma mística peculiar pensada desde a sua fundação. Esta singularidade é reveladora das propostas de condução do processo do ensino em evidência no país a partir de 1940 principalmente, que continuou a manter a sua força, sendo a imprensa não só uma simples colaboradora na divulgação e socialização de informações, mas também capaz de propiciar ao olhar arguto do historiador e permitir uma melhor visibilidade dos artefatos que compõem à história da educação sem fronteiras no espaço geográfico. O distanciamento entre a retórica e a prática revela-se curto.

Na trajetória por nós delineada, verificamos a vinculação do referido processo às múltiplas faces das relações sócio-econômicas, culturais e políticas, passando inclusive pelas negociações conflituosas da política partidária, tendo em vista a articulação de uma estratégia didática e psicopedagógica em formar contingentes populacionais para atender não apenas demanda política, a questão do voto do analfabeto, mas também discussões visando propiciar amparo sólido a uma ordem econômica determinada. Esta lógica inerente a tal ordem econômica não é uma lógica interna somente, está intimamente vinculada ao processo que se arrolava no plano mundial, como a reestruturação de países economicamente “atrasados”, mas potencialmente competitivos a curto, a médio ou em longo prazo. Como uma das múltiplas faces da massificação do ensino, o profissionalizante, nesse aspecto, daria uma resposta satisfatória.

Numa análise mais apurada do processo histórico, veremos que a sociedade brasileira a partir dos anos 1940 em função de sua reestruturação produtiva, viveu a euforia do processo industrial e a demanda por mão de obra especializada por parte da indústria se tornou evidente, fomentando a instalação de escolas de ensino profissionalizantes tanto nas capitais como no interior do país.

Com o advento da Segunda Grande Guerra (1939-1945), países como o Brasil necessitava de se estruturar internamente, formando quadros de profissionais qualificados, uma vez que as chamadas nações de centro se encontravam devastadas pelos horrores da guerra. Era a chance de países em desenvolvimento buscar alternativas no sentido melhorar a sua posição no cenário sócio-econômico mundial. A sociedade política presente na região do Triângulo Mineiro, em especial na cidade de Uberlândia, tomando como foco de análise os jornais mencionados, manifestaram interesse em participar de forma marcante do desenvolvimento preconizado pela classe política em franca expansão a partir desse período, é como se eles lutassem para conseguir um "atalho" para a modernização social.

Essa participação no projeto da "Grande Nação" não seria possível sem a convivência das massas, melhor dizendo, da educação das massas, não só do ponto de vista do ensino primário, secundário, supletivo, mas também o ensino profissionalizante divulgado pela imprensa local: ensino comercial e industrial principalmente. A nossa preocupação nesta investigação não foi só a compilação documental de propostas de projetos educacionais, mas conferir maior relevo à História regional e local, com o intuito de apresentar alguns subsídios para a compreensão deste intrincado processo histórico da educação brasileira.

Um passo importante foi dado. Esperamos piamente que este trabalho de levantamento, catalogação e de reflexão possa contribuir para fomentar outras pesquisas

dentro do tema proposto, pois o consideramos complexo, desafiante e interessante sob os diversos aspectos, entre eles: o político, o cultural, o social, o econômico. Os trinta textos jornalísticos utilizados como base deste estudo se constituíram apenas num pequeno montante daquilo que catalogamos a respeito do processo do ensino e o seu nexos com o pensamento político numa lógica abrangente. Entendemos que as categorias presentes nesta coleção documental não devem ser vistas à margem do processo social, político e cultural, que a rigor, não possui uma fronteira definida entre o que se quer ensinar e entre o que se deve ensinar para que a sociedade funcione e dê os “frutos” desejados.

Diante da situação verificada no diálogo com fontes jornalísticas locais chegamos às seguintes questões: a massificação do ensino não se constitui em algo novo, sendo parte um processo histórico relativamente longo ligado às práticas do mundo capitalista, trazendo em seu bojo os conflitos, as contradições e jogo de interesses bastante nítidos; no nosso ponto de vista, ela não está circunscrita apenas a partir do regime militar de 1964; com relação ao projeto de ensino focado nas fontes jornalísticas, a partir do limiar dos anos 1940 para Uberlândia, “obedeceu” a diretriz apontada num processo mais abrangente, tanto no plano mundial como nacional, além de alimentar a construção de uma mística de cidade polo implantada aqui desde a sua fundação. Portanto, as massas uberlandenses deveriam ser educadas em condições específicas para garantir a ordem proposta para esse espaço geopolítico, não se tratando, porém de um simples projeto inclusão social, pois o problema do analfabetismo ainda “preocupa” os senhores do da política no mundo inteiro.

Convém ainda esclarecer que tal processo de ensino, longe de estar consolidado, é um projeto em construção. O projeto liberal no qual educação pública fez parte integrante, porque dentro do liberalismo se valoriza a presença do Estado como uma

espécie de “mito”, não está isento de transformações no seu âmbito. Esse, embora tenha permitido um grande progresso da sociedade ancorado no entusiasmo das massas, as transformações sofridas por ele notadamente a partir de 1930, causa apreensão, se observado criticamente na atualidade. O neoliberalismo que surgiu nessa época, segundo alguns autores vai mostrando as suas garras em pleno século XXI (BARROS, 1999).

O *neoliberalismo*, como a busca de um *Estado-Mínimo*, a não intervenção indiscriminada do Estado na direção da sociedade, tem basicamente como foco de tensão o setor econômico, atingindo em cheio outros setores da sociedade como a educação. O que enxergamos hoje é um processo de massificação do ensino bem mais cruel do que outrora. Vivemos o processo de standardização da educação que, dentro da proposta *neoliberal*, o ensino não passa de uma mercadoria qualquer. Adquirir maioria política, buscar a autonomia da razão, requer o questionamento de alguns desses pressupostos presentes na história da educação.

O ensino e a educação, dentro do processo de massificação, transcende o discurso apresentado nos meios jornalísticos, estando inserido em um processo mais amplo de democratização do ensino, não possuindo uma receita pronta e acabada, como procuramos mostrar. Isso nos levou a cogitar da possibilidade de um estudo do processo educacional mirando a massificação do ensino na imprensa como um trajeto possível de reflexão sobre um modo de representação política.

FONTES

FONTES: Gêneros Literários do Jornalismo, segundo **José Marques de Melo** (1994).
INFORMATIVO: notas, reportagens, entrevistas, notícias, anúncios, propagandas, resenhas, editais, portarias. **OPINATIVO:** editoriais, artigos, pronunciamentos, comentários, crônicas, cartas, caricaturas, colunas.

JORNAIS

- 422 MILHÕES arrecadou o Estado em Uberlândia 1960. **Uberlândia, Correio de Uberlândia**, ano XXIII, nº 9125, (1960, janeiro 24), p. 08.
- 700 MILHÕES de Analfabetos no Mundo (1960, junho 30). **Correio de Uberlândia**, ano -XXIII, nº 9005, Uberlândia, p. 05.
- 900 CRIANÇAS Uberlandenses estão sem Grupo Escolar (1958, fevereiro 25) **Correio de Uberlândia**, ano XXI, nº 5.638, Uberlândia, pp. 01 e 6.
- A ESCOLA Vocacional Industrial de Uberlândia (1950, outubro 7) MG, **Correio de Uberlândia**, ano XII, nº 3.004, Uberlândia, p. 01.
- A IMPRENSA e a Alfabetização (1947, maio 12), **Correio de Uberlândia**, ano X, nº 2.151, Uberlândia, p. 02.
- ARGENTIERI, R. (1940, setembro 5). As Atividades Escolares no Brasil. **Correio de Uberlândia**, ano III, nº 528, Uberlândia, p. 02. (Da U.I.B. para o Correio).
- ASSIS, J. et alii (1959, junho 6). Estatuto: Instituição Uberlandense de Ensino – Estatutos. **Correio de Uberlândia**, ano XXII, nº 7.043, Uberlândia, p. 05.
- BOMFIM, P. C. (1948, dezembro 6). Em Torno de uma Campanha Patriótica. **Correio de Uberlândia**, ano XI, nº 2.542, Uberlândia, p. 04.
- BRASIL Central e o Ensino Profissional (1941, dezembro 25). **Estado De Goyaz**, Ano 9, nº 717, Uberlândia, p. 03.
- COM O PRESIDENTE Juscelino os decretos das Faculdades (1960, janeiro 19). **Correio de Uberlândia**, ano XXII, nº 8.017, Uberlândia, p. 01.
- COMBATE à 5.ª Coluna - A Democracia do Ensino (1942, setembro 5). **O Estado de Goyaz**, ano 10, nº 774, Uberlândia, p. 04.
- CORREA JUNIOR (1941, julho 27). A Escola Profissional e a Mulher. **O Estado de Goyaz**, ano 9, nº 676, Uberlândia, p.03.

- ELES fecharam escolas agora querem votos (1950, setembro 14). **Correio de Uberlândia**, ano XII, nº 2989, Uberlândia, p. 04.
- ENSINO: Prefeito quer reorganizar o ensino em Uberlândia (1959, fevereiro 17). **Correio de Uberlândia**, ano II, nº 6.984, Uberlândia, p. 1.
- ENSINO: prefeito quer reorganizar o ensino em Uberlândia (1959, fevereiro 17). **Correio de Uberlândia**, ano XXII, nº 6.984, Uberlândia, pp. 1 e 6.
- GUSTAVO Capanema Visita a Faculdade de Direito (1960, junho 4). **Correio de Uberlândia**, ano XXIII, nº 8.092, Uberlândia, p. 06.
- INSTRUÇÃO Municipal (1951, dezembro 15). **Correio de Uberlândia**, ano XIV, nº 3.192, Uberlândia, p. 2.
- INSTRUÇÃO (1940, janeiro 20). **Correio de Uberlândia**, ano II, nº 503, Uberlândia, p.4.
- INTERESSE MAGNÍFICO Programa de Governo Municipal como Único Objetivo, os Reais da População (1950, agosto 20). **Correio de Uberlândia**, ano XII, nº 2971, Uberlândia, pp.1-4.
- LER, Escrever, Contar (1947, março 11) **Correio de Uberlândia**, ano X, nº 2109, Uberlândia, p. 4.
- MELLO, J. E. (1950, dezembro 14). A Instrução Primária em Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, ano XII, nº 3053, de Uberlândia, p. 4.
- NAS MÃOS de J. K. a criação da Escola de Engenharia: Uberlândia (1960, janeiro 24) **Correio de Uberlândia**, ano XXIII, nº 9.125, Uberlândia, p.1.
- O ANALFABETISMO No Brasil (1954, Março 25). **Correio De Uberlândia**, Ano XVII, nº 3885, Uberlândia, p.
- O ENSINO Agrícola ao alcance de todos. (1947, fevereiro 26), **Correio de Uberlândia**, ano X, nº 2100, Uberlândia, p. 04.
- O ENSINO Primário em Minas Gerais (13 de junho de 1950). **Correio de Uberlândia**, ano XII, nº 2.922, Uberlândia, p. 04.
- O GOVERNO Construtivo da União Democrática Nacional (1950 setembro 3). **Correio de Uberlândia**, ano XII, nº 2.981, Uberlândia, p. 01.
- OSCAR Moreira Focaliza a Dura Realidade do Ensino (1958, maio 1). **Correio de Uberlândia**, ano XXI, nº 6.676, Uberlândia, p. 01.
- PAES, L. (1958, de maio 27). O Problema dos Grupos Escolares em Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, ano XXI, nº 6.691, Uberlândia, pp. 1 e 8.
- ROTEIRO da Cidade (1959, maio 31). **Correio de Uberlândia**, ano XXII, nº 7040, Uberlândia, pp.1 e 6.

SERVA, M. P. (1948, setembro 15), A mais bela página da história nacional. **Correio de Uberlândia**, ano XI, nº 2488, de Uberlândia, p. 4.

TERESA, Maria (1950, outubro 7). Da Importância dos Cursos Industriais para o Brasil. **Correio de Uberlândia**, ano XII, nº 3004, Uberlândia, p. 4.

TERESA, Maria. (1951, julho 7). Escolas Municipais **Correio de Uberlândia**, ano XIV, nº 3192, Uberlândia, p. 4.

UBERLÂNDIA 72 anos de trabalho e progresso (1960, agosto 30). **Correio de Uberlândia**, ano XXIII, nº 9009, Uberlândia, p. 1.

UM Exemplo (1948, setembro 28). **Correio de Uberlândia**, ano XI, nº 2497, Uberlândia, p. 2.

VOTO de Analfabeto (1959, junho 2). **Correio de Uberlândia**, ano XXII, nº 7041, Uberlândia, p. 5.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA (1947a). ATA de Reunião da 2ª Sessão da Reunião Extraordinária, 15 de dezembro. Livro 57, p.5.

_____ (1947b). ATA de Reunião da 5ª Sessão Extraordinária, 18 de dezembro. Livro 57, p.17 – verso.

_____ (1948a). ATA de Reunião da Reunião Extraordinária, 1º de janeiro. Livro 58, pp.28-29.

_____ (1948b). ATA de Reunião da 5ª Sessão ordinária, 21 de janeiro. Livro 57, pp.39-40.

_____ (1948c). ATA de Reunião da 7ª Sessão ordinária, 23 de janeiro. Livro 57, pp.3-4.

_____ (1948d). ATA de Reunião da 8ª Sessão da Quarta Reunião ordinária, 9 de novembro. Livro 57, pp.3-4.

_____ (1948e). ATA de Reunião da 10ª Sessão da Quarta Reunião ordinária, 12 de novembro. Livro 57, pp.10-12.

_____ (1949). ATA de Reunião da 12ª Sessão da segunda Reunião ordinária, 18 de maio de 1949. Livro 58, pp.33-34.

- _____. (1950). **ATA de Reunião da 10ª Sessão da Quarta Reunião ordinária, 28 de novembro**. Livro 61, pp.31-32.
- _____. (1951). **ATA de Reunião da 10.ª Sessão da Quarta Reunião ordinária, 12 de novembro**. Livro 63, pp.27-28.
- _____. (1959). **ATA de Reunião da 11ª Sessão da Quarta Reunião ordinária, 4 de novembro**. Livro 79, pp.4-6.
- _____. (1960). **ATA de Reunião da 14ª Sessão da primeira Reunião ordinária, 19 de fevereiro**. Livro 79, pp. 89-90.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1950). **Recenseamento Geral do Brasil: população e habitação – quadros de totais referentes ao Estado e de distribuição segundo municípios**. Rio de Janeiro: IBGE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, J. (1990). História e região: Reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. (coord.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, pp. 7-15.
- APPLE, M. W. (1982.). Análise da Hegemonia. In: **Ideologia e Currículo**. Trad. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho. São Paulo: Brasiliense, pp.9-42.
- _____. (1989). **Educação e Poder**. Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto alegre: Artes Médicas.
- AZEVEDO, F. (1971). **A Cultura Brasileira**. 2ed São Paulo: Nacional.
- BARROS, R. S. M. de (1971). Massificação & Educação. In: **Ensaio sobre Educação**. São Paulo: USP, pp.173-182.
- BARROS, R. S. M. de (1999). A Face Humana do Liberalismo. In: **Jornal da USP**. (Entrevista concedida pelo autor em agosto de 1999).
- BASTOS M. H. C. & FARIA FILHO, L. M. (1999) (org.). **A Escola Elementar no Século XIX: O método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: FEDIUPF.
- BEISIEGEL, C. R. (1974). **Política e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo: Pioneira.
- BENEVIDES, M. V. M. (1979). **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. 3ed Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOBBIO, N. & BOVERO, M. (1996). **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense.

- BOBBIO, N. (1986). **O Futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 3ed Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1994). **As Ideologias e o Poder em Crise: pluralismo, democracia, socialismo, comunismo terceira via e terceira força**. Trad. João Ferreira. 3ed Brasília: UNB.
- _____ (1994a). **Liberalismo e Democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6ed São Paulo: Brasiliense.
- BOTO, C. (1996). **A Escola do Homem Novo: Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: UNESP.
- BOURDIEU, P. (1989). Trad. Fernando Tomaz. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel.
- BRAVERMAN, H. (1987). **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3ed Rio de Janeiro: Guanabara.
- BURKE, P. (org.) (1992). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp.
- CANETTI, E. (1997). **Masa y Poder**. Madrid: Alianza.
- CAPELATO, M. H. R. (1988). **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto e Universidade de São Paulo.
- _____ (1989). **Os arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)**. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1998). **Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papyrus.
- CAPELATO, M. e PRADO, M. L. (1980). **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"**. São Paulo: Alfa-Omega.
- CAPONI, S. N. C. (1992). **Do trabalhador disciplinado ao homem prescindível**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, (Tese de Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas).
- CARDET, R. (1979). **Manual de jornalismo**. Lisboa: Editorial Caminho.
- CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. (1997). (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus.
- CARDOSO, V. L. (org.) (1990). **À Margem da História da República: idéias, crenças e afirmações**. 3ed Recife: Massangana.
- CARNOY, M. & LEVIN, H. M. (1987). **Escola e Trabalho no Estado Capitalista**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez.
- CARVALHO, C. H. (1998). **A História da Educação de Uberlândia revisada através da Imprensa**. Comunicação apresentada no II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 16 a 19/02/98, FE-USP, (mimeografado).

- CARVALHO, J. M. (1981). **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Brasília: UNB.
- _____ (1998). **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, N. (1983). **Linguagem jornalística – aspectos inovadores**. Recife: AIP.
- CASSIMIRO, M. R. (1974). **Desenvolvimento da Educação no Interior do Brasil: Goiás no Complexo Regional do Centro-Oeste**. Goiânia: Oriente.
- CASSIRER, E. (1976). **O Mito do Estado**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____ (1997). **Ensaio Sobre o Homem: Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana**. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes.
- CASTRO, M. C. P. S. et alii (1997). **Folhas do Tempo: Imprensa e Cotidiano em Belo Horizonte, 1895-1926**. Belo Horizonte: UFMG.
- CATANI, D. B. (1989). **Educadores à Meia-luz: um estudo sobre a Revista de ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo – 1902-1919**. São Paulo: FEUSP, tese de doutorado.
- _____ (1992). **A imprensa pedagógica periódica e a constituição do campo educacional paulista**. SBPC/Anais.
- _____ (1995). **Informação, Disciplina e Celebração: os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo**. Texto apresentado na XVI Reunião Anual da ANPED, Caxambú, MG, Publicado na Revista da Faculdade de Educação, v. 21, n. 2, julho/dezembro, p. 9-30.
- _____ (1996). A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, MG, 10(20):115-130, jul./dez.
- CATANI, D. B. e BASTOS, M. H. C. (1997) (org.). **Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras.
- CERRONI, U. (1975). (org.). **A Crise do Liberalismo: o desenvolvimento do Socialismo**. Trad. Pedro Proença. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção: O Pensamento Político – Vol. VI).
- CERTEAU, M. (1982). **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CHARTIER, R. (1991). O Mundo como representação. Trad. Andréa Daher e Zenir Campos Reis. **Estudos Avançados**, São Paulo, jan.abr, 11(5): 171-191.
- _____ (1990). **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel.

- CHAUÍ, M. S. (1993). **Cultura e Democracia: discurso competente e outras falas**. 6ed São Paulo: Brasiliense.
- CHIZZOTTI, A. (1993). Avaliação & Perspectiva da pesquisa através das publicações em periódicos. In: ANPEAD. **Avaliação e perspectivas da área de Educação: 1982-1991**. Porto Alegre, pp. 217-27.
- COHN, G. (1973). **Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia**. São Paulo: Pioneira.
- COMTE, A. (s/d). **Catecismo Positivista** ou exposição sumária da religião universal em onze colóquios sistemáticos entre uma mulher e um sacerdote da humanidade. Trad. Miguel Lemos. Publicações Europa América.
- CONTIER, A. D. (1979). **Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)**. Petrópolis- Campinas: Vozes-Universidade Estadual de Campinas.
- CORRÊA, A. L. (1979). **Educação de Massa e Ação Comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS-MOBRAI.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (1986). Rio de Janeiro: FGV.
- DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX (1996). Rio de Janeiro: Zahar.
- DURKHEIM, E. (1967). **De La Division Del Trabajo Social**. Buenos Aires: Schapire.
- ENGELS, F. (1979). **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 5ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (coleção Perspectiva do homem).
- FAORO, R. (1977). **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 4ed Porto Alegre: Globo. (2 vols).
- FERNANDES, F. (1979). **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional**. 2ed São Paulo: HUCITEC. (Coleção estudos brasileiros, 6).
- _____ (1981). **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 3ed Rio de Janeiro: Zahar.
- _____ (1987). **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3ed Rio de Janeiro. Guanabara.
- FURTADO, C. (1971). **Formação Econômica do Brasil**, 4ed São Paulo: Nacional.
- GADOTTI, M. (1995). **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez.
- GATTI JUNIOR, D. (1996). Fernando de Azevedo: marcos conservadores de uma ação reformista. **Revista Educação e Filosofia**, v. 10, nº 20, jul./dez. pp.

- GATTI JUNIOR, D. et alii (1997). História e Memória Educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. *História da Educação*, nº 2, setembro, pp.5-28.
- GERMANO, J. W. (1995). *Estado Militar e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- GONÇALVES NETO, W. (1997). *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Ilucitec.
- GOUBERT, P. (1992). História Local. Trad. Maria Lúcia Lamounier. *História & Perspectiva*, n 6, Uberlândia, pp. 45-57, jan./jun..
- GUARATO, M. (2001). *Alfabetização de Adultos: a experiência do MOBRAI no município de Uberlândia*. Uberlândia: UFU. (Dissertação de Mestrado).
- HADDAD, S. (1991). *Estado e Educação de Adultos (1964-1985)* São Paulo: FEUSP. (Tese de Doutorado).
- HAYEK, F. A. V. (1990). *O Caminho da Servidão*. Trad. Anna Maria Capoville, José Italo Stelle, Liane de Moraes Ribeiro. Sed Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- HOBBS, T. (1998). *Do Cidadão*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins fontes.
- IANNI, O. (1971). *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IGLÉSIAS, F. (1995). *Trajatória Política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- INÁCIO FILHO, G. (1995). *Monografia na Universidade*. 2ed Campinas: Papirus.
- _____ (1997) *Ordem do Dia e Educação Política: da construção à materialização da representação coletiva*. Campinas: UNICAMP. (Tese de Doutorado).
- KANT, I. (1974). *Textos Seletos*. Trad. Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes.
- LE GOFF, J. (1993) (org). *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- LOBROT, Michel (1992). Uma pedagogia para as massas. In: *Para que Serve a Escola?* Trad. Catarina Gândara e Rui Pacheco. Lisboa: Terremar, pp.89-119.
- LOPES, E. M. S. T. (1981). *Origens da Educação Pública: a instrução na Revolução Burguesa do século XVIII*. São Paulo: Loyola.
- LOURENÇO FILHO, M. B. (1974). *Introdução ao Estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. 11 ed São Paulo: Melhoramentos.

- MAGALHÃES, J. (s/d). Universidade do Minho – Portugal. Ver o artigo “Contributo para a História das Instituições Educativas- entre a Memória e o Arquivo” (pp. 1-17). (Mimeo).
- MANNHEIM, K. & STEWART, W. A. C. (1962). **Introdução à Sociologia da Educação**. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix.
- MANNHEIM, K. (1962). **O Homem e a sociedade**: Estudos sobre a estrutura social moderna. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- _____ (1971). **Sociologia Sistemática**: uma introdução ao estudo da sociologia. Trad. Marialice Mencarini Foracchi. 2ed São Paulo: Pioneira.
- _____ (1973). **Diagnóstico de nosso Tempo**. Trad. Octavio Alves Velho. 3ed Rio de Janeiro: Zahar.
- _____ (1974). **Sociologia da Cultura**. Trad. Roberto Gambini. São Paulo: Perspectiva.
- _____ (1982). **Ideologia e Utopia**. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. 4ed Rio de Janeiro: Zahar.
- MELLO, J. M. (1994). **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. 2ed Petrópolis: Vozes.
- MILL, J. S. (1983). Os Fundamentos e os Limites do Princípio do Laissez-faire “ou não Interferência”. In: **Princípios de Economia Política**: com algumas de suas aplicações à Filosofia Social. Trad. Luiz João Braúna. São Paulo: Abril Cultural, pp.395-421, (vol. 2).
- _____ (1991). **Sobre a Liberdade**. Trad. Alberto da Rocha Barros. 2ed Petrópolis: Vozes.
- _____ (1995). **O Governo Representativo**. Trad. E. Jacy Monteiro. 3ed São Paulo: IBRASA.
- MILLS, C. W. (1975). **A Elite do Poder**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar.
- MONTESQUIEU, C. S. B. (1996). **O Espírito das Leis**. Trad. Cristina Muracho. São Paulo: Martins Fontes.
- NAGLE, J. (1976) **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: E.P.U.
- ORTEGA Y GASSET, J. (1987). **A Rebelião das Massas**. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes.
- PAIVA, V. P. (1987). **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5ed São Paulo: Loyola.

- PETITAT, A. (1994). **Produção da Escola - Produção da Sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente.** Trad. Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas.
- POULANTZAS, N. (1977). **Poder político e Classes Sociais.** Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes.
- Revista Brasileira de História** (1999). São Paulo, v. 19, nº 37.
- Revista Educação e Filosofia** (1996). v. 10, nº 20, jul./dez.
- Revista Veja** (2000). Abril, ano 33, edição 1630, nº 1, de 5 de janeiro.
- RIBEIRO, M. L. S. (1993). **História da Educação Brasileira: a organização escolar.** 13ed Campinas: Autores Associados.
- ROMANELLI, O. O. (1978). **História da Educação no Brasil.** 17ed Petrópolis: Vozes.
- ROUANET, S. P. (1987). **As Razões do Iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1976). **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens.** Trad. Maria Ermantina Galvão. Local: Publicações Europa - América.
- _____ (1983). **Do Contrato social.** Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (1996). **Discurso sobre a Economia Política e do Contrato social.** Trad. Maria Constança Pires Pessarra. Petrópolis: Vozes.
- SANTOS, B. S. (1995). **Pela Mão de Alice.** Porto: Afrontamento.
- SANTOS, R. M. (2000). **"Plumitivo Claudicante": impressões cotidianas, memórias e história nas crônicas de Lycido Paes.** São Paulo: PUC. (Tese de Doutorado).
- SAVIANI, D. et alii (1998). **História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual.** Campinas: Autores Associados.
- _____ (1980). A filosofia da educação e o problema da inovação em educação. In: GARCIA, Walter E. (org.). **Inovação Educacional no Brasil - Problemas e Perspectivas.** São Paulo: Cortez.
- SCHITZWARMAN, S. et alii (1984). **Tempos de Capanema.** São Paulo: EDUSP.
- SENNETT, R. (1989). **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade.** Trad. Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das letras.
- SILVA, T. T. & GENTILL, P. (1996). **A Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília: CNTI.
- TEIXEIRA, A. S. (1956). **A Educação e a Crise Brasileira.** São Paulo: Nacional.